SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA - SR-17/RO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Março/2013

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA - SR-17/RO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 01/09/2010, da DN TCU nº 119 de 18/01/2012, da Portaria-TCU nº 150 de 03/07/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Porto Velho/RO/2013

Superintendente Regional no Estado de Rondônia
Luis Flávio Carvalho Ribeiro

Procuradoria Chefe
Renata Almeida de Moura

Chefe da Divisão de Administração
Elias Donadon Batista

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Luiz Fernando Correa Marcondes

Chefe da Divisão de Obtenção
Maria Amália Ferreira

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Cletho Muniz de Brito

Chefe da Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal
Ronaldo Cavalcante de Oliveira

Missão

"Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável."

Visão de Futuro

"Ser referência internacional de soluções de inclusão social."

www.incra.gov.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

PARTE A - CONTEÚDO GERAL 22

1. Identificação e Atributos 22
1.1 Identificação 22
1.2 Finalidade e Competências Institucionais 25
1.2.1. Finalidade 25
1.2.2. Competências Institucionais 25
1.3 Organograma Funcional 27
1.4 Macroprocessos Finalísticos 34
1.5 Macroprocessos de Apoio 35
1.6 Principais Parceiros 36

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações 38
2.1 Planejamento Estratégico 38
2.1.1. Período de abrangência do plano estratégico 38
2.1.2. Vinculação do plano estratégico 38
2.1.3. Principais objetivos estratégicos 38
2.1.4. Principais ações planejadas 39
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos 42
2.2.1. Avaliação dos riscos 42
2.2.2. Revisão de macroprocessos 42
2.2.3. Adequações na estrutura 42
2.2.4. Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados 42
2.2.5. Principais estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos 42
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações 43
2.3.1. Resultado das ações planejadas 43
2.3.2. Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de algumas metas 44
2.3.3. Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos 44
2.4 Indicadores 45
2.4.1. Da Utilidade dos Indicadores Institucionais 49
2.4.2. Da Mensurabilidade dos Indicadores Institucionais 49
2.4.3. Análise Crítica dos Indicadores Institucionais 49

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão 50
3.1 Estrutura Orgânica de Controle 50
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos 51
3.3 Estrutura e Atividades do Sistema de Correição 53
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043 de 24/07/2007 da Controladoria Geral da União - CGU 54

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira 56
4.1 Informações Sobre Programas do Plano Plurianual - PPA 56
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos 56
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos 60
4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066 60
4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012 68

4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034 70
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos 71
4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418 71
4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419 72
4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420 74
4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421 78
4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422 81
4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412 82
4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987 83
4.1.4 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas Temáticos 84
4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária 84

4.1.4.1.1. Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural 86
4.1.4.1.2. Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional 89
4.1.4.1.3. Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais 92
4.1.4.1.4. Ação 4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária 97
4.1.4.1.5. Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária 100
4.1.4.1.6. Ação 8374 - Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária 107
4.1.4.1.7. Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas 113
4.1.4.1.8. Ação 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito-Instalação às Famílias Assentadas da Reforma agrária 121
4.1.4.1.9. Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos 124
4.1.4.1.10. Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento 127
4.1.4.1.11. Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária 134
4.1.4.1.12. Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária 139
4.1.4.1.13. Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol 144
4.1.4.1.14. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária 147
4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 - Agricultura Familiar 150
4.1.4.2.1. Ação 4470 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária 152
4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial 161
4.1.4.3.1. Ação 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas 162
4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO 165
4.1.5.1. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO 165
4.1.5.1.1. Ação 2000 - Administração da Unidade 167
4.1.5.1.2. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação 170

4.1.5.1.3. Ação 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário.....174
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....177
4.2.1. Programação de Despesas.....177
4.2.2. Execução Orçamentária da Despesa.....179
4.2.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....179
4.2.2.1.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.....179
4.2.2.1.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação.....180
4.2.2.1.3. Análise Crítica.....181

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....182
5.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....182
5.1.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....182
5.1.2. Análise Crítica.....182
5.2. Transferências de Recursos.....183
5.2.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....183
5.2.2. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....184
5.2.3. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....184
5.2.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....185
5.2.5. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....185
5.2.6. Análise Crítica.....186
5.3. Suprimento de Fundos.....187
5.3.1. Despesas Realizadas Por Meio de Suprimento de Fundos.....187
5.3.1.1. Suprimento de Fundos - Visão Geral.....187
5.3.1.2. Suprimento de Fundos - Conta Tipo “B”.....187
5.3.1.3. Suprimento de Fundos - Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....187
5.3.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo.....188
5.3.1.5. Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos.....189
5.3.1.6. Análise crítica.....189

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....190
6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....190
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho a Disposição.....190
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva.....190
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho.....191
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Idade.....192
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade.....192
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal.....193
6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....194
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria.....194
6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas.....194
6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....195
6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....195

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação 196
6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC 196
6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico 197
6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos 197
6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 198
6.1.9. Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos 205
6.2. Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários 207
6.2.1. Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 207
6.2.2. Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos 208
6.2.3. Composição do Quadro de Estagiários 209

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário 210
7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros 210
7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário 219
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial 219
7.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO 220

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento 221
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação - TI 221
8.2. Análise Crítica 223

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental 224
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 224
9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 226

10. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas 227
10.1. Recomendações da OCI Atendidas no Exercício 227
10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna 229
10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730 de 10/11/1993 230
10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730 de 10/11/1993 .230
10.3.1.1. Análise Crítica 230
10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV 232
10.4.1. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV 232

11. Informações Contábeis 233
11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 233
11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos 233
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis 233
11.2.1. Declaração Plena 233

12. Outras Informações Sobre a Gestão 234
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO 234
12.1.1. Unidades Avançadas Jurisdicionadas a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO 234
12.1.2. Procuradoria Federal Especializada - PFE 235
12.1.3. Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI 236

12.1.4. Ouvidoria Agrária Regional - OAR.....238
12.1.5. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR 242
12.1.6. Assessoria de Comunicação Social.....244

PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO.....245
13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 hectares (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis 245
14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação....246

CONSIDERAÇÕES FINAIS 248

ANEXOS 250
ANEXO I - Levantamentos e atualizações efetuados nos exercícios anteriores, para elaboração de projetos técnicos de Infraestrutura, com valores atualizados para o exercício de 2012.....251
ANEXO II - Despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação realizada no exercício 2012.....254

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada - Relatório de Gestão Individual
Quadro A.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
Quadro A.4.1.a - Programa de Governo constante do PPA - Temático - Programa 2066
Quadro A.4.1.b - Programa de Governo constante do PPA - Temático - Programa 2012
Quadro A.4.1.c - Programa de Governo constante do PPA - Temático - Programa 2034
Quadro A.4.2.1.a - Objetivos de programa temático - Objetivo 0418
Quadro A.4.2.1.b - Objetivos de programa temático - Objetivo 0419
Quadro A.4.2.1.c - Objetivos de programa temático - Objetivo 0420
Quadro A.4.2.1.d - Objetivos de programa temático - Objetivo 0421
Quadro A.4.2.1.e - Objetivos de programa temático - Objetivo 0422
Quadro A.4.2.2 - Objetivos de programa temático - Objetivo 0412
Quadro A.4.2.3 - Objetivos de programa temático - Objetivo 0987
Quadro A.4.3.1 - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01DV
Quadro A.4.3.2.a - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01E6
Quadro A.4.3.2.b - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01E7
Quadro A.4.3.3.a - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EK
Quadro A.4.3.3.b - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EL
Quadro A.4.3.3.c - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EO
Quadro A.4.3.3.d - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EP
Quadro A.4.3.4.a - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01ES
Quadro A.4.3.4.b - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EU
Quadro A.4.3.4.c - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EW
Quadro A.4.3.5 - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01F1
Quadro A.4.3.6 - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01CB
Quadro A.4.3.7 - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 047A
Quadro A.4.4.1.1 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 2105
Quadro A.4.4.1.2 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4426
Quadro A.4.4.1.3 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8387
Quadro A.4.4.1.4 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4460
Quadro A.4.4.1.5 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8384
Quadro A.4.4.1.6 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8374
Quadro A.4.4.1.7 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 0427
Quadro A.4.4.1.8 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 20S7
Quadro A.4.4.1.9 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8398
Quadro A.4.4.1.10 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8396
Quadro A.4.4.1.11 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4358
Quadro A.4.4.1.12 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 2B06
Quadro A.4.4.1.13 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4320
Quadro A.4.4.1.14 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8370
Quadro A.4.4.2 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4470
Quadro A.4.4.3 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 20T1
Quadro A.4.5 - Programa de Governo Constante do Plano Plurianual - PPA - De Gestão e Manutenção - Programa 2120
Quadro A.4.6.1 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços - Ação 2000
Quadro A.4.6.2 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços - Ação 4572
Quadro A.4.6.3 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços - Ação 2103
Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de movimentação
Quadro A.4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
Quadro A.5.3 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
Quadro A.5.4 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Quadro A.5.5 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes
Quadro A.5.6 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
Quadro A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos - SF
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
Quadro A.5.11 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)
Quadro A.6.1 - Força de Trabalho - Situação Apurada em 31/12/2012
Quadro A.6.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12
Quadro A.6.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas - Situação em 31/12
Quadro A.6.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12
Quadro A.6.5 - Quantidade de servidores por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
Quadro A.6.11 - Regularidade do cadastro dos atos no SISAC
Quadro A.6.12 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)
Quadro A.6.13 - Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários
Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
Quadro A.7.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO
Quadro A.8.1 - Gestão da Tecnologia da Informação
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro A.9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
Quadro A.10.3a - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro A.10.3b - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro A.10.3c - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro A.10.5 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
Quadro A.10.6 - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Macroprocessos Finalísticos
Tabela 02. Macroprocessos de Apoio
Tabela 03. Principais Ações Planejadas no Exercício de 2012
Tabela 04. Panorama Geral dos Procedimentos Disciplinares da SR-17/RO
Tabela 05. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Tabela 06. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2105
Tabela 07. Restos a Pagar da Ação 2105
Tabela 08. Operações Executadas no Exercício 2012
Tabela 09. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4426
Tabela 10. Restos a Pagar da Ação 4426
Tabela 11. Imóveis Certificados
Tabela 12. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8387
Tabela 13. Restos a Pagar da Ação 8387
Tabela 14. Vistorias realizadas em 2012
Tabela 15. Outras vistorias
Tabela 16. Perícia Judicial
Tabela 17. Execução Financeiro-orçamentária da Ação 4460
Tabela 18. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4460
Tabela 19. Restos a Pagar da Ação 4460
Tabela 20. Área Obtida por Desapropriação com Restos a Pagar
Tabela 21. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8384
Tabela 22. Restos a Pagar da Ação 8384
Tabela 23. Projetos Criados
Tabela 24. Família Cadastrada e Assentada por Projeto de Assentamento
Tabela 25. Quantidade de assentamento de famílias por forma de obtenção do imóvel
Tabela 26. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8374
Tabela 27. Restos a Pagar da Ação 8374
Tabela 28. Licença Prévia - LP Protocolada
Tabela 29. Licença Prévia - LP Emitida pelo Órgão Ambiental
Tabela 30. Licença de Instalação e Operação - LIO Emitida pelo Órgão Ambiental
Tabela 31. Licença de Instalação e Operação - LIO Emitida pelo Órgão Ambiental - Oriunda da Compensação de Reserva Legal
Tabela 32. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 0427
Tabela 33. Restos a Pagar da Ação 0427
Tabela 34. Modalidades e Valores de Concessão de Crédito
Tabela 35. Concessão de Crédito Realizados com Restos a Pagar
Tabela 36. Concessão de crédito Apoio Inicial
Tabela 37. Concessão de crédito Apoio Mulher
Tabela 38. Concessão de crédito Aquisição de Materiais para Construção
Tabela 39. Concessão de crédito Recuperação de Material de Construção
Tabela 40. Casas com conclusão de construção ou reforma no exercício de 2012
Tabela 41. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 20S7
Tabela 42. Restos a Pagar da Ação 20S7
Tabela 43. Crédito Supervisionado
Tabela 44. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8398
Tabela 45. Restos a Pagar da Ação 8398
Tabela 46. Serviço Topográfico Concluído (Atividades Iniciadas em Exercícios Anteriores)
Tabela 47. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8396

Tabela 48. Restos a Pagar da Ação 8396
Tabela 49. Atividade iniciada no exercício anterior e concluída em 2012
Tabela 50. Obras de Infraestrutura Executadas ao longo de 2012
Tabela 51. Demonstrativo dos valores anulados e a anular
Tabela 52. Levantamentos efetuados no exercício de 2012, para elaboração de projetos técnicos
Tabela 53. Acompanhamento de obras contratadas no exercício de 2012
Tabela 54. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4358
Tabela 55. Restos a Pagar da Ação 4358
Tabela 56. Contrato de Concessão de Uso - CCU Expedido
Tabela 57. Título Definitivo - TD Expedido
Tabela 58. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU Expedido
Tabela 59. Vistoria de Situação Ocupacional
Tabela 60. Restos a Pagar da Ação 2B06
Tabela 61. Eixos Temáticos
Tabela 62. Assentamentos Verdes
Tabela 63. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4320
Tabela 64. Restos a Pagar da Ação 4320
Tabela 65. Projeto da I Feira da Agricultura Familiar de Machadinho do Oeste
Tabela 66. Projeto Tanque Comunitário
Tabela 67. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8370
Tabela 68. Restos a Pagar da Ação 8370
Tabela 69. Convênios em Vigência
Tabela 70. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 2012 - Agricultura Familiar
Tabela 71. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4470
Tabela 72. Restos a Pagar da Ação 4470
Tabela 73. Famílias Atendidas com Restos a Pagar
Tabela 74. Núcleo de Operação do Contrato de ATER nº 14000/2009
Tabela 75. Núcleo de Operação do Contrato de ATER nº 8000/2012
Tabela 76. Núcleo de Operação do Contrato de ATER nº 8000/2012
Tabela 77. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial
Tabela 78. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 20T1
Tabela 79. Restos a Pagar da Ação 20T1
Tabela 80. Comunidade de Remanescentes Quilombolas no Estado de Rondônia
Tabela 81. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Tabela 82. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2000
Tabela 83. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4572
Tabela 84. Capacitações Realizadas
Tabela 85. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2103
Tabela 86. Distribuição de Cargos por Exercício
Tabela 87. Escolaridade X Lotação
Tabela 88. Quantitativo por Gênero
Tabela 89. Idade dos Servidores da SR-17/RO
Tabela 90. Estimativa de Desligamentos nos Próximos 5 anos
Tabela 91. Distribuição dos Servidores desta SR-17/RO Atual X Ideal
Tabela 92. Comparativo Demanda X Força de Trabalho
Tabela 93. Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
Tabela 94. Comparativo Concessão de Crédito X Força de Trabalho
Tabela 95. Casas Construídas / Recuperadas

Tabela 96. Comparativo Infraestrutura Básica X Força de Trabalho
Tabela 97: Emissão de Contratos de Concessão de Uso X Força de Trabalho
Tabela 98 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO
Tabela 99. Demonstrativo de Quilometragem
Tabela 100. Manutenção da Frota de Veículos Automotores
Tabela 101. Revisões Periódicas da Frota de Veículos Automotores
Tabela 102. Custos com Combustíveis e Lubrificantes Frota de Veículos Automotores
Tabela 103. Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV
Tabela 104. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa em Informática
Tabela 105. Contratações de Informática em Vigência
Tabela 106. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa
Tabela 107. Acampamentos beneficiados com Cestas de Alimentos em 2012
Tabela 108. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa
Tabela 109. Pessoas Atendidas com Documentos
Tabela 110. Documentos Expedidos
Tabela 111. Atendimentos Diversos

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AEFARO - Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia
AEFAVAG - Associação Escola Família Agrícola de Rondônia
AGEVISA - Agência Estadual de Vigilância em Saúde
AGU - Administração Federal da Advocacia-Geral da União
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental
AUD - Auditoria Interna
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CCAF - Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal
CCDRU - Contrato Coletivo de Direito Real de Uso
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contratos de Concessão de Uso
CDR - Comitê de Decisão Regional
CEPLAC - Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira
CGU - Controladoria Geral da União
CGU-PAD - Sistema de Gestão e Processos Disciplinares
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DBR - Declarações de Bens e Rendas
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DFDA - Delegaria Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário
DOU - Diário Oficial da União
e-DP - Declaração Eletrônica de Proprietário
EMATER - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GAP - Gestão e Administração do Programa
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GUT - Grau de Utilização da Terra
ICMBio - Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LA - Laudo Agronômico
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licenças de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução

NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
OCI - Órgão de Controle Interno
OEMA - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PCA - Projeto Casulo de Assentamento
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PGE - Plano Geral de Estatísticas
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PO - Programação Operacional
PPA - Programa Plurianual
PRA - Plano de Recuperação do Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC - Ensino Técnico e Emprego
PRONATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural par a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PRONERA - Educação do Campo
RESEX - Reserva Extrativista
RB - Relação de Beneficiários
RG - Registro Geral
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
RVA - Relatório de Viabilidade Ambiental
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SESDEC - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão
SISNATE - Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiros
SISPAD - Sistema de Processo Administrativo Disciplinar
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SR-17/RO - Superintendência Regional no Estado de Rondônia
SRFA - Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Títulos Definitivos

TDA - Títulos da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGO - Unidade de Gestora Orçamentária
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidades Municipais de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária
VTN - Valor da Terra Nua

INTRODUÇÃO

Os instrumentos legais vigentes, em especial a Lei nº 12.591 de 18/01/2012 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012-2015 refletem as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, dentre esses alguns específicos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dos quais a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, durante o exercício de 2012, alcançou os seguintes resultados:

a) Assentamento de 1.003 (um mil e três) famílias;

b) Criação de 07 (sete) projetos de assentamentos representando 807 (oitocentos e sete) novas vagas para assentamento de trabalhadores rurais sem terra;

c) Realização de vistorias em 18 (dezoito) imóveis representando o total de 61.807,5243 has (sessenta e um mil oitocentos e sete hectares, cinqüenta e dois ares quarenta e três centiares) de área vistoriada;

d) Protocolo junto ao órgão ambiental estadual de 06 (seis) licenças ambientais;

e) Aquisição de 01 (um) imóvel com área total de 3.550,5936 has (três mil quinhentos e cinqüenta hectares cinqüenta e nove ares trinta e seis centiares);

f) Atendimento a 494 (quatrocentos e noventa e quatro) famílias com infraestrutura básica - construção / recuperação de estradas e pontes;

g) Expedição de 799 (setecentos e noventa e nove) documentos de titulação;

h) Atendimento de 1.290 (um mil duzentos e noventa) famílias com concessão de crédito-instalação nas diversas modalidades;

i) Capacitação de 93 (noventa e três) profissionais para a Reforma Agrária;

j) Assistência técnica para 12.094 (doze mil e noventa e quatro) famílias;

k) Gerenciamento de 11.575 (onze mil quinhentos e setenta e cinco) imóveis; e

l) Capacitação de 134 (cento e trinta e quatro) servidores.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 12.595 de 19/01/2012, com o detalhamento do Plano de Compromisso - PC para o exercício de 2012 e posteriores ajustes decorrentes do Decreto nº 7.680 de 17/02/2012, o orçamento previsto para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi o montante de R$ 37.652.311 (trinta e sete milhões seiscentos e cinqüenta e dois mil trezentos e onze reais), sendo descentralizados R$ 48.110.816 (quarenta e oito milhões cento e dez mil oitocentos e dezesseis reais), que representa 127,77% do valor inicialmente programado, dos quais R$ 46.811.547 (quarenta e seis milhões oitocentos e onze mil quinhentos e quarenta e sete reais) foram empenhados e R$ 20.870.356 (vinte milhões oitocentos e setenta mil trezentos e cinqüenta e seis reais) foram efetivamente pagos, resultando em 43,38% de execução orçamentária, ficando R$ 26.043.562 (vinte e seis milhões quarenta e três mil quinhentos e sessenta e dois reais) inscritos em restos a pagar.

Enfim, o que se busca com a Reforma Agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e municipais; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Com isso, os principais valores públicos percebidos e almejados nas ações da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2012, na forma dos impactos que causam na sociedade através de seus produtos e resultados são:

a) Democratização do acesso à terra;

b) Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva;

c) Reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastro e certificação de imóveis rurais; e

d) Cumprimento da função social da propriedade rural quanto a observação da legislação ambiental, trabalhista, criminal e da exploração econômica.

Sobre esses, a democratização do acesso a terra é um dos principais valores públicos que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA efetivamente gera, de forma mais ampla.

A qualidade de vida por meio das obras e serviços de implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento se coaduna perfeitamente aos direitos fundamentais do cidadão, pois através dela o público da Reforma Agrária constrói seu caminho para fora da pobreza e extrema pobreza, acessando de diversas formas, políticas de saúde, educação, trabalho, renda e alimentação.

O reconhecimento da propriedade rural através da expedição dos Certificados de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR e pela certificação para fins cartoriais é uma face do Direito à Propriedade, pois não deve ser absoluto, haja vista a fiscalização das grandes propriedades e a retomada dos lotes de terras públicas ilegalmente ocupadas.

Os citados valores públicos resultam como produtos completos da articulação de diversas ações finalísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e seus principais contornos serão relatados no presente Relatório de Gestão, que organizado em 02 (duas) partes, tem por objetivo apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ao longo do exercício de 2012, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através da consonância entre as disposições constantes nos Normativos do Tribunal de Contas da União, em especial a Instrução Normativa TCU nº 63 de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU nº 119 de 18/01/2012 e Portaria TCU nº 150 de 03/07/2012, e a demonstração da importância social, econômica e ambiental que esta Autarquia desempenha no Estado de Rondônia.

Na primeira, denominada Parte A, de acordo com a Decisão Normativa - TCU nº 119 de 18/01/2012, são apresentadas informações gerais sobre a gestão, tais como a identificação e atributos, planejamento estratégico, plano de metas e de ações, estrutura de governança e de autocontrole da gestão, programação e execução da despesa orçamentária e financeira, gestão de pessoas, terceirização e custos relacionados, gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento, gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, conformidades e tratamento de disposições legais e normativas, assim como informações contáveis.

E, na segunda e última, denominada Parte B, os conteúdos específicos da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, quanto aos trabalhos da Portaria INCRA/P nº 12 de 24/01/2006; assim como as principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Assim, que este seja utilizado como um instrumento de reflexão ao esforço e ao aprimoramento da busca ao benefício coletivo, onde esta Autarquia precisa avançar.

> *Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.*
>
> *Lei nº 4.504 de 30/11/1964 - Estatuto da Terra.*

A seguir estão indicados os itens requeridos, pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119 de 18/01/2012, que não constam do presente documento, assim como sua correspondente justificativa:

Parte A - Conteúdo Geral:

Item 3.3	Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.
Justificativa: Conteúdo não cobrado a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, conforme o Disposto na DN TCU nº 119 de 18/01/2012.	

Item 4.3.a	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012, pois a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não é uma Unidade Orçamentária - UO.	

Item 4.3.b	Programação de Despesas Correntes, de Capital e da Reserva de Contingência
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012, pois a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não é uma Unidade Orçamentária - UO.	

Item 4.3.d	Movimentação de Créditos - Execução da Despesa com Créditos Originários
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012, pois a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não é uma Unidade Orçamentária - UO.	

Item 5.1.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

Item 5.5.	Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação ao pagamento dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Seguridade Social.
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

Item 5.6.	Informações sobre a gestão de precatórios.
Justificativa: Conteúdo não cobrado a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, conforme o Disposto na DN TCU nº 119 de 18/01/2012.	

Item 6.2.1.	Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

Item 6.2.2.	Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

Item 6.2.3.	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

Item 7.2.2.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

Item 10.1.1.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU.
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

Item 11.3.	Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

Item 11.4.	Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.
Justificativa: Conteúdo não cobrado a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, conforme o Disposto na DN TCU nº 119 de 18/01/2012.	

Item 11.5.	Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).
Justificativa: Conteúdo não cobrado a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, conforme o Disposto na DN TCU nº 119 de 18/01/2012.	

Item 11.6.	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.
Justificativa: Não existe conteúdo a ser declarado para o exercício de 2012.	

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

1. Identificação e Atributos

1.1. Identificação

Quadro A.1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			**Código SIORG**: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA				
Denominação Abreviada: SR-17/RO				
Código SIORG: 4139	**Código LOA:** 49.201		**Código SIAFI:** 373082	
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia		**CNPJ:** 00.375.972/0024-57		
Principal Atividade Econômica: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(069) 3229-1691	(069) 3229-1545	(069) 3229-1876	(069) 3229-3583
Endereço Eletrônico: Não há.				
Página da Internet: http://www.incra.gov.br				
Endereço Postal: Avenida Lauro Sodré, nº 3.050, bairro Costa e Silva. CEP: 76.803-488. Porto Velho - RO.				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
- Decreto-Lei nº 1.110 de 09/07/1970, publicado no DOU em 10/07/1970 - Dispõe sobre a criação do INCRA. - Decreto-lei nº 2.363 de 21/10/1987 - Dispõe sobre a extinção do INCRA. - Decreto Legislativo nº 2 de 29/03/1989 - Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada.				
- Portaria nº 20 de 08/04/2009 - Regimento Interno do INCRA. - Decreto nº 6.812 de 03/04/2010 - Estrutura Regimental do INCRA. **PRINCIPAIS INSTRUÇÕES NORMATIVAS:** **IN 38 de 13/03/2007 -** Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. **IN 39 de 11/06/2007 -** Trata do programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) dos assentamentos resultantes da reforma agrária - PAC no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **IN 42 de 18/09/2007 -** Dispõe sobre procedimentos para reconhecimento de Projeto de Reassentamento de Barragem - PRB e a inclusão das agricultoras e dos agricultores reassentados em função da construção de barragens no Programa Nacional de Reforma Agrária e acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - Grupo A. **IN 46 de 26/05/2008 -** Fixa os procedimentos para regularização fundiária de posses em áreas rurais de propriedade da União superiores a 100 (cem) hectares e até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais, localizadas na Amazônia Legal. **IN 51 de 25/05/2009 -** Altera Anexo I (formulário de Inscrição da Unidade Familiar ao Programa Nacional de Reforma Agrária) da Instrução Normativa n° 38 de 13/3/2007, com o acréscimo de folha complementar para registrar os integrantes da unidade familiar no acesso de políticas públicas. **IN 54 de 22/07/2009 -** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária. **IN 55 de 03/08/2009 -** Estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e dá outras providências. **IN 57 de 20/10/2009 -** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887 de 20/11/2003. **IN 58 de 05/03/2010** - Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária. **IN 62 de 21/06/2010** - Diretrizes para descentralização das decisões, fixa as alçadas decisórias dos órgãos colegiados e				

dá outras providências.
IN 63 de 11/10/2011 - Dispõe sobre o procedimento administrativo de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira.
IN 64 de 21/10/2010 - Estabelece os procedimentos para cobrança e recebimento dos créditos Instalação, concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.
IN 65 de 31/15/2010 - Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento.
IN 66 de 30/12/2010 - Aprova os procedimentos para atualização cadastral e os formulários de coleta do Sistema Nacional de Cadastro Rural, instituído pela Lei nº 5.868, de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 72.106, de 1973, e alterada pela lei nº 10.267, de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.449, de 30/10/2002, e pelo Decreto nº 5.570, de 31/11/2005, e em conformidade com o art. 46 da Lei nº 4.504, de 30/11/1964.
IN 68 de 16/08/2011 - Fixa valores e normas gerais para a implementação de Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos de Reforma Agrária.
IN 71 de 17/05/2012 - Normatiza as ações e medidas a serem adotadas pelo INCRA nos casos de constatação de irregularidades em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. (Revoga a IN 47 de 16/09/2008).
IN 72 de 17/05/2012 - Estabelece critérios e procedimentos para a realização de acordo administrativo para obtenção de imóveis rurais inseridos em territórios quilombolas.
IN 73 de 17/05/2012 - Estabelece critérios e procedimentos para a indenização de benfeitorias de boa fé erigidas em terra pública visando a desintrusão em território quilombola.

PRINCIPAIS NORMAS DE EXECUÇÃO:

NE 69 de 12/03/2008 - Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de Reforma Agrária.
NE 70 de 12/05/2008 - Dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.
NE 71 de 12/05/2008 - Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.
NE 74 de 25/06/2008 - Dispõe sobre os procedimentos para a análise de legitimidade de pagamentos decorrentes de decisões judiciais por meio de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV.
NE 77 de 29/09/2008 - Altera os valores de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES para os projetos de assentamento da Reforma Agrária.
NE 80 de 26/01/2009 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no § 1º, do artigo 9º, do Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.
NE 83 de 26/05/2009 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.
NE 84 de 02/09/2009 - Estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação, fiscalização a prestação de contas do Crédito Instalação, na modalidade Crédito Ambiental, no âmbito dos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária.
NE 85 de 21/09/2009 - Dá nova redação ao parágrafo quarto do artigo 22 da Norma de Execução/INCRA/DD/Nº 84 de 2/9/2009, a qual estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação, fiscalização e prestação de contas do Crédito Instalação, na modalidade Crédito Ambiental, no âmbito dos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária.
NE 87 de 26/11/2009 - Dá nova redação aos dispositivos da Norma de Execução DT nº 69 de 12/3/2008, relacionados aos procedimentos e peças técnicas dos processos administrativos de criação de Projetos de reforma agrária.
NE 88 de 23/11/2009 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos abrangidos pela Portaria/INCRA/nº 12/2006, em que os detentores de imóveis rurais não atenderam a Intimação do INCRA e que, após a realização de diligências, não foram obtidas informações sobre o imóvel rural.
NE 92 de 22/02/2010 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no §1º, do artigo 9º, do Decreto 4.440 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.
NE 93 de 19/07/2010 - Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF).
NE / Conjunta DF e DT 02 de 29/03/2010 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a edição do decreto declaratório de interesse social das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e para a desintrusão de ocupantes não quilombolas inseridos nos perímetros objetivo do decreto, visando à regularização de territórios quilombolas.

NE / Conjunta DF e DT 03 de 21/06/2010 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a edição de decreto declaratório de interesse social das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e para a desintrusão de ocupantes não quilombolas inseridos nos perímetros objeto do decreto, visando à regularização de territórios quilombolas.
NE 95 de 27/08/2010 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.
NE 96 de 15/09/2010 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação de Imóveis Rurais no INCRA disposto no Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.
NE 98 de 16/08/2011 - Dá nova redação aos artigos 14, 20 e 33 da NE 79/2008, publicado no D.O.U. 252, Seção 1, do dia 29/12/2008.
NE 99 de 21/09/2011 - Dá nova redação aos artigos 14, 20 e 33 da NE 79/2008, publicado no D.O.U. 252, Seção 1, do dia 29/12/2008.
NE 103 de 12/07/2012 - Estabelece critérios e procedimentos referentes à implantação de Projetos da Ação de fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e às Atividades Pluriativas Solidárias - Terra Sol.
NE 105 de 26/11/2012 - Regulamenta o procedimento de certificação poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015 de 31/12/1973, e a norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais.

Obs.: Todos os principais atos normativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA encontram-se disponíveis na página da internet.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- Manual de Orientação (Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais - 04/2002).
- Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial (Aprovado pela NE/INCRA/DT nº 52 de 25/10/2006).
- Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária (Elaborado em 06/2006).
- Manual Operacional de ATES (Aprovado pela NE/INCRA/DD nº 78 de 31/10/2008).
- Manual de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (Elaborado em 07/08/2009).
- Nota Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais - 2ª Edição / Revisada em 08/2010.
- Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (Edição revista e atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2012 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238 de 31/05/2011).
- Manual de Cadastro Rural.
- Manual de Fiscalização Cadastral.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
373082	INCRA Porto Velho/RO
373012	Jaru Ouro Preto
373013	Corumbiara
373014	Guajará-Mirim

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
Não se aplica a natureza da UJ.	

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**
Não se aplica a natureza da UJ.	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais

1.2.1. Finalidade

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, criado pelo Decreto-lei nº 1.110 de 09/07/1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, com sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812 de 03/04/2009, tem como finalidades:

I - Promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II - Promover, coordenar, controlar e executar a colonização;

III - Promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e

IV - Gerenciar a estrutura fundiária do país.

1.2.2. Competências Institucionais

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem como principais competências, nos termos da Lei nº. 4.504 de 30/11/1964 - Estatuto da Terra e legislação complementar:

I - Quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:

a) Realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº. 4.504 de 30/11/1964;

b) Definir critérios para fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;

c) Organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural;

d) Identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da Lei nº. 8.629 de 25/021993;

e) Certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma do art. 3º da Lei nº. 10.267 de 28/08/2001;

f) Promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;

g) Promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da Lei nº. 6.383 de 07/12/1976;

h) regularizar as ocupações das terras na forma dos artigos. 97 a 102, da Lei nº. 4.504 de 30/11/1964;

i) Controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros; e

j) Promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

II - Quanto à obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:

a) Promover as desapropriações, por interesse social, para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;

b) Criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;

c) Promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;

d) Incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº. 4.504 de 30/11/1964 e da Lei n. º 8.257 de 26/11/1991;

e) Promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;

f) Promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e

g) Fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.

III - Quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:

a) Garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infra-estrutura básica;

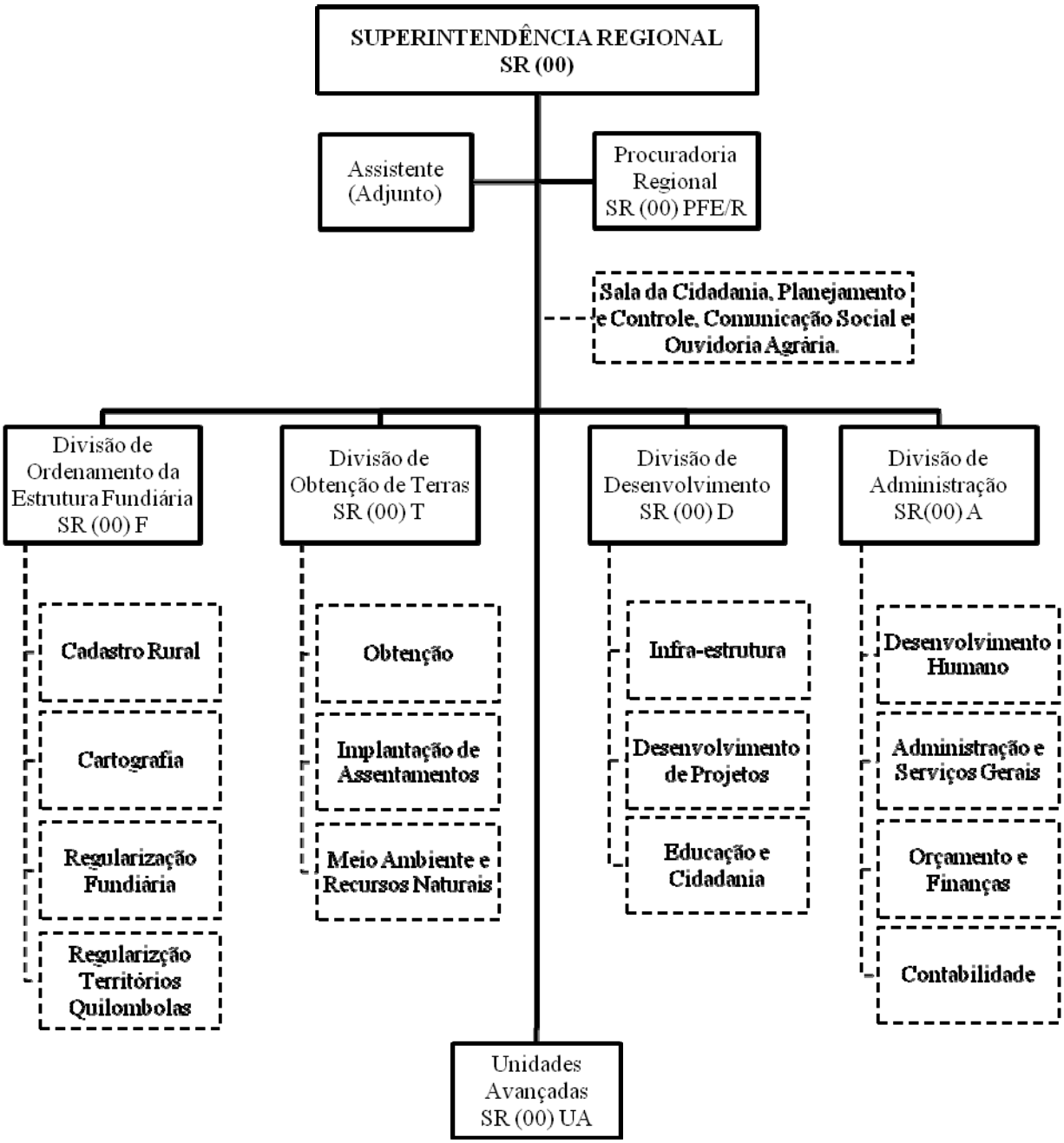
b) Promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;

c) Proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para o público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e

d) Promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

1.3. Organograma Funcional

A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma abaixo foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/03/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 03/04/2009 e Portaria nº 20 de 08/04/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura e estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores:



As Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem estrutura, atribuições e competências estabelecidas através do Decreto nº 6.812 de 03/04/2009 e Portaria nº 20 de 08/04/2009, conforme transcrito abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) - Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações;

f) coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos;

Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denuncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de

convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de

gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no

âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES.

V) À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos.

Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA oficialmente não mapeou os seus macroprocessos, existem estudos, mas ao longo do exercício de 2012 esses não haviam sido estabelecidos.

Regimentalmente bem como na estrutura atual se identificam percepções das funções da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, assim, conforme matrizes dispostas na tabela abaixo se apresentam 05 (cinco) macroprocessos, com seus respectivos processos, produtos, clientes e necessidades.

Tabela 01. Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSO: OBTENÇÃO DE TERRAS			
Tem por objetivo coordenar, regulamentar, orientar e supervisionar as atividades de aquisição, desapropriação e incorporação de terras ao patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; as atividades de seleção de famílias, promoção do acesso à terra e criação de projetos de reforma agrária; e aproveitamento sustentável do meio-ambiente e dos recursos naturais nos Projetos de Assentamento.			
Processo	**Produto**	**Cliente**	**Necessidade**
- Obtenção - Implantação de Assentamentos - Meio Ambiente e Recursos Naturais	- Imóvel adquirido / desapropriado. - Projeto de Assentamento criado. - Licenciamento protocolado.	Agricultores rurais sem terra.	*- Democratizar o acesso a terra, bem como contribuir para o combate da pobreza no meio rural.* *- Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.*
MACROPROCESSO: DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS			
Tem por objetivo coordenar, supervisionar e normatizar o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento; integrar políticas públicas e ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para garantir o desenvolvimento sustentável, econômico e social dos Projetos de Assentamento.			
Processo	**Produto**	**Cliente**	**Necessidade**
- Infraestrutura - Desenvolvimento de Projetos - ATER - Crédito - Educação e Cidadania	- Estrada construída / recuperada. - Projeto de Assentamento sustentável. - Atendimento com assistência técnica. - Crédito concedido. - Agricultor escolarizado.	Famílias assentadas da Reforma Agrária.	*- Qualificar e consolidar os Projetos de Assentamento desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, Agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.* *- Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.*

MACROPROCESSO: ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA			
Tem por objetivo normatizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de implantação, fiscalização e manutenção dos cadastros integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR; de natureza cartográfica, incluindo ações de georreferenciamento; de discriminação, arrecadação, destinação, controle e titulação em terras devolutas e públicas federais; de ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira; de controle do arrendamento e da aquisição de terras por estrangeiros; e de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas.			
Processo	**Produto**	**Cliente**	**Necessidade**
- Cadastro Rural - Cartografia - Regularização Fundiária - Quilombolas	- Sistemas cadastrais. - Certificação emitida. - Imóveis regularizados. - Comunidade de remanescentes de quilombos regularizados.	Posseiros da agricultura familiar, comunidades tradicionais e quilombolas.	*Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do INCRA, realizar a fiscalização das informações cadastrais e da função social da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.*

Os responsáveis pelos macroprocessos finalísticos são designados chefes de Divisão por meio de Portarias publicadas no Diário Oficial da União - DOU, contudo os responsáveis diretos pelos processos em sua grande maioria não representam cargos com quaisquer bônus.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Assim como os macroprocessos finalísticos, os macroprocessos de apoio são representações das percepções das funções identificadas na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 02. Macroprocessos de Apoio

MACROPROCESSO: GESTÃO ADMINSTRATIVA			
Tem por objetivo Propor atos normativos, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de administração orçamentária e financeira, contabilidade, recursos humanos e serviços gerais.			
Processo	**Produto**	**Cliente**	**Necessidade**
- Desenvolvimento Humano - Serviços Gerais - Orçamento e Finanças - Contabilidade - Transporte - Licitação e Convênios	- Servidores capacitados. - Atividades consideradas finalísticas com o devido suporte administrativo.	Servidores, terceirizados e estagiários.	*- Propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos.* *- estruturar, executar e acompanhar as atividades de licitação e contratos, administração de bens patrimoniais e de serviços gerais.* *- Coordenar, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades de administração e execução orçamentária e financeira, créditos e financiamentos.* *- Realizar todos os atos administrativos necessários ao suporte das atividades consideradas finalísticas do INCRA.*

MACROPROCESSO: GESTÃO ESTRATÉGICA			
Tem por objetivo coordenar, monitorar e avaliar, em articulação com os órgãos da Administração Pública Federal, as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de programação orçamentária, os planos relativos às políticas de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária, compatibilizando as diretrizes estratégicas da Autarquia com os projetos de desenvolvimento de recursos humanos, formulação e avaliação orçamentária, gestão da informação e programas de avaliação do desempenho gerencial.			
Processo	**Produto**	**Cliente**	**Necessidade**
- Planejamento - Monitoramento - Controle - Tecnologia da Informação	- Atividades finalísticas planejadas e monitoradas. - Questões de tecnologia da informação geridas.	Servidores.	*- Coordenar e acompanhar a elaboração de planos, programas, ações e metas.* *- Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento do Plano de Compromisso e suas reformulações.* *- Coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilizar informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas.* *- Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas.* *- Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão.* *- Realizar gestão da tecnologia da informação.*

Os macroprocessos, em número de 05 (cinco), sendo 03 (três) finalísticos e 02 (dois) de apoio, apresentados acima, demonstram como a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO trabalha no cumprimento de sua missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

1.6. Principais Parceiros

No desenvolvimento de suas atividades, ao longo de 2012, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO teve a contribuição de diversos parceiros externos a Autarquia, que se destacam os apresentados abaixo:

a) Na Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural as prefeitura são as principais parceiras, contando com 08 (oito) Unidades Municipais de Cadastro implantadas;

b) Na Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas as Associações dos assentados, a empresa contratada para a prestação de assistência técnica nos assentamentos e o agente financeiro (Banco do Brasil) foram os principais parceiros na implementação das diversas modalidades do crédito instalação;

c) Na Ação 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito-Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária a empresa contratada para a prestação de assistência técnica tem sido parceira no levantamento de demandas e identificação das situações de inadimplência no cumprimento dos prazos para conclusão de obras de construção e reforma o que resulta numa intervenção mais rápida dos aplicadores de crédito junto aos assentados;

d) Na Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento os principais parceiros são as Associações dos Agricultores existentes no interior dos Projetos de Assentamentos e as Prefeituras Municipais, por meios de entendimentos informais. As associações, através de seus dirigentes, indicam as metas, acompanham e auxiliam nos levantamentos dos trechos a serem trabalhados, fornecem subsídios nas coletas de dados para

elaboração dos projetos técnicos; e as Prefeituras tem otimizado as execuções das obras, procedendo suas atividades de manutenção das vicinais existentes e interligando-as aos trechos patrocinados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e incluídos nas malhas viárias assistidas pelo transportes escolar público, em beneficio da coletividade;

e) Na Ação 4470 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária, através dos contratos se registram os parceiros como SENAR e Prefeituras Municipais por meio de suas secretárias de Educação, Saúde e Social, Transporte (Estradas). São fundamentais essas parcerias, principalmente para o desenvolvimento dos trabalhos das equipes técnicas nos Projetos de Assentamentos.

f) Na Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação entre os principais parceiros, figuraram os governos Municipais, o Governo Estadual, além de entidades filantrópicas e prestadores de serviços terceirizados, bem como a parceria imprescindível da Controladoria Geral da União - CGU e a Advocacia Geral da União - AGU.

g) O principal parceiro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para assuntos de Tecnologia da Informação - TI é o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO com o qual esta Autarquia possui contrato para acesso aos diversos sistemas governamentais como: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, Sistema de Convênios do Governo Federal - SICONV e Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP. Sendo esses contratos geridos pela Diretoria de Gestão Administrativa - DA localizada na Sede nacional em Brasília-DF.

h) Nas ações do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, contudo, com a participação efetiva da força de trabalho e recursos materiais, havendo ainda a disponibilidade orçamentária para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, muitos são os parceiros, em especial a CEPLAC, INSS, MTE, IICC, DER, EMATER, MPA, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Agricultura, Caixa Econômica, Shopping Cidadão, STTR, CPT, Fetagro, MST, entre outros.

Assim, conforme demonstrado acima, em diversas ações desenvolvidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO somente serão possíveis através da efetivação e mediante a participação ativa de outros órgãos parceiros, nesta esteira, figuram os Governos Municipais, os Governos Estaduais, incluindo aí todos os Poderes constituídos, além de diversas instituições não governamentais que atuam em parceria com o poder público no sentido de alcançar os objetivos delineados nos planos de governo visando o atendimento dos anseios da sociedade.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1. Planejamento Estratégico

A seguir serão apresentadas informações sobre o planejamento estratégico da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, contemplando:

2.1.1. Período de abrangência do plano estratégico

O período de abrangência do planejamento estratégico a ser demonstrado foi o exercício de 2012.

2.1.2. Vinculação do plano estratégico

O plano estratégico da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi elaborado com base no Plano Plurianual - PPA através documento denominado Plano de Compromisso - PC / 2012 para o qual foram construídas estratégias visando o alcance das metas físicas, com a utilização de recursos previamente definidos. Plano estratégico esse a ser apresentado neste item e com maiores detalhes ao longo do presente Relatório de Gestão no momento de análises sobre as ações desenvolvidas.

2.1.3. Principais objetivos estratégicos

O planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida, visando um maior grau de interação com o ambiente. Trata-se de um processo contínuo durante o qual são definidos e revisados, em especial, os objetivos e os projetos de intervenção que visam a mudança desejada.

Permite, com isso, que todos os esforços realizados, em qualquer área, tenham unidade e sejam coerentes com o objetivo único de obter um desempenho superior.

Assim, os principais objetivos estratégicos que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou durante o exercício de 2012, ao gerenciar e executar programas e ações e cumprir suas atribuições foram:

a) Eficiência operacional;
b) Fiscalizar a função social dos imóveis rurais;
c) Democratizar o acesso e o direito a terra de maneira a implementar a reforma agrária;
d) Promover a reforma agrária através da qualificação dos assentamentos e das famílias;
e) Implementar a reforma agrária de forma participativa;
f) Reduzir a violência e pobreza no campo; e
g) Gestão e participação social.

Esses objetivos foram mensurados através da apresentação de indicadores, constantes no item 2.4. a seguir.

2.1.4. Principais ações planejadas

A seguir serão apresentadas as ações planejadas para que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO pudesse atingir, ao longo de 2012, os objetivos estratégicos estabelecidos.

Tabela 03. Principais Ações Planejadas no Exercício de 2012

Valores em R$ 1,00

Programa / Ação	Produto / Unidade	Plano de Compromisso / 2012		Execução 2012		% de Execução 2012	
		Limite Orçamentário	Meta Física	Orçamentário	Físico	Orçamentário	Físico
Programa: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária							
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel gerenciado	24.687,00	1.371	74.409,60	11.575	301,41%	844,27%
4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel georreferenciado	10.000,00	13	81.499,88	0	815,00%	0,00%
8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada (hectares)	106.300,00	24.800	151.945,22	61.807,5243	142,94%	249,22%
4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área obtida (hectares)	2.837.966,00	1.950	673.815,23	3.550,5936	23,74%	182,08%
8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada	81.652,00	600	93.407,18	1.003	114,40%	167,17%
8374 - Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária	Licença ambiental protocolada	36.400,00	3	22.950,18	6	63,05%	200,00%
0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	Família atendida	17.766.226,00	790	10.530.800,00	1.290	59,27%	163,29%
20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito-Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito supervisionado	255.050,00	567	314.946,43	905	123,48%	159,61%
8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família atendida	35.400,00	96	57.848,27	3.174	163,41%	3.306,25%
8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família atendida	4.611.975,00	626	3.274.722,46	494	71,00%	78,91%
4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Documento de titulação expedido	95.178,00	718	95.164,15	799	99,99%	111,28%
2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	Assentamento beneficiado / monitorado	25.000,00	3	0,00	0	0,00%	0,00%

Programa / Ação	Produto / Unidade	Plano de Compromisso / 2012		Execução 2012		% de Execução 2012	
		Limite Orçamentário	Meta Física	Orçamentário	Físico	Orçamentário	Físico
Programa: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária							
4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família Beneficiada	34.000,00	80	30.514,50	0	89,75%	0,00%
8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária	Profissional formado	1.257.248,00	200	532.390,82	93	42,35%	46,50%
Programa 2012 - Agricultura Familiar							
4470 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Família atendida	7.016.662,00	6.799	724.700,11	12.094	10,33%	177,88%
Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e promoção da Igualdade Racial							
20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida (hectares)	38.109,00	95	33.763,62	0	88,60%	0,00%
Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário							
2000 - Administração da Unidade	Não há	3.388.823,00	Não há	3.491.918,50	Não há	103,04%	Não há
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor Capacitado	31.635,00	46	46.578,51	134	147,24%	291,30%
2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	Não há	0,00	Não há	638.981,59	Não há	Não há	Não há

Fonte: Plano de Compromisso / 2012, SIAFI 2012 e Módulo de Monitoramento.

Todos os Programas e suas correspondentes ações constantes do plano estratégico de atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO têm vinculação direta e estão previstos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, bem como são de estrita competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a sua implementação.

Destaca-se que algumas ações, como 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol, e 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas, mesmo sob um Plano de Compromisso que previa disponibilidade orçamentária, esse não foi efetivado ao longo de 2012, sendo realizadas atividades diversas, contudo, que não culminaram no alcance de metas, mas importantes no processo que antecede esse objetivo.

Através dos aspectos apresentados na tabela acima se verifica sucesso no atingimento dos objetivos propostos para o exercício de 2012, mesmo na ocorrência de diversos problemas de execução como contingenciamento de recursos orçamentários e a reduzida capacidade operacional em comparação a elevada demanda existente no Estado de Rondônia, das quais se destacam:

a) A Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural que teve maior aporte de recursos orçamentários, bem como muitas de suas atividades, que culminam no alcance da meta, não necessariamente precisam de recurso;

b) Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais que teve maior aporte de recurso o que possibilitou o alcance de 249,22% da meta inicialmente estabelecida, o que, no entanto, ressalta-se que muitos trabalhos de campos não possuem seu correspondente resultado que é a emissão de laudos de vistoria, que estão ainda em fase de conclusão;

c) Ação 4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária que teve superação na ordem de 182,08% da meta somente sendo possível devido a disponibilidade para pagamento de imóvel com área inferior ao previsto no Plano de Compromisso.

d) Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária que teve superação na meta física de 167,17% sendo possível pela suplementação de recursos bem como o efetivo assentamento de famílias em Projetos de Assentamentos criados ao final do exercício e 2011;

e) Ação 8374 - Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária que teve a meta ajustada de acordo com o contingenciamento de recursos acarretando na definição de metas abaixo da média de execução;

f) Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas que mesmo tendo redução nos valores disponibilizados percebe-se superação na meta física na ordem de 163,29% principalmente em decorrência das possibilidades de aplicação nas diversas modalidades de crédito;

g) Ação 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária que por ser uma ação nova criada pelo Plano Plurianual - PPA 2012-2015 estimou-se abaixo das necessidades efetivas de supervisão dos créditos, percebendo com isso na superação de meta;

h) Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projeto de Assentamento que não foi efetivado nenhum contrato novo ao longo de 2012, mas que no entanto, houve superação da meta devido a conclusão de atividades iniciadas em exercícios anteriores;

i) Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária teve superação na meta - 111,28%, devido principalmente a esforços administrativos, tendo em vista que a maioria das atividades que culminam na expedição de documentos provisórios, Contratos de Concessão de Uso - CCU, não onerarem o orçamento;

j) Ação 4470 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária teve superação de meta física - 177,88%, principalmente pela disponibilidade orçamentária, mesmo essa ocorrendo de forma parcelada e maior parte ficando inscrito em restos a pagar, onde o empenho dos servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi determinante para possibilitar a assinatura de novos contratos ao longo de 2012, bem como efetivar aditivo de contrato que teve inicio em exercícios anteriores; e

k) Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação que teve sua meta física superada em 291,30% tanto pela disponibilidade de mais recursos orçamentários que o inicialmente previsto quanto pelas atividades desenvolvidas pelos servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO em realizar capacitações que não onerassem o orçamento.

Em síntese, esses fatos somente representam uma introdução de algumas das competências e atividades realizadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2012, onde seus conteúdos e especificidades serão detalhados no decorrer do presente relatório de gestão.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Seguem informações sobre as estratégias adotadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para atingir os objetivos estratégicos do exercício de 2012, especialmente sobre:

2.2.1. Avaliação dos riscos

No exercício de 2012 não foram realizadas avaliações dos ricos que poderiam prejudicar ou impedir a realização dos objetivos estratégicos, uma vez que esses haviam sido analisados ao longo dos últimos anos, principalmente para a construção do novo Plano Plurianual - PPA, portanto a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou estratégias de atuação e execução de atividades de forma contínua na tentativa de superação desses riscos, internos ou externos.

2.2.2. Revisão de macroprocessos

Considerando que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA não realizou oficialmente o mapeamento dos macroprocessos, portanto esses não tiveram revisão.

2.2.3. Adequações na estrutura

Foram realizadas modestas adequações tecnológica e imobiliária, tendo em vista a pouca disponibilidade orçamentária, contudo essas visaram reestruturação e melhorias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;

2.2.4. Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou ao longo do exercício de 2012 uma orquestração da comunicação com as tomadas de decisão e escolha de mensagens e canais com o alinhamento estratégico. Entendendo como fundamental a articulação entre as diversas áreas institucionais para o alcance dos objetivos traçados e o papel essencial dos servidores nesse aspecto e na geração de atitudes engajadas e duradouras para a organização.

Dessa forma, desde a formulação das metas pontuais até o objetivo institucional, são etapas discutidas entre servidores, gestores, chefias e, inclusive entidades afins. Acredita-se assim aprimorar a capacidade comunicativa das partes, a partir do ponto em que cada qual teve um papel preponderante para a definição de metas e objetivos, buscando assim motivar os colaboradores e criar uma cultura organizacional participativa.

Os laços de estratégias comunicativas se dão em forma variadas. Colaboram para esse fim os meios de comunicação interna disponíveis, tais como reuniões setoriais, eventos, comunicações oficiais, informes em rede (intranet e e-mails institucionais), murais, entre outros.

2.2.5. Principais estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos

As principais estratégias de atuação frente aos objetivos listados no item 2.1.3. foram os destacados abaixo:

a) **Eficiência operacional**: Aprimorando a gestão dos processos de trabalho, reduzindo despesas, aperfeiçoando a comunicação interna e incentivando práticas que conduzam à inovação e à agilidade nas entregas;

b) **Fiscalizar a função social dos imóveis rurais**: Enquanto órgão regulador, fiscalizador e gestor da reforma agrária, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos assentados, promover uma produção agrícola e ecológica sustentável e viável. Objetivando pela sustentabilidade por meio da produção de alimentos e insumos para inserir as famílias assentadas numa cadeia produtiva, gerando a autossuficiência dessas;

c) **Democratizar o acesso e o direito a terra de maneira a implementar a reforma agrária**: implementando a reforma agrária por meio da criação e/ou reconhecimento de

assentamentos sustentáveis, regularizando terras públicas a serem destinadas, promovendo uma gestão mais organizada e justa da estrutura fundiária no Estado de Rondônia; tudo isso, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, para que ocorra uma desconcentração da estrutura fundiária, atualmente composta em sua imensa maioria por latifúndios;

d) **Promover a reforma agrária através da qualificação dos assentamentos e das famílias**: promovendo o acesso a uma infraestrutura básica, também mediante o licenciamento ambiental, acesso ao crédito, assessoria técnica e consultorias gratuitas para que possam aproveitar da melhor maneira possível os recursos das terras em que passarem a habitar e produzir; acesso aos serviços públicos básicos assegurados em constituição, como saúde, educação, esporte, cultura e lazer, de forma a promover o cumprimento de direitos civis, trabalhistas, além da promoção da paz no campo, que se faz necessária;

e) **Implementar a reforma agrária de forma participativa**: visando sempre os princípios de legalidade, da moralidade e da impessoalidade, formando sólidas parcerias com o Estado, municípios e organizações, enfim, pessoas interessadas na promoção dessas iniciativas, fomentando a civilidade e a cidadania, através de uma publicidade eficaz, fortalecendo assim o conceito de uma sociedade civil organizada;

f) **Reduzir a violência e a pobreza no campo**: promovendo a equidade na distribuição de terras evitando conflitos que venham a prejudicar e causar dolo às pessoas no decorrer de disputas por posse de terras, e priorizando a inclusão produtiva com abordagem territorial; e

g) **Gestão e participação social**: consolidando a gestão social como mecanismo de governança do desenvolvimento, aprimorando processos e espaços de participação social e instrumentos de formulação, monitoramento e controle das políticas públicas.

Cumpre ressaltar, a propósito, que a agricultura familiar é uma forma de produção presente em todo mundo, e no Brasil é o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas.

Desta forma, a Reforma Agrária tem que gerar integração. Seu êxito não pode ser medido apenas pelo número de famílias assentadas, mas principalmente, pela contribuição dessas famílias no desenvolvimento da região onde estão inseridas.

Como conseqüência deve gerar qualidade de vida, influenciando de forma positiva tanto social, econômica como ambientalmente.

O desafio é harmonizar as estratégias de desenvolvimento Regional, articulando políticas públicas em sintonia com as necessidades das populações, tendo como eixo a agricultura familiar e a Reforma Agrária.

Nesse contexto, há que se pensar em articulações e união de forças entre esta Autarquia, Estado, municípios, as associações e a sociedade civil para o alcance dos objetivos traçados.

E, ao longo do exercício foram identificadas oportunidades e ameaças no alcance dos objetivos propostos, contudo não se perdeu o foco, e todas as atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tiveram o direcionamento para superação.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Abaixo segue demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando:

2.3.1. Resultado das ações planejadas

O Plano Plurianual - PPA 2012-2015 estabelece como competência ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA proceder atividades em 04 (quatro) programas e suas respectivas 19 (dezenove) ações.

Para as quais 02 (duas) ações não prevêem estabelecimento de metas; 04 (quatro) ações não receberam recursos orçamentários em contrapartida também não houve alcance das metas; 02

(duas) ações tiveram o resultado abaixo do estabelecido como meta anual; e 11 (onze) ações ou 58% das planejadas tiveram superação das metas inicialmente estabelecidas.

2.3.2. Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de algumas metas

Foram 02 (duas) ações que não tiveram o atingimento das metas inicialmente estabelecidas, conforme descrito abaixo:

a) Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento que não alcançou a meta inicialmente estabelecida principalmente em decorrência do contingenciamento orçamentário que foi disponibilizado 71% do orçamento previsto no Plano de Compromisso - PC 2012, bem como a meta foi de 494 (quatrocentos e noventa e quatro) famílias representando uma execução de 78,91% da meta física; e

b) Ação 8370 - Capacitação e Formação de Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária que formou 93 (noventa e três) profissionais representando o alcance de 46,50% da meta inicialmente estabelecida, o que poderia ter sido superada não fosse a disponibilidade orçamentária ter ocorrido somente ao final do exercício quando da formalização de 02 (dois) novos convênios que foram publicados em janeiro de 2013.

2.3.3. Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos

Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ficam evidentes através da demonstração da tabela acima, que representam positivamente no seu alcance e até sua superação, o que ainda poderiam ser melhores se a força de trabalho acompanhasse em números o aumento da demanda no Estado de Rondônia.

O conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do exercício de 2012 representa o aperfeiçoamento do serviço a prestado à disposição da sociedade pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA assim esses poderão ser melhor visualizados no decorrer do presente relatório de gestão quando da análise de cada uma das ações.

2.4. Indicadores

Seguem informações sobre os indicadores utilizados pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de Imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de Gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Reais / hectare	(Valor total de indenizações (desapropriações) ou pagamento (aquisição) em R$, no exercício, dividido pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício) no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras - gastos na Ação 4460 - SIAFI e SIR. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação - conforme a publicação do Decreto - SIR e SIPRA.	(673.899,72 / 3.550,5936) = 189,79
Índice de Protocolos de Licença Ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA (s) com processo de licenciamento ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA (s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de licenças ambientais protocoladas no exercício, dividido pelo número de licenças ambientais expedidas no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de PA (s) com licença ambiental protocolada - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade de PA (s) com licença ambiental expedida - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	(6 / 24) * 100 = 25
Índice de Projetos de Assentamentos com Licença Ambiental em Vigor	Indica o percentual de PA (s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de assentamentos com licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade total de PA (s) federais - SIPRA.	(24 / 208) * 100 = 11,54

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de PDA / PRA	Expressa a quantidade de projetos de assentamento com PDA / PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de projetos de assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de assentamentos jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de assentamentos com PDA / PRA aprovado pelo INCRA - SIR. Quantidade total de assentamentos jurisdicionados - SIPRA.	(94 / 208) * 100 = 45,19
Índice de Acesso a Estradas Transitáveis ou Outras Vias de Transporte Adequado ao Escoamento da Produção até as Unidades Produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício - conforme avaliado pelas equipes de assistência técnica atuantes nos PA (s) e SIR. Número total de famílias assentadas no exercício - SIPRA.	(494 / 1.003) * 100 = 49,28
Índice de Acesso a Moradia nos Assentamentos	Expressa o acesso à moradias nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício - conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR. Número de famílias assentadas no exercício - conforme constante do Sistema SIPRA.	(366 / 1.003) * 100 = 36,49

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício - Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR.	Foram emitidos 377 DAP A, e somente efetivado 01 contrato de PRONAF A.
Índice de Provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade de famílias atendidas pela assistência técnica.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de famílias atendidas por assistência técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por atendidas por assistência técnica. Número de famílias dos À (s) - conforme informação constante no SIPRA.	(12.094 / 21.353) * 100 = 56,64
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas - conforme informação a ser controlada nos Sistemas SIPRA / SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação - SIPRA / SIR.	(594 / 21.353) * 100 = 2,76
Número de Projetos Ambientalmente Diferenciados Implantados	Expressa o número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias INCRA nºs 268/1996, 477/1999, 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período - SIPRA e definição das Portarias INCRA nºs 268/1996, 477/1999, 1.141/2003 e 215/2006.	0
Índice de Consolidação de Assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de famílias assentadas em PA (s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA (s) criados pelo INCRA, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA (s) consolidados, conforme NE 09/2001 - SIPRA e apurado pela assistência técnica. Número total de famílias existentes nos PA (s) criados pelo INCRA - SIPRA.	(16.292 / 21.353) * 100 = 76,29

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5.868/1972, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividida pela superfície total da área abrangida pela jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha)) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados - disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) - conforme disponível em www.ibge.gov.br.	(31.112.076,97 / 23.757.621,20) * 100 = 130,95
Índice de Análise de Processos de Certificação de Imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício - conforme indicado nos Sistemas SISPROT, SIR e Comitês de Certificação Estaduais. Número de processos de certificação protocolados no exercício - conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês de Certificação Estaduais.	(181 / 277) * 100 = 65,34
Indicador	**Descrição**	**Agregação**	**Classificação**	**Periodicidade**	**Unidade**	**Fórmula**	**Fonte**	**Resultado**
Área: Gestão Administrativa								
Índice de Abrangência de Capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação em face de todo o corpo funcional.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da autarquia.	(134 / 316) * 100 = 42,40
Índice de Horas de Capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Horas / funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	(2.787 / 316) = 8,82

2.4.1. Da Utilidade dos Indicadores Institucionais

A utilidade dos indicadores de desempenho está intimamente relacionada à capacidade de comunicar o que é realmente importante e influencia as pessoas a fazerem as coisas certas, assim o modelo procurado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO busca ajudar os gestores a articular, descrever, comunicar, implementar e monitorar suas estratégias em todos os níveis da organização. Isso é conseguido conectando objetivos, iniciativas e medições à estratégia organizacional.

Os indicadores apresentados buscam transmitir uma clara e forte mensagem para toda a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO sobre o que é importante e o que se espera de cada um e como cada Setor / Divisão ou servidor será avaliado. O perfeito entendimento da estratégia, papéis e responsabilidades é a condição essencial para se conseguir o comprometimento e engajamento de todos.

Com isso, através do conjunto de indicadores apresentados no subitem acima, bem como alguns outros, nacionalmente estabelecidos, foi possível prover os meios para monitorar as tendências, detectar os desvios dos objetivos, localizar as causas primárias de desempenhos insatisfatórios, procurar explicações e obter respostas.

Com o enfoque equilibrado entre indicadores de resultados e indicadores de atividades e ações, foi possível implementar não só medições de fatos passados mas, especialmente, medições sinalizadoras de tendências (indicadores de processos) que permitiram a identificação e correção em algumas falhas existentes, contribuíram sobremaneira no processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA da Autarquia, bem como o estabelecimento das estratégias de atuação de longo, médio e curto prazo.

2.4.2. Da Mensurabilidade dos Indicadores Institucionais

Entende-se que o conjunto de indicadores apresentados permite medir a capacidade do sucesso ou insucesso dos resultados almejados, uma vez que foram definidos alguns passos no planejamento e no monitoramento; definem o sentido e o alcance dos programas e suas respectivas ações; medem ainda o alcance dos objetivos; e podem ser facilmente verificados através das fontes informadas.

2.4.3. Análise Crítica dos Indicadores Institucionais

Importante esclarecer alguns dados, dos quais: a forma como verificados os números considerados para famílias assentadas e a quantidade projetos de assentamento que podem ser atendidos com atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no nível de agregação:

a) Dos 208 (duzentos e um) Projetos de Assentamento jurisdicionados a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, somente 135 (cento e trinta e cinco) projetos de assentamento estão na fase de consolidação, logo, excluiu-se os 45 (quarenta e cinco) projetos de assentamento consolidados e as 28 (vinte e oito) Reservas Extrativistas; e

b) Das 38.163 (trinta e oito mil cento e sessenta e três) famílias assentadas no Estado de Rondônia, somente 21.353 (vinte e uma trezentos e cinqüenta e três) famílias estão assentadas em projetos de assentamento em fase de consolidação, logo, excluíram-se as 16.292 (dezesseis mil duzentos e noventa e duas) famílias assentadas nos projetos de assentamento consolidados e as 518 (quinhentos e dezoito) famílias reconhecidas nas Reservas Extrativistas.

Somada a utilização dos referidos indicadores ainda foram promovidas, no exercício de 2012, reuniões com o objetivo de analisar a gestão das atividades desempenhadas, e o alcance ou não das metas planejadas, assim, gradativamente esses indicadores, vêm sendo utilizados com instrumento de análise quanto ao direcionamento das ações empreendidas, bem como foi possível identificar que os resultados, em sua maioria, representam uma execução muito aquém da demanda existente no Estado de Rondônia, fato esse decorrente dos diversos fatores mencionados ao longo do presente relatório de gestão.

Portanto, se pode afirmar que os indicadores apresentados acima possuem efetiva aplicação, uma vez que auxiliam os gestores desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO na tomada de decisões. E, após sua apresentação através da prestação de contas é feita divulgação, em âmbito da Regional, tanto para conhecimento dos bons resultados, quanto para a verificação das providências a serem realizadas no exercício visando melhoramentos.

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1. Estrutura Orgânica de Controle

A Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA está inserida exclusivamente na estrutura da Sede em Brasília-DF, não fazendo assim parte fisicamente na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, portanto, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília em consonância com seus normativos regulamentadores.

A seguir informações de como está estruturada a área de Auditoria Interna e de como é feito o acompanhamento dos resultados de seus trabalhos:

De acordo com a estrutura básica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, aprovado pelo Decreto nº 6.812 de 03/04/2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura da Autarquia e a ela compete:

I - Assessorar o Conselho Diretor para cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - Prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - Planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV - Subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O regimento interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08/04/2009, estabelece em seu artigo 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - Assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - Prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - Planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive, nos órgãos e unidades descentralizadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

IV - Subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e ns ações voltadas para a modernização institucional.

V - Examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - Elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - Analisar as contas e o balanço do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

3.2. Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Análise Crítica:
Conforme demonstrado no item acima a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não possui oficialmente em sua estrutura física setor ou órgão correspondente a Auditoria Interna que tem suas atividades exclusivamente atreladas a Sede em Brasília-DF, contudo observa-se na prática alguns elementos característicos, em especial no Setor de Planejamento e Controle que desempenha algumas funções, de suma importância no contexto operacional da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, que mesmo com a deficiência no quadro de pessoal, desenvolve seu papel, principalmente, no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das ações físicas, bem como nas orientações aos gestores quanto a elaboração e detalhamento do Plano de Compromisso - PC.

Escala de valores da Avaliação:
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

A metodologia utilizada para o preenchimento do quadro acima foi a realização de reunião com o rol responsáveis, por esses representam as áreas estratégicas desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, com isso, chegou-se a consenso ou escolha pela alternativa mais aceita e no conhecimento das respostas apresentadas.

Muitas questões se mostraram subjetivas resultando em percepções diversas, ou seja, diferentes níveis de compreensão, o que dificultou o entendimento unânime sobre o que exatamente estava sendo questionado. Sendo assim considerado que as questões deveriam ser mais objetivas, claras e diretas.

3.3. Estrutura e Atividades do Sistema de Correição

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não possui em sua estrutura oficial, Sistema de Correição constituída, existindo, contudo, algumas atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Presidente no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pelos Gabinetes das Superintendências Regionais.

Sendo, no entanto, realizadas algumas atividades, em especial quando identificadas as práticas que necessitam de correição, sendo designadas comissões processantes, ou seja, as Comissões de Sindicâncias e as Comissões de Processos Administrativos Disciplinares - PAD. Que executam os trabalhos no sentido de identificar a materialidade e o objeto, bem como identificar os responsáveis e sugerir as medidas corretivas cabíveis.

Todas as informações alimentam o Sistema de Processo Administrativo Disciplinar - SISPAD, que possui um gestor designado.

A atividade correicional é exercida, na Autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1, vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente; que exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da Autarquia.

No âmbito das Superintendências Regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares, conforme destacado acima. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da Autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vê que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto nº 5.480 de 30/06/2005.

Não obstante, a Autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - Sistema de Gestão e Processos Disciplinares - CGU-PAD e Sistema de Processo Administrativo Disciplinar - SISPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a Autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à Controladoria Geral da União - CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na Autarquia, 338 (trezentos e trinta te oito) servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada ao aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, cuja programação contemplou assuntos específicos, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual existe grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do artigo 6º da Portaria INCRA/P/Nº 191 de 30/06/2009 foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 (trinta) dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das

atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da Autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de proporcionar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto nº 5.480 de 30/06/2005.

Tabela 04. Panorama Geral dos Procedimentos Disciplinares da SR-17/RO

Sindicância Aberta em 2012	Processos Abertos em 2012	Processos Iniciados e Julgados em 2012	Processos Iniciados em Exercícios Anteriores e Julgados em 2012	Processos Iniciados em Exercícios Anteriores e Continuam em Análise
2	2	2	3	5

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano.

Conforme demonstrado na tabela acima foram trabalhados 10 (dez) procedimentos disciplinares ao longo do exercício de 2012 no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

3.4. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043 de 24/07/2007 da Controladoria Geral da União - CGU

Transcrevem-se os artigos 3º ao 5º da Portaria nº 1.043 de 24/07/2007:

"Art. 3º Os Ministérios devem designar um coordenador para ser o responsável pelo cumprimento das disposições desta Portaria nos órgãos e entidades do âmbito de sua Pasta.

§ 1º Para cumprimento do disposto no caput deste artigo, fica estabelecido o prazo de dez dias contados a partir da publicação desta Portaria.

§ 2º O coordenador mencionado no caput deste artigo indicará ao órgão central um servidor ou empregado que será o administrador principal do CGU-PAD no órgão.

Art. 4º Aos órgãos cadastradores referentes aos Ministérios são estabelecidos os seguintes prazos para o registro das informações relativas aos processos disciplinares no CGU-PAD, a contados a partir da publicação desta Portaria:

I - para os processos disciplinares em curso, instaurados após a publicação desta Portaria, sessenta dias;

II - para os processos disciplinares em curso, instaurados antes da publicação desta Portaria, noventa dias;

III - para os processos disciplinares encerrados em 2006 e 2007, antes da vigência desta Portaria, cento e vinte dias.

§ 1º Após os prazos estabelecidos nos incisos I e II, todos os processos disciplinares em curso deverão ter suas informações registradas conforme disposto no art. 1º, § 3º.

§ 2º Os prazos para o registro das informações dos processos disciplinares encerrados antes de 2006 serão estabelecidos por meio de portaria específica expedida pelo Corregedor-Geral da União.

Art. 5º Os órgãos cadastradores devem zelar pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas no CGU-PAD, observadas sempre que cabíveis, as disposições do Decreto nº 4.553 de 27/12/2002".

Considerando que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR17/RO não possui oficialmente em sua estrutura Instância de Correição, o cumprimento das disposições dos artigos. 4º e 5º da Portaria nº 1.043 de 24/07/2007, da Controladoria-Geral da União - CGU ocorre através da Sede em Brasília-DF, com equipe composta por coordenação-adjunta e administradora,

bem como administrador substituto, e em consonância com a Portaria nº 290 de 26/08/2008 que dispõe sobre a política de uso do Sistema de Gestão e Processos Disciplinares - CGU-PAD.

Contudo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA conta com 02 (dois) servidores por cada Superintendência Regional, ou seja, 60 (sessenta) servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 04 (quatro) servidores estão capacitados para sua utilização.

E, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas Superintendências Regionais as dificuldades encontradas são maiores, em especial na manutenção dos dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações. Nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A Controladoria Geral da União - CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a Autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o Sistema de Processo Administrativo Disciplinar - SISPAD, sistema informatizado desenvolvido na Autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Incra.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1. Informações Sobre Programas do Plano Plurianual - PPA

4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos

Os quadros abaixo compreendem as informações sobre os programas temáticos de governo constantes do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 que estiveram total ou parcialmente na responsabilidade da Superintendência Regional do Estado de Rondônia - SR-17/RO no exercício de 2012.

Quadro A.4.1.a - Programa de Governo constante do PPA - Temático - Programa 2066

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2066			
Título	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.			
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d - e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.674.035.000	1.351.073.356	8.423.771.000	
b) Outras Fontes	0	0		
c) Subtotais (a + b)	2.674.035.000	1.351.073.356		
d) Valor Global Previsto no PPA	11.097.806.000			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)				
Despesa Empenhada	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar**		**Valores Pagos**
		Processados	**Não Processados**	
31.807.567,58	15.934.413,92	15.975.524,86	0,00	15.934.413,92
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	**Descrição**			**Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento**
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.			Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.			INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.			INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.			Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	**Descrição**	**Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento**
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Fonte: PPA 2012-2015.

O Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária é retratado no Plano Plurianual - PPA 2012-2015 como sendo a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência representa os desafios de organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade para efetiva implementação da reforma agrária e do ordenamento da estrutura fundiária no país.

É o Programa precípuo de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e como tal é apresentado em todos os seus contornos através da atuação no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2012, no decorrer do presente Relatório de Gestão.

Destaca-se que a orientação estratégica do presente Programa é promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pela Lei n° 4.504 de 30/11/1964 - Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

a) A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária;
b) A produção de alimentos básicos;
c) A geração de ocupação e renda;
d) O combate à fome e à miséria;
e) A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
f) A interiorização dos serviços públicos básicos;
g) A redução da migração campo-cidade;
h) A democratização das estruturas de poder;
i) A promoção da cidadania e da justiça social.

Com isso a visão de longo prazo é a implantação de um modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Quadro A.4.1.b - Programa de Governo constante do PPA - Temático - Programa 2012

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2012			
Título	Agricultura Familiar			
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R$ 1,00)				
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d - e)
		e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		-	-	-
b) Outras Fontes		-	-	
c) Subtotais (a + b)		-	-	
d) Valor Global Previsto no PPA		-		
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)				
Despesa Empenhada	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar**		**Valores Pagos**
		Processados	**Não Processados**	
9.612.331,61	724.700,11	8.887.631,50	0,00	724.700,11
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	**Descrição**			**Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento**
0412	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.			Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Fonte: PPA 2012-2015.

O Programa 2012 - Agricultura Familiar não é considerado de responsabilidade única do Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, contudo a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO executa atividades que visam prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária de forma integral e continuada desde a implantação do Projeto de Assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento Municipal e Regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA ou Plano de Recuperação do Assentamento - PRA. Capacitar os assentados e suas organizações visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Quadro A.4.1.c - Programa de Governo constante do PPA - Temático - Programa 2034

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2034			
Título	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial			
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d - e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	-	-	-	
b) Outras Fontes	-	-		
c) Subtotais (a + b)	-	-		
d) Valor Global Previsto no PPA	-			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)				
Despesa Empenhada	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar**		**Valores Pagos**
		Processados	**Não Processados**	
33.763,62	33.763,62	0,00	0,00	33.763,62
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	**Descrição**			**Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento**
0987	Realizar a regularização fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.			Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Fonte: PPA 2012-2015.

O Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial não é considerado de responsabilidade única do Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, contudo a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO executa atividades que visam assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

As comunidades remanescentes de quilombos, configuram núcleos de resistência com diferentes históricos de formação, abrigando, na sua origem, a população negra escravizada e desprovida de qualquer acesso a políticas públicas, impossibilitada de manifestar sua cidadania e vivendo na absoluta miséria. Internamente, os quilombolas estão agregados, portanto, a partir de uma necessidade de sobrevivência e de uma ancestralidade étnica comum, representada em seus elementos lingüísticos, religiosos, culturais e na sua organização político-social. A terra que ocupam possui um forte significado simbólico, na medida em que se tornou o espaço geográfico necessário para a continuidade e a reprodução do modo de vida quilombola, marcado por modelos produtivos agrícolas e por seu uso coletivo. Conseqüentemente, o território de uma comunidade ficou intimamente relacionado à sua identidade; é o espaço em que se dão as manifestações culturais do grupo, onde se encontram valiosos resquícios arqueológicos e onde acontece a transmissão intergeracional de seu patrimônio material e imaterial. Por outro lado, há várias ameaças que tencionam suas comunidades: a ocupação de suas terras por fazendeiros, empresas ou pelo próprio poder público; a legislação ambiental vigente que não reconhece os direitos das populações tradicionais e, muitas vezes, favorece conflitos nas regiões; o sistema educacional deficitário, em que as escolas não têm a manutenção garantida nem valorizam a cultura local; a completa falta de infraestrutura, como energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico, nos núcleos residenciais; a falta de acesso a programas de saúde.

4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos

A seguir serão elencados os objetivos do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Ressalta-se que não foram listadas as metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária, assim como também não foram consideradas aquelas atividades que não possuem meta anual específica no Plano de Compromissos.

4.1.2.1. Objetivos Vinculados ao Programa 2066

Quadro A.4.2.1.a - Objetivos de programa temático - Objetivo 0418

Identificação do Objetivo						
Código	0418					
Descrição	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.687	81.213,10	81.083,60	74.409,60	6.674,00	0,00	74.409,60

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) **(Ação 2105**)	Imóvel gerenciado	1.371	11.757	24.687	74.409,60
2	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) (**Ação 2105**)	CCIR emitido	Não há	40.662		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2012, não cumpriu totalmente com a fiscalização da aquisição e do arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida, uma vez que os processos administrativos são instaurados, sem, contudo ser proporcionado o devido seguindo, tendo em vista a inexistência de equipe defina para sua efetivação.

Assim como não está cumprindo totalmente a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, para verificar a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais, uma vez que os processos são abertos, porém não houve o devido seguimento pela inexistência de equipe definida para sua continuidade.

Visando aumentar a governança sobre a malha fundiária, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO vem trabalhando no desenvolvimento de mecanismos que proporcionem transparência, qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR passa por um processo de modernização com automação de serviços, como a emissão do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR via internet, inovação que aferiu maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. A atualização de dados por proprietários de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR através da internet, a partir da implantação da e-DP (Declaração Eletrônica de Proprietário) permitirá atualização de dados cadastrais de forma ágil e simplificada. No tema do controle de aquisição de terras por estrangeiros à partir da implantação do Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiros - SISNATE, módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR desenvolvido em 2012, a Autarquia disporá de uma ferramenta que agregará com maior grau de confiabilidade informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros.

A certificação, a partir do advento da Norma de Execução nº 105/2012 que visa dar maior celeridade aos procedimentos, passou a contar com um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos, aptos a fazer e fornecer a certificação, caso não haja impedimentos. Essas mudanças irão impactar diretamente no setor produtivo rural, assim como proporcionará atuação mais direta em situações que se evidenciam conflitos ou distorções, garantindo o dinamismo, transparência e agilidade na certificação de imóveis, assim como orientar ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais.

Quadro A.4.2.1.b - Objetivos de programa temático - Objetivo 0419

Identificação do Objetivo	
Código	0419
Descrição	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000	423.210,95	422.773,61	81.499,88	335.273,73	0,00	81.499,88

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de há (**Ação 4426**)	Hectare certificado	Não há		10.000	81.499,88
2	Georreferenciamento de 4 milhões de hectares, reservadas as competências da Lei 1.952/2009 - Terra Legal (**Ação 4426**)	Imóvel georreferenciado	13			
3	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária (**Ação 2110**)	Imóvel regularizado	Não há	Não há	Não há	Não há
4	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de hectares de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal (**Ação 8378**)	Área diagnosticada	Não há		Não há	Não há

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4426** - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional; **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **8378** - Gestão de Terras Públicas e **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

O estabelecimento de meta física no Plano de Compromisso para o exercício de 2012, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, são para as atividades de responsabilidade direta da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal ou da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA, situada em Brasília-DF, assim as atividades que foram desenvolvidas e os resultados do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal instituído pela Medida Provisória 458 de 20/02/2010 e convertida na Lei 11.952 de 25/06/2010, que criou o Programa Terra Legal serão apresentadas de forma consolidada.

E a utilização dos recursos orçamentários descentralizados visou à manutenção de viaturas oficiais utilizadas ou a disponibilização de materiais de consumo necessários para a equipe de servidores lotados na Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Estado de Rondônia - SRFA-06/RO.

Quadro A.4.2.1.c - Objetivos de programa temático - Objetivo 0420

Identificação do Objetivo	
Código	0420
Descrição	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.730.969	31.028.129,52	29.937.533,12	15.120.434,97	14.925.505,33	0,00	15.120.434,97

Metas do Exercício

Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária)	Projeto criado	Não há	7	Não há	Não há
2	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (**Ação 8387**)	Área vistoriada	24.800	35.003	106.300	151.945,22
3	Obter 1 milhão de hectares (**Ação 4460**)	Área obtida	1.950		2.837.966	
4	Assentar 200 mil famílias (**Ação 8384**)	Família assentada	600	1.003	81.652	93.407,18
5	Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos (**Ação 8374**)	Licença ambiental protocolada	3	6	36.400	22.950,18
6	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher (**Ação 0427**)	Crédito disponibilizado	Não há	38	17.766.226	10.530.800
7	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (**Ação 0427**)	Crédito disponibilizado	Não há	0		
8	Construir e/ou reformar 120 mil casas (**Ação 0427**)	Casa construída	Não há	897		
9	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (**Ação 8396**)	Família atendida	Não há	Não há	4.611.975	3.274.722,4
10	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas (**Ação 8396**)	Km construídos / reformados	113,8	110,9		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária; **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

O Plano Plurianual - PPA 2012-2015 estabelece a execução física de metas que ao longo do exercício de 2012 para as quais se apresentam as seguintes considerações:

a) A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não realiza atividades no sentido de apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas;

b) Ao longo do exercício de 2012 não foram concedidos Crédito Fomento, assim a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não contribui para a meta nacional de conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria;

c) Foram construídas / reformadas 897 (oitocentos e noventa e sete) casas em Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Rondônia no exercício de 2012;

d) A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não realiza atividades no sentido de promover articulação para a construção e reforma de postos de saúde ou de prédios escolares.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA está repassando a base de cadastro de famílias assentadas em 2012, do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA para o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS visando integrar-se ao Cadastro Único, para que as famílias assentadas da Reforma Agrária acessem os demais programas sociais de governo, contribuindo com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural no Brasil.

Quanto à infraestrutura básica oferecida pela a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO nos Projetos de Assentamento é composta prioritariamente pela implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, e em casos pontuais e emergenciais, outros tipos de obras, que irão proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável.

Encontra-se em estudo de viabilidade a concentração das modalidade atuais do Crédito Instalação, com exceção do Apoio Mulher e da Aquisição / Recuperação de Materiais de Construção, numa modalidade única com o intuito de facilitar o controle e acompanhamento da aplicação e acelerar a efetiva aplicação do recurso pelo beneficiário. A modalidade única de crédito terá por fim a geração de emprego e renda.

As exceções acima apontadas são justamente pelo fato de que a modalidade Aquisição de Materiais de Construção será extinta no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pois os recursos destinados a moradia dos beneficiários serão provenientes do programa de governo Minha Casa, Minha Vida. E quanto ao Apoio Mulher, justifica-se a manutenção dessa modalidade face ao seu caráter peculiar de auxílio à mulher assentada em atividades que gerem renda, garantindo-lhe a igualdade de gênero. Registra-se que ainda é preciso aperfeiçoamento, tanto em nível regional quanto central, do acompanhamento e da supervisão da aplicação dos créditos, com vistas à cobrança dos créditos aplicados, e para esse fim encontra-se em desenvolvimento / construção de um sistema informatizado.

Quadro A.4.2.1.d - Objetivos de programa temático - Objetivo 0421

Identificação do Objetivo	
Código	0421
Descrição	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
154.178	129.178,24	128.490,43	125.678,65	2.811,80	0,00	125.678,65

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso (**Ação 4358**)	Documento de titulação expedido	718	799	95.178	95.164,15
2	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento (**Ação 2B06**)	Assentamento beneficiado	3	0	25.000	0,00
3	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização (**Ação 4320**)	Família beneficiada	80	0	34.000	30.514,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e **4320** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Importante diretriz do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é a garantia de infraestrutura básica nos Projetos de Assentamentos (acesso aos lotes e habitação rural), prioritariamente pela integração com os programas água para todos, Luz para Todos, Minha casa Minha vida e PAC Infraestrutura (PAC-2). No ano de 2012 buscou-se a promoção do desenvolvimento sustentável dos Projetos de Assentamento com a geração de renda e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com atividade de manejo de fauna. No mais o Programa Assentamentos Verdes traz uma série de ações concernentes à gestão ambiental para as Superintendências Regionais da Amazônia Legal, que deverão ser definidas e executas a partir de 2013.

O acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar - PRONAF é feito mediante a apresentação de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP. Sendo essa declaração o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas que estão aptas a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa de Financiamento da Agricultura Familiar - PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO é responsável pela emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA. No exercício de 2012 foram emitidas 377 (trezentos e setenta e sete) e DAP A e 04 (quatro) DAP A/C.

Quadro A.4.2.1.e - Objetivos de programa temático - Objetivo 0422

Identificação do Objetivo	
Código	0422
Descrição	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.257.248	1.237.807,64	1.237.686,82	532.390,82	705.296,00	0,00	532.390,82

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atender 8.000 jovens e ou adultos (**Ação 4474**)	Trabalhador escolarizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social (**Ação 6952**)	Profissional capacitado	Não há	Não há	Não há	Não há
3	Manter 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente (**Ação 8370**)	Profissional formado	200	93	1.257.248	532.390,82

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

O Plano Plurianual - PPA 2012-2015 estabelece a execução física de metas que ao longo do exercício de 2012 para as quais se apresentam as seguintes considerações:

Não foram promovidas articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 (duzentas) famílias.

Não foram promovidas articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária.

Não foram promovidas articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária.

Não foram realizadas atividades visando a ampliação das iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos.

Não se realizou atividades visando a manutenção de 10.000 (dez mil) alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente.

Sendo essas metas nacionalmente estabelecidas, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não contribui para o seu alcance, bem como não possui orçamento ou orientações para sua realização.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária , em 2012 proporcionou a continuidade e acesso a cursos por meio de parcerias com instituições de ensino públicas.

E, com o lançamento do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC houve a participação ativa junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Superintendências Regionais para divulgação e trabalhar no levantamento da demanda para o Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC/Campo, visando o acesso da população jovem e adulta das área da Reforma Agrária.

4.1.2.2. Objetivo Vinculado ao Programa 2012

Quadro A.4.2.2 - Objetivos de programa temático - Objetivo 0412

Identificação do Objetivo							
Código		0412					
Descrição		Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.					
Programa		2012 - Agricultura Familiar.					
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
7.016.662	9.616.098,21	9.612.331,61	724.700,11	8.887.631,50	0,00	724.700,11	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária (**Ação 4470**)	Família assistida	6.799	12.094	7.016.622	724.700,11	
2	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado (**Ação 4470**)	Família assistida	Não há	Não há			
3	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres (**Ação 4448**)	Agente formado	Não há	Não há	Não há	Não há	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Ao longo do exercício de 2012 as ações de assistência técnica foram qualificadas em função de:

a) Avanços no processo de elaboração das chamadas públicas, resultando em contratos com metas e atividades mais adequadas a realidade dos Projetos de Assentamento;

b) Procedimentos de fiscalização, acompanhamento e monitoramento executados pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, tanto via sistema

informatizado (SIATER), como nos assentamentos por meio das oficinas de monitoramento e avaliação das atividades contratadas, assim como reuniões e exigências efetivadas junto às equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

c) Ajustes nos valores necessários à execução das metas previstas nos contratos, incluindo os custos referentes aos salários, deslocamentos das equipes (e dos assentados), matérias e outros elementos essenciais ao aprimoramento dos serviços.

Em 2012, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foram atendias com Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER o total de 12.094 (doze mil e noventa e quatro) famílias em 116 (cento e dezesseis) Projetos de Assentamentos, por meio de novas contratações e da renovação de contrato iniciado em exercícios anteriores.

4.1.2.3. Objetivo Vinculado ao Programa 2034

Quadro A.4.2.3 - Objetivos de programa temático - Objetivo 0987

Identificação do Objetivo							
Código		0987					
Descrição		Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.					
Programa		2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.					
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
38.109	38.109,35	33.763,62	33.763,62	0,00	0,00	33.763,62	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares (**Ação 0859**)	Área indenizada	Não há	Não há	Não há	Não há	
2	Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias (**Ação 20T1**)	Área reconhecida	95	0	38.109	33.763,62	
3	Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias (**Ação 20T1**)	RTID publicado	Não há	Não há			
4	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas (**Ação 20T1**)	Título expedido	Não há	Não há			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

O Plano Plurianual - PPA 2012-2015 estabelece a execução física de metas que ao longo do exercício de 2012 para as quais se apresentam as seguintes considerações:

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO informa que não fez contratações ou convênios de nenhum tipo visando a elaboração de Relatórios Antropológicos.

Assim como os territórios quilombolas do Estado de Rondônia estão todos localizados em terras públicas, com isso, não contribui na meta de decretar 120 (cento e vinte) imóveis como de interesse social.

A regularização fundiária de terras quilombolas traduz um procedimento intrinsecamente complexo e moroso, que teve avanços e retrocessos ao longo do exercício de 2012.

4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos

Neste item estão elencadas as iniciativas do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as iniciativas e metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

4.1.3.1. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418

Quadro A.4.3.1 - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01DV

Identificação da Iniciativa							
Código	01DV						
Descrição	Fiscalização cadastral das propriedades rurais.						
Objetivo	0418						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
24.687	81.213,10	81.083,60	74.409,60	6.674,00	0,00	74.409,60	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Imóvel Gerenciado (**Ação 2105**)	Unidade	1.371	11.575	144.000	74.409,60	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

A presente Iniciativa tem como objetivo aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

E, como resultado destacam-se a atualização cadastral em 11.575 (onze mil quinhentos e setenta e cinco) imóveis.

4.1.3.2. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419

Quadro A.4.3.2.a - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01E6

Identificação da Iniciativa							
Código	01E6						
Descrição	Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais.						
Objetivo	0419						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
10.000	423.210,95	422.773,61	81.499,88	335.273,73	0,00	81.499,88	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Imóvel Georreferenciado (**Ação 4426)**	Unidade	13	0	10.000	81.499,88	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4426 -** Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional.

A partir de 2009 a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhadas e no Estado de Rondônia, integrante da Amazônia Legal, as atividades são de responsabilidade direta da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal ou da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA, situada em Brasília-DF, assim as atividades que foram desenvolvidas e os resultados do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal instituído pela Medida Provisória 458 de 20/02/2010 e convertida na Lei 11.952 de 25/06/2010, que criou o Programa Terra Legal serão apresentadas de forma consolidada.

Como resultado da presente Iniciativa tem-se a Certificação de 181 (cento e oitenta e um) imóveis no total de 408.721,9939 has (quatrocentos e oito mil setecentos e vinte e um hectares, noventa e nove ares trinta e nove centiares) de área.

Quadro A.4.3.2.b - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01E7

Identificação da Iniciativa	
Código	01E7
Descrição	Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.
Objetivo	0419
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado (**Ação 2110**)	Unidade	Não há	Não há	Não há	Não há
2	Sistema Mantido (**Ação 2114**)	Unidade	Não há	Não há	Não há	Não há
3	Área Diagnosticada (**Ação 8378**)	Hectares	Não há	Não há	Não há	Não há

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e **8378** - Gestão de Terras Públicas.

A partir de 2009 a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhadas e no Estado de Rondônia, integrante da Amazônia Legal, as atividades são de responsabilidade direta da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal ou da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA, situada em Brasília-DF, assim as atividades que foram desenvolvidas e os resultados do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal instituído pela Medida Provisória 458 de 20/02/2010 e convertida na Lei 11.952 de 25/06/2010, que criou o Programa Terra Legal serão apresentadas de forma consolidada, uma vez que no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não executou nenhuma atividade referente a presente Iniciativa.

4.1.3.3. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420

Quadro A.4.3.3.a - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EK

Identificação da Iniciativa							
Código		01EK					
Descrição		Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista - PAE, o Projeto de Assentamento Florestal - PAF e o Projeto de Assentamento Sustentável - PDS.					
Objetivo		0420					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.944.266	851.332,72	848.475,44	825.760,45	22.714,99	0,00	825.760,45	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área Vistoriada (**Ação 8387**)	Hectares	24.800	61.807,5243	106.300	151.945,22	
2	Área Obtida (**Ação 4460**)	Hectares	1.950	3.550,5936	2.837.966	673.815,23	
3	Área Indenizada (**Ação 20TG**)	Hectares	Não há	Não há	Não há	Não há	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

A presente Iniciativa tem como objetivo principal assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Visando a criação de Projetos de Assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista - PAE, o Projeto de Assentamento Florestal - PAF e o Projeto de Assentamento Sustentável - PDS.

E, como resultado dos trabalhos ao longo do exercício 2012 destacam-se:

a) Foram vistoriados 61.807,5243 has (sessenta e um mil oitocentos e sete hectares cinqüenta e dois ares e quarenta e três centiares) de área; e

b) Foi desapropriada 01 (uma) área com o total de 3.550,5936 has (três mil quinhentos e cinqüenta hectares, cinqüenta e nove ares trinta e seis centiares).

Quadro A.4.3.3.b - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EL

Identificação da Iniciativa							
Código		01EL					
Descrição		Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.					
Objetivo		0420					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada		Liquidada	Processados	Não Processados	
81.652	107.426,00	106.407,18		93.407,18	13.000,00	0,00	93.407,18
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)		Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família assentada (**Ação 8384**)		Unidade	600	1.003	81.652	93.407,18

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A presente Iniciativa tem como objetivo assentar famílias, público da Reforma Agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar Projetos de Assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental e proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Visando o gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da Reforma Agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes de Projetos de Assentamento.

E, como resultado dos trabalhos desenvolvidos em 2012 tem-se o assentamento a 1.003 (um mil e três) famílias.

Quadro A.4.3.3.c - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EO

Identificação da Iniciativa							
Código	01EO						
Descrição	Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.						
Objetivo	0420						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
36.400	25.500,00	22.059,18	20.950,18	1.109,00	0,00	20.950,18	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Licença Ambiental Protocolada (**Ação 8374**)	Unidade	3	6	36.400	20.950,18	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8374 -** Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

A presente Iniciativa tem como objetivo assentar famílias, público da Reforma Agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar Projetos de Assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental e proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Visando o promover a regularização ambiental dos Projetos de Assentamentos no âmbito do Programa Maia Ambiente e demais procedimentos de regularização.

E, como resultado dos trabalhos desenvolvidos em 2012 destacam-se o protocolo de 06 (seis) licenças ambientais.

Quadro A.4.3.3.d - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EP

Identificação da Iniciativa	
Código	01EP
Descrição	Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.
Objetivo	0420
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.668.651	30.043.870,80	29.066.998,50	14.178.317,16	14.888.681,34	0,00	14.178.317,16

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família atendida (**Ação 0427**)	Unidade	790	1.290	17.766.226	10.530.800,00
2	Crédito Supervisionado (**Ação 20S7**)	Unidade	567	905	255.050	314.946,43
3	Família atendida (**Ação 8398**)	Unidade	96	3.174	35.400	57.848,27
4	Família atendida (**Ação 8396)**	Unidade	626	494	4.611.975	3.274.722,46

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

A presente iniciativa tem como principal objetivo assentar famílias, público da Reforma Agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar Projetos de Assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Visando a propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

E, como principais resultados, destacam-se:

a) Concessão de crédito instalação para 1.290 (um mil duzentos e noventa) famílias;

b) 905 (novecentos e cinco) créditos supervisionados e acompanhados;

c) Demarcação topográfica atendendo a 3.174 (três mil cento e setenta e quatro) famílias;

d) 494 (quatrocentos e noventa e quatro) famílias atendidas com implantação e recuperação de estradas.

4.1.3.4. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421

Quadro A.4.3.4.a - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01ES

Identificação da Iniciativa						
Código	01ES					
Descrição	Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.					
Objetivo	0421					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
95.178	95.178,24	95.164,15	95.164,15	0,00	0,00	95.164,15

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido (**Ação 4358**)	Unidade	718	799	95.178	95.164,15

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

A presente iniciativa tem como objetivo qualificar e consolidar os Projetos de Assentamentos sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Visando a concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos Projetos de Assentamentos.

E, como resultado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do exercício de 2012 destaca-se a emissão de 799 (setecentos e noventa e nove) documentos de titulação (provisórios e definitivos).

Quadro A.4.3.4.b - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EU

Identificação da Iniciativa	
Código	01EU
Descrição	Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.
Objetivo	0421
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado (**Ação 2B06**)	Unidade	3	0	25.000	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

A presente iniciativa tem como objetivo qualificar e consolidar os Projetos de Assentamentos sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Visando o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.

Dos esforços empreendidos ao longo do exercício de 2012 não produziu-se resultados que culminassem no alcance de metas.

Quadro A.4.3.4.c - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01EW

Identificação da Iniciativa							
Código	01EW						
Descrição	Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.						
Objetivo	0421						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
34.000	34.000,00	33.326,28	30.514,50	2.811,80	0,00	30.514,50	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Família Beneficiada (**Ação 4320**)	Unidade	80	0	34.000	30.514,50	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4320** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

A presente iniciativa tem como objetivo qualificar e consolidar os Projetos de Assentamentos sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Visando proporcionar aos Projetos de Assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres trabalhadoras rural.

Contudo, dos esforços empreendidos ao longo do exercício de 2012 não produziu-se resultados que culminassem no alcance de metas.

4.1.3.5. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422

Quadro A.4.3.5 - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01F1

Identificação da Iniciativa						
Código	01F1					
Descrição	Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.					
Objetivo	0422					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.257.248	1.237.807,64	1.237.686,82	532.390,82	705.296,00	0,00	532.390,82

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural escolarizado (**Ação 4474**)	Unidade	Não há	Não há	Não há	Não há
2	Profissional capacitado (**Ação 6952**)	Unidade	Não há	Não há	Não há	Não há
3	Profissional capacitado (**Ação 8370**)	Unidade	200	93	1.257.248	532.390,82

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

A presente iniciativa tem como objetivo proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da Reforma Agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Visando proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.

E, como resultado dos trabalhos executados ao longo do exercício de 2012 foi possível capacitar 93 (noventa e três) profissionais.

4.1.3.6. Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412

Quadro A.4.3.6 - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 01CB

Identificação da Iniciativa	
Código	01CB
Descrição	Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.
Objetivo	0987
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.016.662	9.616.098,21	9.612.331,61	724.700,11	8.887.631,50	0,00	724.700,11

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida (**Ação 4470**)	Unidade	6.799	12.094	7.016.662	724.700,11
2	Agente Formado (**Ação 4448**)	Unidade	Não há	Não há	Não há	Não há

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A presente iniciativa tem como objetivo ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Visando a prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos.

E, como resultado dos esforços empreendidos ao longo do exercício de 2012 foi possível assistir 12.094 (doze mil e noventa e quatro) famílias com assistência técnica.

4.1.3.7. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987

Quadro A.4.3.7 - Iniciativas de programa temático - Iniciativa 047A

Identificação da Iniciativa							
Código	047ª						
Descrição	Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.						
Objetivo	0987						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
38.109	38.109,35	33.763,62	33.763,62	0,00	0,00	33.763,62	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área indenizada (**Ação 0859**)	Hectares	Não há	Não há	Não há	Não há	
2	Área reconhecida (**Ação 20T1**)	Hectares	95	0	38.109	33.763,62	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.
Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos; **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

A presente iniciativa tem como objetivo realizar a regularização fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Visando Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação de Comunidades Remanescentes de Quilombolas.

Contudo, dos esforços empreendidos ao longo do exercício de 2012 não produziu-se resultados que culminassem no alcance de metas.

4.1.4. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas Temáticos

4.1.4.1. Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

O Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária reúne todas as iniciativas agrárias e fundiárias de atribuição institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e de sua autarquia vinculada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA: gestão fundiária nacional - conhecimento e a gestão compartilhada com outros órgãos e entes federados da estrutura fundiária; a garantia do cumprimento da função social da terra e a promoção dos direitos das mulheres à terra, preconizada na Constituição Federal; democratização do acesso à terra pela desapropriação e instrumentos complementares, implantação de unidades familiares produtivas sustentáveis por meio de projetos de assentamento.

As principais ações do programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária executadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ao longo do exercício de 2012, foram:

1) 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural;

2) 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional;

3) 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais;

4) 4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária;

5) 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária;

6) 8374 - Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária;

7) 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas;

8) 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito-Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária;

9) 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento;

10) 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento;

11) 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária;

12) 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária;

13) 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol;

14) 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária.

O programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária apresenta diversos aspectos sendo que no social pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e dos indicadores sociais (moradia, educação, saúde, mortalidade infantil e outros), garantindo a estabilidade familiar, além de propiciar a redução da migração rural-urbana e da mão-de-obra de reserva nas cidades.

Sob o aspecto político, apresenta impacto sobre os trabalhadores rurais e suas famílias, que sempre tiveram uma posição de subordinação em relação aos donos das terras e, quando passam a ter acesso a esse meio de produção, iniciam um rápido processo de mudança de sua postura em relação ao mundo, pela tomada de consciência de sua cidadania, de seus direitos e de seus deveres.

A despeito de ser executado no campo, produz efeitos positivos sobre a população urbana, promovendo o fortalecimento das economias locais e atingindo o país como um todo.

Assim, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou, ao longo do exercício de 2012, realizar atividades visando o alcance e melhoria de todos os aspectos, ou seja, social, político, econômico e ambiental.

Tabela 05. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Valores em R$ 1,00

Ação	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar	Porcentagem de Execução (%)
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	81.213	81.083	74.409	6.674	91,62
4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	423.210	422.773	81.499	335.237	19,25
8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	177.433	174.575	151.945	22.630	85,63
4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	673.899	673.899	673.815	84,49	99,98
8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	107.426	106,407	93.407	13.000	86,95
8374 - Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária	25.500	22.059	22.950	1.109	90
0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	25.716.513	24.843.000	10.530.800	14.312.200	40,95
20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito-Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	315.050	314.946	314.946	0	99,96
8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	62.200	60.848	57.848	3.000	93
8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	3.950.107	3.848.203	3.274.722	573.481	82,90
4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	95.178	95.164	95.164	0	99,98
2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	0	0	0	0	0
4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	34.000	33.326	30.514	2.811	89,75
8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária	1.237.807	1.237.686	532.390	705.296	43,01
Total	**32.899.539**	**31.807.567**	**15.934.413**	**15.975.524**	**48,43**

Fonte: SIAFI 2012.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária foram na ordem de R$ 32.899.539,45 (trinta e dois milhões oitocentos e noventa e nove mil quinhentos e trinta e nove reais quarenta e cinco centavos), dos quais foram empenhados R$ 31.807.567,58 (trinta e um milhões oitocentos e sete mil quinhentos e sessenta e sete reais cinqüenta e oito centavos), sendo efetivamente pago o montante de R$ 15.934.413,92 (quinze milhões novecentos e trinta e quatro mil quatrocentos e treze reais noventa e dois centavos), representando 48,43% de execução orçamentária e ficando inscritos em restos a pagar R$ 15.975.524,86 (quinze milhões novecentos e setenta e cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais oitenta e seis centavos), conforme demonstrado acima.

4.1.4.1.1. Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Quadro A.4.4.1.1 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.687	81.213,10	81.083,60	74.409,60	6.674,00	0,00	74.409,60

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Unidade	1.371	11.575	24.687	74.409,60

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 06. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2105

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	**Elemento de Despesa**	**Provisão Recebida**	**Empenho Emitido**	**Pago**	**Restos a Pagar**
F2066210527	33.90.14	46.462,50	46.420,18	46.420,18	0,00
	33.90.33	600,00	600,00	0,00	600,00
	33.90.39	5.200,00	5.200,00	5.200,00	0,00
	33.91.39	6.074,00	6.074,00	0,00	6.074,00
F2066210540	33.90.14	7.080,00	6.992,82	6.992,82	0,00
	33.90.30	7.354,10	7.354,10	7.354,10	0,00
	33.90.39	8.442,50	8.442,50	8.442,50	0,00
Total		**81.213,10**	**81.083,60**	**74.409,60**	**6.674,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 07. Restos a Pagar da Ação 2105

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado	0	6.074,00	0,00	0,00	6.074,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 24.687 (vinte e quatro mil seiscentos e oitenta e sete reais), sendo disponibilizados R$ 81.213,10 (oitenta e um mil duzentos e treze reais e dez centavos), que representa 328,97% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 81.083,60 (oitenta e um mil e oitenta e três reais, sessenta centavos), sendo pago o total de R$ 74.409,60 (setenta e quatro mil quatrocentos e nove reais, sessenta centavos) perfazendo uma execução de 91,62% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 6.674,00 (seis mil seiscentos e setenta e quatro reais), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de 1.371 (um mil trezentos e setenta e um) imóveis gerenciados sendo gerenciado o total de 11.575 (onze mil quinhentos e setenta e cinco) imóveis representando uma execução física de 844,27%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

A estratégia utilizada para o desenvolvimento da ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foi a busca em realizar atividades que mantivessem os 04 (quatro) pólos de Cadastro nas Unidades Avançadas que gerenciam microrregiões, bem como a implantação de outras Unidades Municipais de Cadastro rural - UMC.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural tem por finalidade auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas à melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiros; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária; bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. A partir destas ações espera-se combater a grilagem, bem como depurar os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.

A partir do exercício de 2009 foi viabilizada a emissão dos Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR via web emitidos, facultando aos próprios donos de imóveis rurais, mediante utilização de computadores conectados à internet, a emissão de seu próprio Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, reduzindo a demanda de emissão deste certificado nos terminais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Unidades Municipais de Cadastramento - UMC espalhadas por diversos municípios do Estado de Rondônia. Essa facilidade proporcionada pela evolução tecnológica trouxe benefícios tanto para os detentores de imóveis rurais, que puderam agilizar empréstimos bancários e vender suas áreas, quanto para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO que prestou um bom serviço com rapidez e eficiência.

Ao longo do exercício de 2012 não foi realizada nenhuma atividade visando o cumprimento da Portaria INCRA/P/nº 12 de 24/01/2006 onde determina, entre outros, que as Superintendências Regionais adotem as medidas administrativas necessárias à convocação, por meio de intimação, do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor a qualquer título de imóveis rurais que ainda não tenham atendido às exigências de recadastramento constantes nas Portarias INCRA/P/nº 558, 596 e 835 (revogadas) de 15/12/1999, 05/07/2001 e 16/12/2004, respectivamente, onde há muito que avançar principalmente quanto as análises jurídicas; inicialmente por não existir previsão orçamentária e posteriormente pela saída de todos os servidores lotados no setor responsável, assim atualmente não existe nenhum servidor que possa desenvolver os trabalhos.

Assim, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2012, realizou as seguintes atividades:

a) Gerenciamento do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, principalmente quanto a: Recepção, Análise e Transcrição das Solicitações de Atualização Cadastral - SAC em 52 (cinqüenta e dois) municípios no Estado de Rondônia;

b) Visitas em 08 (oito) microrregiões apresentando proposta de Celebração de Termo de Cooperação Técnica visando a implantação da Unidade Municipal de Cadastramento - UMC, através de 03 (três) equipes composta de 02 (dois) servidores cada equipe;

c) Treinamentos e Capacitações a servidores da Sede, sendo: 04 (quatro) servidores do Serviço de Cadastro Rural, 01 (um) servidor da Sala da Cidadania, 07 (sete) servidores das Unidades Avançadas 07, e 08 (oito) representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, elegendo o município de Ariquemes-RO para a realização do referido evento.

Tabela 08. Operações Executadas no Exercício 2012

Nome da Operação	SNCR_WEB	INTERNET	Total
Atualizações Cadastrais	11.575	0	**11.575**
Emissão de CCIR	8.031	32.631	**40.662**

Fonte: Módulo de Monitoramento.

Conforme demonstrado na tabela acima, foram emitidos 40.662 (quarenta mil seiscentos e sessenta e dois) Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, sendo 8.031 (oito mil e trinta e um) ou 19,75% realizadas diretamente na Sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e nas Unidades Avançadas jurisdicionadas, e 32.631 (trinta e dois mil seiscentos e trinta e um) ou 80,25% das emissões pela internet diretamente pelos declarantes.

Dos principais problemas:

Dos problemas identificados para a realização da presente ação se destaca o número reduzido de servidores, que são insuficientes para a implantação do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR em todas as Unidades Avançadas.

Assim como foram apresentadas propostas de Celebração do Termo de Cooperação Técnica as Prefeitura Municipais do Estado de Rondônia onde somente 20% dessas sinalizaram positivamente para a celebração do referido termo, o que possivelmente tenha sido influência das eleições municipais, uma vez que a maioria dos prefeitos não foram reeleitos.

E, por fim, outro fator que dificulta a prática das ações propostas é a disponibilização de recursos tardiamente, somente no segundo semestre.

Dos principais resultados:

Mesmo na ocorrência das dificuldades acima apontadas foi possível o alcance de bons resultados como às relacionadas as atualizações cadastrais que superou-se as expectativas, assim como as respostas positivas de celebração de termo de cooperação técnica com prefeitura municipais do Estado.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Importante destacar que inicialmente trabalhou-se visando o alcance de uma meta de 8.000 (oito mil) atualizações cadastrais com o orçamento previsto de R$ 144.000 (cento e quarenta e quatro mil reais), perfazendo o custo de cada atualização de R$ 18,00 (dezoito reais), dados esses mais próximos da realidade de execução da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Contudo em decorrência das disponibilizações orçamentárias, que chegou ao montante de R$ 81.213 (oitenta e mil duzentos e treze reais) a Sede em Brasília, ajustou para o alcance de uma meta de 1.371 (um mil trezentos e setenta e um) imóveis gerenciados que representaria o planejamento de R$ 61,66 (sessenta e um reais sessenta e seis centavos) por cada atualização; esse fator somado a existência de muitas atividades desempenhadas que não oneram o orçamento e que ajudam no alcance da meta, refletiu sobremaneira na enorme superação das metas inicialmente planejada e mais ainda das ajustadas.

Assim após os ajustes efetuados e fatores apresentados acima, se pode analisar que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO utiliza aproximadamente R$ 7,00 (sete reais) para cada gerenciamento de imóvel, bem como a superação de meta é decorrente do estabelecimento de metas, por parte do INCRA/SEDE, que correspondem às disponibilidades orçamentárias, mas abaixo das capacidades apresentadas na média de execução.

4.1.4.1.2. Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Quadro A.4.4.1.2 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4426

Identificação da Ação						
Código	4426					
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional.					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000	423.210,95	422.773,61	81.499,88	335.273,73	0,00	81.499,88
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Unidade	13	0	10.000	81.499,88

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 09. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4426

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
S206620T926	33.90.30	26.000,00	26.000,00	20.000,00	0,00
	33.90.39	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00
F2066442640	33.90.14	8.000,00	7.699,88	7.699,88	0,00
	33.90.30	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00
	33.90.33	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00
S206620TA42	33.90.30	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00
	44.90.52	353.210,95	353.073,73	17.800,00	335.273,73
Total		**423.210,95**	**422.773,61**	**81.499,88**	**335.273,73**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 10. Restos a Pagar da Ação 4426

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado	0	335.273,73	0,00	0,00	335.273,73

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 10.000 (dez mil reais), sendo disponibilizados R$ 423.210,95 (quatrocentos e vinte e três mil duzentos e dez reais noventa e cinco centavos), que representa 4.232,11% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 422.773,61 (quatrocentos e vinte e dois mil setecentos e setenta e três reais sessenta e um centavos), sendo pago o total de R$ 81.499,88 (oitenta e um mil quatrocentos e noventa e nove reais oitenta e oito centavos) perfazendo uma execução de 19,25% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 335.273,73 (trezentos e trinta e cinco mil duzentos e setenta e três reais setenta e três centavos),

conforme demonstrado acima, e que representam despesas com aquisição de equipamentos de informática a serem detalhados em item específico no presente relatório de gestão.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de 13 (treze) imóveis georreferenciados, contudo no exercício de 2012 não se concluiu atividades que alcançasse metas, ou seja, uma execução física de 0%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Uma vez que as atividades inerentes da presente ação são de responsabilidade direta da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal ou da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA, situada em Brasília-DF, os recursos orçamentários descentralizados visaram a manutenção de viaturas oficiais utilizados pela equipe de servidores lotados na Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Estado de Rondônia - SRFA-06/RO que realizaram o acompanhamento e fiscalização de serviços contratados, ou para disponibilização de materiais de consumo necessários.

Bem como, as atividades que foram desenvolvidas serão informadas de forma consolidada pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA de Brasília-DF.

Importante ainda, destacar uma atividade realizada pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO que complementa o Georreferenciamento, e que demanda recurso humano técnico qualificado, e representa peça fundamental para toda alteração de área ou de titulares em Cartórios Registrais, criada pela Lei nº 10.267 de 28/08/2001 e segundo prazos estabelecidos no Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, bem como a efetiva titulação, que é a certificação dos imóveis, ou seja, certificação de que a poligonal referente ao memorial descritivo, planta do imóvel, não sobrepõe, nenhuma outra poligonal constante no cadastro de Georreferenciamento, e que a execução dessas foi efetuada em atendimento às especificações técnicas estabelecidas nas Notas Técnicas para Georreferenciamento de Imóveis Rurais aprovadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Tabela 11. Imóveis Certificados

Município	Quantidade de Imóveis	Área Peça Técnica (hectares)
Alta Floresta D'Oeste	1	50,0814
Alto Alegre dos Parecis	1	188,1270
Alvorada do D'Oeste	4	252,3258
Ariquemes	12	29.575,4662
Cabixi	2	2.370,3110
Cacaulândia	1	722,8536
Candeias do Jamari	4	3.559,1919
Castanheiras	2	2.354,7546
Cerejeiras	1	163,3230
Chupinguaia	5	13.955,3774
Colorado do Oeste	4	634,7410
Corumbiara	2	3.896,5315
Cujubim	1	74.038,7489
Espigão D'Oeste	4	6.028,9067
Guajará-Mirim	1	45.216,3149
Ji-Paraná	5	18.410,8909
Machadinho D'Oeste	10	45.452,7084
Ministro Andreazza	1	239,9273
Monte Negro	1	4.312,8661
Novo Horizonte D'Oeste	1	1.238,9643
Parecis	2	1.313,1875
Pimenta Bueno	20	17.508,6544
Pimenteiras do Oeste	3	8.003,4799

Município	Quantidade de Imóveis	Área Peça Técnica (hectares)
Porto Velho	82	112.993,5306
Rio Crespo	2	2.501,3122
Santa Luzia do Oeste	1	1.702,9750
Theobroma	1	50,2584
Vilhena	7	11.986,1840
Total	**181**	**408.721,9939**

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

E, conforme dados acima foram certificados no exercício de no exercício de 2012 o total de 181 (cento e oitenta e um) imóveis equivalentes a 408.721,9939 has (quatrocentos e oito mil setecentos e vinte e um hectares noventa e nove ares trinta e nove centiares).

Importante informar que no exercício de 2012 foram protocolados e formalizados processos visando a certificação de 277 (duzentos e setenta e sete) imóveis que representam 462.615,9531 has (quatrocentos e sessenta e dois mil seiscentos e quinze hectares noventa e cinco ares trinta e um centiares), assim as certificações apresentadas acima é o resultado de parte das análises iniciadas em exercícios anteriores e algumas iniciadas e concluídas em 2012.

Dos principais problemas:

Em decorrência da edição da Lei nº. 11.952 de 25/06/2009 a principal dificuldade na realização das atividades que ainda são de responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO decorrem da não previsão em Programação Operacional de recursos orçamentários em quantidade suficiente para sua cobertura.

Dos principais resultados:

O principal resultado identificado na presente ação decorre dos resultados positivos da certificação, em detrimento da não existência de disponibilidade orçamentária e do corpo técnico não se suficiente para o alcance de melhores resultados.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

A meta física, estabelecida no Plano de Compromisso - 2012, não foi executada diretamente pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, sabendo-se, contudo que foram realizadas atividades pela Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Estado de Rondônia - SRFA-06/RO, que no entanto, seus resultados serão apresentados de forma consolidada pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA, situada em Brasília-DF.

4.1.4.1.3. Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Quadro A.4.4.1.3 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
106.300	177.433,00	174.575,72	151.945,22	22.630,50	0,00	151.945,22

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Hectares	24.800	61.807,5243	106.300	151.945,22

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 12. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8387

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
J2066838725	33.90.39	20.013,96	20.013,96	20.013,96	0,00
T2066838726	33.90.14	80.483,92	80.483,92	80.483,92	0,00
	33.90.30	38.856,28	38.235,09	37.264,59	970,50
	33.90.33	19.391,00	19.391,00	3.110,00	16.281,00
	33.90.39	16.456,75	14.451,75	11.072,75	3.379,00
	33.90.47	231,09	0,00	0,00	0,00
	33.91.39	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total		**177.433,00**	**174.575,72**	**151.945,22**	**22.630,50**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 13. Restos a Pagar da Ação 8387

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada	0	24.835,00	0,00	2.204,50	22.630,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 106.300 (cento e seis mil e trezentos reais), sendo disponibilizados R$ 177.433,00 (cento e setenta e sete mil quatrocentos e trinta e três reais), que representa 166,91% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 174.575,72 (cento e setenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais setenta e dois centavos), sendo pago o total de R$ 151.945,22 (cento e cinqüenta e um mil novecentos e quarenta e cinco reais vinte e dois centavos) perfazendo uma execução de 85,63% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 22.630,50 (vinte e dois mil seiscentos e trinta reais cinqüenta centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de 24.800 hectares (vinte e quatro mil e oitocentos hectares) de imóveis vistoriados sendo vistoriado o total de 61.807,5243 has (sessenta e um mil oitocentos e sete hectares, cinqüenta e dois ares quarenta e três centiares), representando uma execução física de 249,22%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

Um dos objetivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é a distribuição de terras de forma justa e digna às famílias de trabalhadores rurais que buscam contribuir para a sustentabilidade agropecuária, visando o equilíbrio de sua segurança alimentar e da sociedade.

No sentido de concentrar esforços para o cumprimento da Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, a Divisão de Obtenção, de posse do diagnóstico Regional, em que foram elencados imóveis com vistas a possibilidade de assentamento de famílias de trabalhadores rurais, elaborou o Plano de Ação com detalhamento de cronograma de execução destacando período e força de trabalho necessária à execução da ação.

O referido Plano também teve como marco de referência a demanda apresentada por famílias pertencentes à movimentos sociais e/ou grupos independentes, oriundos de áreas de conflitos de tensão social.

A princípio se avaliou que em condições normais não haveriam riscos para o cumprimento da realização da presente ação, contudo ao longo do exercício de 2012, ocorreram as situações abaixo relacionadas, que se consideram como prejudicial para o desempenho das atividades.

a) Greve dos servidores, que perdurou por quase 03 (três) meses;

b) Deficiência no quadro da força de trabalho habilitada para a execução desse tipo de atividade, devido a transferência de servidores para outras Regionais; e

c) Alteração no Plano de Ação devido as prioridades ocorridas em razão de alguns conflitos de tensão social.

As deficiências imobiliárias e tecnológicas foram supridas no decorrer do exercício com as aquisições realizadas.

Com relação a força de trabalho, em especial a categoria de Perito Federal Agrário, apesar da redução do número de servidores nessa categoria, a execução dos trabalhos de campo foram exitosos.

Contudo, em função da demanda reprimida existente na Procuradoria Federal Especializada - PFE com processos de pericias judiciais face aos prazos judiciais, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO priorizou a execução destes trabalhos realizados diretamente pelos Peritos Federais Agrário, acarretando com isso prejuízos na conclusão em parte dos Laudos de Vistorias e Avaliação dos Imóveis trabalhados.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A vistoria e avaliação de imóveis, busca promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e outras formas de obter áreas rurais para implantação de assentamentos de trabalhadores, sendo solicitada, ocasionalmente para outras finalidades.

Ao longo do exercício de 2012 foram realizadas vistorias visando levantamento de dados (preliminar), avaliação, e levantamento de dados e avaliação (em conjunto), em 14 (quatorze) imóveis representando o total de 32.255,1706 has (trinta e dois mil duzentos e cinqüenta e cinco hectares, dezessete ares seis centiares), conforme detalhamento da tabela abaixo.

Tabela 14. Vistorias realizadas em 2012

Nome do Imóvel	Município	Tipo de Vistoria	Área Registrada (Hectares)
Lotes 166 3 167	Candeias do Jamari	Avaliação	1.600,3128
Lotes 18 e 19 PAD Burareiro (Fazenda Santa Dorotéia e Catita)	Cacaulândia	Avaliação	487,6103
Lotes 315-A, 315-R, 315-C, 315-B, 315-D - Gleba Burareiro - Licitação	Ariquemes	Avaliação	3.595,8966
Fazenda Gladys	Nova Brasilândia do Oeste	Avaliação	922,8573
Lote A-3	Monte Negro	Em conjunto	1.925,6500
Lote A-19	Campo Novo de Rondônia	Em conjunto	3.328,6800
Fazenda Rio Branco II - Desmembrada	Ariquemes	Em conjunto	1.700,0003
Lotes 262 e 287, Gleba Burareiro Licitação	Ariquemes	Em conjunto	1.004,7733
Lotes 10, 12 e 14 da Gleba 5 Burareiro	Ariquemes	Em conjunto	250,5835
Lote 11 da Gleba 6 Burareiro	Ariquemes	Em conjunto	241,6488
Lote 9 da Gleba 6 Burareiro	Ariquemes	Em conjunto	277,9841
Lote 99-A	Corumbiara	Preliminar	290,1736
TD São Sebastião - Parte Sul	Alto Paraíso	Preliminar	16.329,0000
Área da EMBRAPA	Seringueiras	Preliminar	300,0000
Total			**32.255,1706**

Fonte: Divisão de Obtenção.

Vale salientar que também foram realizadas vistorias para outras finalidades, que não contemplam diretamente as ações de desapropriação e aquisição, embora estejam relacionadas às áreas em obtenção, tais como levantamento ocupacional, vistoria para elaboração de projetos de viabilidade econômica e ambiental, bem como levantamento de informações para elaboração de planta cadastra, e em 2012 foram realizadas outras vistorias em 04 (quatro) imóveis, representando uma área de 29.552,3537 has (vinte e nove mil quinhentos e cinqüenta e dois hectares trinta e cinco ares trinta e sete centiares), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 15. Outras vistorias

Nome do Imóvel	Município	Descrição do Tipo de Vistoria	Área Registrada (Hectares)
Reserva Legal do PA Maria José Rique	Ariquemes	Levantamento ocupacional na área de RL do PA e elaboração de planta cadastral, com objetivo de criação de PA mediante compensação ambiental oficializado junto ao órgão ambiental responsável.	1.803,5634
Fazenda Cabeceiras e Belo Horizonte	Machadinho D'Oeste	Vistoria complementar: elaboração de planta cadastral.	17.977,4501
Reserva Legal do PA Manoel Souza Cardoso	Primavera de Rondônia	Levantamento ocupacional na área de RL do PA e elaboração de planta cadastral, com objetivo de criação de PA mediante compensação ambiental oficializado junto ao órgão ambiental responsável.	498,1809
Reserva Legal do PA Palma Arruda	Vale do Anari	Levantamento ocupacional na área de RL do PA e elaboração de planta cadastral, com objetivo de criação de PA mediante compensação ambiental oficializado junto ao órgão ambiental responsável.	9.273,1593
Total			**29.552,3537**

Fonte: Divisão de Obtenção.

Outra atividade que onera o orçamento da presente ação é a realização de pericia judicial, que representa o acompanhamento em vistorias, por servidores habilitados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, atuando como assistentes técnicos na emissão de pareceres, junto aos trabalhos apresentados por peritos indicados pela Justiça na produção de provas periciais em processos judiciais.

Observa-se que a referida atividade, embora executada por técnicos da Divisão de Obtenção de Terras, ou seja, utilizar força de trabalho e demandar recursos orçamentários, seus resultados não contabilizam no alcance das metas, e conforme demonstrado na tabela abaixo foi realizado perícia judicial em 06 (seis) imóveis, no total de 79.503,7557 has (setenta e nove mil quinhentos e três hectares setenta e cinco ares cinqüenta e sete centiares).

Tabela 16. Perícia Judicial

Nome do Imóvel	Município	Área do Imóvel (hectares)
Novo Mundo e São Salvador	Cujubim	46.000,0000
Lote 89, Gleba Corumbiara	Santa Luzia D'Oeste	2.000,0000
Fazenda Taquara	Porto Velho	2.497,4791
Cedro Jequitibá	Machadinho D'Oeste	6.110,0000
São Pedro e Nova Vida	Itapuã do Oeste	4.918,6050
Cabeceira e Belo Horizonte	Machadinho D'Oeste	17.977,6716
Total		**79.503,7557**

Fonte: Divisão de Obtenção.

Dos principais problemas:

Ao longo do exercício de 2012 foram identificadas dificuldades na realização da presente ação, destacando-se:

a) A morosidade na análise e instrução processual por parte dos analistas e/ou Perito federal Agrário;

b) Ocupações irregulares que apresentam grau de dificuldade com o fim de retomada;

c) O Quadro reduzido de servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia que é ponto evidente na Instituição a ser tratado no nível de Governo Federal/INCRA/MDA, uma vez que foi agravado com aposentadorias e transferências de servidores, sem uma correspondente reposição, fator comprometedor que de forma progressiva torna-se um entrave bem agravante para a execução finalísticas das ações de reforma agrária, haja vista que a força de trabalho existente não é suficiente para cobrir as demandas atribuídas ao quadro reduzido de funcionários, implicando assim numa sobrecarga de atividades;

d) Servidores desmotivados por razões salariais;

e) Imóveis desapropriados não registrados em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, junto aos Cartórios de Registros de Imóveis, que dependem de interveniências jurídicas;

f) Falta de descentralização de recursos orçamentários e financeiros para atualização da Planilha Referencial de Preços, uma vez que foram elaborados planos de ação e encaminhados à Direção Nacional, sem, contudo ser atendida por conta do contingenciamento dos recursos;

g) O valor atualmente praticado das concessões de diárias que não é suficiente para cobrir despesas com deslocamentos de servidores, principalmente nos deslocamentos para outros Estados.

Dos principais resultados:

Mesmo na ocorrência e após a superação das dificuldades apresentadas acima foi possível a identificação de bons resultados, como a conclusão dos processos administrativos dos imóveis que vinham sendo trabalhados em anos anteriores, contudo consolidados definitivamente no ano de 2012, a exemplo o Imóvel Cabeceiras e Belo Horizonte que teve o Projeto de Reforma Agrária

criado no município de Machadinho, através da Portaria/INCRA/SR-17/RO/GAB/Nº 44/2012, de 26/10/2012, com a capacidade para assentamento de 422 (quatrocentos e vinte e duas) famílias de trabalhadores rurais, além de outros 06 (seis) projetos criados em terras públicas.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

A meta inicialmente estabelecida foi ultrapassada, situação essa decorrente principalmente do esforço contínuo pela superação das dificuldades apontadas e pela busca da realização de atividades objetivas que culminariam em resultados positivos, e se pode dizer ainda, que representam os trabalhos de campo, estando ainda em muitas situações com laudos em fase de conclusão pela equipe técnica.

4.1.4.1.4. Ação 4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Quadro A.4.4.1.4 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.837.966	673.899,72	673.899,72	673.815,23	84,49	0,00	673.815,23

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Hectares	1.950	3.550,5936	2.837.966	673.815,23

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 17. Execução Financeiro-orçamentária da Ação 4460

	PC 2012	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
	R$ (a)	R$ (b)	R$ (c)	% (d=c/b)	R$ (e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
TDA	2.153.757	8.922.266,86	8.922.266,86	100	8.922.266,86	100	8.922.266,86	100
Benfeitorias	684.209	673.899,72	673.899,72	100	673.899,72	100	673.815,23	99,98

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 18. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4460

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
T2066446050	45.90.61	673.899,72	673.899,72	673.815,23	84,49
Total		**673.899,72**	**673.899,72**	**673.815,23**	**84,49**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 19. Restos a Pagar da Ação 4460

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida	0	257.990,71	0,00	257.906,22	84,49

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 2.837.966 (dois milhões oitocentos e trinta e sete mil novecentos e sessenta e seis reais), sendo disponibilizados R$ 673.899,72 (seiscentos e setenta e três mil oitocentos e noventa e nove reais setenta e dois centavos), que representa 23,74% do valor inicialmente previsto; que foram totalmente empenhados, sendo pago o total de R$ 673.815,23 (seiscentos e setenta e três mil oitocentos e quinze reais e vinte e três centavos) perfazendo uma execução de 99,98% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 84,49 (oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de 1.950 hectares (um mil novecentos e cinqüenta hectares) de área obtida sendo obtido o total de 3.550,5936 has (três mil quinhentos e cinqüenta hectares cinqüenta e nove ares trinta e seis centiares), representando uma execução física de 182,08%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

Para viabilizar o atendimento às famílias de trabalhadores rurais do Acampamento Helcio Machado, a Divisão de Obtenção utilizou como estratégia de atuação a escolha do imóvel denominado LJ/Leme cujo processo para obtenção se encontrava em estágio mais avançado de conclusão que os demais, pelo que veio realmente ocorrer, no final do exercício de 2012, a aquisição definitiva da referida área.

Descrição das atividades desenvolvidas:

Esta ação tem por finalidade obter áreas por meio de desapropriação ou aquisição direta para a implantação de projetos de assentamento de famílias trabalhadoras rurais.

Todos os imóveis identificados como aptos à desapropriação sofrem uma criteriosa avaliação de suas condições, com vistas a definir seu potencial para se tornar um projeto de assentamento. Nos casos positivos, os imóveis são decretados como de interesse social para fins de reforma agrária e encaminhados para desapropriação, mediante prévia e justa indenização.

A obtenção de imóveis também pode ocorrer por aquisição, quando há acordo entre o proprietário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme o estabelecido no Decreto 433 de 24/01/1992.

A indenização, ou o valor para a negociação da compra, deve expressar o valor de mercado dos imóveis, resultante de um laudo técnico de vistoria e avaliação. O pagamento, em todos os casos, é feito parte em dinheiro para o pagamento das benfeitorias, e o restante em Títulos da Dívida Agrária - TDA.

As benfeitorias úteis e necessárias são aquelas vinculadas ao solo e que não podem ser separadas da terra, imprescindíveis para as atividades de exploração e manutenção da área (casas, galpões, cercas, barragens, currais, aviários, estradas internas, entre outras). As indenizações destas benfeitorias são depositadas em dinheiro diretamente ao expropriado.

Os Títulos da Dívida Agrária - TDA são Títulos da Dívida Pública emitido a juros de 6% a 12% ao ano, com correção monetária, resgatados a partir do segundo ano de sua efetiva colocação, em prazos que variam de cinco, dez, quinze e vinte anos, nos termos do art. 105 da Lei 4.504 de 30/11/1964 (Estatuto da Terra) e suas regulamentações, utilizados na indenização da terra nua e de benfeitorias voluptuárias.

No ano de 2012 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO concluiu o processo de desapropriação do imóvel denominado LJ/Leme, conhecido também como Leme Empreendimentos Ltda., mediante o pagamento de benfeitorias em moeda corrente e Terra Nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA, com o objetivo de destinar o imóvel para a criação de projeto de assentamento da reforma agrária visando atender o assentamento de famílias de trabalhadores rurais do Acampamento denominado 02 de Julho, localizado no município de Rio Crespo.

Conforme tabela abaixo é possível identificar que o referido imóvel tem capacidade para assentar 140 (cento e quarenta) famílias, e os valores indenizatórios foram na ordem de R$ 8.922.266,86 (oito milhões novecentos e vinte e dois mil duzentos e sessenta e seis reais oitenta e seis centavos) referentes ao Valor da Terra Nua - VTN pagos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, e R$ 673.671,08 (seiscentos e setenta e três mil seiscentos e setenta e um reais e oito centavos) referentes ao pagamento das benfeitorias pagas em moeda corrente, ficando assim o Valor Total do Imóvel - VTI o montante de R$ 9.595.998,27 (nove milhões quinhentos e noventa e cinco mil novecentos e noventa e oito reais vinte e sete centavos), todos esses disponibilizados ao longo do exercício de 2012.

Tabela 20. Área Obtida por Desapropriação com Restos a Pagar

Valor em R$ 1,00

Imóvel	Município	Área (hectares)	Capacidade de Família	Indenizatório			
				Em TDA (VTN)	Moeda (Benfeito-rias)	Moeda (Sobra de TDA)	VTI
Lote LJ / Leme	Rio Crespo / Cujubim	3.550,5936	140	8.922.266,86	673.671,08	60,33	9.595.998,27

Fonte: Divisão de Obtenção.

Dos principais problemas:

Considera-se como principais problemas na execução da Ação - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, as destacadas abaixo:

a) Falta de técnicos habilitados para prosseguir em tempo hábil na conclusão dos processos de obtenção de terras;

b) Falta de disponibilidade de capacitações aos técnicos na área de Perito Federal Agrário para o desempenho dos trabalhos de avaliação de imóveis rurais, de construção da Planilha Referencial de Preços e para elaboração de cadeia dominial, trabalhos esses que visam subsidiar nas análises dos processos de obtenção; e

c) Falta de motivação e valorização (baixa remuneração) por parte dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Dos principais resultados:

Como principal resultado se destaca a possibilidade de atendimento as 140 (cento e quarenta) famílias de trabalhadores rurais pertencentes ao Acampamento Helcio Machado, localizado às margens do município Rio Crespo, que possibilitará a partir de 2013 a criação e implantação do Projeto de Assentamento. Destaca-se que as referidas famílias estão há mais de 05 (cinco) anos aguardando a oportunidade para serem contempladas com um lote de terras na expectativa de melhorarem a qualidade de vida do seu conjunto familiar.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

A meta inicialmente estabelecida foi superada, situação essa decorrente de ocorrências que independem da atuação direta da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, especialmente quanto a disponibilização de recursos para o pagamento de valores aos imóveis que ao longo dos anos estão ou foram encaminhados a Brasília visando sua desapropriação ou aquisição, ou seja, são instruídos processos que ficam aguardando até o momento em que exista a disponibilidade de recursos suficientes para sua finalização.

4.1.4.1.5. Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Quadro A.4.4.1.5 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
81.652	107.426,00	106.407,18	93.407,18	13.000,00	0,00	93.407,18

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Unidade	600	1.003	81.652	93.407,18

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 21. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8384

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
T2066838424	33.90.14	58.227,28	58.227,28	58.227,28	0,00
	33.90.30	23.258,72	22.239,90	22.239,90	0,00
	33.90.33	15.940,00	15.940,00	2.940,00	13.000,00
	33.90.39	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
Total		**107.426,00**	**106.407,18**	**93.407,18**	**13.000,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 22. Restos a Pagar da Ação 8384

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada	0	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 81.652 (oitenta e um mil seiscentos e cinqüenta e dois reais), sendo disponibilizados R$ 107.426,00 (cento e sete mil quatrocentos e vinte e seis reais), que representa 131,56% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 106.407,18 (cento e seis mil quatrocentos e sete reais dezoito centavos), sendo pago o total de R$ 93.407,18 (noventa e três mil quatrocentos e sete reais dezoito centavos) perfazendo uma execução de 86,95% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 13.000,00 (treze mil reais), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de 600 (seiscentas) famílias assentadas sendo assentadas o total de 1.003 (um mil e três) famílias

representando uma execução física de 167,16%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

A Divisão de Obtenção operacionaliza o cadastramento dos candidatos inscritos para o Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e efetua a digitação dos dados da unidade familiar no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA, no módulo Candidato para seleção das famílias inscritas.

A partir do lançamento do Cadastro de Pessoa Física - CPF da unidade familiar no sistema, o órgão central gera um arquivo com os registros dos candidatos e os envia à DATAPREV via internet para aplicação dos critérios eliminatórios do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, mediante consultas no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. É esperada a conclusão da pesquisa e disponibilizado o seu resultado na base de dados do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA dos candidatos aptos e não aptos.

Ainda para o processo seletivo visando compatibilizar com as regras estabelecidas na Norma de Execução/INCRA/Nº 45/2005, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO utiliza de outros instrumentos de pesquisas, tais como: Junta Comercial de Rondônia - JUCER/RO; Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR; SIAPNET; o próprio Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA; e o Banco de Dados de servidores públicos do Estado de Rondônia.

Depois desses procedimentos, e os registros liberados, no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA, são realizadas as homologações, conforme a sistemática de classificação do anexo II da Norma de Execução acima mencionada, gerando assim a Relação de Beneficiários - RB para composição dos nomes aos Projetos de Assentamentos que foram criados ao longo do exercício.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, no exercício de 2012, programou o assentamento de 820 (oitocentos e vinte) famílias; e trabalhou no sentido de proporcionar acesso a terra as famílias de trabalhadores rurais no contexto do programa social da reforma agrária, mediante a obtenção de terras em áreas desapropriadas e arrecadadas.

A referida meta foi reprogramada para o assentamento de 600 (seiscentas) famílias, fato esse decorrente da disponibilidade orçamentária.

E tendo a ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias ao Programa Nacional de Reforma Agrária a finalidade de gerenciar e operacionalizar os procedimentos da Norma de Execução DT nº 45/2005, identificação, cadastramento, seleção, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

O Cadastro de Famílias atua diretamente no gerenciamento das famílias acampadas, na condição de candidatas, as quais devem ser identificadas e cadastradas para que possam receber suporte de políticas públicas de segurança social, tais como a alimentação, o Programa Bolsa Família e serviços básicos, quando disponíveis, especialmente saúde e educação para as crianças.

A Seleção e homologação é o passo inicial do assentamento das famílias, realizada após a obtenção da área para a criação do Projeto de Assentamento e segue critérios de elegibilidade definidos em Lei e em normas internas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A etapa de seleção das famílias é a fase de legitimação, quando a condição civil dos candidatos cadastrados é checada, para assegurar que não haja impeditivo legal ao assentamento (critérios de elegibilidade cumpridos e condição civil normal); a etapa de homologação encerra o processo de assentamento das famílias, ao reduzir o número de candidatos legitimados ao número exato de vagas disponíveis no projeto de assentamento. A priorização, quando o número é superior

às vagas, se dá por critérios normatizados que utilizam informações como a moradia no imóvel que vai se transformar em projeto de assentamento, número de filhos, idade, sexo, entre outros.

A lista de candidatos homologados constitui o rol das famílias assentadas em um determinado projeto de assentamento e é mantida atualizada no Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

No Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA são guardadas as informações das famílias assentadas, dos projetos de assentamento criados e da quantidade de hectares incorporados ao programa de reforma agrária.

Sendo, com isso, a meta superada e homologada o total de 1.003 (um mil e três) famílias, sendo 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) famílias oriundas de complementação em áreas de projetos de assentamento criados até o ano de 2011 e 518 (quinhentos e dezoito) famílias em projetos de assentamento criados em 2012. Das famílias homologadas 210 (duzentos e dez) famílias foram em terras públicas e 793 (setecentos e noventa e três) famílias em áreas onerosas.

A ação de cadastramento além da homologação, na base operacional, mantém atualizado o Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA, acompanhando a movimentação dos beneficiários no tocante ao assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação, além de atualizar o sistema de informações dos projetos de reforma agrária, especialmente no que se refere aos dados da situação econômica, social e ambiental dos projetos (créditos recebidos, habitação rural, infraestrutura e produção, emissão de relação de beneficiários; de outros tipos de documentos com vistas a atender a legislação vigente; Contrato de Concessão de Uso - CCU, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP e Título de Propriedade da Terra).

Assim, ao longo do exercício 2012 a presente ação teve o alcance dos resultados, conforme demonstrados nas tabelas a seguir.

Tabela 23. Projetos Criados

Projeto	Município	Forma de Obtenção	Área (Hectares)	Capacidade de Famílias	Famílias Assentadas
PA Águas Claras	Vilhena	Arrecadação	1.199,9867	72	43
PA Belo Horizonte	Machadinho do Oeste	Desapropriação	18.062,7305	422	279
PA Capitão Silvio	Ariquemes	Desapropriação	1.803,5634	145	75
PA Renato Natan	Corumbiara	Arrecadação	290,1736	30	27
PA Rio Azul	Costa Marques	Arrecadação	497,8272	55	36
PA Rio Azul II	Costa Marques	Arrecadação	2.375,4524	59	45
PA Rio Azul III	Costa Marques	Arrecadação	671,1967	24	13
Total			**24.900,9305**	**807**	**518**

Fonte: Divisão de Obtenção.

Tabela 24. Família Cadastrada e Assentada por Projeto de Assentamento

Projeto	Município	Forma de Obtenção	Ano de Criação	Área (Hectares)	Família Cadastrada	Família Assentada
PA 14 de Agosto Fase II	Ariquemes	Compra e Venda	2009	375,1800	3	1
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	Desapropriação	2004	5.991,6500	3	3
PA Bom Jesus	Costa Marques	Arrecadação	2010	894,1400		1
PA Buriti	Buritis	Arrecadação	1988	25.361,0800	3	1
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	Desapropriação	1998	6.218,5300	1	1
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	2008	10.789,0500	2	2
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	2008	5.160,7900	2	2

Projeto	Município	Forma de Obtenção	Ano de Criação	Área (Hectares)	Família Cadastrada	Família Assentada
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	2008	7.095,6800	5	4
PA Francisco João	Nova Mamoré	Desapropriação	2000	13.550,6100	3	2
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	Arrecadação	2002	23.944,3300	1	1
PA Guarajus	Corumbiara	Desapropriação	1995	4.548,4500	3	1
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	Desapropriação	2002	10.616,0000	8	4
PA Igarapé das Araras	Porto Velho	Desapropriação	2002	15.448,0000	5	2
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	Desapropriação	2006	16.156,9600	3	1
PA Jatobá	Buritis	Arrecadação	2001	6.750,0800	3	2
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	Arrecadação	2000	21.837,9800	8	3
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	Arrecadação	2000	27.920,6600	1	1
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	Arrecadação	2000	17.509,0100	6	4
PA Lamarquinha	Rio Crespo	Reversão de Domínio	2007	491,2400	1	1
PA Madre Cristina	Ariquemes	Desapropriação	2007	889,9900	3	1
PA Maranatá	Chupinguaia	Desapropriação	2011	7.493,9100	408	212
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	Desapropriação	2002	11.474,0000	2	1
PA Norte Sul	Campo Novo de Rondônia	Reversão de Domínio	2008	5.063,3700	1	1
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	Compra e Venda	2001	6.020,8400	1	1
PA Palmares	Nova União	Compra e Venda	1996	9.796,3800	2	1
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	Reversão de Domínio	2001	583,3900	8	5
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	Desapropriação	2002	14.825,0000	2	1
PA Pedra do Abismo	Buritis	Desapropriação	1999	12.611,5100	1	1
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	Desapropriação	1995	12.224,4200	10	6
PA Rabo do Tamanduá	Buritis	Desapropriação	2008	3.988,0300	3	1
PA Reviver	Buritis	Desapropriação	1999	14.472,5700	2	1
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia D'Oeste	Arrecadação	2009	1.087,3500		1
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	Desapropriação	2001	3.005,0000	1	1
PA Santa Izabel	Costa Marques	Arrecadação	2011	250,7800		2
PA São Carlos	Campo Novo de Rondônia	Arrecadação	2000	11.900,0000	4	4
PA São Domingos	Buritis	Arrecadação	1999	19.023,5000	5	3
PA São João	Ariquemes	Incorporação	2009	248,7000	1	1
PA São Paulo	Buritis	Arrecadação	2000	4.800,0900		1
PA União da Vitória	Porto Velho	Reversão de Domínio	2009	4.022,3000	8	6
PA Zé Bentão	Chupinguaia	Desapropriação	2011	7.056,3900	230	191
PA Zenon	Monte Negro	Desapropriação	1998	11.749,7700	2	2
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	Reconhecimento	1999	300,0000	5	1
RESEX Pacaas Novos	Guajará-Mirim	Reconhecimento	2010	353.219,000	2	2
RESEX Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim	Reconhecimento	2003	204.583,000	3	1
Total				**941.348,7100**	**765**	**485**

Fonte: SIPRA / Divisão de Obtenção.

Tabela 25. Quantidade de assentamento de famílias por forma de obtenção do imóvel

Forma de Obtenção	Famílias
Em áreas desapropriadas	790
Em áreas adquiridas - compra e venda	03
Em áreas arrecadadas	147
Em áreas de reintegração de posse	51
Em áreas de reversão de domínio	08
Em áreas de reconhecimento	04
Total	**1.003**

Fonte: SIPRA / Divisão de Obtenção.

Sobre as características da presente ação importante ressaltar que a seleção das famílias para os projetos de assentamento é um processo constituído pelas etapas de cadastramento, seleção e homologação, que permanece necessário durante toda implantação e desenvolvimento dos projetos de assentamento, através da supervisão ocupacional dos lotes, pois ela constantemente exige que novas famílias sejam providas. Os critérios de seleção determinam o grau de prioridade das famílias no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Para o cadastramento das famílias utiliza-se um formulário específico para todo o território brasileiro de forma a identificar e aplicar os critérios de elegibilidade, conforme a tipologia dos candidatos. São as equipes técnicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA que realizam os cadastramentos coletando as informações socioeconômicas necessárias, diretamente com as famílias e posteriormente as inserem no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, responsável pelo processamento das informações e triagem. A lista final, entretanto, é produzida após conferência em diversas bases de dados públicas, visando a verificação de pendências judiciárias, jurídicas, trabalhistas e de renda. Após esta etapa, se o conjunto final de famílias for maior que a capacidade do projeto de assentamento, as equipes técnicas buscam um acordo, ou o sorteio para adequar o número final.

A tipologia das famílias selecionadas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA é essencialmente composta de trabalhadores rurais acampados, famílias assentadas em projetos de assentamento reconhecidos, populações tradicionais (ribeirinhos, faxinalenses e extrativistas em geral), famílias minifundiárias com área menor que um módulo rural, parceiros, arrendatários, posseiros e trabalhadores rurais assalariados temporários e permanentes. Há também um importante contingente de candidatos que é gerado por outras políticas públicas e precisam ser atendidos no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, como os atingidos por barragem, ocupantes não índios de terras indígenas, de unidades de conservação e não quilombolas de territórios quilombolas.

A instituição da IN 38/2007 promoveu mudanças na sistemática de classificação de beneficiários para o Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, estabelecendo a priorização das mulheres chefes de famílias no acesso a terra e, viabilizando essas através do Cadastro da Mulher Candidata.

Da Norma de Execução nº 70, DE 12/05/2008 que versa sobre as inconsistências de elegibilidade de seleção no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA

Através da Ordem de Serviço/INCRA/SR.17/GAB/Nº. 061, desde 09/08/2011, o então Superintendente Regional designou servidores para através de procedimentos operacionais e administrativos, identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamentos do Estado de Rondônia, em atendimento a Norma de Execução DT nº. 70 de 12/05/2008.

Resgatando alguns acontecimentos que culminaram nos resultados do exercício de 2012, importante lembrar que em meados de 2008, foram apontados através da citada norma 20.792 (vinte mil setecentos e noventa e dois) registros de beneficiários inconsistentes, identificados na base de

dados do Sistema de Informações de Projetos e Reforma Agrária - SIPRA, como clientes do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, sendo 18.726 (dezoito mil setecentos e vinte e seis) referentes à inconsistência de Cadastro de Pessoa Física - CPF e 2.136 (dois mil cento e trinta e seis) referentes ao critério de elegibilidade de seleção de famílias.

Atualmente, em razão da diminuição do quadro de pessoal da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, apenas uma servidora com o auxílio de uma estagiária, vem desenvolvendo os trabalhos pertinentes à referida Norma de Execução, consubstanciados, prioritariamente na instrução processual e análises das defesas apresentadas, cujo trabalho minucioso e complexo abrange a fiscalização e a correção dos atos ilegais que prescinde de inúmeros desdobramentos, tais como, vistoria da situação ocupacional, re-notificação para apresentação de documentos complementares, notificação de deferimento, notificação de lançamento do nome excluído do Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA, despachos, prosseguimento às diligências recomendadas pela Procuradoria Federal Especializada - PFE e CGA em aproximadamente 320 (trezentos e vinte) processos administrativos, que se encontravam sobrestados na Coordenação Regional, além do atendimento ao público alvo. E, por fim, tramitação dos processos no Sistema de Protocolo - SISPROT.

Considerando a edição da Nota Técnica 01/2010 que traz o passo a passo do que devem ser observadas pelas Coordenações Regionais ao elaborarem seus pareceres técnicos, mormente sobre a necessidade de informações técnicas acerca da situação ocupacional, vocação e atividades agrícolas desenvolvidas pelo núcleo familiar para subsidiar Pareceres da Procuradoria Federal Especializada - PFE e CGA, tornou-se imprescindível se vistoriar as parcelas, cujas diligências, com raras exceções, freqüentemente estão vinculadas às atividades da Equipe de Vistoria constante da IN 47/08, atualmente IN 71/2012, ocasião em que, eventualmente os interessados são notificados a apresentar documentos probatórios de suas alegações, com vista à manifestação conclusiva das defesas apresentadas, que após acolhimento do senhor Superintendente, é lançada na página da Análise Administrativa da NE 70 de 12/05/2008 no Sistema de Informações de Projetos e Reforma Agrária - SIPRA, resultando a regularização ou não dos cadastros dos beneficiários constantes da RB-I 13.

Quando do início dos trabalhos da NE 70 de 12/05/2008, mais precisamente em junho de 2008, foi constituída Comissão composta por 42 (quarenta e dois) servidores, sendo 07 (sete) lotados nesta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, em que pese ter funcionado precariamente com apenas 01 (um) servidor em cada Unidade Avançada e 03 (três) na Sede, em razão das inúmeras ações a serem desenvolvidas pelo Órgão.

A partir de 2010, nova comissão foi constituída a fim de melhor atender aos objetivos da Norma, composta por 18 (dezoito) técnicos, dos quais 06 (seis) desempenhavam seus trabalhos nesta Sede e o restante nas Unidades Avançadas, todos devidamente capacitados través de oficinas, seminários e capacitações.

Ainda assim, surgiram inúmeras dificuldades na operacionalização, tais como, orientações fragmentadas por parte da Coordenação Geral - BSB, edições de Notas Técnicas e Portarias para suprir deficiências da Norma, Sistema inoperante, insuficiência de recursos financeiros específicos, pois sempre eram utilizados recursos programados para outras Ações, falta de recursos humanos, principalmente de servidores com perfil de analista processual, e, ao longo deste período a Comissão foi se desfazendo com o retorno dos técnicos aos seus Setores de origem, restando apenas 01 (uma) servidora que acumula os trabalhos de execução/coordenação, em que pese todos os esforços envidados por esta Chefia para recomposição de nova Comissão para que os trabalhos fossem executados de forma eficiente.

Esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO continua recebendo regularmente as justificativas apresentadas, tanto no prazo legal como as intempestivas, bem como documentos complementares às defesas em análise pela Coordenação.

Pondera-se que trabalhos dessa magnitude carecem de revisão e profunda discussão entre os responsáveis técnicos e aplicadores das normas, para juntos definirem parâmetros revisionais,

levando em consideração o funcionado adequado do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, tempo previsto, localização dos projetos, recursos necessários, técnicos com perfil, pois entendemos que regras gerais não atendem às particularidades de cada região.

Ante ao exposto e tendo em vista falha nos Relatórios Gerenciais do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, como resultado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do exercício de 2012 foram analisados e concluídos 66 (sessenta e seis) processos , sendo 43 (quarenta e três) indeferimentos e 23 (vinte e três) deferimentos aos pleitos.

Dos principais problemas:

O principal entrave identificado na realização da presente ação é a falta de documentação pessoal dos candidatos para a inscrição no Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA.

Dos principais resultados:

Como principal resultado ressalta-se a criação de 07 (sete) novos projetos de assentamentos com capacidade para 807 (oitocentos e sete) famílias de trabalhadores rurais pertencentes a famílias acampadas que se encontravam debaixo de lonas, além de outras famílias ligadas a grupos independentes que trabalhavam como meeiros, parceiros ou executando serviços prestados em atividades agrícolas e não agrícolas com vistas a integrar o Plano Nacional de Reforma Agrária, almejando melhor qualidade de vida.

Outro destaque foi o resultado do cadastramento e seleção advindos dos Projetos de Assentamentos Maranatá e Zé Bentão, criados em 27/12/2011, entretanto os trabalhos de cadastramento, seleção e o assentamento propriamente dito, somente foram concluídos no primeiro trimestre do ano de 2012, reforçando a meta global do exercício.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

As metas foram superadas a qual se deve ao empenho da força operacional e a otimização dos recursos aplicados na ação de vistorias de imóveis rurais, como nas áreas de projetos criados, solidificando assim o cumprimento da meta política institucional.

4.1.4.1.6. Ação 8374 - Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária

Quadro A.4.4.1.6 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
36.400	25.500,00	22.059,18	20.950,18	1.109,00	0,00	20.950,18

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Licença Ambiental Protocolada	Unidade	3	6	36.400	20.950,18

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 26. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8374

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	**Elemento de Despesa**	**Provisão Recebida**	**Empenho Emitido**	**Pago**	**Restos a Pagar**
C2066837421	33.90.14	12.849,50	10.701,68	10.701,68	0,00
	33.90.30	2.715,00	2.715,00	2.715,00	0,00
	33.90.33	1.215,00	1.215,00	1.215,00	0,00
	33.90.36	796,50	796,50	796,50	0,00
	33.90.39	1.215,00	1.215,00	1.215,00	0,00
	33.90.47	4.861,00	4.861,00	3.752,00	1.109,00
T2066837421	33.90.30	739,00	185,00	185,00	0,00
	33.90.33	185,00	185,00	185,00	0,00
	33.90.39	185,00	185,00	185,00	0,00
	33.90.47	739,00	0,00	0,00	0,00
Total		**25.500,00**	**22.059,18**	**20.950,18**	**1.109,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 27. Restos a Pagar da Ação 8374

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Licença Ambiental Protocolada	0	4.244,23	0,00	3.135,23	1.109,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 36.400 (trinta e seis mil e quatrocentos reais), sendo disponibilizados R$ 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), que representa 70,05% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 22.059,18 (vinte e dois mil e cinqüenta e nove reais e dezoito centavos), sendo pago o total de R$ 20.950,18 (vinte mil novecentos e cinqüenta reais e dezoito

centavos) perfazendo uma execução de 90% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 1.109,00 (um mil cento e nove reais), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de protocolar 03 (três) licenças ambientais sendo protocoladas o total de 06 (seis) licenças representando uma execução física de 200%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

Com o acontecimento da Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada Conferência do Rio, ou ECO-92, pressões internacionais de cunho ambiental se fizeram presentes no território brasileiro, sendo o foco magno o espaço amazônico. A partir daquele momento as atenções foram voltadas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e este passou a ser taxado de "vilão da degradação ambiental", o que levou o mesmo a ser inserido em agendas para as providências de algumas medidas.

Foi o marco sinalizador da inserção da variável ambiental nas operacionalizações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Diante da precária assimilação da nova variável inserida nas atividades da Autarquia, por patê de seus gestores, dá-se o início a uma série de mudanças na concepção de desenvolvimento na utilização dos recursos naturais da região amazônica.

Em razão da exigência dos organismos ambientais não-governamentais e, por outro lado, daqueles que viam nos assentamentos da reforma agrária uma solução para grande parte dos problemas sociais do país, deu-se a edição da Resolução Conama nº 289/01, alterada pela 387/06, isto é, uma legislação específica para o licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamentos.

É notório a dificuldade na implementação da legislação ambiental nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária e, por conseguinte, o insucesso do tão esperado desenvolvimento sustentável.

Existem estudo que apontam claramente para as razões do referido insucesso, onde o de maior relevância reside na impossibilidade de rigor no planejamento das ações a serem implementadas no meio físico, de maneira que possibilite atender a legislação ambiental no momento da destinação de novas áreas ao Programa nacional de Reforma Agrária - PNRA, isto porque na maioria das vezes a criação do Projeto de Assentamento atende a uma demanda reprimida que chega á governabilidade do órgão condicionada a uma pressão imposta pelos movimentos sociais.

Assim, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para alcançar o objetivo de sustentabilidade nos Projetos de Assentamentos, tem utilizado de estratégias que busquem a integração de suas ações, a exemplo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Acordo de Cooperação Técnica, parcerias que vêm sendo estabelecidas com órgãos estaduais de meio ambiente.

Descrição das atividades desenvolvidas:

Para o licenciamento ambiental são necessárias diversas fases: requerimento e anúncio público, pagamento das taxas, elaboração do estudo, análise do estudo pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMA, emissão da licença, e a manutenção da mesma por meio do cumprimento de suas condicionantes.

A licença está sujeita a um prazo de validade e ao cumprimento das obrigações nela imposta, que se descumpridas, podem causar sua modificação, suspensão ou cancelamento. Entre as condicionantes estão a recuperação de áreas degradadas, implantação de Sistemas Agroflorestais - SAF em áreas legalmente protegidas, a promoção da educação ambiental, averbação de reserva legal e outras.

A experiência no licenciamento ambiental dos projetos de assentamento revelou dificuldades na sua operacionalização tanto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA quanto nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMA. Além disso, a atual

metodologia de licenciamento impõe custos e atrasa substancialmente o acesso das famílias às políticas de qualidade de vida, acesso à água e de fomento produtivo.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO realizou através da ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária as seguintes atividades.

Tabela 28. Licença Prévia - LP Protocolada

Imóvel	Município	Data do Protocolo	Área (Hectares)	Família
Lote 99-A, Gleba 27/B - PIC Paulo Assis Ribeiro, Gleba Matriz Guaporé	Corumbiara	10/08/2012	290,1736	30
Lote 56-A e 56-R, Setor 12, Gleba Corumbiara	Vilhena	22/06/2012	1.588,4186	81
Fazenda São José - Lotes 18, 19, 21, 22, 55, 56 e 57, Gleba 53 do PIC Paulo Assis Ribeiro, Gleba Matriz Guaporé	Cabixi	11/12/2012	871,0097	49
Lote A-19 do TD Ubirajara, Gleba Rio Alto	Campo Novo de Rondônia	27/12/2012	3.651,6192	132
Fazenda Gladys - Lotes 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58 e 59, Gleba 02, Setor Oito de Maio, Gleba Matriz D'Jaru-Uaru	Brasilândia D'Oeste	27/12/2012	489,4135	24
TD Cabeceiras e Belo Horizonte (*)	Machadinho D'Oeste e Cujubim	17/10/2012	18.062,7305	430
Total			**24.953,3651**	**746**

Fonte: Divisão de Obtenção.

A Licença Prévia referente ao imóvel denominado TD Cabeceiras e Belo Horizonte, último imóvel discriminado na tabela acima, refere-se a pedido de renovação.

Foram protocoladas licenças prévias em 06 (seis) imóveis que totalizaram 24.953,3651 has (vinte e quatro mil novecentos e cinqüenta e três hectares trinta e seis ares e cinqüenta e um centiares) que beneficiaram 746 (setecentos e quarenta e seis) famílias, conforme demonstrado na tabela acima.

Os documentos elaborados para efeito do protocolo das Licenças Prévias junto ao Órgão Estadual de Meio Ambiente atenderas à Resolução Conama nº 387/2006. Destacando que o primeiro imóvel discriminado na tabela acima teve seu respectivo levantamento embasado por Relatório de Viabilidade Ambiental - RVA e os outros 05 (cinco) tiveram os estudos expressos por Laudo Agronômico de Fiscalização - LAF.

Tabela 29. Licença Prévia - LP Emitida pelo Órgão Ambiental

Projeto	Município	Famílias	Área (Hectares)	Data do Protocolo	Data de Emissão	Data de Vigência
PA Belo Horizonte	Machadinho D'Oeste e Cujubim	430	18.062,7305	17/10/2012	24.10.2012	24.10.2014
PA Macaco Preto	Costa Marques	24	1.598,4225	28/12/2010	28/12/2012	28/12/2014
PA Rio Azul	Costa Marques	55	2.497,8272	04/11/2011	20/04/2012	20/04/2014
PA Rio Azul II	Costa Marques	59	2.375,4524	04/11/2011	14/05/2012	14/05/2014
PA Rio Azul III	Costa Marques	24	671,1967	04/11/2011	20/04/2012	20/04/2014
PA Águas Claras	Vilhena	81	1.588,4186	22/06/2012	14/08/2012	14/08/2014
PA Renato Natan	Corumbiara	30	290,1736	10/08/2012	24/10/2012	24/10/2014
Total		**703**	**27.084,2215**			

Fonte: Divisão de Obtenção.

A Licença Prévia emitida para o PA Belo Horizonte, primeiro imóvel discriminado na tabela acima, refere-se a renovação, assim como as demais foram novas emissões.

O órgão ambiental responsável pela emissão de licenças ambientais emitiu ao longo do exercício de 2012 licenças prévias para 07 (sete) imóveis que totalizaram 27.084,2215 has (vinte e

sete mil e oitenta e quatro hectares, vinte e dois ares quinze centiares) beneficiando 703 (setecentos e três) famílias, onde algumas destas licenças foram protocoladas em exercícios anteriores, conforme demonstrado na tabela acima.

Não foi protocola nenhuma Licença de Instalação e Operação - LIO ao longo do exercício de 2012. A Resolução Conama nº 387/06 exige para o embasamento da solicitação junto ao Órgão Estadual de Meio Ambiente para que seja solicitada a Licença de Instalação e Operação - LIO o respectivo Projeto Básico, cujos levantamentos de dados e elaboração vêem sendo executados pelo próprio quadro da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. E, no exercício de 2012 ocorreram fatos novos que exigiram uma força operacional maior do que a existente, o que impossibilitou a apresentação de melhores resultados.

Foi emitido pelo órgão ambiental somente 01 (uma) Licença de Instalação e Operação - LIO, conforme detalhamento da tabela abaixo.

Tabela 30. Licença de Instalação e Operação - LIO Emitida pelo Órgão Ambiental

Projeto	Município	Famílias	Área (Hectares)	Data do Protocolo	Data de Emissão	Data de Vigência
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	597	134.398,6578	28/12/2010	20/04/2012	20/04/2014
Total		**597**	**134.398,6578**			

Fonte: Divisão de Obtenção.

Na tentativa de justificar a impossibilidade de apresentar melhores resultados, conforme relato anterior, recorrere-se a um breve histórico.

Através do Decreto nº 2.180 de 19/03/1997, o Ministério do Exército transferiu para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA uma porção de terras de aproximadamente 485.000,00 has (quatrocentos e oitenta e cinco mil hectares), de parte integrante das Glebas Traçadal, Samaúma e Conceição, localizada no município de Guajará-Mirim, para ser utilizada na Reforma Agrária.

Em 06/04/1998 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através do Ofício nº 173/98-GAB da Superintendência Estadual em Rondônia, solicita ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a referida área para efeito de criação de Unidades de Conservação.

Foi formalizado o processo nº 54300.000714/98-11, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA entendendo que a área em lide apresentava características ambientais que deveriam ser preservadas atendeu-se ao pleito, o que culminou com a criação de 03 (três) Unidades de Conservação: Parque Nacional da Serra da Cutia, Reserva Extrativista do Rio Cautário e Reserva Extrativista Barreiro das Antas, através dos Decretos s/n, respectivamente de 01/08/2001 e 07/08/2001 (Resex's).

Como contrapartida do ato formalizado, os Decretos em referência dispõem em seu Artigo 4º: "as terras contidas nos limites descritos no art. 2º deste Decreto serão nos termos da Lei nº 4.771, de 15/09/1965, objeto de compensação de áreas de Reserva Legal dos projetos agroextrativistas, de assentamento e colonização, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA".

Assim, em 2005 iniciaram-se as tratativas entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para efetivação das compensações de Reservas Legais nos assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Rondônia. Com a criação do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio, todas as atribuições legais relativas ao trato com as Unidades de Conservação ficaram a cargo deste.

Após inúmeros trâmites, em 2011 ocorreu a manifestação conclusiva do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio, ficando a decisão final e conclusão do pleito a cargo do Órgão Estadual de Meio Ambiente, o qual, após as exigências cabíveis à matéria, dá início à emissão das compensações e respectivas Licenças de Instalação e Operação - LIO's em 2012,

conforme quadro a seguir.

Tabela 31. Licença de Instalação e Operação - LIO Emitida pelo Órgão Ambiental - Oriunda da Compensação de Reserva Legal

Item	Projeto	Número da LIO	Data de Expedição	Área Compensada (hectares)
1	PA Palma Arruda	121211/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	22.548,3379
2	PA Chico Mendes	120974/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	2.128,5823
3	PA Chico Mendes II	120975/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	1.909,5925
4	PA Chico Mendes III	120977/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	2.929,3290
5	PA Eli Moreira	121210/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	2.582,8023
6	PA Buriti	120967/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	25.250,5178
7	PA Guarajús	120972/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	4.186,7724
8	PA Maria José Rique	120973/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	3.511,2993
9	PA Prozolina	120976/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	1.345,0264
10	PA Manoel Souza Cardoso	121209/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	993,7636
11	PA Santa Helena	120968/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	12.066,7825
12	PA Nova Vida	120970/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	8.472,9912
13	PA São José dos Buritis	120971/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	9.143,0898
14	PA Oriente	120969/COLMAM/SEDAM	14/05/2012	9.679,3990
15	PA Joana D'Arc III	123337/COLMAM/SEDAM	03/09/2012	24.143,5200
16	PA Palmares	123338/COLMAM/SEDAM	03/09/2012	9.519,9982
Total				**140.411,8042**

Fonte: Divisão de Obtenção.

Ocorre que cada Licença de Instalação e Operação - LIO oriunda da compensação de Reserva Legal, conforme exposto, emitida pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente, tem 02 (duas) condicionantes que demandam, além de recursos financeiros, grande empenho operacional, sendo:

a) O empreendedor deverá apresentar num prazo de 120 (cento e vinte) dias Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD para as Áreas de Preservação Permanente - APP a serem recuperadas, conforme identificadas no mapa no verso desta licença; e

b) Todos os lotes do assentamento deverão ter suas propriedades cadastradas no Programa Mais Ambiente e as Licenças Ambientais de suas propriedades regularizadas mediante o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

Os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD foram iniciados, mas não concluídos e, por isso, solicitado do Órgão Estadual de Meio Ambiente, prorrogação de prazo para cumprimento de referida condicionante.

Vale esclarecer que o aporte no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA das Licenças de Instalação e Operação - LIO oriundas da compensação de Reserva Legal não estavam programadas no Plano de Compromisso - PC de 2012, por ser de responsabilidade do Órgão Estadual de Meio Ambiente, e este não repassar com precisão as datas que seriam emitidas as Licenças de Instalação e Operação - LIO em lide, fato que sobrecarregou em 2012 as tarefas do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, levando a não apresentar melhores resultados.

Dos principais problemas:

Um problema pertinente na meta de Licenciamento Ambiental é que para o cumprimento da Resolução Conama nº 387/06, faz-se necessário, além de estudos e elaboração de documentos, a participação de outras entidades, tais como as Prefeituras Municipais e a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde - SVS/MS, esta representada pela Agência Estadual de Vigilância em Saúde - AGEVISA/RO, a qual é responsável pela expedição da avaliação do potencial malarígeno das áreas em pauta, tarefa que demanda tempo em razão da disponibilidade da referida agência em executar tal serviço, onde o referido documento é exigido ainda na fase de protocolo da Licença Ambiental.

Outro fator problemático, mas esse identificado na fase de expedição das Licenças

Ambientais protocoladas, recai ao próprio Órgão Estadual de Meio Ambiente que demanda muito tempo para processar os estudos protocolados, além de contar com despesas de diárias e às vezes de logística da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para realizar vistorias nos imóveis ou Projetos de Assentamento para análise dos documentos protocolados. Além disso, por ser a Resolução Conama nº 387/06 específica para licenciamento ambiental de Projetos de Reforma Agrária, o entendimento da mesma pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente às vezes é confuso, levando às exigências extras à própria Resolução, desconsiderando a sua especificidade.

Dos principais resultados:

O principal resultado a considerar é a emissão de 16 (dezesseis) Licenças de Instalação e Operação - LIO agregadas ao cumprimento da compensação de Reservas Legais de assentamentos da Reforma Agrária, conforme relatado anteriormente, fato que vinha se arrastando desde 2001.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Inicialmente o Plano de Compromisso - PC previa o protocolo de 14 (catorze) Licenças Ambientas, fossem elas Prévia ou de Instalação e Operação, o que no decorrer do exercício tendo em vista contingenciamento de recursos e a sua efetiva disponibilização o Plano foi ajustado visando o Protocolo, atividade eminentemente de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para o total de 03 (três) Licenças Ambientais, e por isso, se observa a superação da meta que foi chancelada abaixo da média de execução, em contrapartida de acordo com a disponibilidade orçamentária e da força de trabalho existente para alavancar esta e demais atribuições descritas acima.

4.1.4.1.7. Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Quadro A.4.4.1.7 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.766.226	25.716.513,00	24.843.000,00	10.530.800,00	14.312.200,00	0,00	10.530.800,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Unidade	790	1.290	17.766.226	10.530.800,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 32. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 0427

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C2066042731	45.90.66	303.012,00	275.200,00	80.000,00	195.200,00
C2066042733	45.90.66	14.540.000,00	14.010.000,00	3.525.000,00	10.485.000,00
C2066042734	45.90.66	2.504.518,00	2.488.000,00	1.400.000,00	1.088.000,00
D2066042731	45.90.66	1.338.233,00	1.334.400,00	1.334.400,00	0,00
D2066042733	45.90.66	4.423.400,00	4.343.400,00	2.053.400,00	2.290.000,00
D2066042734	45.90.66	2.135.350,00	2.128.000,00	2.024.000,00	104.000,00
D2066042738	45.90.66	472.000,00	264.000,00	114.000,00	150.000,00
Total		**25.716.513,00**	**24.843.000,00**	**10.530.800,00**	**14.312.200,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 33. Restos a Pagar da Ação 0427

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	129	22.175.200	6.804.600	1.058.400	14.312.200

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 17.766.226 (dezessete milhões setecentos e sessenta e seis mil duzentos e vinte e seis reais), sendo disponibilizados R$ 25.716.513,00 (vinte e cinco milhões setecentos e dezesseis mil quinhentos e treze reais), que representa 144,75% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 24.843.000,00 (vinte e quatro milhões oitocentos e quarenta e três mil reais), sendo pago o total de R$ 10.530.800,00 (dez milhões quinhentos e trinta mil e oitocentos reais) perfazendo uma execução de 40,95% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 14.312.200,00 (quatorze milhões trezentos e doze mil duzentos reais), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de atender 790 (setecentos e noventa) famílias sendo atendidas o total de 1.290 (um mil duzentos e noventa) famílias representando uma execução física de 163,29%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

Uma das estratégias adotadas pela equipe de gestão do Crédito Instalação no exercício de 2012 foi a de recorrer aos técnicos contratados para prestação de Assistência Técnica solicitando informações sobre as demandas a serem atendidas visando subsidiar um planejamento mais próximo da realidade dos assentamentos.

Na fase de operacionalização do crédito também foi de fundamental importância o trabalho de mobilização dos beneficiários para participarem das reuniões convocadas pelas equipes de aplicadores.

Outra estratégia adotada foi a continuidade do processo de qualificação dos servidores das Unidades Avançadas que atuam com a aplicação do crédito instalação. Oportunizar, através do encontro anual dos aplicadores de crédito, um momento de troca de experiências e discussão sobre os conteúdos trazidos pelas normativas recém publicadas tem gerado maior segurança e favorecido o aperfeiçoamento das práticas relativas à execução dessa política pública.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A operacionalização do crédito instalação nas suas diferentes modalidades no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO segue procedimentos estabelecidos em normas específicas, mormente a Norma de Execução Nº 79 de 26/12/2008, a Norma de Execução Nº 98 de 16/08/2011, a Instrução Normativa Nº 68 de 16/08/2011, a Instrução Normativa Nº 69 de 06/12/2011 e a Instrução Normativa Nº 74 de 14/11/2012.

Neste tocante, a aplicação dos créditos inicia-se com uma reunião nos assentamentos onde são expostos os critérios de acesso, os procedimentos operacionais e condições de pagamento dos valores disponibilizados a título de empréstimo. Na mesma reunião, realiza-se a adesão das famílias interessadas na obtenção do empréstimo, colecionando assinaturas dos beneficiários para posterior triagem quanto à regularidade de sua situação cadastral e ocupacional, o que se efetiva através de consulta ao Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA e aos relatórios / laudos de vistoria realizada pela equipe técnica. Define-se ainda, nesta primeira reunião, uma comissão de assentados que atuará como representante do grupo em todos os atos subseqüentes à adesão.

De posse da listagem dos beneficiários aptos a receber o crédito, a equipe de aplicadores (servidores designados em Ordem de Serviço) promove a abertura do processo administrativo fazendo a juntada de todos os documentos prescritos em norma. Ato seguinte, depois de efetivado o empenho e liberação financeira dos recursos, realiza-se a transferência para a conta bancária aberta em nome da Comissão dos assentados, porém bloqueada, cuja movimentação se dará mediante autorização expressa do Superintendente Regional.

Superada esta etapa, a equipe de servidores orienta e acompanha a Comissão de assentados na realização de cotação de preço dos produtos a serem adquiridos através do crédito. Feito isso, homologa-se o vencedor da cotação e orienta-se a formalização de um contrato de fornecimento dos produtos cotados, sendo estabelecido o prazo e forma de entrega, as condições de pagamento dentre outras regras básicas importantes na relação entre consumidor e fornecedor.

Vencida essa etapa de atividades de escritório, segue-se nova etapa de campo com o acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais adquiridos pelos assentados. Na seqüência, efetua-se o pagamento dos fornecedores.

Tratando-se de construção ou reforma de habitações segue-se uma etapa de acompanhamento e fiscalização das obras. Em se constatando irregularidades, normalmente demora

no iniciar ou atraso na execução; expede-se notificação ao beneficiário estabelecendo-se um prazo para sanar a irregularidade.

Decorrido o prazo para a aplicação dos recursos objeto do financiamento, a equipe de aplicadores realiza uma vistoria final visando a produção de relatório de conclusão da aplicação do crédito.

No caso do crédito Apoio Inicial, o procedimento encerra-se com a entrega dos produtos (gêneros alimentícios), ferramentas e animais aos beneficiários. Dada a natureza dessa modalidade não há necessidade de fiscalização posterior à entrega, salvo se houver denúncia ou suspeita de irregularidade.

Nas modalidades de Fomento e Apoio Mulher, teve-se o apoio das equipes de Assistência Técnica - ATER no acompanhamento das atividades produtivas inerentes ao projeto previamente elaborado, o que minimizou a necessidade da presença do servidor do Incra em campo.



Reunião de adesão ao Crédito Aquisição de Material de Construção no PA Flor do Amazonas III.



Entrega de material do Crédito Recuperação de Material de Construção na RESEX do Lago do Cuniã.

Os valores praticados e as diversas modalidades existentes de crédito ao longo do exercício podem ser observados através da tabela abaixo e estão de acordo com a Instrução Normativa nº 69 de 12/08/2011.

Tabela 34. Modalidades e Valores de Concessão de Crédito

Valores em R$ 1,00

Modalidade	Valor
Apoio Inicial	3.200,00
Aquisição de Material de Construção	15.000,00
Recuperação de Material de Construção	8.000,00
Fomento	3.200,00
Adicional Fomento	3.200,00
Crédito Ambiental	2.000,00
Apoio Mulher	3.000,00

Fonte: IN 68 de 12/08/2011.

A tabela a seguir representa os créditos disponibilizados, ou seja, depositados nas contas correntes das Associações, que foram empenhados no exercício de 2011, que, no entanto, devido a indisponibilidade orçamentária foi possível sua continuidade somente no exercício em análise, resultando no atendimento a 129 (cento e vinte e nove) famílias com Restos a Pagar - RAP.

Tabela 35. Concessão de Crédito Realizados com Restos a Pagar

Valores em R$ 1,00

Projeto de Assentamento	Município	Valor	Família Beneficiada	Tipo de Crédito
PA Bom Jesus	Costa Marques	38.400,00	12	Apoio Inicial
PA Martim Pescador	Alvorada do Oeste	150.000,00	10	Aquisição
PA Primavera	Theobroma	30.000,00	2	Aquisição
PA Pedra do Abismo	Cujubim	448.000,00	56	Recuperação
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	392.000,00	49	Recuperação
Total		**1.058.400,00**	**129**	

Fonte: SIAFI 2012.

Conforme demonstrado no conjunto de tabelas a seguir com o orçamento e financeiro do exercício de 2012 foi possível o atendimento a 1.290 (um mil duzentos e noventa) famílias sendo 479 (quatrocentos e setenta e nove) famílias na modalidade apoio inicial, 38 (trinta e oito) famílias na modalidade apoio mulher, 340 (trezentos e quarenta) famílias na modalidade aquisição de materiais de construção, e 433 (quatrocentos e trinta e três) famílias na modalidade recuperação de materiais de construção.

Tabela 36. Concessão de crédito Apoio Inicial

Valores em R$ 1,00

Projeto	Município	Família	Valor Pago
PA Lacerda e Almeida I	Novo Horizonte do Oeste	7	22.400,00
PA Lacerda e Almeida II	Novo Horizonte do Oeste	5	16.000,00
PA Maranatá	Chupinguaia	177	566.400,00
PA Nova Esperança	Costa Marques	16	51.200,00
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	37	118.400,00
PA Paulo Freire II	Nova Brasilândia do Oeste	2	6.400,00
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	17	54.400,00
PA Santa Izabel	Costa Marques	7	22.400,00
PA União da Vitória	Porto Velho	25	80.000,00
PA Zé Bentão	Chupinguaia	186	595.200,00
Total		**479**	**1.532.800,00**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2012.

Na concessão de Crédito Instalação na modalidade Apoio Inicial foram efetivamente transferidas para as contas correntes dos representantes dos projetos de Assentamento o total de R$ 1.532.800,00 (um milhão quinhentos e trinta e dois mil e oitocentos reais) beneficiando 479 (quatrocentos e setenta e nove) famílias, conforme demonstrado acima.

Tabela 37. Concessão de crédito Apoio Mulher

Valores em R$ 1,00

Projeto	Município	Família	Valor Pago
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	15	45.000,00
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	23	69.000,00
Total		**38**	**114.000,00**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2012.

A modalidade de concessão de crédito Apoio Mulher, regulamentada através da Instrução Normativa nº 54 de 22/07/2009, ao longo do exercício de 2012 foi empenhado o montante equivalente a R$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais), no entanto, devido a indisponibilidade financeira foi possível efetuar a transferência para as contas das Associações dos Projetos de Assentamentos o total de R$ 114.000,00 (cento e catorze mil reais) beneficiando 38 (trinta e oito) famílias, conforme demonstrado na tabela acima.

A referida modalidade estabelece como valor unitário o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais) a ser liberado em uma única parcela; concedidas para utilização exclusiva pela mulher titular do lote, que compõe a unidade familiar, residente e domiciliada no Projeto de Assentamento, visando o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou comerciais.

Tabela 38. Concessão de crédito Aquisição de Materiais para Construção

Valores em R$ 1,00

Projeto	Município	Família	Valor Pago
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	18	450.000,00
PA Bom Jesus	Costa Marques	11	165.000,00
PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé	8	120.000,00
PA Conceição	Costa Marques	2	20.000,00
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	43	645.000,00
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	19	285.000,00
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	27	405.000,00
PA Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari	35	525.000,00
PA Gogo da onça	São Francisco do Guaporé	10	150.000,00
PA Maria Mendes	Rio Crespo	3	45.000,00
PA Paulo Freire II	Nova Brasilândia do Oeste	13	195.000,00
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia do Oeste	40	600.000,00
PA Serra Grande	Costa Marques	1	15.000,00
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	16	240.000,00
PA União I	Parecis	53	795.000,00
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	2	30.000,00
RESEX Rio Cautário Estado	Costa Marques	39	585.000,00
Total		**340**	**5.270.000,00**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2012.

Na concessão de Crédito Instalação na modalidade Aquisição de Materiais de Construção foi empenhado o montante equivalente a R$ 18.353.400,00 (dezoito milhões trezentos e cinqüenta e três mil e quatrocentos reais), no entanto devido à indisponibilidade financeira foi possível efetuar a transferência para as contas das Associações dos Projetos de Assentamento o total de R$ 5.270.000,00 (cinco milhões duzentos e setenta mil reais) beneficiando 340 (trezentos e quarenta) famílias, conforme demonstrado na tabela acima.

Tabela 39. Concessão de crédito Recuperação de Material de Construção

Valores em R$ 1,00

Projeto	Município	Família	Valor Pago
PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé	39	312.000,00
PA Gogo da onça	São Francisco do Guaporé	136	1.088.000,00
PA Lajes	Machadinho do Oeste	90	720.000,00
PA Palmares	Nova União	24	192.000,00
PA Rio madeira	Porto Velho	40	320.000,00
PA Sagrada família	São Francisco do Guaporé	47	376.000,00
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	41	328.000,00
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	4	32.000,00
RESEX Barreiras das Antas	Guajará Mirim	5	40.000,00
RESEX Rio Cautário Federal	Guajará Mirim	7	56.000,00
Total		**433**	**3.464.000,00**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2012.

Na concessão de Crédito Instalação na modalidade de Recuperação de Materiais de Construção foi empenhado o montante equivalente a R$ 4.616.000,00 (quatro milhões seiscentos e dezesseis mil reais), no entanto devido à indisponibilidade de recursos financeiros foi possível o pagamento, ou seja, envio de valores para as contas dos representantes dos Projetos de

Assentamentos o valor total de R$ 3.464.000,00 (três milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil reais) beneficiando 433 (quatrocentos e trinta e três) famílias, conforme demonstrado na tabela acima.

Tabela 40. Casas com conclusão de construção ou reforma no exercício de 2012

Valores em R$ 1,00

Projeto	Município	Casa Construída	Casa Recuperada
PA 14 de Agosto Fase II	Ariquemes	23	0
PA 14 de Agosto Fase II Coletivo	Ariquemes	9	0
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	0	17
PA Cedro Jequitibá	Machadinho	0	55
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	19	0
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	23	0
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	7	0
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	1	0
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	2	16
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	3	28
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	14	31
PA Joseodon	Ariquemes	0	1
PA Lajes	Machadinho do Oeste	7	0
PA Lamarquinha	Rio Crespo	1	0
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	3	0
PA Margarida Alves	Nova União	2	3
PA Martim Pescador	Urupá	0	75
PA Nova Vida	Campo Novo de Rondônia	1	0
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	0	8
PA Palma Arruda	Vale do Anari	0	1
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	0	28
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	8	0
PA Pau D'Arco	Porto Velho	1	0
PA Paulo Freire	Nova Brasilândia do Oeste	68	0
PA Pedra do Abismo	Buritis	0	25
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	19	0
PA Primavera	Theobroma	0	1
PA Reviver	Buritis	11	0
PA Ribeirão	Nova Mamoré	4	0
PA Rio Branco	Theobroma	0	1
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	0	21
PA São Carlos	Campo Novo de Rondônia	0	14
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	0	32
PA São Jose do Buriti	Buritis	3	52
PA Serra Grande	Costa Marques	0	1
PA União	Machadinho do Oeste	12	0
PA Vale Encantado	Theobroma	50	0
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	69	0
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	0	2
PDS Dom Xavier Rey	Guajará Mirim	2	0
PDS Nazaré Boa Vitória	Porto Velho	0	29
PDS Rolim de Moura do Guaporé	Alta Floresta do Oeste	4	0
RESEX Lago do Cuniã	Porto Velho	0	60
RESEX Rio Ouro Preto	Guajará Mirim	0	6
RESEX Rio Ouro Preto	Guajará Mirim	0	24
Total		**366**	**531**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento / SIAFI 2012.

Foi identificada a conclusão na construção de 366 (trezentos e sessenta e seis) casas e a reforma de 531 (quinhentos e trinta e uma) casas, conforme demonstrativo acima detalhado. Sendo

essas atividades concluídas no exercício de 2012, com recursos financeiros descentralizados em exercícios anteriores. Portanto, a ação de Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas, em decorrência dos fatores acima salientados, bem como dos entraves descritos abaixo, tem a execução com duração superior ao período de um exercício.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, entre Sede e Unidades Avançadas, conta com 34 (trinta e quatro) servidores aplicadores de créditos, que realizaram no exercício de 2012 com êxito as atividades administrativas e de campo, dentro dos prazos a eles estabelecidos pelo Setor de Crédito, atividades essas que vão desde o levantamento das demandas até o acompanhamento da entrega dos materiais, como a fiscalização da conclusão das unidades habitacionais.

Dos principais problemas:

A demora na liberação de recursos, principalmente referentes ao pagamento de diárias, que proporcionam condições de operacionalização da aplicação do crédito, tais como reuniões, adesão, acompanhamento da entrega dos materiais, fiscalização e acompanhamento das obras e outros, tem dificultado a apresentação de melhores resultados.

O Decreto nº 7.466 de 01/03/2011 que dentre outros determina o máximo de 40 (quarenta) diárias intercaladas por servidor ao ano, e que superior a essa quantidade é indispensável autorização do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA se apresentou como limitador e dificultou a aplicação do crédito, principalmente em razão da demora a obtenção da citada autorização, e conseqüentemente maior demora no pagamento das diárias.

Dos principais resultados:

O principal resultado alcançado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO através do Setor de Crédito e seus 34 (trinta e quatro) aplicadores de crédito, trabalhando nas diversas modalidades, foram os R$ 14.027.744,00 (catorze milhões vinte e sete mil setecentos e quarenta e quatro reais) pagos às empresas fornecedoras de alimentos, materiais de construção e ferramentas disponibilizados aos assentados nos diversos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária no Estado de Rondônia, o que em comparação ao exercício anterior foi possível um aumento de 24,78%.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

O cumprimento das metas estabelecidas para o exercício ocorreu em função de que os servidores envolvidos na aplicação do crédito se apresentam motivados e seguros para desenvolver tal atividade. Observa-se ao longo dos últimos anos uma efetiva melhoria nos procedimentos operacionais, o que resultou no que se refere ao crédito destinado à construção e reforma de moradias, em habitações de melhor qualidade, em termos de estética e de conforto.

A liberação de recursos para o custeio das atividades de aplicação do crédito se deu de maneira aleatória e esporádica durante o exercício, o que, em primeiro lugar, dificulta a execução conforme o planejamento elaborado pelo setor de crédito.

A não expedição por parte do Órgão Estadual de Meio Ambiente da Licença de Instalação e Operação - LIO dos projetos de assentamento atendidos com o Crédito Fomento resultou em aplicação de penalidades aos assentados (aplicação de multas e apreensão de trator que fazia o trabalho de gradagem) que utilizaram o crédito para realizar preparação de áreas para o plantio.

A indisponibilidade de mão de obra local (pedreiros e carpinteiros) para atender às demandas de construção e reforma foi um dos fatores de superação, e em muitas situações obrigou os beneficiários a buscarem trabalhadores nas proximidades ou até mesmo em outros municípios, tendo estes que arcar com um custo extra para contratar essa mão de obra.

Observou-se dificuldade de alguns fornecedores para cumprirem os termos do contrato pactuado, o que atrasou o cronograma de execução das obras pelos beneficiários.

A parceria estabelecida com a Empresa prestadora de Assistência Técnica foi decisiva para a agilização dos processos de aplicação do crédito, pois permitiu que os aplicadores concentrassem seus esforços naquelas atividades de competência exclusiva do servidor público, sendo delegado aos técnicos o levantamento de demandas, a mobilização para as reuniões, e outras atividades pertinentes, o reflexo disso foi a superação das metas pactuadas no Plano de Compromisso.

A inscrição de créditos em restos a pagar gera desconforto não só para os aplicadores, mas, sobretudo, para aqueles que aguardam com ansiedade a liberação dos recursos para construir ou reformar suas casas, implementar seu projeto produtivo ou até mesmo adquirir os gêneros alimentícios e as ferramentas tão indispensáveis à manutenção da família recém assentada em sua parcela. Ocorre que ao efetivar os procedimentos iniciais de adesão, formalização do processo e empenho dos recursos concernentes às operações de crédito instalação, gera-se uma expectativa junto aos pretendentes. E, a não descentralização desses recursos no mesmo exercício produz insegurança e descrédito, de um lado, e acarreta sobre-serviço para o então reduzido quadro de servidores que atuam com esta atividade, pois terão que atender aos processos pendentes de exercício anterior e mais a demanda de novos créditos.

4.1.4.1.8. Ação 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito-Instalação às Famílias Assentadas da Reforma agrária

Quadro A.4.4.1.8 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária.					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
255.050	315.050,00	314.946,43	314.946,43	0,00	0,00	314.946,43

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Unidade	567	905	255.050	314.946,43

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 41. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 20S7

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D206620S740	33.90.14	218.650,00	218.546,43	218.546,43	0,00
	33.90.30	58.554,89	58.554,89	58.554,89	0,00
	33.90.33	1.545,11	1.545,11	1.545,11	0,00
	36.300,00	36.300,00	36.300,00	36.300,00	0,00
Total		**315.050,00**	**314.946,43**	**314.946,43**	**0,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 42. Restos a Pagar da Ação 20S7

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 255.050 (duzentos e cinqüenta e cinco mil e cinqüenta reais), sendo disponibilizados R$ 315.050,00 (trezentos e quinze mil e cinqüenta reais), que representa 123,52% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 314.946,43 (trezentos e quatorze mil novecentos e quarenta e seis reais quarenta e três centavos) que foram integralmente pagos, perfazendo uma execução de 99,96% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de supervisionar 567 (quinhentos e sessenta e sete) créditos sendo supervisionados o total de 905

(novecentos e cinco) créditos representando uma execução física de 159,61%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

Para o cumprimento da meta estabelecida foi montada uma equipe de 34 (trinta e quatro) servidores lotados na Sede e nas Unidades Avançadas. Servidores esses que vêm recebendo anualmente capacitações para atualização quanto aos procedimentos operacionais prescritos nos normativos internos, o que viabilizou maior segurança na aplicação dos créditos e consequentemente redução dos problemas que anteriormente ocorriam durante a execução dessa atividade.

Descrição das atividades desenvolvidas:

As principais atividades desenvolvidas para o alcance das metas estabelecidas na Ação 20S7 - Supervisão Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária foram:

a) Reunião inicial de adesão aos créditos;

b) Supervisão da entrega dos materiais adquiridos através das diferentes modalidades de crédito;

c) Monitoramento e fiscalização da execução das obras de construção e reforma; e

d) Acompanhamento na implantação dos projetos produtivos financiados pelo crédito fomento e apoio inicial.

As atividades acima listadas foram realizadas em 23 (vinte e três) Projetos de Assentamentos totalizando 905 (novecentos e cinco) lotes, nas diversas modalidades, que tiveram o crédito supervisionado e/ou acompanhado, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 43. Crédito Supervisionado

Projeto	Município	Tipo de Crédito	Família / Lote Supervisionado
PA 14 de Agosto Fase II	Ariquemes	Aquisição	31
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	Apoio Mulher	15
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	Apoio Mulher	20
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	Apoio Mulher	24
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	Recuperação	3
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	Recuperação	7
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	Recuperação	10
PA Margarida Alves	Nova União	Aquisição	4
PA Martim Pescador	Alvorada D'oeste	Recuperação	64
PA Palmares	Nova União	Recuperação	28
PA Rio Consuelo	Alta Floresta do Oeste	Recuperação	6
PA São Domingos	Campo Novo de Rondônia	Aquisição	8
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	Recuperação	2
PA Padre Ezequiel	São Francisco do Guaporé	Aquisição	7
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	Aquisição	51
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	Recuperação	1
PA Paulo Freire	Nova Brasilândia	Aquisição	61
PDS Nazaré e Boa Vitória	Porto Velho	Recuperação	162
PA Porto Murtinho	Nova Brasilândia	Aquisição	48
RESEX Lago do Cuniã	Porto Velho	Recuperação	246
RESEX Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim	Recuperação	24
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	Recuperação	33
PA Vale Encantado	Theobroma	Aquisição	50
Total			**905**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Dos principais problemas:

Alguns problemas se apresentaram durante a execução da presente ação, das quais se destacam:

a) A demora na liberação de recursos para concessão de diárias que são necessárias para a operacionalização da aplicação do crédito, em especial na realização de reuniões, adesão, abertura de conta corrente, acompanhamento de entrega de materiais e conclusão das obras; e

b) Quando houve disponibilidade de recursos necessários ao pagamento de diárias enfrentou-se a demora em suas concessões, em especial aos servidores que ultrapassaram a quantidade de 40 (quarenta) diárias no ano, que precisam de autorização do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para todos e quaisquer novos deslocamentos a partir da referida quantidade, situação essa que dificultou sobremaneira a apresentação de melhores resultados.

Dos principais resultados:

Por ser essa uma ação nova, incluída através do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, se considera que sua criação, com finalidade específica, foi um avanço, uma vez que anteriormente eram destacados valores da então Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, e com a citada mudança observou-se maior controle e acompanhamento dos recursos ora disponibilizados, e mesmo na ocorrência de limitações financeiras e operacionais ainda assim, os resultados são considerados satisfatórios, uma vez todos os Projetos de Assentamentos que precisaram ter seus créditos acompanhados e supervisionados foram contemplados.

Portanto, como principal resultado ressalta-se o número de lotes e famílias que tiveram os créditos acompanhados e supervisionados que totalizaram 905 (novecentos e cinco).

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

As metas inicialmente estabelecidas foram superadas, situação essa decorrente da disponibilização orçamentária superior ao compromissado, bem como com a compatibilização de algumas ações do crédito com atividades de supervisão dos serviços de Assistência Técnica - ATER e até de vistoria ocupacional.

	
Acompanhamento da implantação do Projeto de criação de frango caipirão financiado pelo Crédito Apoio Mulher no PAF Jequitibá.	Monitoramento e fiscalização da obra de reforma das moradias no PDS Nazaré Boa Vitória.

4.1.4.1.9. Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos

Quadro A.4.4.1.9 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.400	62.200,00	60.848,27	57.848,27	3.000,00	0,00	57.848,27

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Unidade	96	3.174	600.000	57.848,27

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 44. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8398

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	**Elemento de Despesa**	**Provisão Recebida**	**Empenho Emitido**	**Pago**	**Restos a Pagar**
D2066839820	33.90.39	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
D2066839840	33.90.14	48.048,27	48.048,27	48.048,27	0,00
	33.90.30	11.151,73	9.800,00	9.800,00	0,00
Total		**62.200,00**	**60.848,27**	**57.848,27**	**3.000,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 45. Restos a Pagar da Ação 8398

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	3.174	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 35.400 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais), sendo disponibilizados R$ 62.200,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais), que representa 175,70% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 60.848,27 (sessenta mil oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos), sendo pago o total de R$ 57.848,27 (cinqüenta e sete mil oitocentos e quarenta e oito mil e vinte e sete centavos) perfazendo uma execução de 93% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de atender 96 (noventa e seis) famílias sendo atendidas o total de 3.174 (três mil cento e setenta e quatro) famílias representando uma execução física de 3.306,25%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

A principal estratégia para o desenvolvimento da Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento foi a não efetivação de novos contratos, mas sim, a finalização de contratos iniciados em exercícios anteriores, através de conferências de peças técnicas em escritório e correção em cada um dos lotes em campo.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A presente ação tem como principal finalidade Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

A execução desta ação é realizada através da contratação de empresa especializada, por meio de procedimento licitatório. As atividades de fiscalização, acompanhamento e recebimento final dos serviços são realizadas pelo Serviço de Cartografia da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. A identificação da demanda, elaboração do Projeto Básico e acompanhamento dos contratos são realizadas pela Divisão de Desenvolvimento. Importante salientar que o número de famílias nem sempre coincide com o número de parcelas uma vez que, no número de parcelas estão incluídas, além das parcelas propriamente ditas, as áreas de preservação permanente, de reserva legal, as comunitárias e outras que, também, são demarcadas conforme o definido no anteprojeto de parcelamento.

Para o recebimento e pagamento dos serviços contratados, existe a necessidade de acompanhamento e fiscalização por parte dos técnicos da área de topografia e cartografia da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. Assim, a falta destes recursos humanos pode ser destacada como um problema crônico tanto na execução desta ação como de outras. Dessa forma é fácil deduzir que, muito provavelmente, boa parte dos serviços contratados em exercícios anteriores tendem a ter sua execução comprometida em 2012, uma vez que ainda há serviços para serem acompanhados, fiscalizados e recebidos de ordens de serviços expedidas a empresas contratadas.

Essa situação de pouca força de trabalho gera uma baixa eficiência na execução da ação no que tange ao acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços, e compromete todo o processo de desenvolvimento nos Projetos de Assentamentos, haja vista que a efetivação do parcelamento das áreas é um dos condicionantes imprescindíveis para o desencadeamento de várias outras ações, em especial a Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, bem como serve de base como a concessão de recursos da Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às famílias assentadas, destacando-se a modalidade Aquisição de Material de Construção; e a Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura básica em Projetos de Assentamento, dentre outras.

Conforme demonstrado na tabela abaixo foram concluídas análises e conferências de peças técnicas atendendo a 3.174 (três mil cento e setenta e quatro) famílias, para as quais ocorreram diversas devoluções as empresas contratadas, visando correções que culminaram em sua aprovação.

Tabela 46. Serviço Topográfico Concluído (Atividades Iniciadas em Exercícios Anteriores)

Data da Publicação do Convênio / Contrato no D.O.U. ou da Emissão da Ordem de Serviço	Projeto	Município	Família
Contrato publicado em 20/11/2008	PA Pau D'Arco	Porto Velho	239
	PA Igarapé Taquara	Porto Velho	278
	PA Igarapé das Araras	Porto Velho	232
	PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	200
	PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	200
	PA Ribeirão	Nova Mamoré	250
	PA Pau Brasil	Nova Mamoré	221
	PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	100
Contrato publicado em 26/02/2009	PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	161
	PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	76
	PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	105
Contrato publicado em 23/12/2009	PA Nilson Campos	Porto Velho	217
	PA Rio Madeira	Porto Velho	157
	PA São Francisco	Porto Velho	141
	PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	597
Total			**3.174**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Os recursos orçamentários disponibilizados para a presente ação foram integralmente utilizados na fiscalização e correção das informações em campo por amostragem nos lotes em análise.

Dos principais problemas:

O principal problema identificado na execução da presente ação é a pouca disponibilidade de técnicos habilitados para conferência e aceite das peças técnicas, estando somente 01 (um) servidor lotado na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO com a referida habilitação.

Dos principais resultados:

Como principal resultado foi a possibilidade de finalmente concluir a análises e apresentar o aceite das peças técnicas, para as quais os 15 (quinze) Projetos de Assentamento que estão aptos para emissão de títulos de domínio.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

As metas estabelecidas no Plano de Compromisso - PC para o exercício de 2012 foram superados, situação essa que decorre da finalização das atividades iniciadas em exercícios anteriores.

4.1.4.1.10. Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Quadro A.4.4.1.10 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.611.975	3.950.107,80	3.848.203,80	3.274.722,46	573.481,34	0,00	3.274.722,46

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Unidade	626	494	4.217.497	3.274.722,46

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 47. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8396

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C2066839619	44.90.51	1.692.442,00	1.649.237,19	1.649.237,19	0,00
D2066839619	44.90.51	2.097.880,00	2.039.494,64	1.471.013,30	568.481,34
D2066839640	33.90.14	27.811,00	27.574,84	27.574,84	0,00
	33.90.30	121.874,80	121.797,13	116.797,13	5.000,00
	33.90.39	10.100,00	10.100,00	10.100,00	0,00
Total		**3.950.107,80**	**3.848.203,80**	**3.274.722,46**	**573.481,34**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 48. Restos a Pagar da Ação 8396

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	73	756.265,52	0,00	182.784,18	573.481,34

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 4.611.975 (quatro milhões seiscentos e onze mil novecentos e setenta e cinco reais), sendo disponibilizados R$ 3.950.107,80 (três milhões novecentos e cinqüenta mil cento e sete reais e oitenta centavos), que representa 85.65% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 3.848.203,80 (três milhões oitocentos e quarenta e oito mil duzentos e três reais e oitenta centavos), sendo pago o total de R$ 3.274.722,46 (três milhões duzentos e setenta e quatro mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos) perfazendo uma execução de 82,90% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 573.481,34 (quinhentos e setenta e três mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e quatro centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de atender 626 (seiscentos e vinte e seis) famílias sendo atendido o total de 494 (quatrocentos e noventa e quatro) famílias, representando uma execução física de 78,91%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

Com a disponibilização orçamentária, mesmo na ocorrência das limitações estabelecidas pelas medidas de contenção de despesas, imposta pelo Governo Federal e mediante os resultados obtidos no certame licitatório da Concorrência Pública a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO procedeu a contratação das obras de infra-estrutura e desenvolveu levantamentos para elaboração de novos projetos técnicos e efetuar estudos e analises para a elaboração da composição dos preços unitários dos serviços e obras de engenharia praticadas nos parâmetros adotados, culminando nas constantes atualizações dos custos globais dos orçamentos levantados nos exercícios anteriores e que por carência de porte orçamentário suficientes para suas execuções, tem se mantido desde 2011, como metas almejadas pelas comunidades assentadas.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A principal finalidade da Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento é prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica, a partir do levantamento das demandas visando proporcionar as condições físicas necessárias para a viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Assim, foram realizadas atividades iniciadas em exercícios anteriores e com conclusão em 2012 que representa o resultado no atendimento a 73 (setenta e três) famílias através da construção de uma ponte de madeira objeto do Contrato CRT/RO-5.000/2011, contudo não foram adicionadas na meta do exercício de 2012 por essas terem sido contabilizadas no exercício de sua contratação, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 49. Atividade iniciada no exercício anterior e concluída em 2012

Projeto / Município	Meta	Concluída	
		Família	Extensão
PAF Jequitibá **(Lote: III)** / *Município Candeias do Jamari*	Construção de ponte de madeira	73	35,0 m
Total		**73**	**35,0 m**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Em função das medidas estabelecidas pelo Governo Federal de contingenciamento dos recursos público, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi forçada a proceder uma adequação de sua meta, visto que com os novos limites orçamentários somente pode celebrar 07 (sete) obras para execução de 113,8 km (cento e treze quilômetros e oitocentos metros) de estradas vicinais, conforme demonstrado abaixo.

Os trechos efetivados, com critérios técnicos estabelecidos contratualmente, sob a orientação e acompanhamento do restrito corpo técnico lotado na Divisão de Desenvolvimento, possibilitaram que estas obras fossem fisicamente in-loco concluídas na extensão total de 110,9 km (cento e dez quilômetros e novecentos metros) de estradas vicinais, sem restringir os seus objetivos, visto que a redução de 2,9 km (dois quilômetros e novecentos metros), apenas se deram nas adequações dos traçados, efetuando eliminações de trechos de desnecessárias sinuosidades, que em muito passou a contribuir com a drenagens das vias trabalhadas, o que permitirá uma vida útil mais durável, desde que os beneficiários dê a sua contribuição, mantendo as frentes de suas parcelas limpas, permitindo que as valetas de águas pluviais mantenham-se desobstruídas, bem como às áreas de montante e jusantes das obras de artes (bueiros, pontilhões e pontes).

Tabela 50. Obras de Infraestrutura Executadas ao longo de 2012

Valores em R$ 1,00

Meta	Extensão Contratada	Valor Contratado	Extensão Executada	Valor Pago	Valor à Pagar
PA Flor do Amazonas II e III **(Lote: I)** / *Município Candeias do Jamari* Constr. estrada vicinal	13,0 km	526.175,07	13,1km	470.651,34	55.523,73
PAF Jequitibá **(Lote: II)** / *Município Candeias do Jamari* Constr. estrada vicinal	12,9 km	632.943,54	12,9 km	624.062,26	0,00
Complem. estrada vicinal	4,8 km		4,7 km		
PAF Jequitibá **(Lote: III)** / *Município Candeias do Jamari* Constr. estrada vicinal	13,0 km	444.603,56	12,4 km	410.281,03	0,00
PAF Jequitibá **(Lote: IV)** / *Município Candeias do Jamari* Constr. estrada vicinal	10,1 km	537.561,85	11,8 km	266.713,24	170.921,81
PA Lagoa Azul **(Lote: V)** / *Município Campo N. Rondônia* Constr. estrada vicinal	5,0 km	279.577,36	5,1 km	159.330,02	107.585,85
Complem. estrada vicinal	3,1 km		3,1 km		
PA Pau Brasil **(Lote: VI)** / *Município Nova Mamoré* Recup. estrada vicinal	23,4 km	649.974,77	22,2 km	528.112,68	67.548,08
PA Rosana Lecy **(Lote: VII)** / *Município Nova Mamoré* Constr. Estrada vicinal	14,3 km	19.480,29	12,4 km	661.099,93	0,00
Recup. estrada vicinal	14,2 km		13,2 km		
Total	**113,8 km**	**3.790.317,44**	**110,9 km**	**3.120.250,50**	**401.579,47**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

No valor do PA Flor do Amazonas II e II (Lote I), primeiro item detalhado na tabela acima está incluído o valor de R$ 104.33,80 (cento e quatro mil trezentos e trinta e dois reais oitenta centavos) relativos ao termo aditivo firmado ao contrato inicial.

Na demonstração acima se observa que entre o somatório do valor global contratado e a soma do total pago e mais a soma dos restos a pagar tem uma diferença de R$ 268.487,06 (duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete e seis centavos) que corresponde ao total dos saldos anulados das obras dos Lotes: II, III e VII e mais a parte dos saldos a serem anulados nos Lotes: IV, V e VI, como a seguir discriminado.

Tabela 51. Demonstrativo dos valores anulados e a anular

Valor em R$ 1,00

Meta	Valor anulado	Valor a anular	Observação
PAF Jequitibá **(Lote: II)** / *Município Candeias do Jamari* Constr. estrada vicinal Complem. estrada vicinal	8.881,28	0,00	Valor anulado como saldo remanescente da obra executada.
PAF Jequitibá **(Lote: III)** / *Município Candeias do Jamari* Constr. estrada vicinal	34.323,53	0,00	Valor anulado como saldo remanescente da obra executada.
PAF Jequitibá **(Lote: IV)** / *Município Candeias do Jamari* Constr. estrada vicinal	0,00	75.500,14	Anulação a ser processada, por ter sido detectado na proposta contratada de um equívoco de duplicidade no cálculo da Bonificação das Despesas Indiretas (BDI), de algumas etapas de serviços, conforme consta documentado nos autos do Processo Administrativo nº 54.300.001095/2012-75.

Meta	Valor anulado	Valor a anular	Observação
PA Lagoa Azul **(Lote: V)** / *Município Campo Novo de Rondônia* Constr. estrada vicinal Complem. estrada vicinal	0,00	37.087,72	Anulação a ser processada, por ter sido detectado na proposta contratada de um equívoco de duplicidade no cálculo da Bonificação das Despesas Indiretas (BDI), de algumas etapas de serviços, conforme consta documentado nos autos do Processo Administrativo nº 54.300.001096/2012-10.
PA Pau Brasil **(Lote: VI)** / *Município Nova Mamoré* Recup. estrada vicinal	0,00	54.314,03	Valor a ser anulado como saldo remanescente da obra.
PA Rosana Lecy **(Lote: VII)** / *Município Nova Mamoré* Constr. Estrada vicinal Recup. estrada vicinal	58.380,36	0,00	Valor anulado como saldo remanescente da obra.
Total	**101.585,17**	**166.901,89**	

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Foram realizados levantamentos para elaboração de projetos técnicos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 52. Levantamentos efetuados no exercício de 2012, para elaboração de projetos técnicos

Projeto	Município	Meta	Execução:	
			Família Atendida	Extensão
1 PA Vale Encantado	Theobroma	Construção estrada vicinal	88	13,1 km
2 PA Maranatá	Chupinguaia	Complementação Estrada vicinal Construção estrada vicinal	100 37	12,9 km 4,7 km
3 PA Água Viva	Chupinguaia	Construção estrada vicinal Complementação estrada vicinal	33 29	5,1 km 3,1 km
4 PA Floriano Magno	Nova Mamoré	Complementação estrada vicinal	60	15,5 km
5 PA Ribeirão	Nova Mamoré	Complementação estrada vicinal	65	13,1 km
Total			**412**	**67,5 km**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Ainda foram realizados levantamentos e atualizações para elaboração de projetos básicos, essas consideradas demandas em potencial para execução nos próximos exercícios, e por representarem muitas informações estão acondicionados no anexo do presente relatório de gestão.





Imagens do PA Maranatá, município de Chupinguaia, tiradas no instante das coletas de subsídios, com auxílios dos beneficiários, para elaboração do projeto técnico, para execução da construção da malha viária do assentamento.

Outra atividade realizada ao longo do exercício de 2012 foram os acompanhamentos e supervisão das obras que estavam em execução, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 53. Acompanhamento de obras contratadas no exercício de 2012

Contrato	Projeto / Município	Meta	Execução:	
			Família Atendida	Extensão
1 CRT/RO-01.000/2012	PA Flor do Amazonas II e III **(Lote: I)** / *Município Candeias do Jamari*	Constr. estrada vicinal	88	13,1 km
2 CRT/RO-02.000/2012	PAF Jequitibá **(Lote: II)** / *Município Candeias do Jamari*	Complem. Estr. vicinal Constr. estrada vicinal	100 37	12,9 km 4,7 km
3 CRT/RO-03.000/2012	PAF Jequitibá **(Lote: II)** / *Município Candeias do Jamari*	Constr. estrada vicinal	52	12,4 km
4 CRT/RO-04.000/2012	PAF Jequitibá **(Lote: II)** / *Município Candeias do Jamari*	Constr. estrada vicinal	74	11,8 km
5 CRT/RO-05.000/2012	PA Lagoa Azul **(Lote: V)** / *Município Campo N. Rondônia*	Constr. estrada vicinal Complem estr. vicinal	33 29	5,1 km 3,1 km
6 CRT/RO-06.000/2012	PA Pau Brasil **(Lote: VI)** / *Município Nova Mamoré*	Recup. estrada vicinal	40	22,2 km
7 CRT/RO-07.000/2012	PA Rosana Lecy **(Lote: VII)** / *Município Nova Mamoré*	Constr. estrada vicinal Recup. estrada vicinal	20 21	12,4 km 13,2 km
Total			**494**	**110,9 km**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.





Imagens da obra objeto do contrato de CRT/RO-05.000/2012 - PA Lagoa Azul, localizado no município de Campo Novo de Rondônia, no instante de uma das inspeções de acompanhamento da obra.

Dos principais problemas:

Na execução das atividades Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, no exercício de 2012, se identifica os seguintes entraves:

Embora o reduzido recurso humano lotado no Serviço de Infraestrutura tenha recebido 02 (duas) novas contratações, a situação da força de trabalho manteve-se nas mesmas condições de assoberbamento de atividades técnicas, e encerrou o exercício sob uma equipe de apenas 03 (três) servidores, mantendo-se a sobrecarga da responsabilidade pelas elaborações dos projetos técnicas e documentais dos certames licitatórios, atividades de acompanhamentos, fiscalizações, medições, recebimentos de obras e serviços e instruções processuais dos compromissos firmado, além das necessidades que se fazem necessárias de atendimento ao público, analises e informações de expedientes administrativos diversos, e ainda de proporcionar suporte de apoio de demandas de outros órgãos divisionais da Autarquia e a instituições públicas atuantes nas áreas rurais.

No desenvolvimento das atividades inerentes ao Serviço de Infraestrutura se observa a escassez do recurso humano, quando no prosseguimento das tramitações dos diversos expedientes pelos órgãos divisionais da Regional, causando retardo nas providências, falta contundência nos pronunciamentos, e em muito sendo limitados os pronunciamentos aos repasses de responsabilidades, sem definições e/ou instruções de posicionamentos claros compatíveis aos níveis das competências das atribuições regimentais. Escassez esta que tem inclusive contribuído para a falta de uma compatível integração interdisciplinar dos Serviços (unidades administrativas) com as diversas chefias na gestão das atividades das competências regimentais.

Em virtude da sobrecarga de atividades sob o reduzido corpo técnico tem impossibilitado do mesmo participar de capacitações e atualizações técnicas, de reais necessidades, em virtude da evolução tecnológica, pelo dinamismo da legislação e das normas jurisdicionarias e técnicas adotadas na administração pública.

Tem-se observado pouca disponibilidade de viaturas para apoio aos deslocamentos dos técnicos às áreas de execução das obras, levado pelo número de veículos insuficientes para atender todas as atividades demandadas pela Regional.

O curto período climático favorável de 05 (cinco) meses do ano para execução física das metas compromissadas, reduzindo o período de efetiva execução das atividades.

E, a morosidade por parte dos órgãos de gestão ambiental para liberação das licenças para execução das obras, que em muito tem provocado atraso no início físico das ações in loco.

Dos principais resultados:

	
Imagem do PAF Jequitibá, localizado no município de Candeias do Jamari - Construção da Ponte sobre o rio Ajuricaba, na Linha LP-40, concluída em 2012, com restos a pagar de 2011.	Imagem do PAF Jequitibá, localizado no município de Candeias do Jamari - Construção da Ponte sobre o rio Miriti, objeto do contrato de CRT/RO-04.000/2012.

O principal resultado obtidos foi a conclusão da transposição do rio Ajuricaba, na Linha LP-40, com construção complementar da ponte de madeira, estabelecendo uma nova alternativa de tráfego a centenas de famílias residentes no interior do polígono do PAF Jequitibá, localizado no município de Candeias do Jamari.

Assim como efetivas melhorias nos 110,9 km (cento e dez quilômetros e novecentos metros) de estradas vicinais trabalhadas em beneficio direto a 494 (quatrocentos e noventa e quatro) famílias assentadas no próprio PAF Jequitibá e nos Projetos de Assentamento Flor do Amazonas II e III, Lagoa Azul, Pau-Brasil e Rosana Lecy, situados nos municípios de Candeias do Jamari, Campo Novo de Rondônia e Nova Mamoré, respectivamente, onde a trafegabilidade encontrava-se em precaríssimas condições de uso ou inexistentes.

Com a execução destas obras tem permitido a circulação dos transportes coletivos, escolares e do comercio em geral, o que tem servido de estimulo as famílias assentadas e de outras que

indiretamente foram beneficiadas, e também tem possibilitado a implementação de outros Programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e de diversos órgãos das esferas Municipal, Estadual e Federal e da própria iniciativa privada, o que muito contribuirá para reduzir o êxodo rural.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

As metas não foram integralmente alcançadas principalmente em decorrência do contingenciamento dos recursos orçamentários, ou seja, os valores inicialmente estabelecidos não foram totalmente disponibilizados, assim a redução também pôde ser observada em sua correspondência da execução física.

	
Imagem da via de Acesso à Linha 02 do PA Lagoa Azul - trecho recuperado pela Prefeitura de Campo Novo de Rondônia.	Imagem da Linha 03, do PA Flor do Amazonas III que mostra o Flagrante do Ônibus Escolar circulando no trecho quando ainda estava sendo executado.

4.1.4.1.11. Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Quadro A.4.4.1.11 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
95.178	95.178,24	95.164,15	95.164,15	0,00	0,00	95.164,15

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Unidade	718	799	30.824	95.164,15

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 54. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4358

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	**Elemento de Despesa**	**Provisão Recebida**	**Empenho Emitido**	**Pago**	**Restos a Pagar**
D2066435840	33.90.14	63.698,74	63.684,65	63.684,65	0,00
	33.90.30	31.479,50	31.479,50	31.479,50	0,00
Total		**95.178,24**	**95.164,15**	**95.164,15**	**0,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 55. Restos a Pagar da Ação 4358

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido	0	1.846,75	0,00	1.846,75	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 95.178 (noventa e cinco mil cento e setenta e oito reais), sendo disponibilizados R$ 95.178,24 (noventa e cinco mil cento e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos), que representa 100% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 95.164,15 (noventa e cinco mil cento e sessenta e quatro reais e quinze centavos), sendo estes integralmente pagos, perfazendo uma execução de 99,98% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de expedir 718 (setecentos e dezoito) documentos de titulação sendo expedidos o total de 799 (setecentos e noventa e nove) documentos de titulação, sendo 20 (vinte) Títulos Definitivos - TD, 29 (vinte e nove) Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU e 750 (setecentos e cinqüenta) Contratos

de Concessão de Uso - CCU, representando uma execução física de 111,28%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

Como principal estratégia na execução da Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento ao longo do exercício de 2012 foi a elaboração do Plano de Trabalho solicitando das Unidades Avançadas a apresentação de demandas de documentos a serem expedidos, sendo essas sistematizadas juntamente com a Sede.

Destaca-se também a aprovação do Comitê de Decisão Regional - CDR sobre a nova metodologia de cálculo para definição do valor do Título de Domínio, uma vez que o valor de mercado de terras, utilizado pelas normas, estarem fora da realidade vivenciada pelos beneficiários nos Projetos de Assentamento, onde se identifica que não acompanharam o crescimento econômico do mercado de terras, em decorrência de diversos fatores, tais como: baixa produtividade, dificuldade de escoamento da produção, condições das estradas e pontes, assim como o suprimento das necessidades básicas de saúde e educação para os filhos, entre outros.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A principal finalidade da presente ação é transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e para as entidades públicas ou privadas.

Sendo implementada por meio de execução direta e promove a titulação e destinação dos imóveis que são objeto da política de reforma agrária, onde inicialmente é realizada a titulação provisória através da expedição e assinatura do Contrato de Concessão de Uso - CCU que é um instrumento regido por cláusulas resolutivas que estabelecem direitos e obrigações entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o beneficiário.

E, conforme tabela abaixo ao longo do exercício de 2012 no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foram emitidos 750 (setecentos e cinqüenta) Contratos de Concessão de Uso - CCU.

Tabela 56. Contrato de Concessão de Uso - CCU Expedido

Projeto	Município	Documento Expedido (unidade)
PA 14 de Agosto Fase II Coletivo	Ariquemes	2
PA Aguinel Divino	Alta Floresta D'Oeste	1
PA Aliança	Porto Velho	2
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	9
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	1
PA Buriti	Buritis	26
PA Caldinho	Pimenta Bueno	1
PA Campo Novo	Campo Novo de Rondônia	6
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	1
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	1
PA Conceição	Costa Marques	2
PA Djaru Uaru	Jaru	1
PA Edmilson Pastor	Espigão do Oeste	2
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	7
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	12
PA Filadélfia	Alta Floresta D'Oeste	1
PA Flor do Amazonas 1	Candeias do Jamari	3
PA Flor do Amazonas 2	Candeias do Jamari	5
PA Flor do Amazonas 3	Candeias do Jamari	4
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	1
PA Francisco João	Nova Mamoré	1

Projeto	Município	Documento Expedido (unidade)
PA Guarajús	Corumbiara	1
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	3
PA Igarapé das Araras	Porto Velho	1
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	4
PA Jandaira	Ariquemes	1
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	15
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	12
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	11
PA Joana D'Arc III Parte II	Porto Velho	8
PA Joseodon	Ariquemes	1
PA Lagoa Azul	Campo Novo de Rondônia	1
PA Lagoa Nova	Theobroma	1
PA Lajes	Machadinho do Oeste	2
PA Maranatá	Chupinguaia	205
PA Marcos Freire	Pimenta Bueno	2
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	3
PA Maria Jose Rique	Ariquemes	1
PA Martim Pescador	Alvorada D'Oeste	4
PA Menezes Filho	Buritis	2
PA Nilson Campos	Porto Velho	1
PA Norte Sul	Campo Novo de Rondônia	3
PA Nova Conquista	Vilhena	1
PA Nova Esperança	Costa Marques	15
PA Nova Vida	Campo Novo de Rondônia	1
PA Ouro Preto	Ouro Preto do Oeste	1
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	12
PA Pau D'Arco	Porto Velho	4
PA Paulo Freire	Nova Brasilândia D'Oeste	3
PA Pedra do Abismo	Buritis	6
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	18
PA Primavera	Theobroma	4
PA Rabo do Tamanduá	Buritis	13
PA Reviver	Buritis	3
PA Ribeirão Grande	Pimenta Bueno	3
PA Rio Branco	Theobroma	6
PA Rio Madeira	Porto Velho	4
PA Santa Catarina	Theobroma	12
PA Santa Catarina Expansão I	Theobroma	3
PA Santa Cruz	Ariquemes	1
PA Santa Elisa	Campo Novo de Rondônia	4
PA Santa Helena	Campo Novo de Rondônia	6
PA Santa Izabel	Costa Marques	7
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	1
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	9
PA São Domingos	Buritis	3
PA São Francisco	Porto Velho	3
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	2
PA São João	Ariquemes	1
PA São Paulo	Buritis	2
PA União	Machadinho	1
PA União da Vitória	Porto Velho	23
PA União I	Parecis	5
PA Vale do Jamari	Candeias do Jamari	3
PA Vale Encantado	Theobroma	2

Projeto	Município	Documento Expedido (unidade)
PA Zé Bentão	Chupinguaia	192
PA Zeferino	Nova Brasilândia D'Oeste	3
PAD Marechal Dutra	Ariquemes	1
PIC Padre Adolpho Rohl	Jaru	1
Total		**750**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Os Títulos de Domínio são outorgados também sob condições resolutivas, sendo que os beneficiários ficam vinculados a essas cláusulas pelo período definido em lei e até que ocorra a liberação formal por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sendo essa realizada somente após verificação do cumprimento dos compromissos assumidos nas cláusulas dos documentos de titulação. Se verificado o não cumprimento das condições resolutivas dos documentos de titulação, a qualquer tempo, são realizados procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para a retomada das parcelas e reversão do domínio ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou da União, visando sua redestinação.

Ao longo do exercício de 2012 foram expedidos 20 (vinte) Títulos Definitivos - TD, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 57. Título Definitivo - TD Expedido

Projeto	Município	Documento Expedido (unidade)
PA Buriti	Buritis	12
PA Machadinho	Machadinho do Oeste	8
Total		**20**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Nos assentamentos ambientalmente diferenciados, são outorgados aos beneficiários o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU, uma vez que esses imóveis não são objeto de transferência definitiva de domínio.

E, no exercício de 2012 no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foram expedidos 29 (vinte e nove) Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 58. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU Expedido

Projeto	Município	Documento Expedido (unidade)
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	29
Total		**29**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Os procedimentos utilizados para a execução das atividades acima detalhadas se iniciam com a realização de vistorias nos lotes visando a verificação de morada permanente ou temporária, tipo de exploração desenvolvida pelo beneficiário e passivo ambiental; passa pela análise e instrução processual de acordo com a Instrução Normativa nº 30 de 24/02/2006; ocorre a publicação do ato em Boletim de Serviço em Brasilia-DF; e por fim a emissão do documento referente ao Contrato de Concessão de Uso - CCU, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU ou Título Definitivo - TD.

Outra atividade realizada ao longo do exercício de 2012 que onerou os recursos orçamentários da presente ação, que, no entanto, não culminam diretamente na expedição de documentos, mas que é parte fundamental na verificação do cumprimento das condições resolutivas, foi a realização de vistoria de situação ocupacional onde foram vistoriados e supervisionados o total de 591 (quinhentos e noventa e um) lotes, bem como emitidas 40 (quarenta) notificações, conforme resultados detalhados na tabela abaixo.

Tabela 59. Vistoria de Situação Ocupacional

Projeto	Município	Parcela Vistoriada	Notificação
PA Chico Mendes	Presidente Médici	243	20
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	10	0
PA Flor do Amazonas I, II, III e IV	Candeias do Jamari	150	0
PA Francisco João	Nova Mamoré	10	0
PA Jatuarana	Ariquemes	10	0
PA Joana D'Arc I, II e III	Porto Velho	60	20
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	4	0
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	60	0
PA São José dos Buritis	Buritis	10	0
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	20	0
PDS Porto Seguro	Porto Velho	14	0
Total		**591**	**40**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Dos principais problemas:

Como fatores negativos que influenciaram diretamente na apresentação de melhores resultados, destacam-se:

a) A insuficiência de recursos orçamentários para execução de todas as demandas existentes;

b) O atraso na suplementação orçamentária que influenciou na não conclusão de todas as atividades ainda no exercício de 2012;

c) O cumprimento das exigências impostas pela Lei nº. 10.267 de 28/08/2001, a qual condiciona os procedimentos de registros Cartorários, entre esses o georreferenciamento do perímetro dos Projetos de Assentamento vez que a somatória da área excede ao estipulado pela legislação acima citada;

d) Critérios estabelecidos pala Instrução Normativa nº. 30 de 24/02/2006, na aplicabilidade de procedimentos que às vezes se tornam inviável, tais como: a validade do prazo da vistoria de 180 (cento e oitenta) dias, período em que deverá ser concluída a instrução do processo individual, devendo obedecer aos tramites legais, ultrapassando o prazo da vistoria; e

e) Ainda algumas dificuldades operacionais, como o quadro insuficiente de servidores lotados no Serviço de Titulação frente à demanda de documentos a serem expedidos; e a falta de treinamento para os servidores responsáveis pela instrução dos processos administrativos que visam à expedição de documentos.

Dos principais resultados:

Como principal resultado das ações de titulação descritas acima se destaca como fator positivo a expedição de 799 (setecentos e noventa e nove) documentos titulatórios, representando que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO conseguiu transpor as dificuldades acima listadas.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Os resultados superaram as expectativas sendo essa possível devido a expedição dos Contratos, o que, no entanto, a expedição de Título de Domínio - TD, que no Estado de Rondônia possui maior demanda, não tem sido possível a sua realização, principalmente face às exigências impostas pela Lei nº 10.267 de 28/08/2001, que condiciona aos procedimentos de registros cartorários diversos fatores, entre esses o georreferenciamento do perímetro dos Projetos de Assentamento.

Nos últimos anos foram concentrados esforços na tentativa de contratar, através de processos licitatórios, empresas para a execução desse serviço especializado, sendo alguns firmados, e estão em execução, e na medida em que são concluídos os Títulos de Domínios - TD são expedidos, a exemplo dos 20 (vinte) documentos expedidos em 2012.

4.1.4.1.12. Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária

Quadro A.4.4.1.12 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado / Monitorado	Unidade	3	0	185.000	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 60. Restos a Pagar da Ação 2B06

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado / Monitorado	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) que não foram disponibilizados.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de beneficiar / monitorar 3 (três) projetos de assentamentos que não foram beneficiados / monitorados, sendo executadas atividades, conforme descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

A principal estratégia de atuação da presente ação, ao longo de 2012, foi participar da construção do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia Legal - PPCAD, que melhor será descrita a seguir.

Explica-se que o referido Programa foi construído a partir de oficinas organizadas e coordenadas pela Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos naturais - DTM do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com a participação de 11 (onze) Superintendências Regionais localizadas na Amazônia Legal e alguns órgãos ambientais, em especial a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO que sediou uma dessas oficinas.

Descrição das atividades desenvolvidas:

Os recorrentes desmatamentos na Amazônia Legal, particularmente os ocorridos nas áreas do bioma da Floresta Amazônica, vêm sendo objeto de especial preocupação do governo brasileiro e de expressiva repercussão internacional.

A Amazônia Legal abriga geografias, histórias e características ocupacionais, cujas peculiaridades findaram por consolidar feições territoriais regionais e sub-regionais diversas, as quais, somadas às pretensões mais recentes de utilização para fins de exploração florestal, de uso agropecuário, de extração mineral, de implantação de infraestruturas, ou, ainda, às alterações legislativas ao longo do tempo, também determinaram e determinam, não raro, e de forma diversa, o incremento, ainda que potencial, no avanço do desmatamento nessas sub-regiões.

E, nesse rumo, não é demais afirmar-se que o desmatamento ocorrente nos estabelecimentos agrícolas amazônicos não está, necessariamente, diretamente relacionado com as tipologias desses estabelecimentos, mas, sim, com a complexidade de fatores que determinam sua dinâmica. Assim, a pretensão de implementação de ações para a preservação, o combate e o controle do desmatamento ilegal na Amazônia Legal precisa entender essas peculiaridades regionais e sub-regionais e, de igual forma, os fatores, endógenos e exógenos, que com elas se integram conformando suas dinâmicas, para almejarem sucesso.

Deve-se reforçar que a finalidade das áreas de assentamentos é, precipuamente, a de prover o sustento e o desenvolvimento das famílias nelas assentadas por meio das possibilidades de uso das áreas ocupadas, ou, por outras palavras, os assentamentos se constituem como áreas de produção, o que, por decorrência, conduz ao entendimento de que, nos limites da lei, parte dessas áreas pode ser desmatada para tal finalidade. Diante desse entendimento, as taxas dos desmatamentos nos assentamentos da Amazônia, particularmente as obtidas com base na divulgação dos dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia - PRODES, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, são apresentadas em sua totalidade, não diferenciando, portanto, o uso das áreas de produção, permitido por lei, daquele propriamente configurado como ilícito ambiental.

Além disso, é de se registrar que, em algumas situações, alterações e/ou imposições legislativas correlacionam-se significativamente com o desmatamento hoje atribuído aos assentamentos na Amazônia, especialmente com os mais antigos, podendo-se citar como exemplos, o aumento da área de reserva legal, passando de 50% para 80%, por força da MP 2.166/2001, sem a contrapartida de algum incentivo ou mesmo orientação quanto ao reflorestamento dessa diferença; e a obtenção de terras para criação de assentamentos obrigatoriamente relacionada com áreas antropizadas, conforme determinado pela Portaria/MEPF/Nº 88/1.999.

Infere-se, portanto, que parte do desmatamento em assentamentos na Amazônia decorre de fatos não justamente oponíveis aos seus ocupantes. Mas, inobstante essas observações, a contribuição dos assentamentos da reforma agrária no cômputo total do desmatamento tem sido relevante e tem prejudicado sobremaneira a imagem dos assentamentos e a importância estratégica da política da reforma agrária como patrocinadora do acesso à terra, e, dificultando, direta ou indiretamente, o desenvolvimento das famílias de agricultores familiares nessas assentadas.

Portanto, a definição e a execução de atividades que, de um lado, qualifiquem o desmatamento e, do outro, propiciem a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento sócio-econômico-produtivo e ambiental nos assentamentos da Amazônia Legal, são medidas que se harmonizam com o patamar de desenvolvimento sustentável almejado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pelo conjunto de instituições e políticas que integram o Estado Brasileiro.

O Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia Legal - PPCADI, instituído pela Portaria/INCRA/nº 716 de 27/11/2012 com a denominação “Programa Assentamentos Verdes - PAV” resulta do esforço, comungado por diversos atores que lidam com as realidades dos assentamentos, de internalização da reflexão sobre as causas do desmatamento ilegal nessas áreas e

da pactuação intra e interinstitucional para a execução integrada das atividades necessárias para evitá-las e mitigar seus esforços.

O referido Programa é resultado dos produtos de oficinas consolidadas em “operações” e “tarefas” e, também, em “metas anuais de assentamentos atendidos” com intervenções de acordo com os objetivos de cada Eixo.

A concepção desse programa, portanto, tem por linhas centrais evitar o desmatamento ilegal e a recuperação de áreas degradadas nos assentamentos sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na Amazônia Legal. Entretanto, como se depreende de tudo acima exposto, a contenção do desmatamento ilegal e a recuperação pretendida só serão efetivadas se, além da execução de ações diretamente correlacionadas com tal intento, outras, voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos e para a integração sócio-produtiva e melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, forem concomitantemente implementadas, desestimulando, assim, os assédios e/ou as práticas relacionadas com a degradação de áreas ambientais protegidas.

A partir desse entendimento, e com base na referida Portaria nº 716 de 27/11/2012, a elaboração do Programa tem suporte em 04 (quatro) Eixos Temáticos, cada qual com diretrizes, critérios de seleção de assentamentos e definição de metas anuais de assentamentos que serão atendidos com atividades do Programa.

Para 2013 a 2015 as metas foram determinadas quantitativa e qualitativamente, com a definição dos assentamentos nos quais serão priorizadas a execução das intervenções programadas, e, para 2016 a 2019, elas foram projetadas, distribuídas apenas quantitativamente.

E, com as considerações acima, em síntese o Programa, assim se apresenta:

Tabela 61. Eixos Temáticos

Eixo	Diretriz	Critérios para Seleção de Assentamentos
(E1) EIXO: REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL	Implantar o Cadastro Ambiental Rural - CAR como instrumento eficaz para a gestão ambiental dos assentamentos sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na Amazônia Legal.	(i) Ter previsão de consolidação; e (ii) Constar das metas anuais de assentamentos atendidos nos Eixos Valorização de Ativos Ambientais e de Atividades Produtivas (E2) e Recuperação Ambiental com Geração de Renda e Segurança Alimentar (E3).
(E2) EIXO: VALORIZAÇÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS E DE ATIVIDADES PRODUTIVAS	Implementar atividades florestais e de outras atividades produtivas com inclusão sócio-econômica e conservação ambiental.	a) Geral: taxa de ocupação superior a 70% e com percentual de cobertura florestal superior a 50%; b) Específicos: (i) Situados na ‘Região do Arco Verde’ e na linha tendencial de progressão do desmatamento; (ii) Situados nas demais localidades da ‘Região do Arco Verde’; (iii) Situados nos Distritos Florestais; (iv) Atendidos pelo programa Bolsa Verde; (v) Com iniciativas de manejo de flora ou de fauna comunitário; e (vi) Situados nas demais regiões.
(E3) EIXO: RECUPERAÇÃO AMBIENTAL COM GERAÇÃO DE RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR	Promover a recuperação ambiental de 1.000.000 has (um milhão de hectares) com base em experiências exitosas realizadas em assentamentos e com apoio dos serviços de Assistência Técnica - ATER.	a) Geral: Área desmatada superior aos limites legais da reserva na Amazônia; b) Específicos: (i) Situados na ‘Região do Arco Verde’; (ii) Situados em regiões com iniciativas de recuperação em andamento; e (iii) Situados em outras regiões.

Eixo	Diretriz	Critérios para Seleção de Assentamentos
(E4) EIXO: MONITORAMENTO / CONTROLE AMBIENTAL E GESTÃO DO PLANO	Utilizar as ferramentas disponibilizadas pelo Governo Brasileiro para análise e monitoramento do uso dos recursos naturais; prevenir e/ou evitar o avanço de ilícitos ambientais por meio de visitas e vistorias a campo e ações exemplares de retomada de parcelas por descumprimento de cláusulas ambientais; analisar causas, tendências e propor atividades para evitar o desmatamento ilegal, e, supervisionar, reorientar e propiciar as condições para a execução das atividades programadas.	Assentamentos constantes das metas anuais dos eixos 'Regularização Ambiental (E1)', 'Valorização de Ativos ambientais e de Atividades Produtivas (E2)', e 'Recuperação Ambiental com Geração de Renda e Segurança Alimentar (E3)'.

Através dos critérios para seleção de Projetos de Assentamentos descritos acima a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO priorizou o atendimento aos listados abaixo, estando esses integrantes de um ou outro eixo, bem como distribuídos ao longo do período de 2013 a 2015.

Tabela 62. Assentamentos Verdes

Item	Projeto	Município	Família Assentada	Área (hectare)
1	PA Oriente	Buritis	96	9.679,3994
2	PA Buriti	Buritis	643	25.361,0758
3	PA Prozolina	Campo Novo de Rondônia	51	1.378,9323
4	PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	94	2.599,3149
5	PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	135	583,3900
6	PA São José do Buritis	Buritis	196	9.143,0898
7	PA Maria José Rique	Ariquemes	110	3.511,2393
8	PA NOVA VIDA	Campo Novo de Rondônia	78	8.535,3363
9	PA Palma Arruda	Vale do Anari	406	20.548,3370
10	PA Manoel Souza Cardoso	Primavera de Rondônia	24	993,7636
11	PA Martim Pescador	Alvorada D'Oeste	687	20.536,3558
12	PA Chico Mendes III	Presidente Médici	98	2.978,1158
13	PA Chico Mendes	Presidente Médici	70	2.167,3587
14	PA Guarajús	Corumbiara	123	4.548,7468
15	PA Chico Mendes II	Presidente Médici	70	1.995,1952
16	PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	596	133.318,1741
17	PA Palmares	Nova União	313	9.796,3833
18	PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	568	38.400,7054
19	PA Renascer	Cujubim	209	12.841,8371
20	PA Santa Helena	Buritis	251	12.066,7825
21	PA Tarumã	Vale do Paraíso	85	3.150,9439
22	PA Nova Floresta	Governador Jorge Teixeira	11	4.378,1103
23	PA Santa Catarina	Theobroma	91	2.549,4386
24	PA Santa Catarina Expansão I	Theobroma	23	702,4958
25	PA 14 de Agosto	Ariquemes	21	492,0304
26	PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	108	11.474,0000
27	PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	107	10.616,0000
28	PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	58	3.005,0000
29	PA Ribeirão	Nova Mamoré	127	12.900,0000
Total			**5.449**	**370.251,5521**

Fonte: Diretoria de Obtenção.

Dos principais problemas:

O principal problema identificado na execução da Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e que foi determinante para o não alcance das metas físicas estabelecidas foi a indisponibilidade orçamentária.

Dos principais resultados:

Como principal resultado na Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária não somente para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, mas também para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ao longo do exercício de 2012, foi a construção do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia Legal - PPCADI considerado sólido e consistente que resumidamente se constitui em atividades a um conjunto de Projetos de Assentamentos priorizados visando evitar o desmatamento ilegal e a recuperação de áreas degradadas.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Mesmo sob um Plano de Compromisso que se previa a disponibilização de recursos orçamentários para o atendimento de metas físicas, ao longo de 2012, não houve a sua efetiva descentralização, situação essa decorrente especialmente pelo contingenciamento por parte do Governo Federal e pelo cenário de construção do Programa acima caracterizado.

Portanto, não foram depreendidas atividades que culminassem diretamente na execução e no alcance efetivo das metas estabelecidas.

4.1.4.1.13. Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

Quadro A.4.4.1.13 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4320

Identificação da Ação						
Código	4320					
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.000	34.000,00	33.326,28	30.514,50	2.811,80	0,00	30.514,50

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Unidade	80	0	34.000	30.514.50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 63. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4320

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D2066432040	33.90.14	18.000,00	17.326,28	17.326,28	0,00
	33.90.30	15.000,00	15.000,00	12.188,22	2.811,80
	33.90.33	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00
Total		**34.000,00**	**33.326,28**	**30.514,50**	**2.811,80**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 64. Restos a Pagar da Ação 4320

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada	0	2.811,80	0,00	0,00	2.811,80

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 34.000 (trinta e quatro mil reais), sendo estes integralmente disponibilizados, representando a disponibilização de 100% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 33.326,28 (trinta e três mil trezentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos), sendo pago o total de R$ 30.514,50 (trinta mil quinhentos e quatorze reais e cinqüenta centavos) perfazendo uma execução de 89,75% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 2.811,80 (dois mil oitocentos e onze reais e oitenta centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de beneficiar 80 (oitenta) famílias distribuídas nos diversos Projetos de Assentamento sob a jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. Entretanto, essa meta não foi alcançada, pois foram realizadas atividades de levantamento e qualificação da demanda para

aqueles grupos de assentados com perfil para o processamento da matéria-prima desenvolvida, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

A estratégia de atuação para a execução da Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol foi buscar um diagnóstico preliminar através de um levantamento de demanda nos Projetos de Assentamentos beneficiados com o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. A participação da equipe de assistência técnica foi essencial para a coleta das informações para subsidiar o trabalho desta ação.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol tem como principal finalidade incrementar a renda nos Projetos de Assentamento rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, as experiências e as potencialidades locais, bem como a supervisionar e acompanhar a execução, visando em especial proporcionar condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias assentadas.

E, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2012, os recursos disponibilizados foram utilizados para atender os deslocamentos de técnicos para a qualificação das demandas apresentadas a Coordenação Terra Sol por meio da equipe do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Os principais projetos realizados no período foram: A I Feira da Agricultura Familiar de Machadinho do Oeste e o Projeto Tanque Comunitário para atender os Projetos de Assentamentos, conforme listados na tabela abaixo.

Tabela 65. Projeto da I Feira da Agricultura Familiar de Machadinho do Oeste

Projeto de Assentamento	Município	Quantidade de Famílias
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	10
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	10
PA José Carlos	Campo Novo de Rondônia	12
PA Lajes	Machadinho do Oeste	12
PA Maria Mendes	Rio Crespo	10
PA Palma Arruda	Machadinho do Oeste	9
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	11
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	4
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	4
PA Tabajara	Machadinho do Oeste	11
PA União	Machadinho do Oeste	7
Total		**100**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

O projeto acima foi adiado para o ano de 2013 em decorrência do período eleitoral do ano de 2012, conforme dispõe o artigo 73, § 10 da Lei nº 9.504 de 30/09/1997 e parecer jurídico nos autos do processo 54300.001293/2012-39.

No mesmo período foi realizada a qualificação da demanda para a aquisição de Tanques Resfriadores de Leite, os quais foram visitados tecnicamente os Projetos de Assentamentos listados abaixo, conforme dispõe o Manual da ação.

Tabela 66. Projeto Tanque Comunitário

Projeto de Assentamento	Município	Quantidade de Famílias
Esmosina Pinho	Nova Mamoré	8
Floriano Magno	Nova Mamoré	4
Francisco João	Nova Mamoré	15
Lajes	Machadinho do Oeste	96
Pau Brasil	Nova Mamoré	10
Rosana Lecy	Nova Mamoré	4
Santa Maria	Machadinho do Oeste	43
Tabajara II	Machadinho do Oeste	47
Taquara	Nova Mamoré	32
União	Machadinho do Oeste	5
Total		**264**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Dos principais problemas:

O principal problema para a execução desta ação é a falta de articulação e integração das políticas públicas federal, estadual e municipal no que se refere à Agroindustrialização no curto, médio e longo prazo para o público da reforma agrária.

O que se observa na prática é somente a entrega de equipamentos por parte dos governos como a principal atividade da agroindústria e não existem projetos vinculados quanto à cadeia produtiva da matéria-prima, a infraestrutura do local, a comercialização da produção, a capacitação técnica para a atividade e a sustentabilidade do empreendimento familiar.

Além disso, o perfil dos assentados que não apresenta característica de associativismo e cooperativismo, o que impede a implantação da política de agroindústrias no âmbito rural, sendo necessária a capacitação para a conscientização do trabalho em grupo daqueles que tem perfil para essa atividade.

Dos principais resultados:

O principal resultado alcançado no ano de 2012 foi o inicio da operacionalização da ação Terra Sol no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, que apesar desta ação ser objeto de programação desde o Plano Plurianual - PPA do ano de 2004, ainda não existiam projetos efetivamente construídos no Estado de Rondônia. Neste sentido, foi possível realizar um levantamento das necessidades dos assentados quanto ao processamento da matéria-prima produzida nos Projetos de Assentamentos, tais como: leite, frutas, doces e pães.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

A meta não foi alcançada dada a necessidade de se conhecer preliminarmente o que é produzido nos Projetos de Assentamentos e a real aptidão dos agricultores familiares na realização da atividade agroindustrial familiar.

4.1.4.1.14. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária

Quadro A.4.4.1.14 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 8370

Identificação da Ação						
Código	8370					
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.257.248	1.237.807,64	1.237.686,82	532.390,82	705.296,00	0,00	532.390,82

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Formado	Unidade	200	93	1.257.248	532.390,82

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 67. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 8370

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D2066837040	33.90.14	10.680,20	10.559,38	10.559,38	0,00
	33.90.30	2.485,08	2.485,08	2.485,08	0,00
	33.90.33	3.346,36	3.346,36	3.346,36	0,00
D2066837054	33.50.41	1.221.296,00	1.221.296,00	516.000,00	705.296,00
Total		**1.237.807,64**	**1.237.686,82**	**532.390,82**	**705.296,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 68. Restos a Pagar da Ação 8370

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Formado	0	705.296,00	0,00	0,00	705.296,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 1.257.248 (um milhão duzentos e cinqüenta e sete mil duzentos e quarenta e oito reais), sendo disponibilizados R$ 1.237.807,64 (um milhão duzentos e trinta e sete mil oitocentos e sete reais e sessenta e quatro centavos), que representa 98,45% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 1.237.686,82 (um milhão duzentos e trinta e sete mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos), sendo pago o total de R$ 532.390,82 (quinhentos e trinta e dois mil trezentos e noventa reais e oitenta e dois centavos) perfazendo uma execução de 43,01% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 705.296,00 (setecentos e cinco mil duzentos e noventa e seis reais), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de formar 200 (duzentos) profissionais sendo formados o total de 93 (noventa e três) profissionais representando uma execução física de 46,5%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

A presente ação não trabalha com base em estratégias, mas sim através de oportunidades, não sendo possíveis maiores planejamentos devido a pouca disponibilidade de logística, como veículo, motorista e recursos orçamentários para o acompanhamento ou mesmo promoção e/ou articulações para novos convênios ou novas atividades.

Descrição das atividades desenvolvidas:

O valor de R$ 516.000,00 (quinhentos e dezesseis mil reais) foi repassado à Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO, convenente do convênio nº 20.000/2008, celebrado para a formação de 120 (cento e vinte) alunos no curso de nível médio integrado ao técnico em agropecuária, sendo esse descentralizado em duas parcelas iguais, contudo ao final do exercício de 2012, término do referido convênio foram 93 (noventa e três) profissionais formados, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 69. Convênios em Vigência

Valores em R$ 1,00

Convênio	Convenente	Prazo de Execução	Recursos (exercício 2010)	Profissional Formado
20.000/2008	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO	31/12/2008 a 31/12/2012	516.000,00	93
Total			**516.000,00**	**93**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Foram realizadas visitas de acompanhamento nas escolas executoras desse convênio e diversas reuniões com a convenente visando à orientação para uma ação mais eficaz na execução do objeto do convênio.

Foram também realizadas reuniões de articulação e orientação juntamente com a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO e a Associação Escola Família Agrícola Vale do Guaporé - AEFAVAG, visando à adequação de projetos para novos convênios. Esses projetos haviam sido selecionados por meio da Chamada Pública PRONERA nº 02/2012, tendo sido celebrada a parceria, com o termo de convênio assinado em 31/12/2012 e publicado no Diário Oficial da União no dia 18/01/2013. O valor para o pagamento da primeira parcela de cada convênio foi empenhado e inscrito em restos a pagar.

Dos principais problemas:

Dentre os principais problemas que encontramos se destacam a questão da falta de veículos e motorista disponíveis para a realização das visitas de acompanhamento dos convênios ou mesmo para a realização das reuniões, o que, em alguns momentos, causou dificuldades para a execução da ação.

Dos principais resultados:

Os principais resultados obtidos nesta ação foram o encerramento do convênio nº 20.000/2008, que teve como resultado a formação de 93 (noventa e três) técnicos em agropecuária, resultante da parceria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO. Esse resultado representa um percentual de 77,5% da meta inicial do convênio. Pelo fato de o curso ser oferecido em semi-internato, é comum que alguns jovens não se adaptem e acabem desistindo do curso.

Outro resultado importante foi a celebração da parceria com a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO e com a Associação Escola Família Agrícola Vale do Guaporé - AEFAVAG para a realização de dois novos cursos de nível médio integrado ao técnico em agropecuária, que proporcionará a qualificação técnica, ao final de quatro anos, a 220 (duzentos e vinte) jovens das áreas de reforma agrária do Estado de Rondônia.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

As metas para esta ação foram atingidas e ultrapassadas, pois não havia previsão de metas físicas ou financeiras para a celebração de novos convênios, o que foi possível devido à articulação direta com a equipe técnica em Brasília.

Os novos convênios celebrados, a médio prazo, causarão grande impacto nos projetos de assentamento que forem beneficiados, pois os jovens formados no curso técnico sairão capacitados para uma leitura crítica da realidade, tendo a oportunidade de intervir na realidade do meio transformando-o.

A execução das metas do PRONERA no Estado de Rondônia tem encontrado dificuldades devido à própria realidade do Estado, pois o Programa é realizado por meio de parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas sem fins lucrativos, o que restringe as possíveis parcerias, sendo que as entidades disponíveis para celebração encontram muitas dificuldades burocráticas para a celebração de convênios com o poder público federal.

4.1.4.2. Ações Vinculadas ao Programa 2012 - Agricultura Familiar

O presente Programa é identificado com os sujeitos do projeto de desenvolvimento do Brasil Rural que queremos - os agricultores e as agricultoras familiares -, articula a dimensão econômica e produtiva fortemente comprometida com a sustentabilidade ambiental, consolidando o papel protagonista e a promoção de igualdade entre de homens e mulheres na produção de alimentos, energia e conservação da biodiversidade do país. Reafirmar o papel da agricultura familiar como protagonista do Plano Nacional de Desenvolvimento é o desafio central, compreendendo duas abordagens diferenciadas: a inclusão e dinamização de agricultores e agricultoras familiares na condição de pobreza e estimular a diversificação produtiva da agricultura familiar dinâmica.

A principal ação do programa 2012 - Agricultura Familiar executada pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, foi:

1) 4470 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária.

O desenvolvimento dos Projetos de Assentamento é necessário para que as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA consolidem uma qualidade de vida aceitável e, mediante a produção de excedentes para comercialização, apresentem incrementos significativos na renda monetária, para que se tornem independentes das políticas públicas compensatórias e de transferência de renda.

A qualificação dos assentamentos, essencial para por em prática o ciclo de desenvolvimento, é alcançada com ações que promovam avanços concretos nas dimensões econômica, produtiva, ambiental e social. Entretanto, para alcançar patamares suficientes nestas dimensões, não só os assentamentos, mas o conjunto das famílias precisa alcançar níveis altos de prosperidade, que permitam a percepção de melhorias concretas e acumulativas na comparação entre a condição atual e a que estavam em diversos momentos do passado recente.

O desenvolvimento do capital social nas comunidades dos Projetos de Assentamento deve se apresentar com um balanço positivo, tanto na organização social formal de suas representações formas de exercitar a democracia, quanto na demonstração clara do desenvolvimento de capacidades para absorver tecnologias e gestar a produção familiar e - quando houver - os empreendimentos coletivos, voltados para agregação de valor e ou ganhos de escala.

Comunidades que demonstra grande dinamismo na sua organização social se destacam, na experiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em buscar oportunidades financeiras e construir um acesso ao mercado, diversificado e intenso.

A consciência ambiental, expressada no grau de sustentabilidade da produção do assentamento como um todo e na gestão dos recursos naturais, especialmente a água, é outro indicador valoroso para determinar a intensidade das transformações positivas que estão sendo induzidas nas comunidades assentadas pelo conjunto das políticas de desenvolvimento providas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, isoladamente ou em parceria com outros organismos governamentais.

As principais formas de provocar desenvolvimento nos Projetos de Assentamento são o acesso à assistência técnica de qualidade, a indução de projetos coletivos de agroindustrialização para a agregação de valor, a garantia da presença de condições mínimias de acesso, escoamento e estocagem, acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e condições sustentáveis de produção e acesso aos recursos naturais.

A Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária - ATER, no contexto de desenvolvimento e consolidação dos assentamentos, é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agrícolas e não agrícolas, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais, contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar, da diversificação da produção e acesso as políticas públicas, visando alcançar a sustentabilidade econômica e socioambiental nos

assentamentos da reforma agrária. Neste sentido, deve ser disponibilizada de forma universalizada, integral e continuada.

A prestação desses serviços representa, portanto, um fato importante na história do acesso a terra. Trata-se de um universo amplo, formado por Projetos de Assentamento criados e reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bastante diversificados e espalhados por todas as regiões do país onde a assistência técnica procura estabelecer novos espaços de sociabilidade comunitária e novas situações de inserção econômica e social dos assentados que acessaram a terra.

O modelo buscado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a prestação de assistência técnica na reforma agrária é descentralizado, no qual apenas as metas são fixadas fora do âmbito regional. Este modelo estimula a aproximação das Superintendências Regionais com as entidades prestadoras sem fins lucrativos e o público beneficiário. A articulação da gestão, execução e ação dotam dinâmica social, econômica, ambiental e cultural local de grande qualidade.

Desta forma a participação dos agricultores assentados em todo o processo de implementação da política de assistência técnica se torna uma meta de qualidade do serviço prestado, pois propicia que a atuação das entidades tenha uma abordagem ampla e atenta a todos os aspectos que explicam a exclusão social que as famílias vivenciaram antes da reforma agrária, causa primeira das dificuldades organizativas, do baixo nível de produção e produtividade e da pouca experiência na fruição de direitos sociais básicos.

Tabela 70. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 2012 - Agricultura Familiar

Valores em R$ 1,00

Ação	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar	Porcentagem de Execução (%)
4470 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	9.616.098,21	9.612.31,61	724.700,11	8.887.631,50	7,53
Total	**9.616.098,21**	**9.612.331,61**	**724.700,11**	**8.887.631,50**	**7,53**

Fonte: SIAFI 2012.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária foram na ordem de R$ 9.616.098,21 (nove milhões seiscentos e dezesseis mil noventa e oito reais vinte e um centavos), dos quais foram empenhados R$ 9.612.331,61 (nove milhões seiscentos e doze mil trezentos e trinta e um reais sessenta e um centavos), sendo efetivamente pago o montante de R$ 724.700,11 (setecentos e vinte e quatro mil setecentos reais onze centavos), representando 7,53% de execução orçamentária e ficando inscritos em restos a pagar R$ 8.887.631,50 (oito milhões oitocentos e oitenta e sete mil seiscentos e trinta e um reais cinqüenta centavos), conforme demonstrado acima.

4.1.4.2.1. Ação 4470 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária

Quadro A.4.4.2 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.016.662	9.616.098,21	9.612.331,61	724.700,11	8.887.631,50	0,00	724.700,11

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Unidade	6.799	12.094	7.016.662	724.700,11

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 71. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4470

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C2012447048	33.90.39	3.579.737,52	3.579.737,52	0,00	3.579.737,52
D2012447040	33.90.14	186.165,07	186.165,07	186.165,07	0,00
	33.90.30	40.000,00	39.613,22	39.213,22	400,00
	33.90.33	5.700,00	5.700,00	5.700,00	0,00
D2012447048	33.90.30	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00
	33.90.39	5.774.495,62	5.771.115,80	463.621,82	5.307.493,98
Total		**9.616.098,21**	**9.612.331,61**	**724.700,11**	**8.887.631,50**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 72. Restos a Pagar da Ação 4470

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida	7.980	16.052.286,08	0,00	7.164.654,58	8.887.631,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 7.016.662 (sete milhões dezesseis mil seiscentos e sessenta e dois reais), sendo disponibilizados R$ 9.616.098,21 (nove milhões seiscentos e dezesseis mil noventa e oito reais vinte e um centavos), que representa 137,04% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 9.612.331,61 (nove milhões seiscentos e doze mil trezentos e trinta e um reais sessenta e um centavos), sendo pago o total de R$ 724.700,11 (setecentos e vinte e quatro mil setecentos reais onze centavos) perfazendo uma execução de 7,53% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 8.887.631,50 (oito milhões oitocentos e oitenta e sete mil seiscentos e trinta e um reais cinqüenta centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de assistir 6.799 (seis mil setecentos e noventa e nove) famílias sendo assistido o total de 12.094 (doze mil e noventa e quatro) famílias, representando uma execução física de 177,88%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

A principal estratégia de atuação foi trabalhar no sentido de buscar recursos orçamentários suficientes para a efetivação de 02 (dois) contratos - CRT 8000/12 inicialmente e CRT 11000/12 em setembro, bem como a renovação do CRT 14000/2009.

Um dos trabalhos das equipes foi aplicar o questionário do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de posse desse resultado foi possível fazer o IV Edital, visando adequar o número de famílias conforme requer a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Para acompanhamento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO realiza fiscalização. Dado a escassez de força de trabalho, onde os mesmos servidores que realizam a fiscalização, também são os que fazem vistorias, aplicam créditos, e por isso usou-se a estratégia de fiscalizar todos os meses, visando alcançar as amostras sugeridas nos normativas vigentes, haja serem 110 (cento e dez) Projetos de Assentamento atendidos pela Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER no Estado de Rondônia.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER tem por finalidade prestar assessoria as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, auxiliando no processo de estruturação das unidades de produção, inserção de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Da mesma forma, a partir das equipes técnicas contratadas são elaboradas os Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA ou Plano de Recuperação do Assentamento - PRA. Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais. Nesse entendimento o grande desafio é a universalização no atendimento, ou seja, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER em todos os lotes da reforma agrária.

Foram atendidas 7.980 (sete mil novecentos e oitenta) famílias com recursos de restos a pagar, e o referido contrato segue orientação de que as renovações de contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER dependem da execução do Plano de Trabalho, para o qual a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui um contrato à curto prazo, uma vez que, o Contrato 14000/2009, assinado em dezembro de 2009, com vigência até 31/12/2012, foi renovado por meio de aditivo por um período de 06 (seis) meses até que se componha nova chamada pública, com objetivo de dar continuidade aos serviços de assistência técnica aos 54 (cinqüenta e quatro) Projetos de Assentamentos e atendimento a 4.074 (quatro mil e setenta e quatro) famílias, bem como atender outros projetos que estão fora do Programa de Assistência Técnica.

A tabela abaixo representa as informações do Contrato 14000/2009 que foi aditivado conforme descrito anteriormente.

Tabela 73. Famílias Atendidas com Restos a Pagar

Projeto	Município	Famílias Inicialmente Atendidas	Famílias Atendidas Através do Aditivo
PA Agostinho Becker	Cujubim	255	34
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	115	59
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	56	18
PA Caladinho	Pimenta Bueno	17	13
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	145	88
PA Chico Mendes	Presidente Médici	69	44
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	69	53
PA Chico Mendes III	Presidente Médici	88	50
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	94	43
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	130	64
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	122	90
PA Formiguinha	Pimenta Bueno	71	56
PA Francisco João	Nova Mamoré	94	51
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	23	28
PA Igarapé das Araras	Nova Mamoré	82	59
PA Igarapé Taquara	Nova Mamoré	158	118
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	56	53
PA Jatobá	Buritis	110	92
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	179	84
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	130	112
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	298	146
PA José Carlos	Vale do Anari	50	20
PA Joseodon	Ariquemes	172	55
PA Lajes	Machadinho do Oeste	700	332
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	48	34
PA Margarida Alves	Nova União	231	125
PA Maria Jose Rique	Ariquemes	110	64
PA Maria Mendes	Rio Crespo	23	13
PA Nazaré e Boa Vitória	Porto Velho	99	72
PA Nilson Campos	Porto Velho	71	41
PA Oriente	Buritis	95	36
PA Palma Arruda	Vale do Anari	364	91
PA Palmares	Nova União	262	125
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	152	86
PA Pau D'Arco	Porto Velho	130	96
PA Pedra do Abismo	Buritis	200	104
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	87	29
PA Renascer	Cujubim	200	8
PA Reviver	Buritis	140	60
PA Ribeirão	Nova Mamoré	75	58
PA Rio Madeira	Porto Velho	123	123
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	49	33
PA Santa Maria I	Machadinho do Oeste	155	76
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	200	106
PA São Domingos	Buritis	350	97
PA São Francisco	Porto Velho	82	62
PA São José dos Buritis	Buritis	170	52
PA São Paulo	Buritis	90	24
PA São Pedro	Buritis	157	62

Projeto	Município	Famílias Inicialmente Atendidas	Famílias Atendidas Através do Aditivo
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	408	152
PA União	Machadinho do Oeste	274	166
PA Zumbi	Ouro Preto do Oeste	69	40
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	200	172
RESEX Lago do Cuniã	Porto Velho	83	105
Total		**7.980**	**4.074**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Durante o ano de 2012, alguns impasses na execução dos trabalhos foram identificados, a principio foi a demora da liberação orçamentária, com isso houve atraso na assinatura dos contratos, além do que, quando da disponibilização dos recursos os valores foram insuficientes para a assinatura dos 02 (dois) contratos simultaneamente, havendo assim a estratégia de assinar o Contrato CRT 8.000/2012 em maio, e o Contrato CRT 11.000/2012, correspondente ao Território da Cidadania foi assinado em setembro tão logo da liberação do restante do orçamento.

Mesmo o Contrato CRT 11.000/2012 ter sido assinado em setembro, sua execução efetiva ocorreu somente em janeiro de 2013 em razão de a contratada ter cumprido Liminar Judicial, tendo que adequar o quadro de servidores.

Todavia estava tramitando na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO o IV aditivo para adequação do número de famílias, haja vista, que das 7.980 (sete mil novecentos e oitenta) famílias assentadas, foi constatado que apenas 4.079 (quatro mil e setenta e nove) estavam devidamente regularizadas, e as demais famílias na situação de ocupantes conforme diagnosticado apresentado pela contratada. Após levantamento do questionário do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH aplicado nos Projetos de Assentamento através do programa, cujo objetivo era mapear a situação de desenvolvimento dos projetos contemplados com o Programa Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. Assim, de posse do referido diagnóstico foi possível providenciar adequações no contrato CRT 14000/2009, ficando assim de acordo com o número de famílias regularmente assentadas, bem como ao número de técnicos exigidos pela Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Os recursos Orçamentários empenhados foram para atender as despesas dos contratos bem como os serviços de fiscalização, sendo distribuídos conforme descrito abaixo:

a) R$ 3.579.737,52 (três milhões quinhentos e setenta nove mil setecentos e trinta e sete reais e cinqüenta e dois centavos) para cobrir despesas com Assistência Técnica, através do Contrato CRT 11000/2012, ficando todo o valor inscrito em restos a pagar;

b) R$ 3.204.762,14 (três milhões duzentos e quatro mil setecentos e sessenta e dois reais catorze centavos) para atender as despesas com Assistência Técnica através do CRT 8000/2012, destes foram pagos o valor de R$ 444.579,16 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos), ficando em restos a pagar o valor de R$ 2.760.182,98 (dois milhões setecentos e sessenta mil cento oitenta e dois reais e noventa e oito centavos); valor este para atender as despesas do referido Contrato em execução com vigência até 28/05/2013, passível de renovação;

c) R$ 2.577.000,11 (dois milhões quinhentos e setenta e sete mil reais e onze centavos) para atender o IV aditivo do CRT 14000/2009, inscrito em restos a pagar;

d) R$ 49.042,66 (quarenta e nove mil quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos) para despesas administrativas;

Também foram feito empenhos para cobrir despesas de fiscalizações aos contratos CRT 14000/2009 e CRT 8000/2012, participação em Seminário, Oficinas, Análise de Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e do Plano de Recuperação do Assentamento - PRA, participação do Encontro de ATER Nacional e Estadual, e participação em Seminários de Capacitação de Técnicos e de Fiscais.

A Lei nº 12.188/2010 institui a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER reconhece como beneficiários do programa aqueles constantes de Relação de Beneficiários - RB devidamente homologada pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

Com base na legislação acima citada a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO aditivou o contrato com a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER o contrato CRT 14000/2009 atendendo 54 (cinqüenta e quatro) Projetos de Assentamentos, com a contração de 93 (noventa e três) técnicos, o referido contrato foi divido em 03 (três) lotes, cada lote possui Núcleo de Operação com seus respectivos Projetos de Assentamentos conforme quadro abaixo.

Tabela 74. Núcleo de Operação do Contrato de ATER nº 14000/2009

Equipe do LOTE I					
Núcleo	**Projeto**	**Nº de Projeto**	**Nº de Família**	**Total de Família**	**Total de Técnico**
Equipe 01 (Nova Mamoré)	PA Igarapé Azul	4	23	323	4
	PA Marechal Rondon		48		
	PA Esmosina Pinho		130		
	PA Floriano Magno		122		
Equipe 02 (Nova Mamoré)	PA Rosana Lecy	4	49	370	4
	PA Francisco João		94		
	PA Pau Brasil		152		
	PA Ribeirão		75		
Equipe 03 (Nova Mamoré)	PA Ivo Inácio	4	56	426	5
	PA Pau D'Arco		130		
	PA Igarapé das Araras		82		
	PA Igarapé Taquara		158		
Pimenta Bueno	PA Caladinho	3	17	182	2
	PA Eli Moreira		94		
	PCA Formiguinha		71		
Ouro Preto do Oeste	PA Margarida Alves	3	231	562	7
	PA Zumbi		69		
	PA Palmares		262		
Presidente Médici	PA Chico Mendes	3	69	226	3
	PA Chico Mendes I		69		
	PA Chico Mendes II		88		
Subtotal		*21*	*2.089*	*2.089*	*25*
Equipe LOTE II					
Núcleo	**Projeto**	**Nº de Projeto**	**Nº de Família**	**Total de Família**	**Total de Técnico**
Santa Maria	PA Santa Maria I	2	155	355	4
	PA Santa Maria II		200		
5º BEC	PA União	4	274	557	6
	PA Maria Mendes		23		
	PA Amigos do Campo		115		
	PA Cedro Jequitibá		145		
MDO	PA Lajes	2	700	1.108	13
	PA Tabajara II		408		
Pedra / Asa	PA Asa do Avião	4	56	557	6
	PA José Carlos		50		
	PA Palma Arruda		364		
	PA Pedra Redonda		87		

Equipe LOTE II					
Núcleo	**Projeto**	**Nº de Projeto**	**Nº de Família**	**Total de Família**	**Total de Técnico**
Ariquemes	PA Joseodon	2	172	282	4
	PA Maria José Rique		110		
Cujubim	PA Renascer	2	200	455	5
	PA Agostinho Becker		255		
Buritis	PA Reviver	3	140	325	4
	PA Oriente		95		
	PA São Paulo		90		
Subtotal		*19*	*3.639*	*3.639*	*42*
Equipe Lote III					
Núcleo	**Projeto**	**Nº de Projeto**	**Nº de Família**	**Total de Família**	**Total de Técnico**
RESEX	PA Nazaré e Boa Vitória	2	99	182	2
	RESEX Lago do Cuniã		83		
Jacy Paraná	PA Nilson Campos	2	71	153	2
	PA São Francisco		82		
Rio Madeira	PA Rio Madeira	1	123	123	2
Joana D'Arc	PA Joana D'Arc I	3	179	607	7
	PA Joana D'Arc II		130		
	PA Joana D'Arc III		298		
Jequitibá	PAF Jequitibá	1	200	200	3
Buritis	PA São Domingos	5	350	987	10
	PA Pedra do Abismo		200		
	PA Jatobá		110		
	PA São Pedro		157		
	PA São José dos Buritis		170		
Subtotal		*14*	*2.252*	*2.252*	*26*
Total Geral		**54**	**7.980**	**7.980**	**93**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

A tabela abaixo apresenta detalhes do contrato CRT 8000/2012 onde estão incluídos 29 (vinte e nove) Projetos de Assentamento em 07 (sete) municípios, atendendo a 1.759 (um mil setecentos e cinqüenta e nove) famílias, com 25 (vinte e cinco) técnicos.

Tabela 75. Núcleo de Operação do Contrato de ATER nº 8000/2012

Núcleo	Projeto	Nº de Projeto	Nº de Família	Total de Família	Total de Técnico
Alta Floresta	PA Filadélfia	4	47	169	4
	PA Santa Bárbara		20		
	PA Rio Consuelo		52		
	PDS Rolim de Moura		50		
Costa Marques	PA Conceição	4	92	194	4
	PA Bom Jesus		16		
	PA Rio Cautário		14		
	PA Serra Grande		72		
Nova Brasilândia	PA Rio Muqui	4	47	101	2
	PA Nelson Alves		28		
	PA Lacerda e Almeida I		13		
	PA Lacerda e Almeida II		13		
Castanheira	PA Paulo Freire	5	48	123	2
	PA Paulo Freire II		10		
	PA Bela Vista		28		
	PA Oziel dos Carajás		31		
	PA Zona da Mata		6		

Núcleo	Projeto	Nº de Projeto	Nº de Família	Total de Família	Total de Técnico
Corumbiara	PA Maranatá	3	215	342	4
	PA Guarajus		97		
	PA Roncauto		30		
Parecis	PA Boa Esperança	4	15	198	3
	PA Ceará		86		
	PA União I		64		
	PA Rio São Pedro		33		
São Francisco	PA Cautarinho	5	133	632	6
	PA Gogó da Onça		244		
	PA Sagrada Família		64		
	PA São Francisco do Guaporé		131		
	PA Porto Murtinho		60		
Total		**29**	**1.759**	**1.759**	**25**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

O contrato CRT 11000/2012 contempla 33 (trinta e três) Projetos de Assentamentos no Território da Cidadania, sendo 09 (nove) municípios, atendendo a 2.355 (dois mil trezentos e cinqüenta e cinco) famílias, com 33 (trinta e três) técnicos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 76. Núcleo de Operação do Contrato de ATER nº 8000/2012

Núcleo	Projeto	Nº de Projeto	Nº de Família	Total de Família	Total de Técnico
Vale do Jamari	PA 13 de Outubro	19	14	839	13
	PA 14 de Agosto Coletivo		10		
	PA 14 de Agosto Fase II		23		
	PA Madre Cristina		33		
	PA Migrante		64		
	PA Novo Progresso		18		
	PA São João		6		
	PA Zenon		74		
	PA Norte Sul I		44		
	PA Rabo do Tamanduá		59		
	PA Altamira		62		
	PA Campo Novo		27		
	PA Lagoa Azul		109		
	PA Norte Sul		125		
	PA Nova Vida		49		
	PA Santa Elisa		40		
	PA São Carlos		67		
	PA Lamarquinha		11		
	PA Vila Batista		4		
Madeira Mamoré	PA Flor do Amazonas I	9	138	771	10
	PA Flor do Amazonas II		70		
	PA Flor do Amazonas III		100		
	PA Flor do Amazonas IV		61		
	PA Paraíso das Acácias		76		
	PA Barreiro das Antas		10		
	PDS Dom Xavier Rey		79		
	PA Rio Ouro Preto		177		
	PA União da Vitória		60		

Núcleo	Projeto	Nº de Projeto	Nº de Família	Total de Família	Total de Técnico
Central	PA Martim Pescador	5	428	745	10
	PA Antonio Conselheiro		20		
	PA Lamarca		33		
	PA Primavera		165		
	PA Vale Encantado		99		
Total		**33**	**2.355**	**2.355**	**33**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Durante o decorrer do ano foram realizadas fiscalizações nos Projetos de Assentamento acobertados pelos Contratos CRT 14.000/2009, CRT 8000/2012 e CRT 11000/12.

Foram realizados 02 (dois) seminários de Capacitação em Políticas Publicas para os técnicos dos Contratos CRT 8000/2012 e CRT 11000/12, nos referidos seminários houve a participação dos gestores das ações desenvolvidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO como Crédito, Infra-Estrutura, Terra Sol, Titulação, Obtenção, Ambiental, assim como outros órgãos tais como Banco da Amazônia, Banco do Brasil, SEMAGRI, INSS, CONAB, CGU e outros.

Além desses Seminários foi realizado no final do ano o Seminário de Avaliação do CRT 14000/2009, tendo participado do evento os técnicos que apresentaram os resultados e os entraves. Neste Seminário foram também os gestores e servidores envolvidos diretamente com as ações, bem como convidados de outras Superintendências Regionais.

Dos principais problemas:

Os entraves existentes podem ser relacionados a começar pela liberação dos recursos orçamentários, cuja liberação aconteceu de forma parcelada, vindo a ser liberado montante que não cobria os valores dos contratos, tendo que ser firmado apenas um contrato, levando assim a descontentamentos das famílias assentadas, que esperavam os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, sendo possível a assinatura do outro contrato posteriormente.

Assim, maior problema foi realmente a demora da liberação de recursos financeiros para cobrir as despesas dos contratos, fato esse decorrente de contingenciamento, onde os valores foram liberados parceladamente na medida em que as Superintendências Regionais foram demonstrando o cumprindo de metas, então a Sede fez os remanejamentos de recursos, causando assim atraso nos pagamentos da empresas contatadas, inclusive da contratada para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Outro entrave identificado foi da empresa contratada ter que se adequar as novas normas exigidas através de Liminar Judicial retardando assim a apresentação dos técnicos que comporiam o contrato CRT 11000/2012.

Durante a execução do CRT 8000/2012 identificou-se problemas na operacionalização do sistema SIATER, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA opera *off-line*, acarretando vários transtornos na alimentação de dados, com isso atrasa todo o trabalho da equipe técnica e dos asseguradores dos contratos, correndo o risco da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO sofrer penalidades, caso não proporcione melhores condições operacionais a contratada.

Além de todos os problemas acima identificados, existem aqueles que não são da governabilidade direta da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO como a substituição de Superintendente no decorrer do exercício de 2012, bem como a troca de alguns membros da equipe, sendo necessária com isso a realização de vários ajustes, o que acarretou atraso na execução dos pagamentos da contratada.

Dos principais resultados:

Mesmo na ocorrência dos problemas apresentados acima a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO conseguiu aprovar todos os Planos de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e Plano de Recuperação de Assentamento - PRA que estavam em execução, referentes ao contrato CRT 14000/2009.

Houve o reforço da equipe técnica de asseguradores e fiscais o que significa grande contribuição na execução das atividades inerentes a presente ação.

Foi possível cumprir com todas as ações relacionadas aos contratos CRT 8000/2012 e CRT 11000/12 realizando os Seminários de Capacitação sobre Políticas Publicas aos Técnicos Contratos, participando das Oficinas de Planejamentos das equipes técnicas, bem como de todas as reuniões que envolvem Políticas Publicas aplicadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou seja, foi possível a transposição de todos os entraves e realizadas ações objetivando sempre a melhoria das famílias assentadas.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

As metas estipuladas para o exercício de 2012 foram superadas situação essa decorrente da efetivação de novos contratos e renovação com ajustes nos números de famílias atendidas com contrato que estava em execução de 2009.

Contudo, o grande desafio é a universalização do atendimento pela assistência técnica nos projetos de assentamentos da reforma agrária, assim muito ainda se tem que trabalhar nesse sentido.

A assistência técnica e extensão rural para reforma agrária é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, que deve promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícola, inclusive agroextrativista, florestal e artesanal, e nesse raciocínio, para os contratos que estão em execução é de responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO acompanhar os trabalhos contratados, manter a fiscalização, estar presente nas oficinas de Planejamento, assim como das reuniões que envolvam políticas publicas e outros que visem a sua continuidade e regular execução.

Com os técnicos em campo se observam os resultados, famílias expondo seus produtos em feiras livres e agro negocio, várias famílias capacitadas com cursos de Inseminação Artificial bovina, melhoramento de leite.

Através da assistência técnica foram realizados vários cursos nas áreas social, produtiva e ambiental, e muitos agricultores participam do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, acessam o PRONAF A, crianças nas escolas, trabalhos com hortas comunitárias e nas escolas.

Em fim, falar de meta cumprida e até superada é falar da evolução do homem no campo, uma vez que o mero cumprimento de números físicos é recorrente nos últimos exercícios, com isso, acompanhar, visualizar participação, se fazer presente este sim é um dos maiores desafios da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, haja vista o quadro reduzido dos servidores.

4.1.4.3. Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

A principal ação do programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial executada pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, foi:

1) 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

O Programa Brasil Quilombolas tem por objetivo assegurar às comunidades de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultura Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas. Um dos principais mecanismos de execução deste Programa se dá mediante elaboração e publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID.

Por força do Decreto nº 4.887/2003 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. Os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária. Para cuidar dos processos de titulação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

Com base na Instrução Normativa 57 de 20/10/2009 cabe às comunidades interessadas encaminhar às Superintendências Regionais uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios.

Para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA inicie os trabalhos em determinada comunidade, ela deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares. A primeira parte dos trabalhos consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do citado Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID do território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, assim se publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola.

A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

Tabela 77. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Valores em R$ 1,00

Ação	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar	Porcentagem de Execução (%)
20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	38.109,35	33.763,62	33.763,62	0,00	88,59
Total	**38.109,35**	**33.763,62**	**33.763,62**	**0,00**	**88,59**

Fonte: SIAFI 2012.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial foram na ordem de R$ 38.109,35 (trinta e oito mil cento e nove reais trinta e cinco centavos), dos quais foram empenhados R$ 33.763,62 (trinta e três mil setecentos e sessenta e três reais sessenta e dois centavos) que foram integralmente pagos, representando 88,59% de execução orçamentária, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

4.1.4.3.1. Ação 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

Quadro A.4.4.3 - Ações vinculadas a programas temáticos - Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
38.109	38.109,35	33.763,62	33.763,62	0,00	0,00	33.763,62

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Hectares	95	0	21.000	33.763,62

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 78. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 20T1

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C203420T130	33.90.14	4.425,00	3.844,55	3.844,55	0,00
	33.90.30	885,00	885,00	885,00	0,00
F203420T130	33.90.14	21.999,50	18.250,08	18.250,08	0,00
	33.90.30	4.799,85	4.799,85	4.799,85	0,00
	33.90.33	6.000,00	5.984,14	5.984,14	0,00
Total		**38.109,35**	**33.763,62**	**33.763,62**	**0,00**

Fonte: SIAFI 2012.

Tabela 79. Restos a Pagar da Ação 20T1

Valores em R$ 1,00

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (Exercícios Anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 38.109 (trinta e oito mil cento e nove reais), sendo estes integralmente disponibilizados, representando a disponibilização de 100% do valor inicialmente previsto; dos

quais foram empenhados R$ 33.763,62 (trinta e três mil setecentos e sessenta e três reais sessenta e dois centavos) que foram integralmente pagos, perfazendo uma execução de 88,59% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de reconhecer 95 hectares (noventa e cinco hectares) de área pertencentes a comunidades quilombolas em Rondônia, sendo essa meta estabelecida a partir de 2011, pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, em Brasília, calculada pela média da execução dos últimos anos, método esse utilizado para todo o Brasil, no entanto ao longo de 2012 foram realizadas atividades, mas essas não culminaram diretamente no alcance das metas, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Das estratégias de atuação:

O cumprimento da meta da Ação 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas ocorre através do reconhecimento da área de remanescentes de quilombola por meio da titulação do imóvel. Para se chegar nessa fase existem várias outras que precisam ser superadas e que algumas vezes independem de atuação direta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para sua realização.

Em 2012, foram realizadas atividades visando o alcance da meta, principalmente com a participação de parceiros como entidades públicas das três esferas (municipal, estadual e federal).

Descrição das atividades desenvolvidas:

Em Rondônia a região de ocupação tradicional pelas populações remanescentes de quilombos é o Vale do Rio Guaporé, a sudoeste do Estado, fronteira com a Bolívia, próximo do limite com o estado de Mato Grosso, onde se localizam as 05 (cinco) comunidades com processos em andamento para a regularização fundiária de territórios quilombolas e 01 (uma) titulada - Comunidade Jesus, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 80. Comunidade de Remanescentes Quilombolas no Estado de Rondônia

Comunidade	Município	Área Pretendida (hectares)	Família (unidade)
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	41.600,0000	21
Jesus	São Miguel do Guaporé / Seringueiras	5.627,3058	12
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé / Alta Floresta do Oeste	43.911,1000	26
Laranjeiras	Pimenteiras Do Oeste	15.500,0000	5
Santa Fé	Costa Marques	1.509,9588	19
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	Indeferido	Indeferido
Total		**108.148,3646**	**83**

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Conforme demonstrado na tabela acima, esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não possui informações quanto à área ou quantidade de famílias da Comunidade Remanescente de Quilombos denominada Forte Príncipe da Beira, uma vez que a referida Comunidade encontra-se em área de domínio do exército.

No exercício de 2012 foram realizadas as seguintes atividades:

a) Conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID do Território Quilombola da Comunidade de Santa Fé;

b) Procedimentos que visaram consenso de interesses entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, através da Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - AGU, uma vez que existe interferência entre o Território da Comunidade Remanescente de Quilombo do Santo Antonio do Guaporé e a Reserva Biologia do Guaporé realizados através da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal -

CCAF, sediada na Capital Federal, sendo o procedimento previsto para 2012 a elaboração de um Plano de Uso, de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, que não foi elaborado;

c) Como resultado do acordo firmado em audiência pública ocorrida no município de São Francisco do Guaporé entre as partes descritas no item anterior, foi realizado nova delimitação da área, que totalizou 7.221,42 has (sete mil duzentos e vinte e um hectares e quarenta e dois centiares);

d) Reuniões com Exército (17ª Brigada) para tratar da área ocupada por remanescentes quilombolas na área do Forte Príncipe da Beira localizada no município de Costa Marques.

e) Apoio e participação nas reuniões da Ouvidoria Agrária Regional, para dirimir o conflito existente entre a comunidade quilombola e o Exército na área do Forte Príncipe da Beira; e

f) Atividades na área social, por meio de parcerias com entidades públicas das esferas municipal, estadual e federal, como Programa de Documentação da Mulher Rural (MDA, Prefeitura, Ministério da Pesca, INSS, ICC, etc) e Arca das Letras (MDA).

Dos principais problemas:

Destaca-se como principal dificuldade encontrada na execução da presente ação:

a) Distância da Sede até as comunidades de remanescentes quilombolas;

b) Necessidade de contratação e/ou parceria de antropólogo para realização de relatório antropológico em comunidades que ainda não o possuem, o que atrasa deveras os procedimentos; e

c) A burocracia e necessidade de apoio de instituições externas para alcance de metas.

Dos principais resultados:

Em relação à meta prevista não ter sido alcançada, em especial por ser considerado a emissão do título de propriedade o cumprimento da mesma. Mesmo assim, outros resultados foram alcançados ao longo do ano que também são considerados positivos, como a atualização dos cadastros das famílias que residem nas comunidades, benefícios promovidos pelos programas sociais do governo federal e a conclusão Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID do Território Quilombola da Comunidade de Santa Fé, que deverá ser publicado em 2013.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Como citado não houve cumprimento da meta por ter sido realizado apenas serviços que antecedem o alcance da meta (titulação).

Um dos motivos que dificulta atingir a meta diz respeito a prazos para atenderem situações de manifestação de instituições externas em algumas fases do processo, como as contestações ou não dos diversos órgãos (União e Estado) onde é obrigatória a consulta sobre área a ser regularizada.

4.1.5. Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO

A seguir informações sobre o Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA que é o instrumento criado pelo Plano Plurianual 2012-2015 que classifica o conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as não tratadas nos programas temáticos por meio de suas iniciativas.

Quadro A.4.5 - Programa de Governo Constante do Plano Plurianual - PPA - De Gestão e Manutenção - Programa 2120

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2120					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.420.458	5.557.069,40	5.357.884,91	5.357.884,91	1.180.406,31	0,00	4.177.478,60

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

4.1.5.1. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO

As principais ações do Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA executada pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, foram:

1) 2000 - Administração da Unidade;

2) 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; e

3) 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário.

Tabela 81. Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Executados por Ação do Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Valores em R$ 1,00

Ação	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar	Porcentagem de Execução (%)
2000 - Administração da Unidade	4.192.840,02	4.068.419,06	3.491.918,50	576.500,56	83,28
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	56.715,46	51.650,67	46.578,51	5.072,16	82,12
2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	1.307.513,92	1.237.815,18	638.981,59	598.833,59	48,87
Total	**5.557.069,40**	**5.357.884,91**	**4.177.478,60**	**1.180.406,31**	**75,17**

Fonte: SIAFI 2012.

Os recursos orçamentários alocados no Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA foram na ordem de R$ 5.557.069,40 (cinco milhões quinhentos e cinqüenta e sete mil sessenta e nove reais quarenta centavos), dos quais foram empenhados R$ 5.357.884,91 (cinco milhões trezentos e cinqüenta e sete mil oitocentos e oitenta e

quatro reais noventa e um centavos), sendo efetivamente pago o montante de R$ 4.177.478,60 (quatro milhões cento e setenta e sete mil quatrocentos e setenta e oito reais sessenta centavos), representando 75,17% de execução orçamentária e ficando inscritos em restos a pagar R$ 1.180.406,31 (um milhão cento e oitenta mil quatrocentos e seis reais trinta e um centavos), conforme demonstrado acima.

Os créditos previstos na ação 2000 - Administração da Unidade foram suficientes para que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO cumprisse com seu desígnio institucional. Evidentemente, que tudo foi possível devido ao rígido controle estabelecido pela Administração no sentido de maximizar os créditos recebidos.

Neste sentido, foram intensificadas diversas orientações aos servidores lotados tanto na Sede da Regional, bem como nas Unidades Avançadas subordinadas. Essas orientações incluíram desde o uso de materiais de expediente, contenção do consumo de água e energia elétrica, telefone, combustível, e os gastos com manutenção de viaturas.

No que se refere a Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação procurou-se explorar ao máximo a realização de treinamentos sem custo com diárias e passagens, o que proporciona a qualificação de um número maior de servidores com um baixo custo operacional.

Isso se confirma por meio da tabela apresentada pelo Setor de Capacitação, vinculado a Administração de Desenvolvimento Humano desta Regional, na qual apresenta a realização de eventos proporcionados por monitores multiplicadores da própria Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Quanto a Ação 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário os créditos que foram descentralizados para atender demandas das Divisões, inclusive da Superintendência de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, com destaque para a aquisição de diversos equipamentos de informática, pagamento de diárias para realização dos trabalhos finalísticos, como vistorias e avaliações em Projetos de Assentamentos, bem como outras despesas com deslocamentos e pagamentos de contratos de Tecnologia da Informação.

É bom que se registre que as metas estabelecidas para o exercício foram cumpridas obedecidas as limitações impostas no decorrer do exercício financeiro.

Por fim, no que se refere aos registros de créditos em restos a pagar, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, diferentemente de anos anteriores, procurou de forma intensa apoio junto ao órgão central, no intuito de minimizar a incidência de registro em restos a pagar, o que pode ser comprovado por meio do quadro específico apresentado no corpo deste relatório.

4.1.5.1.1. Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro A.4.6.1 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços - Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade.					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.388.823	4.192.840,02	4.068.419,06	3.491.918,50	576.500,56	0,00	3.491.918,50
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não há.	Não há.	Não há.	Não há.	3.388.823	3.491.918,50

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI 2012.

Tabela 82. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2000

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
A2120200008	44.90.51	148.746,24	148.746,24	148.746,24	0,00
A2120200010	33.90.30	51.634,00	51.934,00	51.934,00	0,00
	33.90.37	1.871.888,87	1.869.966,77	1.869.966,77	0,00
	33.90.39	1.144.496,88	1.142.054,66	1.061.977,05	80.077,61
	33.91.39	65.758,90	65.758,90	28.951,50	36.807,40
A2120200040	33.90.14	28.920,20	28.429,15	28.429,15	0,00
	33.90.30	46.300,00	46.300,00	36.247,44	10.052,56
	33.90.33	6.229,80	6.229,80	6.229,80	0,00
	33.90.93	51.154,43	51.154,43	51.154,43	0,00
	44.90.51	149.710,70	30.121,16	30.121,16	0,00
	44.90.52	628.000,00	627.723,95	178.160,96	449.562,99
Total		**4.192.840,02**	**4.068.419,06**	**3.491.918,50**	**576.500,56**

Fonte: SIAFI 2012.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 3.388.823 (três milhões trezentos e oitenta e oito mil oitocentos e vinte e três reais), sendo disponibilizados R$ 4.192.840,02 (quatro milhões cento e noventa e dois mil oitocentos e quarenta reais), que representa 123,72% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 4.068.419,06 (quatro milhões sessenta e oito mil quatrocentos e dezenove reais seis centavos), sendo pago o total de R$ 3.491.918,50 (três milhões quatrocentos e noventa e um mil novecentos e dezoito reais cinqüenta centavos) perfazendo uma execução de 83,28% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 576.500,56 (quinhentos e setenta e seis mil quinhentos reais cinqüenta e seis centavos), conforme demonstrado acima.

Não há meta física estabelecida para a presente ação, foram realizadas atividades conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

A ação 2000 - Administração da Unidade tem como finalidade constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Trata-se de uma ação de atividade padronizada da Administração da Unidade, substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.

Esta ação é responsável pela manutenção e conservação do patrimônio público, desde os bens móveis e imóveis, bem como os demais equipamentos que dão suporte as atividades da Autarquia.

Atuando de forma integrada com as demais Divisões no intuito de alcançar seus objetivos junto à sociedade rondoniense, respondendo pela manutenção e funcionamento, da Sede situada na capital Porto Velho, bem como as 06 (seis) Unidades Avançadas, e 06 (seis) Escritórios de atendimentos no Estado de Rondônia.

Assim, quando se especifica as demandas enfrentadas por essa estrutura, é que se pode imaginar a complexidade e necessidade de cada uma dessas Unidades, que buscam dentro de suas limitações o alcance das metas e objetivos, mesmo demandando melhor estrutura e condições de trabalho.

Das estratégias de atuação:

A estratégia de atuação da ação 2000 - Administração da Unidade foi de forma gerencial por ser a ação responsável em proporcionar todo o suporte administrativo-financeiro às demais ações finalísticas.

Descrição das atividades desenvolvidas:

As principais atividades vinculadas a essa ação é a manutenção da máquina administrativa, incluindo a manutenção e conservação dos próprios públicos, aquisição e conservação de bens móvel e materiais de expedientes em geral, bem como os pagamentos dos contratos administrativos firmados pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Dos principais problemas:

Inicialmente a insuficiência orçamentária prevista no Plano de Compromisso, uma vez que os créditos iniciais eram insuficientes para cobrir todas as despesas realizadas no decorrer do exercício financeiro.

Ressalte-se que essa situação de contingenciamento só é equacionada a partir do segundo semestre do exercício financeiro, ocasionando certo desconforto ao gestor que deixa para executar algumas ações no final do exercício, gerando inclusive reflexo nos registros de restos a pagar, pelo fato da intempestividade nas descentralizações dos recursos orçamentários.

Dos principais resultados:

Mesmo assim, considerando as limitações de recursos orçamentários no início do exercício, há de se ressaltar que foram alcançados resultados satisfatórios. Neste sentido, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO cumpriu com todos os compromissos assumidos perante seus prestadores e fornecedores, bem como melhorou seu acervo de móveis e equipamentos, além de melhoramentos em sua estrutura patrimonial.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

A ação 2000 - Administração da Unidade não possui indicadores de meta, mas mesmo assim, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO procurou de forma austera alcançar os resultados das ações desenvolvidas no âmbito de suas áreas de atuação. Assim, foram cumpridos todos os compromissos assumidos junto aos jurisdicionados.

4.1.5.1.2. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro A.4.6.2 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços - Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.635	56.715,46	51.650,67	46.578,51	5.072,16	0,00	46.578,51

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	Unidade	46	134	0	46.578,51

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 83. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 4572

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	**Elemento de Despesa**	**Provisão Recebida**	**Empenho Emitido**	**Pago**	**Restos a Pagar**
A2120457202	33.90.39	11.175,98	11.140,20	11.140,20	0,00
A2120457240	33.90.14	28.927,52	23.898,51	23.898,51	0,00
	33.90.33	13.011,96	13.011,96	7.939,80	5.072,16
	33.90.39	3.600,00	3.600,00	3.600,00	0,00
Total		**56.715,46**	**51.650,67**	**46.578,51**	**5.072,16**

Fonte: SIAFI 2012.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 previu como limite orçamentário o montante de R$ 31.635 (trinta e um mil seiscentos e trinta e cinco reais), sendo disponibilizados R$ 56.715,46 (cinqüenta e seis mil setecentos e quinze reais quarenta e seis centavos), que representa 179,28% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R$ 51.650,67 (cinqüenta e um mil seiscentos e cinqüenta reais sessenta e sete centavos), sendo pago o total de R$ 46.578,51 (quarenta e seis mil quinhentos e setenta e oito reais cinqüenta e um centavos) perfazendo uma execução de 82,12% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 5.072,16 (cinco mil e setenta e dois reais dezesseis centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Compromisso - PC do exercício 2012 foi de capacitar 46 (quarenta e seis) servidores sendo capacitados o total de 144 (cento e quarenta e quatro) servidores representando uma execução física de 313,04%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

A ação 4572 - Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem como finalidade viabilizar a formulação, a promoção, o desenvolvimento, a operacionalização, o monitoramento, a avaliação e a gestão de políticas desenvolvidas pelas Unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário; possibilitar a análise dos impactos dessas políticas; e promover o fortalecimento institucional e a cooperação internacional.

Seguindo este norte foram realizadas diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como, participação de servidores em diversos eventos, pagamento de passagens, diárias aos

referidos servidores, quando em viagem para capacitação, taxas de inscrições em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Assim, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou durante o exercício sob análise, a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de seu corpo de servidores, melhorando de forma efetiva a qualificação e profissionalização dos mesmos.

Das estratégias de atuação:

No âmbito geral, o Plano de Capacitação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA está alinhado às estratégias de Governo, constante do Plano Plurianual, e nesse sentido salienta-se que a necessidade de compatibilizar desempenho com objetivos institucionais, exige do servidor competências que vão além da execução de tarefas, o que faz com que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO busque fortalecer a capacidade de assimilar conhecimento de seu corpo funcional.

O modelo de Gestão por Competências tem direcionado as políticas e as práticas de Recursos Humanos em grande parte das organizações contemporâneas e se inclui nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707 de 23/02/2006, que instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional.

Vêm-se exigindo cada vez mais das pessoas uma postura voltada ao autodesenvolvimento e à aprendizagem contínua. O citado Decreto surgiu no bojo das mudanças pelas quais está passando a Gestão de Recursos Humanos na busca de estratégias adequadas aos desafios da Gestão Pública.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA não foge à regra e, portanto, tem o compromisso com a capacitação e o desenvolvimento dos seus servidores.

Para tanto, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO busca implementar práticas de gestão que privilegiem o incremento de conhecimentos, habilidades e atitudes, e não apenas a aquisição de conhecimento técnico instrumental.

A concepção do Plano Nacional de Capacitação dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, focado nas estratégias de governo e institucionais, pretendeu alicerçar o desenvolvimento dos servidores a partir das reais competências técnicas e comportamentais identificadas e não em demandas aleatórias, fortalecendo as competências capazes de agregar valor à Organização e ao indivíduo.

Sabe-se que o modelo de Gestão por Competências pode e deve abranger todas as dimensões da gestão de pessoas, como a avaliação e desempenho dos servidores, a seleção de pessoas, a evolução funcional (carreiras), a definição da demanda da força de trabalho, sistema de remuneração e retribuição, capacitação e outras.

Assim, estrategicamente optou-se pela dimensão “Capacitação” como porta de entrada, ou melhor, como ponto de apoio para alavancar a implementação do modelo de Gestão por Competências.

Descrição das atividades desenvolvidas:

Ao longo do exercício de 2012 as capacitações dos servidores públicos no âmbito desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO estiveram voltadas às competências dos servidores, essas sugeridas eles mesmos ou pelos chefes de Divisão, visando benefício tanto para a instituição como para o servidor, ou seja, não realizando as demandas aleatórias, e sim aquelas que fortalecessem as competências capazes de agregar valores a organização e ao indivíduo.

Com isso, foi possível identificar resultado expressivo, principalmente quanto à quantidade de cursos oferecidos e de servidores participantes. Sendo contabilizado o total de 16 (dezesseis) cursos realizados, em 2.787 (dois mil setecentos e oitenta e sete) horas/aula, capacitando 134 (cento e trinta e quatro) servidores, conforme detalhamento abaixo.

Tabela 84. Capacitações Realizadas

Curso	Carga Horária (horas)	Servidores (unidade)
Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Ambiental.	Horário especial para estudante - Processo nº 54300.001143/2012-25	1
Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	280	7
VI Congresso Brasileiro de Pregoeiros.	26	1
Curso Novo SIAFI - Web.	64	4
I Seminário de Comunicação Pública.	10	1
Curso Planejamento Estratégico Participativo.	40	1
Reunião do INCRA e Ação da Reforma Agrária no Estado de Rondônia.	216	18
Lançamento do Plano de Execução das Ações da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.	290	29
Reforma da Previdência.	48	2
Curso *on line*: "Rumo a uma cultura de acesso à informação: A Lei 12.527/2011 - 2ª edição".	10	1
II Oficina de Fiscalizadores de ATER do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	540	15
Licitações e Contratos.	144	6
Curso: "Gestão de recursos humanos e folha de pagamento, cálculos dos proventos de aposentadorias e pensões e apuração de tempo de serviço na administração pública".	24	1
Treinamento sobre "Mediação e resolução de conflitos agrários".	288	9
Treinamento aos solicitantes do Sistema de Concessão de Diária e Passagens - SCDP.	15	5
4º Encontro para atualização e padronização da aplicação do programa de créditos e instalação.	792	33
Total	**2.787**	**134**

Fonte: Divisão de Administração - A.

Dos principais problemas:

Embora a meta tenha sido superada, no decorrer do exercício de 2012, foram diversas as dificuldades identificadas para a realização da presente ação, com destaque especial ao reduzido quadro funcional, que registrou ainda mais redução dessa força de trabalho, através de pedidos de exonerações, aposentadorias, e, inclusive requisições de outros Poderes, ocasionando sobrecarga dos poucos servidores que desempenha as atividades administrativas e finalísticas.

Destaca-se ainda a demora da efetivação do orçamento da Autarquia. Também causando transtornos na execução das atividades de início de exercício, bem como o cronograma mensal de desembolso orçamentário estabelecido pelo Decreto 7.680 de 17/02/2012 que dificultou algumas contratações de bens e serviços em tempo hábil para que esses fossem empenhados e pagos no mesmo exercício.

Dos principais resultados:

Durante o exercício de 2012, buscou-se exaustivamente melhorar as condições de funcionamento de cada uma das Unidades Avançadas jurisdicionadas a esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, oferecendo dentro das possibilidades disponíveis, condições satisfatórias de funcionamento, reconhecendo que há muito que avançar no alcance dos objetivos desejados. Contudo, dentro do que foi disponibilizado pelo Órgão central Brasília-DF, se pode considerar que as distribuições ocorreram de forma justa, eqüitativa e qualitativa.

Há ainda que se destacar o esforço contínuo por melhorias nas condições de trabalho de todo efetivo, buscando alternativas para melhor atender as demandas da Autarquia, mantendo em funcionamento permanente, os serviços administrativos e os finalísticos, aqueles de necessidade rotineira, e de cunho eminentemente social, buscando atender aos anseios do homem do campo.

Finalizando, pode-se destacar a importância da realização do trabalho conjunto, entre todas as Divisões desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ressaltando as especificidades particulares de cada uma, mas sempre buscando um objetivo comum, trabalhando em equipe visando ao alcance das metas e objetivos da reforma agrária no País, principalmente as do Estado de Rondônia.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

As capacitações dos servidores públicos no âmbito desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou cada vez mais o crescimento organizacional, não medindo esforços em alcançar cada vez melhores resultados. Pois, a satisfação pessoal do servidor é essencial, vez que, estando satisfeito em conseqüência traz benefícios a Instituição.

E, devido à sobrecarga de atribuições de alguns servidores, que na maioria das vezes é responsável por várias ações, que busca fazer o possível para o cumprimento das metas, pois essas são cobradas constantemente, o que torna esses em fatores estressantes; muitos estão sendo afastados de suas atribuições por motivos de doenças. A demanda é superior a força de trabalho; e esses afastamentos somados aos desligamentos, seja por aposentadorias, transferências ou mesmo saída para outros órgãos, a deficiência de força de trabalho se torna cada vez mais insustentável a ponto de indagarmos se algum dia o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA retomará uma estrutura necessária para alavancar de forma ideal suas atribuições e atendimento digno a população.

As metas em Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação foram superadas ao inicialmente estabelecido, mas se comparado a exercícios anteriores pode-se observar que são metas tímidas em face de demanda existente e a real necessidade dos servidores.

4.1.5.1.3. Ação 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário

Quadro A.4.6.3 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços - Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário.					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
PC/2012	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	1.307.513,92	1.237.815,18	638.981,59	598.833,59	0,00	638.981,59
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não há	Não há	Não há	Não há	0	638.981,59

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos - PC 2012, SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela 85. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2103

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
A2120210340	33.90.14	449,00	222,73	222,73	0,00
	33.90.33	449,00	449,00	449,00	0,00
D2120210340	33.90.14	149.742,05	149.733,62	149.733,62	0,00
	33.90.30	25.453,75	25.453,75	25.453,75	0,00
	33.90.33	18.103,03	18.103,03	16.032,83	2.070,20
	33.90.39	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00
E2120210311	33.90.30	243.327,20	243.060,54	0,00	243.060,54
	33.90.37	68.334,00	68.334,00	68.334,00	0,00
	33.90.39	103.826,00	96.615,26	53.926,61	42.688,65
	44.90.52	315.771,50	315.464,20	4.450,00	311.014,20
E2120210340	33.90.14	12.627,00	12.490,56	12.490,56	0,00
	33.90.33	8.070,00	8.070,00	8.070,00	0,00
F2102210340	33.90.14	2.658,50	2.536,64	2.536,64	0,00
	33.90.30	371,70	371,70	371,70	0,00
	33.90.33	1.957,55	1.957,55	1.957,55	0,00
J2120210340	33.90.14	3.048,05	2.958,19	2.958,19	0,00
	33.90.33	2.100,00	2.100,00	2.100,00	0,00
S2120210340	33.90.30	48.147,79	48.147,79	48.147,79	0,00
	33.90.39	79.970,80	19.370,80	19.370,80	0,00
T2120210340	33.90.14	4.668,00	4.506,51	4.506,51	0,00
	33.90.30	60.000,00	59.997,37	59.997,37	0,00
	33.90.33	2.495,00	2.495,00	2.495,00	0,00
	33.90.36	140.715,00	140.290,20	140.290,20	0,00
T2120210344	33.90.14	11.329,00	11.186,74	11.186,74	0,00
	33.90.30	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00
Total		**1.307.513,92**	**1.237.815,18**	**638.981,59**	**598.833,59**

Fonte: SIAFI 2012.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 não previu limite orçamentário, contudo foram disponibilizados R$ 1.307.513,92 (um milhão trezentos e sete mil quinhentos e treze reais noventa e dois centavos); dos quais foram empenhados R$ 1.237.815,18 (um milhão duzentos

e trinta e sete mil oitocentos e quinze reais dezoito centavos), sendo pago o total de R$ 638.981,59 (seiscentos e trinta e oito mil novecentos e oitenta e um reais cinqüenta e nove centavos) perfazendo uma execução de 48,87% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 598.833,59 (quinhentos e noventa e oito mil oitocentos e trinta e três reais cinqüenta e nove centavos), conforme demonstrado acima.

Não há meta física para a presente ação, foram realizadas atividades conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

A ação 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário tem como finalidade viabilizar a formulação, a promoção, o desenvolvimento, a operacionalização, o monitoramento, a avaliação e a gestão de políticas desenvolvidas pelas Unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário; possibilitar a análise dos impactos dessas políticas; e promover o fortalecimento institucional e a cooperação internacional.

Possibilita a execução de estudos técnicos, elaboração de pareceres e pesquisas orientadas para a identificação das políticas públicas mais adequadas para o desenvolvimento rural sustentável. Realização de discussões temáticas e promoção de eventos, seminários, conferências, workshops e correlatos acerca dos programas e das ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como levantamento, produção e edição de publicações para disseminação de informações sobre as políticas públicas afetas ao órgão, com ênfase nas experiências exitosas nessas matérias. Pagamento de despesas de tecnologia da informação relacionadas ao tema, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, ao monitoramento e avaliação da execução das políticas desenvolvidas nas unidades e na autarquia vinculada.

Das estratégias de atuação:

A ação 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário não teve elaboração de estratégias de atuação uma vez que não foram previstos recursos orçamentários no Plano de Compromisso / 2012, sendo esses disponibilizados conforme solicitações ao longo do exercício.

Descrição das atividades desenvolvidas:

As atividades desenvolvidas com os créditos orçamentários descentralizados por meio da ação 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário foram utilizadas para atender diversas demandas, inclusive da Superintendência de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, com destaque para a aquisição de equipamentos de informática, pagamento de diárias para realização dos trabalhos finalísticos, como vistorias e avaliações, bem como outras despesas com deslocamentos e pagamentos de contratos de Tecnologia da Informação.

Com os recursos disponibilizados ainda foi possível realizar trabalhos de vistorias ocupacionais e trabalhos administrativos, com deslocamento de servidores, para a Unidade Avançada de Machadinho do Oeste, conforme grupo de trabalho instituído pela Ordem de Serviço/SR-17/GAB/nº 121/2012 de 29/10/2012, visando a titulação das parcelas no Projeto de Assentamento Machadinho, no município de Machadinho do Oeste, para o qual se procedeu as vistorias de campo e os respectivos atendimentos no escritório objetivando a instrução de 250 (duzentos e cinqüenta) processos administrativos com vista a expedição do Título de Propriedade aos postulantes.

Os elementos de despesa iniciados com a letra “E” refere-se a aquisições e/ou atividades e despesas de informática que serão descritas e caracterizadas no item denominado Outras Informações Consideradas Relevantes pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Dos principais problemas:

O principal problema identificado na realização da presente ação foi o atraso das remessas de recursos, inclusive motivado pela morosidade na aprovação do Orçamento Geral da União.

Dos principais resultados:

Mesmo ocorrendo o problema acima mencionado, houve avanços significativos nos resultados alcançados pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, uma vez que as demandas apresentadas foram atendidas, como a aquisição de novos equipamentos relacionados a tecnologia da informação, bem como o melhoramento da infraestrutura básica da Unidade.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Conforme demonstrado anteriormente não existe meta física estabelecida para a presente ação, contudo foram realizadas atividades exitosas com a utilização dos recursos orçamentários disponibilizados ao longo do exercício de 2012, e atenderam todas as demandas apresentadas.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Programação de Despesas

O quadro abaixo, denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Unidades Gestoras associada à Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	373082	373012	2112121202103	0,00	0,00	1.500,00
	Concedidos	373082	373012	2112221202000	0,00	0,00	5.100,00
	Concedidos	373082	373012	2112720342OT9	0,00	0,00	4.000,00
	Concedidos	373082	373013	2160620124470	0,00	0,00	2.160,00
	Recebidos	373001	373082	2112121202103	0,00	0,00	991.742,42
	Recebidos	373001	373082	2112121202000	0,00	0,00	3.266.683,08
	Recebidos	373001	373082	2112520662105	0,00	0,00	81.213,10
	Recebidos	373001	373082	2112720342OT1	0,00	0,00	38.109,35
	Recebidos	373001	373082	2112720662OT9	0,00	0,00	30.000,00
	Recebidos	373001	373082	2112720664426	0,00	0,00	10.000,00
	Recebidos	373001	373082	2112821204572	0,00	0,00	56.715,46
	Recebidos	373001	373082	2112320668370	0,00	0,00	1.237.807,64
	Recebidos	373001	373082	2160620124470	0,00	0,00	9.616.098,21
	Recebidos	373001	373082	2163120662OST	0,00	0,00	315.050,00
	Recebidos	373001	373082	2163120662OTA	0,00	0,00	30.0000,00
	Recebidos	373001	373082	2163120664358	0,00	0,00	95.178,24
	Recebidos	373001	373082	2163120668374	0,00	0,00	25.500,00
	Recebidos	373001	373082	2163120668384	0,00	0,00	107.426,00
	Recebidos	373001	373082	2163120668387	0,00	0,00	177.433,00
	Recebidos	373001	373082	2163120668396	0,00	0,00	159.785,80
	Recebidos	373001	373082	2163120668698	0,00	0,00	62.200,00
	Recebidos	373001	373082	2163120664320	0,00	0,00	34.000,00
	Recebidos	373001	373082	2112120664288	0,00	0,00	4.842,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna Continuação...	Recebidos	373001	373082	2142220298402	0,00	0,00	216.456,49
	Recebidos	373001	373082	2142220264284	0,00	0,00	3.305,73
	Recebidos	373001	373082	2163120662109	0,00	0,00	80.740,86
	Recebidos	373001	373082	2163120664304	0,00	0,00	11.944,64
	Recebidos	373001	373082	2112221202OTP	0,00	0,00	15.077,72
	Recebidos	373001	373082	2927200890181	0,00	0,00	9.438,94
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	373001	373082	2163120660427	0,00	25.716.513,00	0,00
	Recebidos	373001	373082	2112121202103	315.771,50	0,00	0,00
	Recebidos	373001	373082	2112121202000	926.456,94	0,00	0,00
	Recebidos	373001	373082	2163120662OTH	353.210,95	0,00	0,00
	Recebidos	373001	373082	2163120664460	0,00	673.899,72	0,00
	Recebidos	373001	373082	2163120668396	3.790.322,00	0,00	0,00
	Recebidos	373001	373082	2142220298402	27.242,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00

Fonte: Setor de Contabilidade.

Em anexo ao presente relatório de gestão serão apresentados maiores detalhes quanto as despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação realizadas no exercício 2012.

4.2.2. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.2.1.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de movimentação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**11.385.798,40**	**11.078.290,81**	**11.385.798,40**	**11.078.290,81**
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	178.867,40	289.782,18	178.867,40	289.782,18
c) Concorrência	6.236.042,83	6.300.000,46	6.236.042,83	6.300.000,46
d) Pregão	4.970.888,17	4.488.508,17	4.970.888,17	4.488.508,17
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	**7.657.655,14**	**870.679,37**	**7.657.655,14**	**870.679,37**
g) Dispensa	6.932.565,46	114.415,15	6.932.565,46	114.415,15
h) Inexigibilidade	725.089,68	756.264,22	725.089,68	756.264,22
3. Regime de Execução Especial	**28.534,00**	**33.825,00**	**28.534,00**	**33.825,00**
i) Suprimento de Fundos	28.534,00	33.825,00	25.534,00	33.825,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**1.201.843,23**	**997.803,94**	**1.201.843,23**	**997.803,94**
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	1.201.843,23	997.803,94	1.201.843,23	997.803,94
5. Outros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6. Total (1+2+3+4+5)	**20.273.830,77**	**12.980.599,12**	**28.273.830,77**	**12.980.599,12**

Fonte: Setor de Contabilidade.

4.2.2.1.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1 - Despesas de Pessoal	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
339014-Diárias - Civil	1.201.843,23	997.803,94	1.201.843,23	997.803,94	0,00	0,00	1.201.848,23	997.803,94
339093-Indenizações e Restituições	51.154,43	25.863,97	51.154,43	25.863,97	0,00	0,00	51.154,43	25.863,97
319008-Outros Benefícios Assistenciais	24.511,66	25.884,02	24.511,66	25.884,02	0,00	0,00	24.511,66	25.884,02
Demais elementos do grupo	0,00	627,00	0,00	627,00	0,00	0,00	0,00	627,00
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes								
339039-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.779.412,45	7.780.284,11	188.899,38	1.336.586,04	10.590.513,43	6.443.698,07	188.899,38	1.336.586,04
339037-Locação de Mão de Obra	1.938.300,77	1.781.277,57	1.938.300,77	1.781.277,57	0,00	0,00	1.938.300,77	1.781.277,57
335041-Contribuições	1.221.296,00	516.000,00	516.000,00	526.000,00	705.296,00	0,00	516.000,00	526.000,000
Demais elementos do grupo	1.346.906,32	1.414.898,92	1.113.252,16	937.973,62	233.624,22	476.925,35	1.113.252,16	937.973,62
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4 - Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
449051-Obras e Instalações	3.807.599,23	182.784,18	3.299.911,89	0,00	568.481,34	182.784,18	3.299.117,89	0,00
449052-Equipamentos e Material Permanente	1.323.503,88	909.458,70	435.291,10	29.922,00	888.212,78	879.516,70	435.291,10	29.922,00
5 - Inversões Financeiras								
459066-Concessão de Empréstimos e Financiamentos	24.843.000,00	14.327.600,00	11.755.200,00	6.623.600,00	13.087.800,00	7.704.000,00	11.755.200,00	6.623.600,00
459061-Aquisição de Imóveis	673.899,72	6.388.918,85	673.815,23	6.131.012,63	84,49	257.906,22	6.131.012,63	6.131.012,63
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Setor de Contabilidade.

4.2.2.1.3. Análise Crítica

O maior volume de recursos movimentados foi referente a inversão financeira, que no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO é aplicado em melhoramento da estrutura interna dos assentamentos, ou seja, foi investido nas diversas modalidades de Concessão de Crédito-Instalação ao assentados, entre eles, o crédito fomento, aquisição de matérias, reforma e apoio inicial.

O segundo grupo que apresenta volumes expressivos de recursos é o de serviços de terceiros, neste caso, destaca-se o investimento na área de Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária - ATER, que é desenvolvido por meio de contrato firmado com a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RO.

O terceiro grupo de recursos que se apresenta é o grupo da Infraestrutura, que se refere as obras de engenharia, envolvendo o melhoramento das malhas viárias que dão acesso aos Projetos de Assentamento, bem como o melhoramento da infraestrutura predial das unidades administrativas.

O quarto grupo é o do apoio administrativo, figurando todos os contratos administrativos firmados pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, sendo na área de vigilância, limpeza e conservação, bem como os serviços de apoio administrativos, entre eles os de tecnologia da informação.

O quinto grupo foi o da aquisição de equipamentos permanentes, com ênfase as aquisições de móveis e utensílios e equipamentos de informática.

O sexto grupo foi relativo ao convênio de formação de profissionais no campo, especificamente na ação do Programa de Educação do Campo - PRONERA, por meio de Convênio firmado com a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO, estabelecida no Estado na região do Vale do Guaporé.

O sétimo grupo foi o referente a pagamento de diárias civil, com volume significativo tendo em vista que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO desenvolve trabalhos eminentemente de campo, exigindo uma rotina severa de deslocamentos para execução dos trabalhos finalísticos do Órgão.

Por último, figura o grupo referente a despesas de custeio, no qual foi realizadas despesas de consumo de materiais de expediente, café, açúcar, água, manutenção de viatura, combustíveis, suprimento de informática, entre outras despesas de caráter essencial ao funcionamento da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando divido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2012	24.195.275,48	0,00	0,00	24.195.275,48
2011	15.944.850,52	0,00	14.066.083,74	1.878.766,78
2010	22.467.535,74	0,00	22.467.535,74	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Setor de Contabilidade.

5.1.2. Análise Crítica

Do quadro acima se evidencia o volume dos créditos inscritos em restos a pagar pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO nos 03 (três) últimos exercícios, mas com a devida ênfase ao exercício sob análise, ou seja, o exercício de 2012.

Como se vê foram inscritos em restos a pagar um montante expressivo, mas ressalte-se que foi dispensada toda obediência aos preceitos do Decreto nº 93.872 de 23/12/1986, bem como a Lei nº 4.320 de 17/03/1964, entre outros normativos de caráter interno.

Cabe ressaltar que o valor mais expressivo inscrito em restos a pagar refere-se ao contrato de Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária - ATER firmado com a contratada Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que só foi possível a descentralização dos créditos orçamentários no final do segundo semestre de 2012.

Também foram inscritos em restos a pagar um volume expressivo de recursos destinados ao melhoramento da infraestrutura interna dos Projetos de Assentamento, principalmente com a liberação dos créditos instalações, em suas diversas modalidades, bem como no melhoramento da malha viária de acesso aos Projetos de Assentamento nos diversos Municípios do Estado.

Outros valores significativos referem-se ao Programa de Educação do Campo - PRONERA, que também foi efetivado via Convênios no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, no final do mês de dezembro do exercício de 2012.

Por último, os demais créditos registrados em retos a pagar referem-se à aquisição de diversos móveis e equipamentos, entre eles, os da área de tecnologia da informação, que só foi possível sua efetivação no final do exercício sob análise.

5.2. Transferências de Recursos

5.2.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O quadro abaixo contempla os valores das transferências vigentes no exercício de 2012.

Quadro A.5.3 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO									
CNPJ: 00.375.972/0001-60			**UG/GESTÃO:** 373082						
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	
1 - Convênio	20.000/2008	63.787.196/0001-26	2.167.200,00	103.200,00	516.000,00	2.064.000,00	31/12/2008	31/12/2012	4-Concluído

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: Divisão de Administração.

5.2.2. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2012, 2011 e 2010, sendo que os valores referem-se à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro A.5.4 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO					
CNPJ:	00.375.972/0001-60					
UG/GESTÃO:	373082					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Convênio	0	0	0	516.000,00	516.000,00	516.000,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	**0**	**0**	**0**	**516.000,00**	**516.000,00**	**516.000,00**

Fonte: Divisão de Administração.

5.2.3. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.

Quadro A.5.5 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO					
CNPJ: 00.375.972/0001-60		**UG/GESTÃO:** 373082			
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes**	**Valores (R$ 1,00)**			**% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012**
		Contratados	**Repassados até 2012**	**Previstos para 2013**	
Convênio	2	4.398.944,00	705.296,00	1.099.736,00	16
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0
Totais	**2**	**4.398.944,00**	**705.296,00**	**1.099.736,00**	**16**

Fonte: Divisão de Administração e Núcleo de Convênios.

O valor de R$ 4.398.944,00 (quatro milhões trezentos e noventa e oito mil novecentos e quarenta e quatro reais) compreende o valor global dos convênios nº 776124 e 776126/2012, celebrados com a Associação Escola Família Agrícola de Rondônia - AEFAVAG e Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO, respectivamente, incluído o valor da contrapartida, estando os referidos convênios devidamente cadastrados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV.

Registra-se que o percentual informado de 16% refere-se a recursos empenhados no final de dezembro de 2012, onde, no entanto não foram pagos nenhum valor as convenentes no referido exercício.

5.2.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

O quadro abaixo visa demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades.

A data considerada para identificar a prestação ou não das contas é 31/12/2012. Assim, o Quadro evidencia a quantidade e o montante repassado dos instrumentos até o final do exercício de referência do relatório de acordo com a situação da prestação de contas: prestadas ou não prestadas.

Quadro A.5.6 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO					
CNPJ: 00.375.972/0001-60		**UG/GESTÃO**: 373082			
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2012	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	2	0	0
		Montante Repassado	516.000,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2011	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	3	0	0
		Montante Repassado	563.300,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2010	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	8	0	0
		Montante Repassado	3.985.817,75	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	1	0	0
		Montante Repassado	207.509,63	0,00	0,00
Anteriores a 2010	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: Divisão de Administração.

5.2.5. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O quadro abaixo contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo da concedente e do contratante.

Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas seguem informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. A data de referência é 31/12/2012.

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO					
CNPJ: 00.375.972/0001-60		**UG/GESTÃO**: 373082			
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montantes Repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2012	Quantidade de Contas Prestadas			2	0
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Quantidade	Contas Analisadas	2	0
			Contas Não Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R$)		516.000,00	0
	Com Prazo de Análise V**encido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R$)	0,00	0,00
2011	Quantidade de contas prestadas			3	0
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	2	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	0	0
			Montante repassado (R$)	0,00	0,00
2010	Quantidade de Contas Prestadas			12	0
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	0	0
			Montante Repassado	0,00	0,00
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	1	0
			Montante Repassado	207.509,63	0,00

Fonte: Divisão de Administração e Núcleo de Convênios.

5.2.6. Análise Crítica

Considerando que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO somente trabalhou com 01 (um) Convênio do Programa de Educação do Campo - PRONERA no decorrer do exercício de 2012, afirma-se que tudo transcorreu da melhor forma possível, os créditos foram descentralizados, e, as parcelas foram pagas de acordo com o cronograma de desembolso aprovado.

As prestações de contas foram devidamente apresentadas pela Convenente, analisadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, e, ao final foram todas aprovadas.

Com isso conclui-se que os recursos foram devidamente aplicados e o objeto conveniado foi cumprido satisfatoriamente.

5.3. Suprimento de Fundos

5.3.1. Despesas Realizadas Por Meio de Suprimento de Fundos

5.3.1.1. Suprimento de Fundos - Visão Geral

O quadro abaixo compreende informações discriminadas por: identificação da Unidade Gestora - UG, código e nome; Tipo de suprimento de fundo: Conta tipo B, Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF; total geral utilizado pela Unidade Gestora - UG e total utilizado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Quadro A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos - SF

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
373082	Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO	0,00	0,00	28.534,00	28.534,00
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	**0,00**	**0,00**	**28.534,00**	**28.534,00**

Fonte: Setor de Contabilidade.

5.3.1.2. Suprimento de Fundos - Conta Tipo "B"

O Quadro abaixo correspondente às informações assim discriminadas: identificação da Unidade Gestora - UG: Código e Nome; Suprido; Cadastro de Pessoa Física - CPF, Empenho: Nº, Data e Natureza de Despesa - ND; Finalidade; Valor; Justificativa para a não utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF; N° do Processo de Prestação de Contas; Total utilizado pela Unidade Gestora - UG e Total utilizado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

5.3.1.3. Suprimento de Fundos - Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

O quadro abaixo compreende informações discriminadas por: identificação da Unidade Gestora - UG; limite de utilização total da Unidade Gestora - UG; portador, Cadastro de Pessoa Física - CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela Unidade Gestora - UG e total utilizado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R$ 1,00

Código da UG	373082	Limite de Utilização da UG		R$ 100.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Amilton José Freire Guimarães	077607102-59	13.777,00	0,00	13.777,00	13.777,00
Alice Leite Luchtembag	387302199-49	800,00	0,00	800,00	800,00
Claudionor Rodrigues	040342522-00	1650,00	0,00	1650,00	1.650,00
Julimar Lopes de Oliveira	199534534-20	4.154,00	0,00	4.154,00	4.154,00
Maria da Conceição da Silva	060611682-68	5.098,00	0,00	5.098,00	5.098,00
Rober Pinto de Oliveira	168298246-72	3.055,00	0,00	3.055,00	3.055,00
Total Utilizado pela UG			0,00	28.534,00	28.534,00
Total Utilizado pela UJ			**0,00**	**28.534,00**	**28.534,00**

Fonte: Setor de Contabilidade.

5.3.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo

O quadro abaixo contempla a despesa consolidada com suprimento de fundos realizada com a utilização da Conta Tipo “B” e do cartão de crédito corporativo, sendo composto pelas seguintes informações: exercícios; Conta Tipo “B”, subdividindo-se em quantidade e valor; Saque, subdividindo-se em quantidade e valor; Fatura, também se subdividindo em quantidade e valor; e, por fim, Total.

Quadro A.5.11 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	**Conta Tipo “B”**		**Saque**		**Fatura**		**Total (R$)**
	Quantidade	**(a) Valor**	**Quantidade**	**(b) Valor**	**Quantidade**	**(c) Valor**	**(a+b+c)**
2012	0	0,00	0	0,00	127	28.534,00	**28.534,00**
2011	0	0,00	0	0,00	165	33.775,00	**33.775,00**
2010	0	0,00	0	0,00	114	37.524,00	**37.524,00**

Fonte: Setor de Contabilidade.

5.3.1.5. Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

O quadro abaixo contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, abrangendo as prestações de contas referentes à aplicação realizada pelo suprido (Conta Tipo "B") e pelo Portador do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, do exercício de 2012 e dos dois exercícios imediatamente anteriores.

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Todas	28.534,00	Todas	33.775,00	Todas	37.524,00

Fonte: Setor de Contabilidade.

5.3.1.6. Análise crítica

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO somente utiliza o Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF na modalidade 'fatura', e todas as prestações de contas referentes ao uso do referido Cartão são analisadas criteriosamente pelo Setor de Contabilidade e aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho a Disposição

O quadro abaixo demonstra a força de trabalho da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva.

Quadro A.6.1 - Força de Trabalho - Situação Apurada em 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	313	12	33
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	313	12	33
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	311	5	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.5. Servidores da AGU/Procuradores Federais	0	1	6	10
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	2	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	**0**	**316**	**14**	**36**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

Nos números apresentados no quadro acima estão incluídos os servidores lotados na Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal.

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva

O quadro abaixo demonstra as situações que reduzem a força de trabalho da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Quadro A.6.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**6**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**0**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**4**
3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0

4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	**0**
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**0**
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	**22**
6.1. Nomeação Chefe Divisão de Desenvolvimento da Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul - SR-16/MS, conforme Portaria/INCRA/P/Nº 675-Art. 2º, publicado no D.O.U. em 14/11/2012.	1
6.2. Servidores lotados na Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Portarias INCRA/DA/Nºs 220-DO 04/06/2009, 237-BS 25 de 22/06/2009 e 368-BS 36 de 08/09/2009; Portarias INCRA/P/Nºs 16-BS 03 de 18/01/2010, 198-BS 14 de 05/04/2010 e 169-BS 50 de 12/12/2011).	21
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	**32**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

O quadro abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Quadro A.6.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas - Situação em 31/12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	**22**	**22**	**12**	**12**
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	22	22	12	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	18	9	6
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	2	4
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	**1**	**1**	**1**	**1**
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	**23**	**23**	**13**	**13**

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS.

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Idade

O quadro a seguir demonstra o perfil etário do quadro de pessoal ativo da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, classificando os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária.

Quadro A.6.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	**4**	**16**	**57**	**189**	**44**
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	16	57	189	44
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	**2**	**2**	**2**	**0**	**0**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo de Direção e Assessoramento Superior **Sem Vínculo**	1	1	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	1	0	0
2.4. Cargo Descentralizado de Carreira	0	1	0	0	0
2.5. Procurador Federal da AGU	1	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	**6**	**18**	**59**	**189**	**44**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade

O quadro abaixo demonstra o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, classificando os ocupantes de cargos e comissões segundo o nível de escolaridade.

Quadro A.6.5 - Quantidade de servidores por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	**0**	**3**	**21**	**53**	**151**	**74**	**7**	**1**	**0**
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	3	21	53	151	74	7	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	**0**	**0**	**0**	**1**	**2**	**2**	**1**	**0**	**0**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior **Sem Vínculo**	0	0	0	0	2	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	1	0	0	0	0	0
2.4. Cargo Descentralizado de Carreira	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.5. Procurador Federal da AGU	0	0	0	0	0	0	1	0	0
3. Totais (1+2)	**0**	**3**	**21**	**54**	**153**	**76**	**8**	**1**	**0**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	**2012**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	**2012**	15.390.282,06	1.032.944,77	1.476.501,22	448.820,58	1.442.687,17	2.505.679,63	10.607,54	55.016,82	828.151,60	23.190.691,39
	2011	16.447.005,62	0,00	1.462.198,82	490.308,50	355.083,07	2.689.357,84	25.043,56	0,00	889.613,66	22.358.611,07
	2010	16.730.901,20	0,00	1.517.572,42	523.870,18	2.374.853,03	2.162.352,78	0,00	3.247,16	1.247.098,48	24.559.895,25
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2012**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	**2012**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2012**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2012**	0,00	76.706,47	0,00	0,00	20.592,15	0,00	0,00	0,00	0,00	97.298,62
	2011	0,00	478.940,05	0,00	0,00	17.429,10	0,00	0,00	0,00	0,00	496.369,15
	2010	0,00	487.642,31	0,00	0,00	167.381,46	0,00	0,00	0,00	0,00	655.023,77
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	**2012**	0,00	5.711,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.711,71
	2011	0,00	5.052,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.052,12
	2010	0,00	5.052,12	0,00	0,00	2.949,22	0,00	0,00	0,00	0,00	8.001,34

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	**80**	**12**
1.1. Voluntária	0	0
1.1.1. Art. 40, inciso III, alínea "a" da CF **na redação original**	14	1 (alteração por ter averbado TS)
1.2. Compulsória	0	0
1.3. Invalidez Permanente	8	0
1.4. Outras	0	0
1.4.1. Art. 8º, I, II, III, "a" e "b" EC 20/98	7	0
1.4.2. Art. 6º EC 41/03	1	1
1.4.3. Art. 3º EC 47/05	50	10
2. Proporcional	**43**	**0**
2.1. Voluntária	0	0
2.1.1. Art. 40, inciso III, alínea "c" da CF **na redação original**	28	0
2.1.2. Art. 40, inciso III, alínea "d" da CF **na redação original** e "b" redação EC 20/98 (por idade)	7	0
2.2. Compulsória	3	0
2.3. Invalidez Permanente	0	0
2.4. Outras (Art. 8º § 1º EC 20/98)	5	0
3. Totais (1+2)	**123**	**12**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/2012	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	**32**	**1**
1.1. Integral	20	1
1.2. Proporcional	12	0
2. Em Atividade	**48**	**7**
3. Total (1+2)	**80**	**8**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Neste subitem estão descritas as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, contemplando as seguintes informações:

Dos controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos:

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO preliminarmente faz acompanhamento por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE que identifica qualquer acumulação irregular.

Além do acompanhamento citado acima o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA exige do servidor no ato de sua posse o firmamento de uma declaração de que não acumula qualquer outro cargo que incompatibilize com o exercício do cargo para o qual se dará sua investidura.

Dos tipos de controle implementado e periodicidade de revisão:

O tipo de controle utilizado é através de consultas ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE com periodicidade de pelo menos uma vez ao ano.

Da propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência:

Considera-se que o controle implementado é útil bem como possui a eficiência desejada ao alcance da identificação de possíveis acumulações de cargos, assim a realização de monitoramento de forma permanente para identificar quaisquer irregularidades que possam surgir está em acordo com o esperado.

Da existência e da quantidade de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal:

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não possui nenhum servidor que acumula cargo, função ou emprego público indevidamente no quadro de pessoal.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No presente subitem segue providências adotadas para regularizar a situação dos servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos irregularmente, tomando-se como parâmetro o artigo 133, da Lei 8.112/1990, contemplando as seguintes informações:

Do quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontram em situação irregular:

Não houve nenhuma notificação a servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO no exercício de 2012.

Da quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como do resultado verificado em tais processos:

Não foi aberto nenhum processo administrativo disciplinar para regularizar situações de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, pois na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não existem servidores nesta situação.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

O quadro abaixo evidencia a relação entre a quantidade dos atos ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC, de forma demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO com o art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	15	27
Concessão de pensão civil	0	0	7	10
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**22**	**37**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

Conforme demonstrado no quadro acima os atos de aposentadoria cadastrados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão - SISAC foram: Em 2012 houve a ocorrência de 01 (uma) alteração; e Em 2011 foram 08 (oito) alterações e 07 (sete) replicações.

Assim como os atos de pensão cadastrados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão - SISAC em 2011 foi a ocorrência de 01 (uma) alteração.

O quadro a seguir evidencia a relação entre a quantidade dos atos sujeitos à comunicação ao Tribunal de Contas da União - TCU ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC, demonstrando a conformidade da gestão dos atos de pessoal com o art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	1	0	1	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	**1**	**0**	**1**	**0**

Fonte: SEDE/DF.

O quadro a seguir evidencia a regularidade, em relação ao prazo estabelecido no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, do cadastramento no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC dos atos sujeitos ao registro e comunicação ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Quadro A.6.11 - Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	10	4	1
Concessão de pensão civil	0	4	1	4
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	**0**	**14**	**5**	**5**
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

O quadro abaixo evidencia a quantidade de atos que devem ser comunicados ao Tribunal de Contas da União - TCU, porém, sem o uso do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC, nos termos do art. 14 da IN TCU 55/2007.

Quadro A.6.12 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Fonte: SEDE/DF.

6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

O quadro abaixo evidencia a quantidade de atos com impropriedades identificadas que ensejaram diligências ou reprovação pelo órgão de controle interno - OCI a que se vincula a UJ.

Quadro A.6.13 - Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	3	5	2	3
Concessão de pensão civil	0	1	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	**3**	**6**	**2**	**3**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos relativos à absenteísmos, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas.

Com relação à rotatividade é efetuado acompanhamento dos egressos de servidores que ingressaram no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004 e 2005.

Quanto a disciplina é um dos fatores de avaliação relativa ao período de estágio probatório.

No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo o primeiro interstício de avaliação da concessão da GEDARA e da GDAPA corresponde ao período de 01/07/2011 a 29/02/2012, portanto, os servidores foram avaliados no mês de março de 2012, observando o disposto no Decreto nº 7.133/2010.

Periodicamente são elaborados relatórios gerenciais para avaliação da força de trabalho que compõe o quadro de pessoal da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, os últimos demonstrativos elaborados abordaram os seguintes temas:

a) Distribuição Espacial da Força de Trabalho através do Cenário Ocorrido entre o Período de 2007 a 2012:

Numericamente durante o período de 2007 - 2012 (últimos 06 anos) a Superintendência Regional no Rondônia - SR-17/RO apresentou uma redução de 82 (oitenta e dois) servidores. Cenário esse identificado mesmo com a existência de novas vagas decorrentes de concursos públicos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 86. Distribuição de Cargos por Exercício

NÍVEL	CARGO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nível Superior	Administrador	3	3	1	1	1	1
	Analista Administrativo	7	7	6	5	5	5
	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	18	22	18	15	12	13
	Assistente Social	2	2	2	2	2	2
	Economista	2	2	2	1	1	1
	Engenheiro Agrimensor	1	1	1	1	1	0
	Engenheiro Agrônomo	26	29	30	27	24	22
	Engenheiro Civil	1	1	1	1	1	1
	Engenheiro Florestal	2	2	2	1	1	1
	Fiscal de Cadastro e Tributação Rural	3	2	2	2	2	2
	Geógrafo	1	1	1	1	1	1
	Orientador de Projetos de Assentamento	2	2	2	1	1	1
	Técnico em Comunicação Social	2	1	1	1	1	1
	Sub-Total	*70*	*75*	*69*	*58*	*53*	*51*

NÍVEL	CARGO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nível Médio / Intermediário	Agente Administrativo	0	0	0	1	1	1
	Agente de Portaria	14	14	12	12	10	9
	Artífice	59	55	58	50	48	46
	Assistente de Administração	117	112	106	98	90	88
	Assistente Técnico	6	5	6	5	3	3
	Auxiliar de Administração	18	22	22	23	21	21
	Auxiliar Técnico	10	9	8	8	7	7
	Desenhista	14	15	15	14	13	12
	Motorista	20	21	18	19	18	17
	Radiotelegrafista	2	2	2	2	2	2
	Técnico Agrícola	42	42	41	42	42	38
	Técnico em Cadastro Rural	4	3	4	3	3	3
	Técnico em Contabilidade	11	10	9	8	8	7
	Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário	3	3	3	3	3	3
	Sub-Total	*320*	*313*	*304*	*288*	*269*	*257*
Total Geral		**390**	**388**	**373**	**346**	**322**	**308**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

b) Escolaridade:

A força de trabalho do nível superior passou de 70 (setenta) servidores em 2007 para 51 (cinqüenta e um) servidores em 2012, totalizando a redução citada de 19 (dezenove) servidores de nível superior.

O nível médio / intermediários passou dos 320 (trezentos e vinte) servidores em 2007 para os 257 (duzentos e cinqüenta e sete) servidores em 2012, resultando na citada redução de 63 (sessenta e três) servidores.

Tabela 87. Escolaridade X Lotação

Divisão	Nível Superior	Nível Médio / Intermediário	Total
Gabinete	5	11	*16*
Administração	4	43	*47*
Desenvolvimento	11	26	*37*
Fundiária	6	25	*31*
Obtenção	9	15	*24*
Procuradoria	6	1	*7*
Terra Legal	4	22	*26*
Unidades Avançadas	12	114	*126*
Total Geral	**57**	**257**	**314**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

Dos 257 (duzentos e cinqüenta e sete) servidores de nível médio 33 (trinta e três) servidores fizeram cursos de graduação e alguns até pós-gradução, representando 12,84% da força de trabalho contratada para nível médio que ao longo dos anos se qualificaram, sem, contudo haver contrapartida remuneratória ou ascensão de nível / cargo, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

c) Quantitativo por Gênero:

Através da tabela abaixo se observa que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui do total da sua força de trabalho representada por 115 (cento e quinze) mulheres ou 36,62% e 199 (cento e noventa e nove) homens ou 63,37%.

Tabela 88. Quantitativo por Gênero

Gênero	Quantidade
Masculino	199
Feminino	115
Total Geral	**314**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

d) Idade Média dos Servidores:

A idade média dos servidores da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia - SR-17/RO está entre 60 e 50 anos, conforme demonstrado na planilha e gráficos abaixo:

Tabela 89. Idade dos Servidores da SR-17/RO

GÊNERO	MAIS DE 60	ENTRE 60 - 50	ENTRE 50 - 40	MENOS DE 40	TOTAL
Masculino	33	120	32	14	***199***
Feminino	10	66	25	14	***115***
TOTAL GERAL	**43**	**186**	**57**	**28**	**314**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

e) Aposentadoria e Abono Permanência:

Um dos principais fatores para a diminuição da força de trabalho foram as ocorrências de aposentadorias, com isso, a tabela abaixo identifica a situação para os próximos 5 (cinco) anos, onde 11 (onze) servidores terão que se aposentar compulsoriamente; 128 (cento e vinte e oito) servidores poderão se aposentar ou requerer abono permanência; bem como 67 (sessenta e sete) servidores que estão com 35 (trinta e cinco) anos ou mais de contribuição, ou seja, se encontram em situação de abono permanência 21,34% da força de trabalho atual.

Tabela 90. Estimativa de Desligamentos nos Próximos 5 anos

Gênero	Compulsória nos Próximos 5 Anos	Novas Aposentadorias nos Próximos 5 Anos	Estão com 35 Anos ou Mais de Contribuição
Masculino	7	76	34
Feminino	4	52	32
TOTAL GERAL	**11**	**128**	**67**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

Com isso, a qualquer momento poderá ocorrer mais 26,11% de desligamentos decorrentes de aposentadorias, assim como nos próximos 5 (cinco) exercícios 58,59% da força de trabalho poderá estar com abono permanência ou requerer o desligamento imediato por aposentadoria, bem como 3,5% serão obrigados a se aposentar devido a idade máxima exigida pela compulsória.

f) Distribuição dos Servidores Atual X Ideal:

Foram levantados junto a cada um dos Setores desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO os quantitativos que consideravam ideal para o alcance de melhores resultados nas atividades que desempenham, com isso, a tabela a seguir demonstra a distribuição dos servidores atual e a lotação considerada ideal.

Tabela 91. Distribuição dos Servidores desta SR-17/RO Atual X Ideal

DIVISÃO / SETOR	LOTAÇÃO ATUAL	LOTAÇÃO IDEAL
Gabinete da Superintendência Regional (5 + 18)	23	**33**
Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania)	4	4
Planejamento e Controle	1	3
Comunicação Social	3	3
Ouvidoria Agrária	3	3
Procuradoria Regional	7	14
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (3 + 29)	32	**48**
Setor de Cadastro Rural	9	11
Setor de Cartografia	9	15
Setor de Regularização Fundiária	10	18
Setor de Regularização de Territórios Quilombolas	0	3
Divisão de Obtenção de Terras (3 + 21)	24	**42**
Setor de Obtenção	5	10
Setor de Implantação de Assentamentos	11	20
Setor de Meio Ambiente e Recursos Naturais	5	7
Divisão de Desenvolvimento (8 + 29)	37	**48**
Setor de Infra-Estrutura	13	11
Setor de Desenvolvimento de Projetos	13	19
Setor de Educação e Cidadania	3	5
Divisão de Administração (2 + 45)	47	**72**
Setor de Desenvolvimento Humano	10	14
Setor de Material e Patrimônio	5	8
Setor de Contabilidade	5	8
CPL	1	3
Protocolo	4	6
Garagem	12	14
Setor de Administração e Serviços Gerais	5	6
Setor de Orçamento e Finanças	3	4
Terra Legal	26	**43**
Serviço Técnico	15	24
Serviço Administrativo	11	19
Subtotal Sede	*188*	***286***
Unidades Avançadas	126	**192**
UA Burareiro (Ariquemes)	14	22
UA Corumbiara (Pimenta Bueno)	29	44
UA Guajará-Mirim	14	29
UA Jaru Ouro Preto (Ji-Paraná)	44	70
UA Machadinho	4	15
UA Paulo Assis Ribeiro (Colorado do Oeste)	5	12
TOTAL	**314**	**478**

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

Com os dados apresentados acima se observa que quantitativamente o quadro da força de trabalho da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO apresenta uma defasagem de 164 (cento e sessenta e quatro) servidores.

g) Comparativo entre Força de Trabalho X Demanda Existente:

Para analisar os resultados físicos, metas, limite e execução orçamentária, bem como a diminuição da força de trabalho seguem as seguintes tabelas.

Tabela 92. Comparativo Demanda X Força de Trabalho

Valores em R$ 1,00

Exercício	Projeto Criado	Capacidade de Família	Valor Empenhado	Servidores
2007	6	776	37.043.079	390
2008	12	854	20.840.775	388
2009	5	234	39.029.374	373
2010	21	524	37.205.818	346
2011	7	474	34.314.395	322
2012	4	283	46.996.575	314
Total	**55**	**3.145**	**215.430.016**	**-76**

Fonte: Assessoria de Planejamento e Controle.

Os dados apresentados acima, referentes ao exercício de 2012 estão atualizados até o mês de agosto, bem como os valores empenhados / liquidados são os limites orçamentários estabelecidos no Plano de Compromisso / 2012.

Através da planilha acima se identifica que dos 204 (duzentos e quatro) Projetos de Assentamentos existentes no Estado de Rondônia 55 (cinqüenta e cinco), ou 26,96% desses Projetos foram criados ao longo dos últimos 6 (seis) exercícios, aumentando em 3.145 (três mil cento e quarenta e cinco) o número de famílias a serem atendidos, sendo o total de 36.529 (trinta e seis mil quinhentos e vinte e nove) famílias assentadas no Estado de Rondônia. Em contrapartida houve a redução de 76 (setenta e seis) servidores ao longo desses mesmos exercícios.

Abaixo se destacam algumas atividades realizadas nos últimos 6 (seis) exercícios, como concessão de crédito, infraestrutura básica em Projetos de Assentamentos e Emissão de Contratos de Concessão de Uso.

Tabela 93. Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Valores em R$ 1,00

Exercício	Crédito Apoio		Crédito Construção de Habitação		Crédito Recuperação de Habitação	
	Família	Valor	Família	Valor	Família	Valor
2007	467	1.120.800	1.351	3.923.000	814	4.070.000
2008	429	1.029.600	104	728.000	586	2.930.000
2009	538	1.725.600	576	8.990.000	642	3.210.000
2010	345	1.104.000	247	3.705.000	939	7.730.400
2011	396	1.267.200	286	4.206.000	979	7.832.000
2012	453	1.449.600	512	7.690.000	338	2.704.000
Total	**2.628**	**7.696.800**	**3.076**	**29.242.000**	**4.298**	**28.476.400**

Fonte: Assessoria de Planejamento e Controle.

As famílias atendidas e os valores disponibilizados e apresentados na tabela acima foram atualizados no mês de agosto através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e Sistema de Informações Rurais - SIR em seu Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Tabela 94. Comparativo Concessão de Crédito X Força de Trabalho

Valores em R$ 1,00

Exercício	Família Atendida com Crédito-Instalação	Valor	Servidores
2007	2.632	9.113.800	390
2008	1.119	4.687.600	388
2009	1.756	13.925.600	373
2010	1.531	16.244.000	346
2011	1.969	14.327.660	322
2012	768	23.850.000	314
Total	**9.775**	**82.148.660**	**-76**

Fonte: Assessoria de Planejamento e Controle.

Observa-se que no exercício de 2007 foram atendidas mais famílias do que nos demais exercícios com a utilização de menos recursos, esse fato decorre da alteração nos valores das modalidades de crédito ocorrida a partir de 2008.

Ressalta-se que os valores utilizados com concessão de créditos-instalação no exercício de 2010 foram integralmente empenhados, conforme demonstrado na planilha acima, contudo somente foram disponibilizados recursos financeiros para atendimento de 320 (trezentos e vinte) famílias, ou seja, as demais famílias somente serão contabilizadas como efetivamente atendidas após liquidação dos empenhos.

Os dados referentes ao exercício de 2012 apresentados na tabela acima são as metas e o limite orçamentário constante no Plano de Compromisso / 2012.

Tabela 95. Casas Construídas / Recuperadas

Exercício	Casa Construída	Casa Recuperada
2007	302	0
2008	98	591
2009	221	1.063
2010	165	273
2011	416	287
2012	126	224
Total	**1.328**	**2.438**

Fonte: Assessoria de Planejamento e Controle.

Os dados do exercício de 2012 apresentados na tabela acima e as seguintes abaixo foram atualizados até agosto.

Tabela 96. Comparativo Infraestrutura Básica X Força de Trabalho

Valores em R$ 1,00

Exercício	Família Atendida	Km de Estrada Construídas / Recuperadas	Valor Investido	Servidores
2007	2.090	365,50	6.837.399	390
2008	1.202	268,20	5.319.301	388
2009	1.128	244,70	9.389.149	373
2010	1.580	315,57	5.291.129	346
2011	473	405,21	4.773.736	322
2012	482	112,90	3.729.770	314
Total	**6.955**	**1.712,08**	**35.340.484**	**-76**

Fonte: Assessoria de Planejamento e Controle.

Tabela 97: Emissão de Contratos de Concessão de Uso X Força de Trabalho

Valores em R$ 1,00

Exercício	Contrato de Concessão de Uso - CCU	Valor	Servidores
2007	0	30.613	390
2008	744	196.363	388
2009	1.248	359.337	373
2010	748	80.876	346
2011	612	103.311	322
2012	199	85.178	314
Total	**3.551**	**855.678**	**-76**

Fonte: Assessoria de Planejamento e Controle.

Os dados do exercício de 2012 apresentados na tabela acima foram atualizados até agosto.

Esclarece-se que as informações quanto aos resultados alcançados são tão somente trechos das atividades realizadas ao longo dos últimos anos, assim maiores detalhes e ou esclarecimentos compõem a prestação de contas anual, disponibilizada no portal do Tribunal de Contas da União - TCU (www.tcu.gov.br), acessível a todo e qualquer cidadão.

Através das ilustrações acima se observa a crescente disponibilização orçamentária e conseqüente aumento nas metas, ou seja, resultados esperados, contudo em contrapartida não houve incremento da força de trabalho ocasionando assim sobrecarga de serviços e resultados aquém do considerado ideal pelas demandas existentes no Estado de Rondônia.

Do trabalho desenvolvido e apresentado recorte acima, resultaram diversas conclusões que destacam-se abaixo:

Após todos os dados e perspectivas apresentados se verificou redução de força de trabalho, a qual se encontra muito distante de um quantitativo considerado ideal, bem como aumento de demanda e resultados.

Ao longo dos último 6 (seis) anos, que foi o período de análise, houve uma redução de 76 (setenta e seis) servidores, fato esse mesmo num período com ocorrências de concursos públicos, ou seja, esses não foram suficientes para suprir as necessidades nem em quantitativo e nem nos cargos / níveis em déficits.

A defasagem maior foi observada no nível médio que reduziu o total de 63 (sessenta e três) servidores.

Observou-se ainda a lotação de 15 (quinze) servidores em Unidades Avançadas que não são consideradas oficiais, deduzindo-se com isso que não participam diretamente das atividades inerentes a esta Autarquia neste Estado.

Qualitativamente a força de trabalho desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17RO se encontra muito reduzida e prejudicada, tanto pela idade média dos servidores que está entre 60 e 50 anos. Bem como, as situações de abono permanência e compulsórias vêm representando significativa queda no rendimento operacional; redução quantitativa também observada em decorrência das transferências, cessões e desligamentos de servidores.

Quanto às transferências, ao longo do período em análise (6 últimos anos) foram 20 (vinte) os servidores conseguiram transferências, representando assim 6,37% da força de trabalho atual; transferências essas motivadas ou pelo retorno aos Estados de origem desses servidores, ou para lugares onde havia possibilidades de ascensão remuneratória.

Nesse contexto, a questão da análise das aposentadorias avizinha uma situação grave de desmonte desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO que necessita correções urgentes, e registre-se que a não providência por parte do Governo Central resultará na paralisação completa, que acarretará prejuízos irreparáveis a sociedade, principalmente a rural, uma vez que esta Autarquia fora criada especialmente para cuidar dessa tão importante tarefa - a reforma

agrária, que é estratégica para o desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista econômico, social e ambiental, contudo, sua efetiva aplicação trata-se de decisão política.

E, em decorrência a demonstrada insuficiência de recursos humanos a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO prioriza atividades das unidades finalísticas em detrimento da área meio, em especial ainda aquelas em que resultam em alcance de metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA.

Assim, com a expectativa de nomeação de novos servidores, candidatos classificados no concurso público realizado em 2010, é que se planeja a implementação de novos estudos e indicadores.

6.1.9. Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos

O ser humano é único em sua essência. Ele tem personalidade própria, necessidades que o motivam e o medo das mudanças repentinas. E é justamente isso que nos faz tão diferente um do outro e com uma visão de mundo totalmente diversificada que atrai o desejo de desvendá-lo, de conhecê-lo.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR- 17/RO passa por um período complicado, principalmente no que se diz respeito à sobrecarga de atribuições enfrentada por muitos servidores, devido à falta mão de obra necessária para desempenhar os serviços, uma vez que não existem candidatos suficientes para a ocupação das vagas, haja vista que a remuneração é demasiadamente baixa se comparada a órgãos da mesma esfera com atividades similares. Sendo assim, a realidade vivida é a de pouca força de trabalho para muito serviço, ocasionando uma significante falta de motivação dos servidores contribuintes.

Devido à falta de pessoal, há servidores cumprindo obrigações que não são de suas responsabilidades, o que torna o desempenho do servidor comprometido, pois o mesmo tem que fazer tanto o que lhe é de interesse, quanto desempenhar o papel do outro. Certamente, se faz necessário à colaboração de uns com os outros, não podendo assim depositar nestes infortúnios, desculpas para que não se tenha um bom desempenho na tarefa que lhe é dada. Porém, não se podem existir sobrecargas, para que seja possível assim, a tentativa de evitar que os servidores sejam expostos a adquirir alguma doença tanto psíquica quanto física.

Observa-se ainda, que ao longo dos anos, novas atribuições foram sendo incorporadas à competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, havendo aumento na disponibilização orçamentária e por conseqüência, aumento das metas exigidas. Mais não houve o aumento da força de trabalho, assim ocasionou ainda mais sobrecargas de serviços e cobranças por resultados.

Como dito anteriormente, um fator muito relevante é o plano de cargos e salários, que representa baixa remuneração, principalmente quando comparado com os valores oferecidos por outros órgãos, pois o salário oferecido se faz insuficiente, desmotivando e impossibilitando qualquer servidor a ingressar e colaborar com o que lhe é imposto a fazer.

Tem-se conhecimento de que, também devido a esse fator remuneratório, grande parte do quadro atual desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO mostra-se insatisfeito, tendo que sujeitar-se a fazer empréstimos financeiros, comprometendo ainda mais sua situação financeira, o que acarreta em estresse e baixo rendimento, uma vez que passa a prejudicar a estrutura familiar, e muitos dos servidores não podem pagar ao menos um plano de saúde para seus dependentes, tendo em vista que o Plano Oferecido, denominado Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA, tornou-se ineficaz.

Muitas vezes o servidor é o único provedor do lar e seu baixo salário não permite que tenha um saldo positivo no final do mês, gerando ainda mais desmotivação, como em vários casos, situações extrema de estresse e doenças psíquicas e até mesmo físicas.

Outro fator imprescindível e que tem que ser levado em consideração é a idade média dos servidores, vez que a maioria possui bastante avançada, representando relativa queda no rendimento. No quesito idade, salienta-se também que, alguns servidores mais experientes

apresentam certa resistência às mudanças e dificuldades em aprender o “novo”, além do que, alguns apresentam saúde frágil, e assim, necessitam se afastar por motivo de doença.

Diante do exposto, mostra-se fundamental, além da melhoria do incentivo salarial, uma ação de motivação no ambiente de trabalho, uma vez que se percebe na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, uma atmosfera de estresse que se instala nos relacionamentos inter-pessoais e intra-pessoais, tornando o ambiente de trabalho ainda mais desmotivador e estressante.

A insatisfação apresentada nos diversos setores está ligada a diversos fatores, tanto ao próprio ambiente de trabalho, a equipe, ao chefe, as condições do local de trabalho e principalmente a remuneração recebida pelo servidor, pois os mesmos argumentam que o serviço é duplicado e o salário incoerente.

Mais um fator que deve ser levado em consideração é o que diz respeito à saúde psíquica do trabalhador, assim como os relacionamentos inter-pessoais e familiares.

Sabe-se que o ser humano tem a necessidade de ser aceito socialmente, de ser amado, reconhecido, de pertencer e fazer parte de algo, de ser notado positivamente, de ser útil, de atender suas necessidades fisiológicas, de segurança, de auto-estima e de auto-realização.

Outro fator de insatisfação é a não existência de promoção por gradução, ou seja, servidores que ao longo dos anos foram se qualificando, realizando cursos superiores e até especializações e pós-graduações, mas continuam a desempenhar atividades de nível médio para o qual inicialmente foram contratados, sem receberem bonificações ou ascensão por mérito de seus esforços em adquirir conhecimento que por muitas vezes são utilizados no seu dia-a-dia na Instituição.

A mudança é um processo constante dentro das organizações e para se atingir as metas de transformação organizacional é preciso inserir a comunicação estratégica no sistema de planejamento e desenvolvimento da empresa, levando-se em conta a análise do clima e da cultura organizacional.

Sendo assim, tem-se a consciência de que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui uma das forças de trabalho mais surpreendentemente competentes, levando em consideração todos os contras acima citados, por isso que não se devem usar como pretexto as dificuldades existentes, mas sim, usá-las como motivação para melhorar ainda mais o desempenho e manter o melhor resultado possível.

Portanto é imprescindível ressaltar as dificuldades para que se aprender ainda mais com elas e sempre na tentativa de superá-las.

Concluí-se então que, os principais problemas da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO são: falta do pessoal; e falta de estimulo financeiro. Manifesta-se então, mais uma vez, sobre a urgência em rever as condições e possibilidades de aumento das remunerações e conseqüentemente, o aumento de pessoal na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, como também que seja oferecido pela Instituição um PLANO DE SAÚDE digno de AUTOGESTÃO.

6.2. Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

O quadro abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2012, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2012, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO													
UG/Gestão: 373082				**CNPJ**: 00.375.972/0024-57									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	L	O	5.000/2008	TEC LIMP Serviços de Limpeza Ltda. CNPJ: 04.027.773/0001-12	11/08/2012	10/08/2013	8	8	0	0	0	0	A
2010	L	O	31.000/2010	FM Representações e Serviços Ltda. CNPJ: 04.787.948/0001-90	06/01/2012	06/01/2013	17	17	0	0	0	0	A
2010	V	O	30.000/2010	IMPACTUAL Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ: 10.585.532/0001-91	01/01/2012	01/01/2013	0	0	17	POSTOS	0	0	A
Observações: São 17 (dezessete) Postos de Vigilância, sendo: 08 (oito) Postos de 12 (doze) horas diurnos, de segunda a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) horas x 36 (trinta e seis) horas, e 09 (nove) Postos de 12 (doze) horas noturnos, de segunda a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos, de 12 (doze) horas x 36 (trinta e seis horas). Com a seguinte distribuição: 02 (dois) diurnos e 03 (três) noturnos na sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO em Porto Velho, 01 (um) diurno e 01 (um) noturno nas Unidades Avançadas de Guajará Mirim, Ariquemes, Machadinho D'oeste, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Colorado D'Oeste-RO.													
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Setor de Administração de Serviços Gerais / Divisão de Administração.

6.2.2. Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos

O quadro abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2012, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2012, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos a Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO													
UG/Gestão: 373082				**CNPJ**: 00.375.972/0024-57									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2009	11	O	13.000/2009	TEC LIMP Serviços de Limpeza Ltda. CNPJ: 04.027.773/0001/12	23/12/2012	23/12/2013	0	0	17	17	0	0	A
2009	4	O	13.000/2009	TEC LIMP Serviços de Limpeza Ltda. CNPJ: 04.027.773/0001/12	23/12/2012	23/12/2013	0	0	2	2	0	0	A
Observações: O contrato CRT/RO. 13.000/2009, refere-se à contratação de Serviços de Apoio Administração (1) e Serviços de Copa e Cozinha (3).													

LEGENDA

Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Setor de Administração de Serviços Gerais / Divisão de Administração.

6.2.3. Composição do Quadro de Estagiários

O quadro abaixo demonstra a composição do quadro de estagiários da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. Contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura (na área fim ou na área meio).

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	**0**	**0**	**0**	**0**	**0,00**
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2. Área Meio	0	0	0	0	0,00
2. Nível Médio	**11**	**11**	**11**	**11**	**123.988,70**
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2. Área Meio	11	11	11	11	123.988,70
3. Total (1+2)	**11**	**11**	**11**	**11**	**123.988,70**

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS.

As informações sobre o custo com o pagamento das bolsas para os estagiários que cumprem estágios junto a esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, conforme demonstrado no quadro acima, foram fornecidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, vinculada à Diretoria de Gestão Administrativa, uma vez que os pagamentos são despendidos pelo Órgão central com Sede em Brasília.

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A seguir descrição sobre a forma pela qual a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO realiza a gestão da frota de veículos, com destaque sobre os seguintes aspectos:

A INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 03 de 15/05/2008 é a legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Considerando que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO desenvolve atividades eminentemente de campo, que vão desde vistorias e avaliações, passando pela destinação das áreas arrecadadas aos beneficiários da Reforma Agrária no País até o acompanhamento e fomento de seu desenvolvimento nos Projetos de Assentamento, necessário se faz o uso de viaturas para realização desses deslocamentos, bem como para o alcance desses misteres que são rotina permanentes, com isso se entende que é de suma importância a existência e manutenção da frota, uma que o seu uso é de impacto direto sobre as atividades desenvolvidas.

A razão pela qual a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO optou pela frota própria em detrimento da terceirizada foram de ordem econômica, tendo em vista que o Órgão realizou estudos no ano de 2009, chegando a conclusão de que manter a frota própria é mais econômico para a Administração Pública.

Ressaltando-se que esse estudo foi desenvolvido pelo Órgão Central em Brasília, com base em elementos oferecidos pelas Superintendências Regionais em todo o País.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui um Setor de Transportes, com quadro composto por um responsável e os motoristas, esses desempenham atividades de campo junto aos técnicos das áreas finalísticas. Existindo instrumentos de controle através do cumprimento de normativos que regulam os deslocamentos da frota, entre eles: Viatura Requisitada - VR, Demonstrativo de Custos das Viaturas - DCV e Movimentação de Veículos - MV; nos quais se registram basicamente todas as ocorrências e estado da frota de veículos automotor, entendendo assim que se dispõe de uma estrutura de controle que assegura uma prestação eficiente e econômica no assunto transporte.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Tabela 98 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO

Item	Tombamento	Placa	Tipo	Marca	Grupo	Ano	Cor	Combustível	Localização	Estado
1	058.967	NBQ-0880	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	1996	Branca	Gasolina	Sede / Porto Velho	Péssimo
2	109.779	NBX-6419	PALIO	FIAT	IV/A	1999	Branca	Gasolina	Sede / Porto Velho	Péssimo
3	123.101	NCK-9940	UNO	FIAT	IV/A	2002	Branca	Gasolina	Sede / Porto Velho	Péssimo
4	123.103	NCK-9680	UNO	FIAT	IV/A	2002	Branca	Gasolina	Sede / Porto Velho	Péssimo
5	130.120	NCS-5580	UNO	FIAT	IV/A	2002	Branca	Gasolina	Sede / Porto Velho	Péssimo
6	136.349	NCK-7738	PICK-UP	MITISUBCHI	IV/B-1	2004	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
7	142.526	NCO-6843	PICK-UP	MITISUBCHI	IV/B-1	2005	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
8	142.528	NCO-7583	PICK-UP	MITISUBCHI	IV/B-1	2005	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
9	142.529	NCQ-6824	PALIO	FIAT	IV/A	2005	Branca	Gasolina	Sede / Porto Velho	Regular
10	142.530	NCQ-6724	PALIO	FIAT	IV/A	2005	Branca	Gasolina	Sede / Porto Velho	Regular
11	142.531	NCQ-6734	PALIO	FIAT	IV/A	2005	Branca	Gasolina	Sede / Porto Velho	Regular
12	149.736	NDE-0867	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2006	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
13	169.526	NDE-7892	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2007	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
14	169.527	NDE-7962	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2007	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
15	193.164	NDY-2159	PICKUP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
16	208.676	NEC-8498	CAMINH.	MERCEDES-BENS	IV/B-2	2011	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Bom
17	227.954	0HL-4169	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2011	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Bom
18	227.955	0HL-4179	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2011	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Bom
19	169.528	NDE-7762	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2007	Branca	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
20	216.398	JHN-6563	ÔNIBUS	W0LKSVAGEM	IV/B-2	2010	Roxa	Diesel	Sede / Porto Velho	Regular
21	-	JIL-9541	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2012	Branca	Diesel	Porto Velho	Bom
22	210.204	NCJ-1145	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal / Ariquemes	Bom
23	210.205	NED-3254	PICH-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal	Bom
24	210.206	NCJ-0185	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal	Bom
25	199.092	NDY-3889	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	Terra Legal	Regular
26	210.207	NED-3304	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal / Pimenta Bueno	Bom
27	210.208	NED-3364	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal	Bom
28	210.209	NED-3394	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal	Bom
29	210.210	NED-3374	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal / Pimenta Bueno	Bom
30	210.211	NED-3324	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal	Bom
31	210.212	NED-3234	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal	Bom
32	210.213	NCH-9945	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal	Bom

Item	Tombamento	Placa	Tipo	Marca	Grupo	Ano	Cor	Combustível	Localização	Estado
33	087.860	CNK-6650	PICK-UP	TOYOTA	IV/B-1	1995	Branca	Diesel	UA Guajará Mirim	Péssimo
34	123.102	NCK-9780	UNO MILLE	FIAT	IV/A	2002	Branca	Gasolina	UA Guajará Mirim	Regular
35	134.307	NDA-1640	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2004	Branca	Diesel	UA Guajará Mirim	Regular
36	134.342	NDA-1670	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2004	Branca	Diesel	UA Guajará Mirim	Regular
37	190.091	NDG-9884	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Guajará Mirim	Bom
38	175.449	NDG-9546	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Machadinho	Regular
39	190.094	NDQ-9814	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Machadinho	Regular
40	064.260	NBN-9390	CAMINHÃO	CHEVROLET	IV/B-2	1997	Branca	Diesel	UA Machadinho	Regular
41	123.104	NCK-9950	UNO	FIAT	IV/A	2002	Branca	Gasolina	UA Ariquemes / Jaru	Péssimo
42	130.119	NCS-5510	UNO	FIAT	IV/A	2002	Branca	Gasolina	UA Ariquemes / Buriti	Péssimo
43	142.527	NCO-7613	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2005	Branca	Diesel	UA Ariquemes	Bom
44	190.088	NDQ-9854	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Ariquemes	Bom
45	195.760	NDW-2170	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Ariquemes / Jaru	Bom
46	190.090	NDG-9894	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Pimenta Bueno	Bom
47	175.448	NDG-9417	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Ariquemes	Bom
48	210.204	NCJ-1145	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2010	Branca	Diesel	Terra Legal / Ariquemes	Bom
49	087.862	NBL-7041	PICK-UP	CHEVROLET/D-20	IV/B-1	1994	Branca	Diesel	UA Ji-Paraná	Péssimo
50	130.118	NCS-5610	UNO	FIAT	IV/A	2002	Branca	Diesel	UA Ji-Paraná	Péssimo
51	134.308	NDA-1680	PICK-UP	MITISUBICHI	IV/B-1	2004	Branca	Diesel	UA Ji-Paraná	Bom
52	149.737	NDE-0827	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2006	Branca	Diesel	UA Ji-Paraná	Bom
53	152.681	NDE-0937	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2006	Branca	Diesel	UA Ji-Paraná	Bom
54	175.446	NBU-4690	PICK-UP	LAND. ROVER	IV/B-1	1998	Verde	Diesel	UA Ji-Paraná	Regular
55	175.447	NDG-9567	PICH-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Ji-Paraná	Regular
56	190.093	NDQ-9754	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Ji-Paraná	Regular
57	064.290	NBN-6749	CAMINHÃO	VOLKS/BAÚ	IV/B-2	1998	Branca	Diesel	UA Pimenta Bueno	Regular
58	088.154	NBS-6810	PICK-UP	TOYOTA	IV/B-1	1995	Branca	Gasolina	UA Pimenta Bueno	Péssimo
59	109.778	NBX-6459	FIAT	PÁLIO	IV/A	1999	Branca	Gasolina	UA Pimenta Bueno	Péssimo
60	123.106	NCM-3871	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2002	Branca	Diesel	UA Pimenta Bueno	Bom
61	130.117	NCS-5620	FIAT	UNO	IV/A	2002	Branca	Diesel	UA Pimenta Bueno	Bom
62	190.089	NDG-9794	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Pimenta Bueno	Bom
63	195.759	NDW-2160	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Pimenta Bueno	Bom
64	190.090	NDG-9894	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Ariquemes	Bom
65	130.123	NCU-1960	FIAT	UNO	IV/A	2002	Branca	Gasolina	UA Colorado	Péssimo
66	137.337	NDK-1020	PICK-UP	MITSUBISHI	IV/B-1	2005	Branca	Diesel	UA Colorado	Bom
67	190.092	NDQ-9774	PICK-UP	FORD/RANGER	IV/B-1	2008	Branca	Diesel	UA Colorado	Bom

Fonte: Setor de Transporte e Patrimônio.

A viatura constante do “item 21” da relação acima se refere a uma viatura adquirida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e colocada à disposição do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR, e está em fase de transferência para o patrimônio da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

A tabela a seguir apresenta a média anual de quilômetros rodados da frota de veículos automotores de propriedade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Tabela 99. Demonstrativo de Quilometragem

Item	Placa	Tipo	Marca	Ano	Localização	Km 02/01/2012	Km 31/12/2012	Km Rodados
1	NBQ-0880	PICK-UP/PAMPA	FORD	1996	Sede / Porto Velho	95.115	QUEBRADO	QUEBRADO
2	NBX-6419	PALIO	FIAT	1999	Sede / Porto Velho	122.123	132.589	10.466
3	NCK-9940	UNO	FIAT	2002	Sede / Porto Velho	101.956	113.057	11.101
4	NCK-9680	UNO	FIAT	2002	Sede / Porto Velho	77.461	79.924	24.463
5	NCS-5580	UNO	FIAT	2002	Sede / Porto Velho	62.581	64.689	2.108
6	NCK-7738	PICK-UP	MITISUBCHI	2004	Sede / Porto Velho	235.310	253.477	18.167
7	NCO-6843	PICK-UP	MITISUBCHI	2005	Sede / Porto Velho	211.945	230.487	18.542
8	NCO-7583	PICK-UP	MITISUBCHI	2005	Sede / Porto Velho	206.192	214.693	8.501
9	NCQ-6824	PALIO	FIAT	2005	Sede / Porto Velho	60.945	71.951	11.006
10	NCQ-6724	PALIO	FIAT	2005	Sede / Porto Velho	52.032	62.221	10.189
11	NCQ-6734	PALIO	FIAT	2005	Sede / Porto Velho	85.388	94.230	8.842
12	NDE-0867	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2006	Sede / Porto Velho	164.549	196.154	31.605
13	NDE-7892	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2007	Sede / Porto Velho	181.412	208.903	27.491
14	NDE-7962	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2007	Sede / Porto Velho	144.834	174.345	29.511
15	NDY-2159	PICKUP/RANGER	FORD	2008	Sede / Porto Velho	70.825	76.645	5.820
16	NDG-9894	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	Sede / Porto Velho	67.835	77.468	9.633
17	NEC-8498	CAMINHÃO/BAÚ	MERCEDES-BENS	2011	Sede / Porto Velho	26.183	48.610	22.427
18	JHN-6563	ÔNIBUS	W0LKSVAGEM	2010	Sede / Porto Velho	-	-	-
19	0HL-4169	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2011	Sede / Porto Velho	00020	34.320	34.300
20	0HL-4179	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2011	Sede / Porto Velho	00021	38.529	38.508
21	NDE-7762	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2007	Sede / Porto Velho	113.577	202.614	89.037
22	NED-3254	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal	74.050	100.496	26.446
23	NDY-3889	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	Terra Legal	74.185	94.264	20.079
24	NCJ-0185	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal	45.980	68.590	22.610
25	NED-3304	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal / UA Pimenta Bueno	33.558	67.221	33.663
23	NED-3364	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal	64.458	94.128	29.670

Item	Placa	Tipo	Marca	Ano	Localização	Km 02/01/2012	Km 31/12/2012	Km Rodados
27	NED-3394	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal	46.397	69.047	22.650
28	NED-3374	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal / UA Pimenta Bueno	32.853	63.899	31.046
29	NED-3324	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal	47.933	77.822	29.889
30	NED-3234	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal	68.570	111.571	43.001
31	NCH-9945	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	Terra Legal	57.743	84.668	26.925
32	NBS-6650	PICK-UP	TOYOTA	1995	UA / Guajará.Mirim	68.719	QUEBRADO	QUEBRADO
33	NCK-9780	UNO MILLE	FIAT	202	UA / Guajará Mirim	121.705	143.220	21.515
34	NDA-1640	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2004	UA / Guajará .Mirim	189.120	264.742	75.622
35	NDA-1670	PICK-UP/L200	MITSUBISHI	2004	UA Guajará Mirim	137.850	247.330	109.480
36	NDG-9884	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Guajará .Mirim	55.960	76.454	20.494
37	NDG-9547	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Machadinho	80.000	92.443	12.443
38	NDQ-9814	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Machadinho	78.606	89.345	10.739
39	NBN-9390	CAMINHÃO	CHEVROLET	1997	UA Machadinho	232.899	252.842	19.943
40	NCK-9950	UNO	FIAT	2002	UA Ariquemes - Jaru	113.956	123.213	9.257
41	NCS-5510	UNO	FIAT	2002	UA Ariquemes - Buriti	115.788	119.678	3.890
42	NCO-7613	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2005	UA Ariquemes	146.298	166.868	20.570
43	NDQ-9854	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Ariquemes	101.435	127.269	25.834
44	NDW-2170	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2008	UA Ariquemes - Jaru	97.899	125.465	27.566
45	NDG-9894	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	Terra Legal / UA Pimenta Bueno	77.485	101.987	24.502
46	NDG-9417	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Ariquemes	116.958	126.682	9.724
47	NCJ-1145	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2010	UA Ariquemes	49.337	85.566	36.229
48	NBL-7041	D-20	CHEVROLET	1994	UA Ji-Paraná	333.170	340.023	6.853
49	NCS-5610	UNO	FIAT	2002	UA Ji-Paraná	136.487	142.688	6.201
50	NDA-1680	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2004	UA Ji-Parana	194.037	205.053	11.016
51	NDE-0827	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2006	UA Ji-Paraná	137.336	160.601	23.265
52	NDE-0937	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2006	UA Ji-Parana	91.918	105.950	14.032
53	NBU-4690	PICK-UP	LAND. ROVER	1998	UA Ji-Parana	231.513	240.340	8.887
54	NDG-9567	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Ji-Parana	111.200	133.010	21.810
55	NDQ-9754	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Ji-Paraná	68.436	84.650	16.214
56	NDA-1560	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2004	UA Ji-Paraná	237.626	238.010	384
57	NBN-6749	CAMINHÃO	VOLKS	1998	UA Pimenta Bueno	329.863	350.158	20.295
58	NBS-6810	PICK-UP	TOYOTA	1995	UA Pimenra Bueno	72.677	92.680	20.003
59	NBX-6459	PALIO	FIAT	1999	UA Pimenta Bueno	98.456	110.506	12.050

Item	Placa	Tipo	Marca	Ano	Localização	Km 02/01/2012	Km 31/12/2012	Km Rodados
60	NCM-3871	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2002	UA Pimenta Bueno	297.907	298.500	593
61	NCS-5620	UNO	FIAT	2002	UA Pimenta Bueno	135.313	138.560	3.247
62	NDG-9794	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Pimenta Bueno	94.651	115.604	20.953
63	NDW-2160	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2008	UA Pimenta Bueno	90.401	108.488	18.087
64	NCU-1960	UNO	FIAT	2002	UA Colorado	96.333	102.559	6.226
65	NDK-1020	PICK-UP/L200	MITISUBICHI	2005	UA Colorado	147.298	156.868	9.570
66	NDQ-9774	PICK-UP/RANGER	FORD	2008	UA Colorado	62.604	85.997	23.393

Fonte: Setor de Transporte e Patrimônio.

O grupo de tabelas a seguir apresenta os custos associados à manutenção da frota de veículos automotores de propriedade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, com manutenção, revisões periódicas e gastos com combustíveis e lubrificantes.

Tabela 100. Manutenção da Frota de Veículos Automotores

Valores em R$ 1,00

Empresa	Tipo de Serviço Prestado	Valor
S. O. S. CAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.	- Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Tayota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar - sede da Superintendência Regional de Rondônia e UAs Guajará Mirim e Ariquemes.	319.608,33
DIFRANCO AUTO PEÇAS LTDA.	- Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Tayota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar - Unidades Avançadas de Ji Paraná e Machadinho D'Oeste.	64.261,41
RONDONORTE COMERCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA.	- Prestação de serviços de lavagem, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, para veículos das marcas: Mitsubishi, Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Tayota, Ford, Engesa, Massey Ferguson e Yanmar - Unidades Avançadas de Pimenta Bueno e Colorado do Oeste.	104.936,89
Total		**488.806,63**

Fonte: Setor de Transporte e Patrimônio.

Tabela 101. Revisões Periódicas da Frota de Veículos Automotores

Valores em R$ 1,00

Empresa	Tipo de Serviço Prestado	Valor
L. F. IMPORTS LTDA.	Serviços de manutenção periódicos e obrigatório de 02 (dois) veículos de marca Mitsubishi, modelo L-200, de placas: OHL-4169 e OHL-4179, pertencente ao acervo patrimonial do INCRA em Rondônia	6.359,82
Total		**6.359,82**

Fonte: Setor de Transporte e Patrimônio.

Tabela 102. Custos com Combustíveis e Lubrificantes Frota de Veículos Automotores

Valores em R$ 1,00

Empresa	Tipo de Serviço Prestado	Valor
AUTO POSTO SÃO PAULO LTDA.	- Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.	116.739,21
T. F. DE PAULA COMERCIO LTDA e AZOGUE & DOURADOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS IMP. E EXP. LTDA.	- Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da Unidade Avançada de Guajará Mirim-RO.	38.737,40
PETRO RONÔNIA LTDA.	- Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da Unidade Avançada de Ji-Paraná-RO.	30.126,07
CLAUDIO FERREIRA DE LIMA REPRESENTAÇÕES.	- Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da Unidade Avançada de Ariquemes-RO.	35.882,38
POSTO SIMONI LTDA.	- Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da Unidade Avançada de Pimenta Bueno-RO.	29.631,20
AUTO POSTO BELÉM LTDA (POSTO PIONEIRO).	- Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da Unidade Avançada de Pimenta Bueno-RO.	6.402,03
COMERCIAL COLUMBIA LTDA.	- Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.	20.161,86
MULTIPRETO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	- Fornecimento de gasolina comum e óleo diesel destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da Unidade Avançada de Machadinho D'Oeste-RO.	4.542,96
Total		**282.223,11**

Fonte: Setor de Transporte e Patrimônio.

A tabela seguinte apresenta o plano de aquisição e substituição da frota de veículos automotores de propriedade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, em acordo com a Instrução Normativa nº 03 de 15/05/2008.

Tabela 103. Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SISG	**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO** **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA** **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RONDÔNIA** Instrução Normativa nº 03 de 15/05/2008.	ANO: **2012**

VEÍCULOS A ADQUIRIR				**VEÍCULOS A SUBSTITUIR**				
Marca / Tipo / Modelo	**Combustível**	**Grupo**	**Quantidade**	**Marca / Tipo / Modelo**	**Placa**	**UF**	**Ano**	**Grupo**
				- PICK UP / /MITSUBISHI / L-200	NCK - 7738	RO	2004	IV/B-1
- HAILUX/PICK - UP / CD / 4X4.				- PICK UP / MITSUBISHI / L-200	NDA - 1640	RO	2004	IV/B-1
	DIESEL	IV/B-1	15	- PICK UP / /MITSUBISHI / L-200	NDA - 1670	RO	2004	IV/B-1
- VOLKS OU MERCEDEZ/CAMINHÃO ¾ BAÚ.				- PICK UP / MITSUBISHI / L-200	NCM - 2071	RO	2002	IV/B-1
				- PICK UP / /MITSUBISHI / L-200	NCM - 3871	RO	2002	IV/B-1
				- PICK UP / MITSUBISHI / L-200	NDA - 1590	RO	2004	IV/B-1
- YAMAHAMOTOR DE POPA DE 40HP.	DIESEL	IV/B-2	02	- PICK UP / MITSUBISHI / L-200	NCO - 6843	RO	2005	IV/B-1
				- CHEVROLET / CAMINHÃO / CARROCERIA	NBN - 9390	RO	1997	IV/B-1
				- FORD / PAPMPA	NBQ - 0880	RO	1996	IV/A
- BOTE DE ALUMINIO PARA 6 PESSOA PARA MOTOR DE 40HP.	GASOLINA		03	- PICK UP / TOYOTA	NBL - 2243	RO	1998	IV/B-1
				- PICK UP / TOYOTA	NBS - 6650	RO	1995	IV/B-1
				- PICK UP / TOYOTA	NBS - 6740	RO	1995	IV/B-1
				- PICK UP / TOYOTA	NBS - 6850	RO	1995	IV/B-1
	GASOLINA		03	- PICK UP / TOYOTA	NBS - 6810	RO	1995	IV/B-1
				- PICK - UP / CREVROLET / D-20	NBQ - 3142	RO	1994	IV/B-1
				- PICK - UP / CREVROLET / D-20	NCO - 6823	RO	2005	IV/B-1
				- PICK - UP / CREVROLET / D-20	NBS - 6510	RO	1994	IV/B-1
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCS - 5620	RO	2002	IV/A
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCS - 5580	RO	2002	IV/A
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCK - 9680	RO	2002	IV/A
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCK - 9940	RO	2002	IV/A
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCK - 9780	RO	2002	IV/A
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCK - 9950	RO	2002	IV/A
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCS - 5510	RO	2002	IV/A
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCS - 5610	RO	2002	IV/A
				- FIAT / UNO / AUTOMOVEL	NCS - 1960	RO	2002	IV/A
				- FIAT / PÁLIO / AUTOMOVEL	NBX - 6419	RO	1999	IV/A
				- FIAT / PÁLIO / AUTOMOVEL	NBX - 6459	RO	1999	IV/A
				- MOTOR DE POPA YAMAHA 25HP	4.153.233			
				- MOTOR DE POPA YAMAHA 25HP	085.012			

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: **José Carlos Salles da Silva** PORTO VELHO-RO, 03 DE ABRIL DE 2012. Encarregado Setor de Transportes INCRA/RO.
JUSTIFICATIVAS E OBSERVAÇÕES SOBRE AQUISIÇÕES E SUBSTITUIÇÕES: As peculiaridades regionais proporcionam maior desgastes às viaturas, pois o Estado de Rondônia está localizado dentro da Amazônia Legal, Região completamente inóspita, principalmente nas épocas do inverno Amazônico que atinge com muita intensidade esta Região, destruindo completamente as estradas vicinais que dão acesso aos assentamentos geridos pelo INCRA, trazendo um alto custo de manutenção de toda a frota, que já se encontra com tempo de uso avançado.

Fonte: Setor de Transporte e Patrimônio.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O quadro abaixo identifica o quantitativo de imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, no final dos exercícios 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União	
		Exercício 2012	Exercício 2011
BRASIL	**RONDÔNIA**	**7**	**7**
	Porto Velho	2	2
	Ariquemes	1	1
	Guajará-Mirim	2	2
	Pimenta Bueno	1	1
	Colorado do Oeste	1	1
Total		**7**	**7**

Fonte: SPIU Net / 2012.

7.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO

O quadro abaixo contempla os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis que, no final do exercício de 2012, estavam sob a responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Quadro A.7.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373082	0003002695000	15 - Imóvel Funcional	Bom	0,01	23.11.2010	129.143,92	0	0
373082	0003004105006	15 - Imóvel Funcional	Bom	0,01	23.11.2010	1.965.051,50	0	0
373082	0007000585006	15 - Imóvel Funcional	Bom	0,01	23.11.2010	132.320,86	0	0
373082	0023000565007	15 - Imóvel Funcional	Bom	0,01	16.10.2012	86.770,09	0	0
373014	0001000745004	15 - Imóvel Funcional	Bom	0,01	23.11.2010	134.299,03	0	0
373014	0001000805007	15 - Imóvel Funcional	Bom	0,01	23.11.2010	611.890,41	0	0
373013	0011000355009	15 - Imóvel Funcional	Bom	0,01	23.11.2010	592.051,79	0	0
Total							**0**	**0**

Fonte: SPIU Net / 2012.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 - Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.	
	X	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.	
		Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
		Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
		Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
		Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.	
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.	
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.	
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:		
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.	
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.	
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.	
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.	
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.	
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:		
	Auditoria de governança de TI.	
	Auditoria de sistemas de informação.	
	Auditoria de segurança da informação.	
	Auditoria de contratos de TI.	
X	Auditoria de dados.	
	Outra(s). Qual(is)? _____	
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.	
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:		
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.	
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.	
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.	
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.	
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.	

X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: www.incra.gov.br.
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
6. Em relação às contratações de serviços de TI: *Utilizando a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(4) São feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) Nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) São adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) Os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) No caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) No caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
A grande maioria dos questionamentos dos elencados através dos itens de 1 (um) a 9 (nove) referem-se a temas geridos pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - DET localizada na Sede em Brasília - DF, tendo como Coordenador o Analista em Tecnologia da Informação o Senhor Marcelo Florêncio (e-mail: marcelo.florencio@incra.gov.br).	

8.2. Análise Crítica

Não foram estabelecidas metas para a área de Tecnologia da Informação - TI, porém a maioria das demandas apresentadas ao Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI da Superintendência Regional no Estado de Rondônia foram resolvidas ou proporcionado devido encaminhamento neste sentido.

Considera-se como principal problema de execução de melhores resultados a descentralização tardia dos recursos orçamentários, os entraves burocráticos e legais do conjunto de leis e normas de licitações.

A descentralização de recursos para pagamento dos restos a pagar não tem ocorrido em tempo hábil, gerando reclamações e protestos por parte dos fornecedores de bens e serviços de Tecnologia da Informação - TI, por vezes argumentam que a legislação de licitações obriga no cumprimento de prazos, para entregas, garantias e outros, o que, no entanto, a mesma legislação se torna mais “branda” com os atrasos de pagamentos por parte dos Órgãos Federais.

Entende-se como crucial e necessária a estruturação da carreira de Analista de Tecnologia da Informação - ATI no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Podendo essa estruturação iniciar pela previsão e destinação de recursos orçamentários próprios para a Tecnologia da Informação - TI, visando o investimento contínuo requerido pela área. Com a realização de concursos públicos, uma vez que o último concurso realizado em 2010 previa vagas somente para a Sede em Brasília-DF; além da criação de gratificação remunerativa específica atrelada a méritos e alcance de metas como forma de aumentar e manter a motivação da equipe.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O quadro abaixo está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? No que se refere aos equipamentos elétrico-eletrônicos, tem-se levado em consideração o tipo do equipamento, em sua grande maioria da classe "A" que proporcionam reduzido consumo combinado com a preservação do meio ambiente, já que possuem reduzido potencial de emissão de gás poluente.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Dentre as diversas certificações, a mais exigida tem sido a ISSO 14.000, que versa sobre a plena gestão ambiental.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Relativamente baixo, tendo em vista a tímida substituição dos equipamentos, uma vez que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui projeto de reforma geral que contemplará esses quesitos.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Em especial os reabastecimentos de refil e/ou recarga de cartuchos.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? **Sim ( ) Não (X)** Não houve aquisição de veículos automotores no exercício de 2012.					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A preferência por bens/produtos reciclados tem sido manifestada nos processos licitatórios por meio das especificações dos projetos básicos, bem como dos próprios editais.					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tem realizado atividades junto aos servidores visando diminuir o consumo de água e energia elétrica em especial através de recomendações por escrito da Sede da Autarquia, bem como por meio da tecnologia da informação via comunicação na internet.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Nos últimos exercícios a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO promoveu conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltada aos servidores em especial por meio de reuniões e palestras, bem como de comunicação na rede interna de computadores.					

Considerações Gerais:

Item 9: Para a aquisição de bens/produtos é levado em consideração os aspectos de durabilidade e qualidade sim, e por mais que é vedada a indicação de marca de quaisquer produtos nos procedimentos licitatórios, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tem obtido êxito nas qualidades e durabilidades dos produtos adquiridos.

Item 10. Todos os projetos elaborados pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO leva em consideração os princípios da economicidade, durabilidade e sustentabilidade ambiental, em especial na contratação de obras e serviços de engenharia.

Item 11. Na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como procede a sua destinação em acordo com o Decreto nº 5.940 de 25/10/2006, através da Comissão de Coleta Seletiva e Solidária de Resíduos Sólidos e Recicláveis, constituída pela Ordem de Serviço nº 012/2008, composta por 03 (três) membros, servidores efetivos do Órgão. A destinação é feita às Associações de Catadores regulamentadas no âmbito do Município de Porto Velho-RO, conforme termo de Cooperação firmado.

Não houve muito avanço quanto à efetivação dos aspectos ambientais no âmbito desta Autarquia, em face dos entraves encontrados, tanto nos procedimentos de aquisições, como nas destinações dos descartes dos materiais e resíduos, haja vista a grande carência no Estado de Rondônia no que tange as Associações de catadores, considerando que as poucas que existem, não dispõem de estruturas físicas e econômicas para desempenhar suas atividades nos moldes desejáveis. Falta ainda, apoio dos Órgãos governamentais para solução dos problemas relacionados ao meio ambiente, pois envolve a sustentabilidade de todo o planeta.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O quadro abaixo está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ao longo dos anos, bem como demonstrar a adesão a programas de gestão ligada à temática sustentabilidade ambiental.

Quadro A.9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			**Ano de Adesão**	**Resultados**		
Não possui			-	-		
Recurso Consumido	**Quantidade**			**Valor**		
	Exercícios					
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Papel	2.061-resma	2.400-resma	2.061-resma	18.631,44	20.460,00	13.950,00
Água	4.113-m3	4.715-m3	4.113-m3	38.364,24	49.925,99	38.732,56
Energia Elétrica	987.229-kwh	1.009.505-kwh	1.093.648-kwh	549.785.13	482.582,72	462.974,40
			Total	**606.780,81**	**552.968,71**	**515.656,96**

Fonte: Setor de Administração de Serviços Gerais / Divisão de Administração.

Conforme demonstrado acima houve uma significativa redução no consumo de energia elétrica no exercício de 2012, contudo verifica-se a elevação dos valores cobrados para sua manutenção, ou seja, mesmo com a redução de consumo o custo necessário para seu pagamento foi superior aos últimos anos.

Quanto a quantidade e de papel e consumo de água também se observa redução equiparando-se as mesmas quantidades utilizadas nos exercícios de 2012 e 2010, e redução nos valores despendidos com esses.

10. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

10.1. Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

O quadro abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas visando atender às recomendações do Órgão de Controle Interno - OCI.

Quadro A.10.3a - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	201201402/01	1	Nota de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Descrição da Recomendação			
Adotar providências visando sanar a tempo as impropriedades e irregularidades apontadas na referida solicitação de auditoria (201201402/005)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Síntese da Providência Adotada			
Foi realizada reunião com a participação do Superintendente Regional, Assessoria de Planejamento e Controle, Divisão de Administração, acompanhado pelos membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL e Divisão de Desenvolvimento, com seu corpo técnico responsável pelos acompanhamentos físicos das obras de infraestrutura, onde se extraíram alguns encaminhamentos, a saber: - Convocar as representações das empresas contratadas para proporcionar conhecimento do conteúdo dos referidos documento de auditoria, inclusive com disponibilização de cópia desses, nas condições contratuais e nos esclarecimentos, considerando que as obras originárias da Concorrência Incra/SR(17)/nº 01/2011 tratavam-se de relações em plena vigência; - Ratificar aos técnicos a necessidade de se prosseguir com as inspeções nas obras; - Observar as regularidades das situações de cunho administrativos pertinentes; e - Quanto as situações objeto das Tomadas de Preço Incra/SR*17)nº 02/2010 - Lote IV e nº 01/2011, procedido uma ampla avaliação nos respectivos processos e em conformidade com as condições estabelecidas contratualmente, sendo solicitado da empresa executante das 02 (duas) obras, o seu pronunciamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
- Empresas tomaram conhecimento dos conteúdos dos documentos de auditoria procedendo assim pronunciamentos e os ajustes proposto na solicitação de auditoria nº 201201402/005. - Os técnicos responsáveis pelos acompanhamentos físicos das obras de infraestrutura em análise prosseguiram com as inspeções até a constatação de situações regulares para aprovação e recebimento definitivo das obras.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos / Negativos que Facilitaram / Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A realização de auditoria em obras de infraestrutura ainda em execução gerou confusões e equívocos de análises, contudo trouxeram à luz diversos itens a serem regularizados e verificados nas inspeções rotineiras realizadas pelo corpo técnico da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.			

Quadro A.10.3b - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	201201402/01	2	Nota de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Descrição da Recomendação			
Suspender os pagamentos às empresas envolvidas até que todas as impropriedades e irregularidades sejam sanadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Síntese da Providência Adotada			
Procedeu-se uma avaliação nos processos relativos aos contratos originários da Concorrência Incra/SR(17)nº 01/2011, sobrestando a todos. E, somente houve prosseguimento mediante as respostas das equipes técnicas responsáveis pelos acompanhamentos físicos das execuções, a serem emitidos após inspeções nas respectivas obras.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os pagamentos foram suspensos até a resolução das impropriedades e irregularidades, sendo todos pagos até o final do exercício, com exceção ao não pagamento referente a utilização de madeira extraída no local, sem licença ambiental e sem readequação da planilha de preços que dispõe do custo da madeira adquirida em serraria.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos / Negativos que Facilitaram / Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A realização de auditoria em obras de infraestrutura ainda em execução gerou confusões e equívocos de análises, contudo trouxeram à luz diversos itens a serem regularizados e verificados nas inspeções rotineiras realizadas pelo corpo técnico da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. Não existiram fatores que dificultassem a adoção das providências necessárias ao item em análise.			

Quadro A.10.3c - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	201201402/01	3	Nota de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Descrição da Recomendação			
Vistoriar os demais lotes da Concorrência nº 01/2011 com o objetivo de evitar ou sanar qualquer impropriedade e/ou irregularidade semelhante às apontadas na solicitação de auditoria nº 201201402/005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			17125
Síntese da Providência Adotada			
As obras objetos dos contratos decorrentes da Concorrência Incra/SR(17)/nº 01/2011 foram acompanhadas administrativamente, pelo diversos setores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e fisicamente por equipe técnica designada, que periodicamente procede inspeções nas execuções, oportunidades em que nas obras são feitas avaliações, recomendações e quando necessário, notificações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foram realizadas as vistorias até que todas as obras de infraestrutura que estavam em execução estivessem aptas a receberem o de acordo da equipe técnica e administrativa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos / Negativos que Facilitaram / Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não existiram fatores que dificultassem a adoção das providências necessárias, sendo a medida recomendada atividade rotineira das equipes da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.			

10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A seguir informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando como principais aspectos:

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma: O Órgão de Auditoria Interna - AUD consta no Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com Sede em Brasília-DF, com jurisdição nas Superintendências Regional em todo o País.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações: A Auditoria Interna - AUD realiza rotineiramente o monitoramento das ações, inclusive com execução de auditorias, conforme programação elaborada por aquele Setor.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência: Ao longo do exercício de 2012 foram realizadas auditorias por amostragem em diversas ações, entre elas, Infraestrutura nos Projetos de Assentamento, aplicação de créditos, vistorias e avaliações, e, das análises foram procedidos aos ajustes e correções recomendadas.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna: Os trabalhos foram executados por meio de acompanhamento do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais - SIR implementado pela Diretoria de Gestão Estratégica e alimentado pelas Superintendências Regionais, e, por fim consolidados pela Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão - DEA. A atividade de alimentação do referido módulo ocorre mensalmente e periodicamente os dados inseridos são verificados junto as respectivas Superintendências Regionais e Coordenações de Brasília-DF.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna: O Módulo de Monitoramento e Avaliação

do Sistema de Informações Rurais - SIR funciona permanentemente, e, com ele é possível avaliar as ações mensalmente, e qualquer desvio de finalidade é imediatamente identificado e notificado para que se proceda aos ajustes e correções devidas.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações: A certificação de que a alta gerência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna - AUD é feita por meio de Nota e Parecer de Auditoria.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna: A comunicação à alta gerência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados se ocorre por meio de Notas de Auditoria, nas quais é possível identificar inconsistências ou falha, bem como a recomendação de imediata correção, sob pena de responsabilidade do Gestor.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730 de 10/11/1993

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730 de 10/11/1993

O quadro abaixo compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730 de 10/11/1993 a entregar a Declaração de Bens e Renda - DBR, discriminando, para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei.

Quadro A.10.5 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	16	16	10
	Entregaram a DBR	16	16	10
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano.

Todos os servidores com funções comissionadas (Cargos, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão) assinaram formulário de Autorização de Acesso a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Física da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.3.1.1. Análise Crítica

Todos os servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ocupantes de funções comissionadas (Cargos, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)

autorizaram, para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 da Lei 8.429 de 02/06/1992, o acesso via on-line, às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483 de 30/06/2005.

Os controles que garantem que as autoridades e servidores públicos alcançados pela Lei nº 8.730 de 10/11/1993 ocorrem mediante arquivamento dos documentos em pasta individuais dos servidores, conforme descrição a seguir: exige-se a apresentação da declaração de bens na ocasião em que o agente é nomeado em provimento de cargo em comissão.

A declaração de bens e rendas não está sendo apresentada ao final de cada exercício financeiro ou no ato da exoneração, no entanto, solicitou-se que o agente autorizasse o acesso a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física, atendendo orientações do Ministério do Planejamento expedida pela Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 06/09/2007, constante no anexo V, o que vem sendo feito regularmente.

Entende-se que com a referida autorização afasta a exigência de atualização anual constante na Lei nº 8.730 de 10/11/1993 e Lei nº 8.429 de 02/06/1992, objetivando assim a desburocratização do processo de apresentação da declaração de bens e valores que compõe o patrimônio privado do agente público, tornando o controle mais eficiente, econômico e racional, conforme noticiou o último considerando contextualizado na Portaria. A seguir transcrição da referida Portaria Interministerial:

Art. 1°. Todo agente público, no âmbito do Poder Executivo Federal, como forma de atender aos requisitos constantes no art. 13 da lei n° 8.429 de 02/06/1992, e no art. 1° da lei n° 8.730 de 10/11/1993, deverá:

I - autorizar o acesso, por meio eletrônico, as cópias das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas a Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; ou, [...]

Por fim, o § 3° do art. 1° da Portaria Interministerial esta a **dispensar a renovação anual da autorização, quando o agente autorizar o acesso a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física**, na forma do inciso I do referido artigo. **(Grifo nosso)**

Considerando as informações prestadas, bem como, a partir da Portaria Interministerial todos os que foram nomeados para funções de confiança firmaram as autorizações preenchendo e assinando o Formulário de Autorização de acesso a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, constante do Anexo I da referida Portaria, entendendo assim, que todos cumpriram as exigências legais previstas no art. 1° da Lei n° 8.730 de 10/11/1993.

10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **JOÃO DARKS MORAIS BRANDÃO**, CPF n° **015.423.992-15**, **Técnico em Contabilidade**, exercido na **UG 373082** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho/RO, 28 de março de 2013.

JOÃO DARKS MORAIS BRANDÃO
015.423.992-15
Técnico em Contabilidade

11. Informações Contábeis

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Neste subitem contêm informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, conforme destacado abaixo:

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO adota critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em especial para análise da depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.

Quanto à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo; de cálculo da depreciação, amortização e exaustão; taxas utilizadas para esses cálculos; e metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido, esses são todos realizados pelo Sistema ASI (Soluções com Tecnologia para Gestão de Almoxarifado, Compras, Patrimônio Mobiliário e Imobiliário).

Os procedimento adotados seguem o estabelecido na macrofunção SIAFI - ASSUNTO 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Nessa referida macrofunção está contida a base legal de sua elaboração: Lei n 4.320/64, Lei Complementar n 101/00, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei n 10.180/2001.

A macrofunção informa ainda as metodologias a serem adotadas para:

a) Se estimar a vida útil econômica dos ativos;

b) cálculo de depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas;

c) realização de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívida, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			373082
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Porto Velho/RO	**Data**	28/03/2013
Contador Responsável	JOÃO DARKS MORAIES BRANDÃO	**CRC nº**	AM 2304

12. Outras Informações Sobre a Gestão

Para a composição do presente item foi coletado informações consideradas relevantes e que não estão contempladas nos itens e subitens anteriores.

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO

12.1.1. Unidades Avançadas Jurisdicionadas a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO

A situação sócio-econômica dos agricultores familiares ainda é uma questão a ser desenvolvida com atenção, as condições mínimas de assistência social estariam concretizadas pelo acesso a políticas de crédito, financiamentos, infra-estrutura básica e meios de garantir a valorização dos produtos produzidos nos Projetos de Assentamentos. Com todos esses problemas os agricultores precisam conviver com uma situação de precariedade social, visíveis através da falta de continuidade do ensino nas escolas rurais, falta de transporte e meios necessários para escoar a produção, falta de núcleos de saúde e remédios, lazer, entre outros.

Nesse ínterim há que se considerar que o Estado de Rondônia está situado na Amazônia, que, ainda hoje, conserva as principais características de seu patrimônio natural, social e cultural, o que lhe confere uma identidade singular no País e no mundo.

Mais do que qualquer outra região brasileira, a Amazônia destaca-se pela diversidade étnica, social e cultural. Trata-se de um grande caldeirão étnico e cultural, no qual convivem populações nativas, migrantes e descendentes, em combinações muito diferenciadas de relações sociais.

O bioma, a topografia e o clima possuem características que permitem a coexistência de uma ampla diversidade de ambientes, os quais devem ser considerados em suas especificidades no planejamento regional.

A presença efetiva do Estado em áreas prioritárias e que demandem estratégias de atuação mais incisivas possibilitariam que serviços públicos como os listados acima sejam efetivamente desenvolvidos com a atenção que esses merecem.

As razões apresentadas acima por si justificam a necessidade da existência de Unidades Avançadas no Estado de Rondônia. Unidades essas que regimentalmente são considerados órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária.

Essas atividades no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO vêm sendo realizados de forma conjunta e eminentemente atreladas a autorizações e coordenação das Divisões com Sede em Porto Velho; com a comunicação ocorrendo através da rede mundial de computadores, comunicações oficiais internas ou mesmo via telefone, estando essas constantemente monitoradas e acompanhadas.

Atualmente são 06 (seis) as Unidades Avançadas em Rondônia, situadas nos seguintes municípios: Ariquemes, Ji-Paraná, Machadinho do Oeste, Pimenta Bueno, Colorado D'Oeste e Guajará-Mirim. Que juntas com a Sede em Porto Velho buscam proporcionar continuidade de atendimento e resgate da importância histórica que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA teve e tem para o Estado de Rondônia, bem como, demonstrar às famílias assentadas, cada vez mais, a preocupação em promover políticas tão necessárias, de geração de renda, de qualidade de vida, mas levando em consideração as potencialidades da Amazônia, compatibilizando com o componente ambiental.

Precisando ainda de decisão política para então, criar uma estrutura física, logística e de recursos humanos de forma considerada ideal para assim, proporcionar a presença efetiva, e em

maior espaço geográfico, da União através das atividades realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Estado de Rondônia, em especial a fiscalização, acompanhamento do desenvolvimento dos Projetos de Assentamento criados, e principalmente proporcionando os direitos que lhes deveriam ser garantidos como documentação, concessão de crédito, infra-estrutura entre outros.

12.1.2. Procuradoria Federal Especializada - PFE

A Procuradoria Federal Especializada da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, durante todo o exercício de 2012, permaneceu com a sua lotação de Procuradores Federais abaixo do número ideal.

Atualmente, possui 02 (dois) Procuradores Federais, bem como um Assistente Técnico. Ocorre que a lotação ideal foi estimada em 05 (cinco) Procuradores.

Durante todo o ano de 2012 ocorreram muitas mudanças na Procuradoria Especializada, dentre elas destaca-se a aposentadoria de uma Procuradora Federal da Categoria Especial; o pedido de exoneração efetuado por um Procurador Federal da 2° Categoria; a designação de um Assistente Técnico; e por último, e mais importante, a unificação do contencioso na Procuradoria Federal de Rondônia.

A Portaria n° 892 de 14/11/2012 da Advocacia Geral da União atribui a Procuradoria Federal do Estado de Rondônia a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Ressalta-se que a Procuradoria Federal Especializada da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ficou responsável por prestar colaboração mútua a Procuradoria Federal de Rondônia, conforme definido na Portaria supracitada. Tal colaboração é prestada por meio dos subsídios fáticos e jurídicos.

Insta esclarecer que os subsídios fáticos devem ser prestados pelos servidores da Autarquia Agrária. Após o encaminhamento dos subsídios fáticos a Procuradoria Federal Especializada - PFE deverá compilá-los e enviá-los a Procuradoria Federal - PF/RO, juntamente com os subsídios jurídicos.

Para concretizar a unificação foi necessário o envio de 02 (dois) Procuradores Federais a Procuradoria Federal - PF/RO, permanecendo a Procuradoria Federal Especializada da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO com outros 02 (dois) Procuradores Federais.

Impende destacar, também, o significante papel da Procuradoria no ajuizamento da desapropriação da Fazenda Tupã/LJ, distribuída a 5° Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, em 12/12/2012, para fins de Reforma Agrária.

Frise-se que o ajuizamento da ação só foi possível em virtude do trabalho conjunto dos demais setores e divisões da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, especialmente da Divisão de Obtenção de Terras.

O passivo administrativo continua muito expressivo. No final do ano de 2012, foi realizada uma contagem tendo sido encontrado 1.358 (um mil trezentos e cinqüenta e oito) processos administrativos.

No decorrer do ano de 2012 tramitou pela Procuradoria Federal Especializada da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO o total de 5.076 (cinco mil e setenta e sei) processos, tendo sido 2.349 (dois trezentos e quarenta e nove) judiciais e 2.727 (dois setecentos e vinte e sete) administrativos.

Por fim, visando dar eficiência e celeridade aos trabalhos, a Procuradoria, por meio de sua equipe tem analisado processos administrativos que fazem parte do passivo, bem como trabalhado em conjunto com o Terra Legal nos processos referentes à regularização fundiária.

12.1.3. Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

Tabela 104. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa em Informática

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
E2120210311	33.90.30	243.327,20	243.060,54	0,00	243.060,54
	33.90.37	68.334,00	68.334,00	68.334,00	0,00
	33.90.39	103.826,00	96.615,26	53.926,61	42.688,65
	44.90.52	315.771,50	315.464,20	4.450,00	311.014,20
E2120210340	33.90.14	12.627,00	12.490,56	12.490,56	0,00
	33.90.33	8.070,00	8.070,00	8.070,00	0,00
Total		**751.955,70**	**744.034,56**	**147.271,17**	**596.763,39**

Fonte: SIAFI 2012.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 não previu limite orçamentário para a presente ação, porém foram disponibilizados R$ 751.955,70 (setecentos e cinqüenta e um mil novecentos e cinqüenta e cinco reais setenta centavos); dos quais foram empenhados R$ 744.034,56 (setecentos e quarenta e quatro mil trinta e quatro reais cinqüenta e seis centavos), sendo pago o total de R$ 147.271,17 (cento e quarenta e sete mil duzentos e setenta e um reais dezessete centavos) perfazendo uma execução de 19,58% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 596.763,39 (quinhentos e noventa e seis mil setecentos e sessenta e três reais trinta e nove centavos), conforme demonstrado acima.

Não há meta física para a presente ação, porém foram executadas atividades ao longo do exercício de 2012, conforme demonstrado, descrito e detalhado a seguir.

A área de Tecnologia da Informação - TI do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mesmo sendo inegavelmente relevante para o desenvolvimento das atividades deste Instituto, não possui orçamento próprio, conforme mencionado acima, assim como os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTI das Superintendências Regionais não são previstos na estrutura oficial, somado a esses fatores ainda não existem gratificações adicionais; fatores esses que contribuem para atenuar seu o desempenho e sua eficiência.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO adquiriu no final do exercício de 2012, através do Pregão nº 13/2012, 25 (vinte e cinco) equipamentos tipo “tablets” para equipar as equipes de campo e agilizar o registro, consulta e envio de informações dos Projetos de Assentamentos tanto para a Superintendência quanto para a Sede em Brasília. Estes dispositivos serão equipados com internet móvel e um sistema de apoio. A iniciativa visa inserir a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO no contexto tecnológico atual extraindo todas as funcionalidades possíveis das tecnologias disponíveis e colocando-as à disposição dos servidores e seus parceiros na política de desburocratização e celeridade dos processos em curso.

O exercício de 2012 foi marcado pelo esforço na aquisição de novos equipamentos de informática, conforme demonstrado na tabela abaixo, como forma de manter o parque tecnológico atualizado e conferir velocidade nos processos decisórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Também foram realizadas 02 (duas) tentativas fracassadas de contratar internet móvel sem fio para equipar os notebooks das equipes de campo através dos Pregões 02 e 09/2012.

Tabela 105. Contratações de Informática em Vigência

Valor em R$ 1,00

Modalidade	Nº da Licitação	Objeto	Nº e Ano do Contrato	Empresa Contratada	Valor do Contrato / Aditivo	Valor Pago
Pregão Eletrônico	07/2011	Contratação de Serviço de Suporte, Manutenção e Administração de Redes.	4.000/2012	Netwan Sistemas	Valor original: R$ 163.998,08 Aditivo: R$ 1.113,06 mensais. Valor anual: R$ 177.354,84	158.715,70
Pregão Eletrônico	08/2008	Serviço de Internet	10.004/2012	Brasil Telecom S/A	36.500,00	28.503,28
Pregão Eletrônico	04/2008	Serviço de Internet	7.004/2012	Brasil Telecom S/A	17.000,00	14.195,47
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de computadores, projetores, cabos e outros.	54300.001669/2012-13	Acronet	47.025,00	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de câmeras digitais	54300.001669/2012-13	A. M. Schmidt Comercial	11.398,00	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de HDs externos e pen drivers	54300.001669/2012-13	Bellcomsys Comércio	32.461,08	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de scanners	54300.001669/2012-13	Capital Tecnologia	83.400,00	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de impressoras e toners	54300.001669/2012-13	Comercial Brasil	95.992,68	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de acessórios para câmeras digitais	54300.001669/2012-13	Compax Comércio	6.854,00	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de Televisores, suporte e outros	54300.001669/2012-13	Joradi Comércio	28.184,30	22.250,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de tablets	54300.001669/2012-13	Lituânia	44.723,75	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de impressoras e notebooks	54300.001669/2012-13	Perfil Digital	344.838,00	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de no-breaks	54300.001669/2012-13	Serrana	64.910,00	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de módulo de bateria	54300.001669/2012-13	SMS Energia	5.475,00	0,00
Pregão Eletrônico	13/2012	Aquisição de computadores, impressoras e toners	54300.001669/2012-13	Solução Informática	171.585,80	0,00
Total						**223.664,45**

Fonte: Divisão de Administração.

Os principais fatores que implicaram ao longo do exercício de 2012 para o não alcance de melhores resultados no âmbito do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, foram:

h) Carência de servidores lotados na área de Tecnologia da Informação - TI, onde o Núcleo de Tecnologia - NTI possui somente 01 (um) servidor efetivo;

i) Ausência de recursos próprios para área de Tecnologia da Informação - TI. O recurso é centralizado em outras Diretorias em Brasília, o que atrasa e dificulta aquisições de bens e serviços;

j) Descentralização tardia dos recursos orçamentários, que ocorrem nos últimos dias passíveis de empenho;

k) O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não existe oficialmente na estrutura organizacional, sendo este estabelecido por ordem de serviço;

l) O gestor do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI não recebe quaisquer gratificações adicionais, apesar da imensa responsabilidade da área;

m) Um Analista de Sistemas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA recebe 50% (cinqüenta por cento) do valor recebido pelo mesmo profissional, com as mesmas atribuições em órgãos correlatos da esfera federal;

n) Aquisições que demoram 06 (seis) meses para serem concluídas, com vista ao atendimento completo da Lei n° 8.666 de 21/06/1993, onde se considera a burocratização excessiva;

o) Carência de pessoal na Comissão Permanente de Licitações - CPL e Setor de Almoxarifado, setores esses que proporcionam suporte e trâmite dos bens e/ou serviços adquiridos; e

p) Atraso na entrega de equipamentos por parte dos fornecedores.

Mesmo na ocorrência das dificuldades acima elencadas foi possível identificar fatores positivos na realização das atividades do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, conforme destacado abaixo:

a) Aquisições de equipamentos de informática para manter a capacidade tecnológica;

b) Renovação dos Contratos 7.000 e 10.000/2008 (Internet das Unidades Avançadas);

c) Renovação e execução do reequilíbrio financeiro do Contrato 4.000/2011 (Suporte à TI e Administração de Redes); e

d) Abertura de discussões com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - DET para desenvolvimento de sistemas para atendimento das demandas da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO (sistema para tablets e setor de almoxarifado).

12.1.4. Ouvidoria Agrária Regional - OAR

Tabela 106. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
MK4288999FT	33.90.14	3.982,50	3.698,78	3.698,78	0,00
	33.90.33	860,00	0,00	0,00	0,00
MK4284999FT	33.90.14	3.136,73	2.888,82	2.888,82	0,00
	33.90.30	169,00	169,00	169,00	0,00
MK2109999CA	33.90.14	31.508,36	31.508,36	31.508,36	0,00
MK2109999FT	33.90.14	41.066,50	40.582,08	40.582,08	0,00
	33.90.30	4.449,00	4.449,00	4.449,00	0,00
	33.90.36	3.717,00	3.546,50	3.546,50	0,00
MK4304999FT	33.90.14	5.529,50	4.449,77	4.449,77	0,00
	33.90.30	937,00	937,00	937,00	0,00
	33.90.33	3.619,64	3.619,64	3.619,64	0,00
	33.90.36	1.858,50	0,00	0,00	0,00
Total		**100.833,73**	**95.848,95**	**95.848,95**	**0,00**

Fonte: SIAFI 2012.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 não previu limite orçamentário para a presente ação, porém foram disponibilizados R$ 100.833,73 (cem mil oitocentos e trinta e três reais setenta e três centavos); dos quais foram empenhados R$ 95.848,95 (noventa e cinco mil oitocentos e quarenta e oito reais noventa e cinco centavos), que foram integralmente pagos, perfazendo uma execução de 95,05% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

Não há meta física para a presente ação, porém foram executadas atividades ao longo do exercício de 2012, conforme demonstrado, descrito e detalhado a seguir.

As principais estratégias de atuação para o desenvolvimento das atividades da Ouvidoria Agrária Regional foi a participação em reuniões, envio de expedientes oficiais, celebração de acordos, acompanhamento de cumprimento de ordens judiciais, cadastramentos do público envolvido, qualificação do público atendido.

As atividades desenvolvidas no exercício de 2012, consideradas relevantes para o alcance de bom desempenho foram:

a) As reuniões de conciliação entre os atores dos embates envolvendo disputa pela posse da terra. Nestes casos, tem-se as ações judiciais que são movidas pelos fazendeiros que quando vêem seus imóveis invadidos pelos trabalhadores rurais sem terra, adquirem no poder judiciário a ordem para desocupação, entretanto isto não tem sido suficiente em muitos casos, porquanto os trabalhadores rurais retornam tempos depois, o que onera não só o proprietário rural como o Estado, que tem o dever de fazer cumprir a ordem emanada do juízo.

b) Celebração de acordo para saída pacífica do imóvel ou permanência, com anuência do fazendeiro, em parte da área, o que possibilita não só a paz entre os envolvidos, como o continuar do exercício da posse;

c) Participação em audiências judiciais na Justiça Federal/Estadual: Quando o magistrado dispõe de informações mais detalhadas, ou mesmo fatos que elucidam as peças que constem nos autos, as decisões prolatadas, encontram aparo em dados que permitem maior segurança ao julgado, bem como a equidade conseguida, levando a justiça a adotar decisões mais próximas do ideal para as partes; e

d) Acordo de convivência pacífica, após incursão em campo, cumprindo decisão judicial em audiência na Justiça Federal/RO.

Outra atividade desenvolvida pela Ouvidoria Agrária Regional é a entrega de cestas de alimentos do programa Fome Zero, que no estado Rondônia, atendeu no ano de 2012, uma quantidade menor que anos anteriores de cestas de alimentos as famílias de trabalhadores rurais sem terras acampadas que realmente padecem de carência alimentar e nutricional, situação essa decorrente de fatores condizentes as suas situações de como acampadas, na maioria, sem espaço territorial para plantio de culturas mesmo que de pequeno ciclo. Ocupam espaço para construção de pequenos barracos cobertos de lonas e palhas como suas moradias, normalmente as margens de estradas e/ou em terrenos cedidos por moradores circo vizinhos à área pretendida.

O Programa levou a estas comunidades de sem terras um acalento mínimo básico para suas subsistências mesmo assim, de grande valia para os mesmos. Trazendo satisfação e contentamento a estes, sem, contudo, ser este o objetivo dos mesmos, ou seja, de não somente receberem as cestas de alimentos, já que, pleiteiam espaços maiores, onde possam morar, plantar, e tirar suas subsistências na terra pretendida.

No ano de 2012 foram distribuídas 5.083 (cinco mil e oitenta e três) cestas em 33 (trinta e três) acampamentos, distribuídos em 18 (dezoito) municípios do Estado de Rondônia, totalizando um atendimento direto a 2.309 (duas mil trezentos e nove) famílias, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 107. Acampamentos beneficiados com Cestas de Alimentos em 2012

Acampamento	Município	Famílias Acampadas	Cestas de Alimentos Entregues
Silvio Rodrigues	Alvorada do Oeste	115	300
Arraial da Vitória	Ariquemes	60	60
Canaã	Ariquemes	100	270
Raio de Sol	Ariquemes	40	150
Terra Prometida	Ariquemes	80	160
Elcio Machado	Buritis	140	560
Cristo Rei	Cacaulândia	30	60
Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari	10	40
Boa Esperança	Castanheiras	22	62
Barro Branco	Chupinguaia	96	200
Terra Boa	Chupinguaia	9	36
Rio das Pedras	Corumbiara	194	194
Zé Bentão	Corumbiara	184	184
02 de Julho	Cujubim	80	240
Sol Nascente	Cujubim	200	600
Cabeceiras e Belo Horizonte	Machadinho do Oeste	100	100
Canaã II	Machadinho do Oeste	200	93
Gonçalo	Machadinho do Oeste	80	212
Lajes	Machadinho do Oeste	100	14
Paulo Freire II	Nova Brasilândia	10	56
Águia Azul	Parecis	17	68
Arraial do Cajueiro	Parecis	29	125
Nova Mutum	Parecis	5	30
Nosso Sonho	Pimenta Bueno	24	96
Terra Boa	Rio Crespo	40	102
Paulo Freire IV	Seringueiras	96	288
Antonio Conselheiro II	Theobroma	61	184
Antonio Conselheiro III	Theobroma	20	81
Lamarca 1	Theobroma	65	161
Lamarca 2	Theobroma	66	183
Josino Tavares	Urupá	20	110
Nova Canaã	Vilhena	9	30
Thomaz Muntzer	Vilhena	7	34
Total		**2.309**	**5.083**

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

No ano de 2012, os acampados não foram bem assistidos pelo programa, diferente de anos anteriores, sendo distribuídas cestas nos meses de março, abril, maio e dezembro. Estes, no entanto, ficaram o ano todo nos acampamentos e receberam a quantidade mencionada acima. O que criou grau maior de insatisfação com o programa, por parte das famílias acampadas. Vale mencionar que os alimentos foram os mesmos dos anos anteriores, mesmos itens e quantidades.

Também vale ressaltar os esforços e empenhos feitos pelos servidores para que estes alimentos chegassem o quanto antes aos acampados, tão logo foram disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

No decorrer as atividades foram identificados alguns problemas, entre esses a ausência de marco legal que possibilitem tomada de decisão em alguns casos, onde foram esgotados as vias de negociações, como por exemplo, nos imóveis objetos de contratação licitatória - Contrato de Alienação de Terra Públicas - CATP, que se encontra ocupado por mais de 40 (quarenta) famílias, entretanto não se tem como assentar estas famílias, porque o licitante originário, requer a posse de seu imóvel através de reintegração de posse.

Ausência de servidores para atuarem especificamente nos mais variados casos e demandas que poderiam ser melhores executadas ou encaminhadas se houvessem servidores para

compatibilizar as demandas, do contrário a atuação restringe-se apenas nos casos de iminentes conflitos com risco de confronto.

As concessões de diárias que limitam no quantitativo de 40 (quarenta) diárias ao ano por cada servidor, tendo que aguardar autorização superior, gerou maior burocracia, desânimo e o não aproveitamento de tempo e recursos.

Houve também a quebra de caminhão por várias vezes, estradas de difícil trafegabilidade, especialmente à época das chuvas, dificuldades também, nas coletas de assinaturas dos acampados beneficiados, haja vista que, as datas de entregas não são iguais a do mês anterior e pela falta de um calendário e de contato dentro de quase todos acampamentos para lhes informar o dia da entrega, tem dificultado e muito estas, temos que esperar pelo acampado e/ou seu cônjuge para assinar relação o que tem contribuídos para dias mais longos no acampamento, até que todos assinem a citada lista, que servirá para prestações de contas futuras.

Vale ressaltar que este modelo para entrega das cestas aos acampados é ótimo, porém para esperar os que não estão presentes, requer mais tempo em campo o que requer mais gastos na entrega. Ao longo dos anos deduzidos estes tempos de entrega e como conseqüência disto, tive-se, menos gastos. Porém em função de denúncias feitas ao Ministério Público Federal - MPF, por pessoas mal informadas e também mal intencionadas e, para que, também possamos fazer uma prestação de contas mais contundente por parte dos acampados, esta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, se viu obrigada a tal condução, justificando cada entrega com assinatura do acampado ou seu cônjuge.

Mesmo ocorrendo as situações problemáticas acima, alguns pontos positivos foram identificados, como a ordem judicial cumprida sem embate entre os envolvidos na Fazenda Riacho Doce, localizado no município de Seringueiras.

A desocupação da Sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO após reunião entre trabalhadores, procuradoria e Superintendente, firmando acordo celebrando em Ata, estabelecendo prazo para cumprimento;

O cadastramento de aproximadamente 90% (noventa por cento) dos acampamentos do Estado de Rondônia.

A parceria com as Polícias: Militar e Civil, e ainda Defensoria Pública Estadual.

Desintrusão de ponte na BR-364, após reunião entre trabalhadores rurais sem terra e Superintendente Regional, e o cumprimento de acordo celebrados: realização de vistorias em áreas ocupadas e análise de processos administrativos.

As atividades da Ouvidoria Agrária Regional não têm meta física estabelecidas, contudo têm-se como metas todas as missões que foram planejadas e executadas. Que se pode mensurar como que quase 90% atingida, não sendo possível a totalidade, porquanto em um caso específico não obtivemos cumprimento do acordo celebrado no escritório, outro o não cumprimento da totalidade de cadastramento projetado, porque a realidade em campo não condiz com o planejado no escritório.

A Ouvidoria Agrária Nacional, a Secretaria de Segurança Pública e a Defensoria Pública do Estado de Rondônia em específico na atuação das Polícias Militar e Civil, ao concederem a nomeação de agentes como: Policial Militar Agrário, Delegado Civil Agrário e Defensores Públicos Agrários.

12.1.5. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR

Tabela 108. Execução Orçamentária por Natureza de Despesa

Valores em R$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
IH8402999SM	33.90.14	6.700,69	6.700,69	6.700,69	0,00
	33.90.30	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
	33.90.39	12.250,00	12.250,00	12.250,00	0,00
	44.90.52	27.242,00	27.242,00	798,00	26.444,00
IH8402999TC	33.90.14	6.903,00	6.407,43	6.407,43	0,00
	33.90.30	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
	33.90.39	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
SOF0101	33.90.14	130.238,68	130.238,68	130.238,68	0,00
	33.90.30	108.982,32	108.980,96	108.980,96	0,00
	33.90.36	35.364,60	35.364,60	35.364,60	0,00
	33.90.39	46.620,00	46.620,00	46.620,00	0,00
		404.301,29	**403.804,36**	**377.360,36**	**26.444,00**

Fonte: SIAFI 2012.

O Plano de Compromisso - PC do exercício de 2012 não previu limite orçamentário para a presente ação, porém foi disponibilizado o montante de R$ 404.301,29 (quatrocentos e quatro mil trezentos e um reais vinte e nove centavos); dos quais foram empenhados R$ 403.804,36 (quatrocentos e três mil oitocentos e quatro reais, trinta e seis centavos), sendo pago o total de R$ 377.360,36 (trezentos e setenta e sete mil trezentos e sessenta reais trinta e seis centavos) perfazendo uma execução de 93,33% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R$ 26.444,00 (vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e quatro reais), conforme demonstrado acima.

Não há meta física para a presente ação, porém foram executadas atividades ao longo do exercício de 2012, conforme demonstrado, descrito e detalhado a seguir.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR foi criado em 2004, com objetivo de tornar as trabalhadoras rurais qualificadas para acessar os seus direitos, favorecendo a condição cidadã das através de garantia da cidadania formal, minimizando a ausência de documentação civil básica e trabalhista no campo, promovendo ação articulada do poder público Federal com vários órgãos da administração direta e indireta.

Com isso, o referido Programa atual através de mutirões itinerantes que acontecem nas proximidades de moradia das trabalhadoras rurais buscando facilitar o atendimento das mesmas.

No exercício de 2012 foram realizados 08 (oito) mutirões, sendo esses nos municípios: São Francisco do Guaporé, Seringueiras, São Miguel do Guaporé, Porto Velho através do Distrito Rio Pardo e de União Bandeirantes, Novo Horizonte do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste e Cacaulândia.

Foram atendidos com documentos 6.505 (seis mil quinhentos e cinco) pessoas com vários tipos de atendimentos conforme especificado na tabela abaixo:

Tabela 109. Pessoas Atendidas com Documentos

Pessoas Atendidas	Mulher	Homem	Total
Reforma Agrária	267	245	512
Agricultura Familiar	3.124	2.658	5.782
Extrativista	23	17	40
Ribeirinhos	32	46	78
Quilombolas	42	38	80
Indígenas	05	08	13
Total	**3.493**	**3.012**	**6.505**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado acima foram atendidas 3.493 (três mil quatrocentos e noventa e três) mulheres e 3.012 (três mil e doze) homens, totalizando 6.505 (seis mil quinhentos e cinco) pessoas atendidas com documentos através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR.

Tabela 110. Documentos Expedidos

Municípios	Tipo	Mulher	Homem	Total
- São Francisco Guaporé - Seringueiras - São Miguel do Guaporé - Porto Velho (Distrito Rio Pardo, União Bandeirantes) - Novo Horizonte - Nova Brasilândia - Cacaulândia	Registro de Nascimento	127	87	214
	RG	1.154	812	1.966
	CPF	1.504	1.564	3.068
	CTPS	822	829	1.651
	INSS/REGISTRO	175	77	252
	INSS/BENEFICIO	55	03	58
	REGISTRO DE PESCA	01	11	12
	CAR / PESCA AMADORA	05	39	44
	PASSE LIVRE	57	59	116
	NOTA PRODUTORA	82	83	165
	DAP	21	24	45
	CAD UNICO	31	03	34
Total		**4.034**	**3.591**	**7.625**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Através da tabela acima é possível identificar os tipos de documentos expedidos, bem como a quantidade de homens e mulheres atendidos, esses somadas aos serviços prestados totalizaram 7.625 (sete mil seiscentos e vinte e cinco) pessoas atendidas com documentos e serviços através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR.

Tabela 111. Atendimentos Diversos

Tipo de Atendimento	Mulher	Homem	Total
Foto 3x4	7.458	6.000	13.458
Fotocópias	3.153	2.253	5.406
Palestra Educação Ambiental (INSS)	1.152	954	2.106
Cadastramento Quilombolas	15	22	37
Palestra STTR / Sindicalização	288	192	480
Palestra EMATER / DAP	18	23	41
Palestra CPT / Educação Ambiental - Uso do Agrotóxico	217	194	411
EMATER / Distribuição Hortaliça	210	167	377
Orientações sobre nota dos produtores rurais	55	55	110
Total	**12.566**	**9.860**	**22.426**

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Diversos outros atendimentos foram proporcionados ao longo do exercício de 2012 através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR como fotos 3X4, fotocópias, cadastramentos, distribuição de hortaliças, palestras e orientações totalizando o atendimento de 22.426 (vinte e dois mil quatrocentos e vinte e seis) pessoas, conforme demonstrado na tabela acima.

Os resultados positivos acima listados somente foram possíveis através da superação de alguns problemas identificados, tais como a aquisição de material de expediente de forma tardia e morosa; a inexistência de postos de gasolina contratados nas diversas localidades em que foram realizados mobilizações e mutirões ocasionando dificuldades de abastecimento das viaturas; bem como a unidade móvel do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR ser do tipo ônibus o que dificulta o acesso à diversas localidades do Estado de Rondônia, o que no

entanto, esse possui muitos outros benefícios, como o suporte e estrutura logística para a realização dos mutirões, inclusive com acesso a internet.

12.1.6. Assessoria de Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação, subordinada ao Gabinete desta Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tem a principal missão de divulgar e informar quanto aos programas e ações desenvolvidos.

Os públicos-alvos das atividades são: a sociedade em geral; beneficiários e parceiros da Reforma Agrária e demais programas relacionados; órgãos públicos da União, Estado e municípios e os próprios servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Neste contexto, é preciso seguir o que estabelece o Art. 37 da Constituição Federal, em seu § 1º: "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

Além das garantias constitucionais, a informação é compreendida como uma ferramenta de planejamento. O tratamento correto da informação é uma oportunidade de prestação de contas e um exercício de transparência da gestão. Fazer comunicação, a partir deste conceito, significa, em muitos casos, ampliar a compreensão quanto ao papel da comunicação social, garantindo inclusive sua contribuição, por meio da participação nas instâncias de decisão e poder.

Especificamente quanto ao processo comunicativo midiático, existe a necessidade de tornar a imagem da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO como referência positiva na questão agrária, uma vez que a procura feita pelos veículos de imprensa é, quase sempre, para responder a conflitos por terra. Neste sentido se tem apresentado como Órgão que propicia o diálogo entre as partes e alcança, muitas vezes, a conciliação e desfechos pacíficos.

Quanto às atividades principais desenvolvidas durante o ano de 2012 destacam-se:

a) Atendimento às demandas da imprensa, contatos com a imprensa local, através de *releases*, sugestões de pauta, agendamento de entrevistas e envio de matérias para a atualização do Portal Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na internet. Além disto, vem sistematicamente aumentando o número de veículos cadastrados em seus contatos (*mailing)*, atingindo atualmente em média 450 (quatrocentos e cinqüenta) endereços eletrônicos de jornais, sites, televisões e rádios de todo o Estado. Durante o ano de 2012, foram produzidas e enviadas cerca de 60 (sessenta) matérias, acompanhadas de registro fotográfico, tratando de temas como assentamento de famílias, regularização fundiária, ambiental, créditos para os assentados, assistência técnica, eventos, entre outros.

b) A comunicação interna na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO é desenvolvida através dos informativos "Acontece na SR-17", "Incra na Imprensa" (*Clipping* eletrônico), comunicativos diversos dos setores na rede (disponibilizados pela Assessoria de Comunicação), murais e comunicações dirigidas em eventos. Chegam a todos os servidores pela rede de comunicação interna (e-mails, Incranet, murais etc.). Foram registradas 253 (duzentos e cinqüenta e três) edições do informativo "Acontece na SR-17" e demais publicações internas e 103 (cento e três) edições da publicação "Incra na Imprensa".

PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 hectares (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis:

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/73, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração (ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Não é possível apresentar informações sobre nenhum dos itens acima, tendo em vista que ao longo do exercício de 2012 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não avançou nas atividades sobre o tema em tela, principalmente pela inexistência de servidor lotado no Serviço de Cadastro Rural (Fiscalização) para desenvolver os trabalhos.

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação:

Transcreve-se abaixo os principais contornos das transformações que deverão ocorrer, as dificuldades de serem superadas, bem como as ações para solucioná-las para os próximos exercícios no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e em especial na superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO:

Objetivos	Ações de Mitigação	
Para o Desenvolvimento dos Assentamentos	Promover a articulação e a integração das ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com outras políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento dos assentamentos e a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas:	- Programa Minha Casa Minha Vida; - Programa Água para Todos; - Programa Luz para todos; - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; - Programa nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; - PAC II (abertura e recuperação de estradas); - Bolsa Verde; - Programas estaduais e municipais; - Outros.
	Desenvolver as ações organizadas em "rotas" de articulação de políticas públicas: os assentamentos são "incluídos" nas rotas por algumas iniciativas e "puxam" outras:	- Rota **Brasil Sem Miséria - BSM**, para superar a pobreza nos assentamentos prioritários, garantindo renda, habitação, infraestrutura (estradas, água e luz), ATES e fomento (MDS); - Rota **Assentamentos Verdes**, para promover a recuperação ambiental e combater o desmatamento, associado a geração sustentável de renda nos assentamentos, regularização fundiária e ambiental; - Rota **Estruturação Produtiva**, para promover organização e agregação de valor na produção, estimulando a comercialização e a ampliação de renda produtiva.
Para a Obtenção de Terras e a Implantação de Novos Projetos de Assentamentos	Atender aos novos parâmetros de definição de regiões prioritárias para a obtenção de terras:	- Concentração de pobreza rural; - Concentração fundiária; - Demanda social fundamentada; - Disponibilidade de políticas públicas; - Outros.
	Garantir a implementação do novo rito de obtenção de terras, incorporando estudos de viabilidade, parâmetros de custos por família e uma rota de implantação do assentamento:	- Articulação com área de Desenvolvimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em especial nas Superintendências Regionais do País.
	Integrar a seleção de beneficiários ao cadastramento no CAD - Único, desde o acampamento, possibilitando o acesso às políticas de inclusão social e de cidadania.	- Efetuar busca ativa de famílias acampadas para inserção no CAD - Único; - Mobilizar famílias acampadas para PRONATEC - Campo; - Articular a implantação dos novos Projetos com a Diretoria de Desenvolvimento.

Objetivos	Ações de Mitigação
Para a Melhoria da Governança Fundiária	Consolidar o marco normativo de ordenamento da estrutura fundiária no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
	Qualificar e integrar a gestão de informações fundiárias.
	Aprofundar parcerias federativas e interinstitucionais (com órgãos federais, estaduais e cartórios).
	Ampliar a transparência de procedimentos e informações.
	Qualificar e agilizar produtos e serviços para a sociedade, investindo em tecnologia da informação.
	Definir parâmetros e estratégias para a fiscalização e a atualização cadastral.
	Qualificar a política de controle de aquisição de terras por estrangeiros.
	Aprimorar os processos de identificação, delimitação e titulação de comunidades remanescentes de quilombos.
Para a Gestão Estratégica e Administrativa	Qualificar informações e promover integração de bases de dados.
	Monitorar e avaliar metas e marcos do plano de ação.
	Conferir transparência e proporcionar maior publicidade a ações e resultados desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
	Ampliar a eficiência operacional na execução orçamentária e física.
	Melhorar os ambientes, valorizar a produção dos servidores e estabelecer processos eficientes de trabalho.

Considerando que o significado da palavra mitigação é tornar menos penoso, reduzir as conseqüências, com isso, e de acordo com o demonstrado acima, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscará no próximo exercício e nos demais seguintes a transformação das dificuldades visando o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos, a Obtenção de Terras e a Implantação de Novos Projetos de Assentamentos, a Melhoria da Governança Fundiária e a Gestão Estratégica e Administrativa.

Não devendo esquecer o que atualmente se considera a principal dificuldade a ser gerida que é a existência de grande quantidade de ações em andamento e a executar, sem uma correspondente capacidade operacional para responder a esse volume de trabalho, assim, precisa-se veementemente aumentar a força de trabalho, e resolver o fator remuneratório e motivacional dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Como forma mitigadora e na busca de maior eficiência, mais resultados e menos burocracia o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA precisa passar por uma reformulação, que deverá resultar no seu fortalecimento como um todo, sendo esse item indispensável para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos, da criação de empregos produtivos e rentáveis, para os milhares de brasileiros que buscam o seu sustento no campo, em especialmente no Estado de Rondônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de diversos governos almejou-se a implantação da Reforma Agrária de forma que se buscasse transformar as condições de vida de seus beneficiários, que fosse inserido em uma estratégia produtiva, que assegurasse a sustentabilidade, e que essa fosse pensada não somente como meio de sobrevivência das famílias, mas, principalmente, como fonte geradora de excedentes, que assegurassem novos investimentos e permitissem a ampliação da produção e da produtividade da agricultura brasileira.

Para tanto, foram criados diversos órgão, com nomes diferentes, resultando no atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que desde a década de 70 tem representatividade no Estado de Rondônia, àquela época na urgência de ocupação das fronteiras, acolhendo brasileiros de todos os rincões, deu-se inicio a colonização sob o lema “integrar para não entregar, ocupar a terra sem homens com os homens sem terra”.

Essa intervenção priorizou a organização agrária no sistema de pequenas propriedades rurais, através dos grandes Projetos de Colonização Oficial, assentando famílias em áreas médias de 100,0000 has (cem hectares) e depois de 50,0000 has (cinqüenta hectares), assim como as legitimações de posse eram limitadas a essa metragem, e na regularização fundiária ou alienação de terras públicas ocupadas predominava a pequena propriedade.

Resultando com isso, no menor índice de concentração fundiária dos Estados da Região Norte e do país, o que indubitavelmente o esforço despendido pelo governo federal foi válido, transformando os latifúndios compreendidos pelos vastos seringais improdutivos, em uma configuração de pequenas propriedades beneficiando milhares de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Foi um marco na história de Rondônia que permitiu aos arrendatários, parceiros, meieiros, trabalhadores rurais sem terra e peões de fazenda se tornassem pequenos proprietários rurais.

A questão é que, embora os números de assentamentos impressionem pela magnitude, a maioria das famílias assentadas não recebe a infraestrutura necessária para se instalar e produzir em seus lotes. Que a maioria dos acampados à espera de terras é gente desempregada que saiu das cidades em busca de um pedaço de terra e não possui experiência com o trabalho no campo; ou então, são pessoas que foram donos de terra que por causa de problemas financeiros tiveram de abandonar suas propriedades. Assim, estes fatos mostram que o problema da Reforma Agrária ainda exige uma solução muito mais complexa do que simplesmente proporcionar acesso a terra.

Contudo, para promover a Reforma Agrária é necessário alto investimento. E, pelo seu custo deve-se ainda buscar maior respaldo político, principalmente para viabilizar ações de obtenção de imóveis; de criação de projetos de assentamentos; cadastro, seleção e homologação de famílias trabalhadoras rurais; vistoria de avaliação e de levantamento de dados; condutas de conscientização e de recuperação ambiental; concessão de documentos titulatórios (provisórios ou definitivos); gerenciamento e fiscalização de imóveis rurais; concessão de créditos para construção e recuperação de habitações; capacitação e formação profissional; disponibilização de vias de acesso transitáveis; entre outras que representam um universo de atividades planejadas de implementação da Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, contribuindo para o alcance do desenvolvimento rural sustentável e inclusão social.

As atividades acima listadas foram amplamente apresentadas ao longo do presente relatório de gestão, que não se conteve somente ao preenchimento das informações requeridas pelos normativos dos órgãos de controle, ou na manifestação de prestar contas à sociedade quanto a condução dos gastos públicos, mas também e principalmente, ao fornecimento de uma visão ampla das atividades essenciais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, executadas através de ações diretas da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2012, e da sua importância social, econômica e ambiental para o Estado de Rondônia.

Porto Velho-RO, 28/03/2013.

LUIS FLAVIO CARVALHO RIBEIRO
Superintendente Regional
INCRA/RO

ANEXOS

ANEXO I - Levantamentos e atualizações efetuados nos exercícios anteriores, para elaboração de projetos técnicos de Infraestrutura, com valores atualizados para o exercício de 2012.

					META FISICA PARA EXECUÇÃO				PREVISÃO PARA COBERTURA DE DESPESAS CORRENTES PARA ACOPMPANHAMENTO DAS EXECUÇÕES						RESUMO ESTIMATO DE INVESTIMENTO	
	MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	UNIDADE AVANÇADA	TERRITÓRIO	Famílias Beneficiadas (md)	Meta		Execução de Obra	Quant. Viagem (Deslocamento)	DIÁRIAS	CONSUMO			Subtotal de Despesas Correntes	Total Previsto do empreendimento	Custo do Acompanhamento / investimento
						Tipo de obra	Exten. (km)	44.90.51		33.90.14	Dist. incluindo ida e volta, a ser percorrida por deslocamento, partindo PVH	33 90 30 Dist. A ser percorrida, incluindo ida e volta, a ser percorrida no acompanhamento da obra, partindo	Valor			
1	Alta Floresta do Oeste	PA Santa Barbara	UA Pimenta Bueno		20	Complem. acesso /estr. vicinal	15,0	373.912,20	3	2.867,40	1.322 km	3.966 km	2.668,13	5.935,75	379.847,95	1,59%
2	Buritis	PA Rabo do Tamandua	UA Aniquemes	Vale do Jamari	92	Construção estrada vicinal	10,0	351.556,80	3	2.867,40	656 km	1.968 km	1.323,97	4.389,97	355.946,77	1,25%
3	Chupinguaia	PA Agua Viva	UA Clorado do Oeste		96	Construção estrada vicinal	22,0	923.598,72	11	10.513,80	1.270 km	13.970 km	9.396,97	21.320,32	1.462.658,08	1,48%
					98	Recup. estradas vicinais	26,0	517.739,04								
4		PA Maranata	UA Clorado do Oeste		103	Construção estrada vicinal	21,0	881.616,96	8	7.646,40	1.284 km	10.272 km	6.910,49	15.593,46	1.335.297,30	1,18%
					112	Recup. estradas vicinais	22,0	438.086,88								
5	Costa Marques	PA Bom Jesus	UA Jop		15	Construção estrada vicinal	6,0	173.456,64	3	2.867,40	1.420 km	4.260 km	2.865,92	6.163,21	179.619,85	3,55%
6	Nova Brasilândia do Oeste	PA Rio Muqui	UA Pimenta Bueno		63	Recup. Acesso /estr. vicinais	30,0	728.805,60	6	5.734,80	1.328 km	7.968 km	5.360,47	11.899,34	740.704,94	1,63%
7	Parecis	PA Boa Esperança	UA Pimenta Bueno		15	Construção estrada vicinal	8,0	231.275,52	3	2.867,40	1.212 km	3.636 km	2.446,12	5.680,44	236.955,96	2,46%
8		PA Rio São Pedro	UA Pimenta Bueno		42	Complem. acesso /estr. vicinal	25,0	623.187,00	3	2.867,40	1.282 km	3.846 km	2.587,40	5.842,91	629.029,91	0,94%
9		PA União I	UA Pimenta Bueno		83	Recup. estradas vicinais	30,0	728.805,60	6	5.734,80	1.272 km	7.632 km	5.134,43	11.639,39	740.444,99	1,60%
10	Pimenta Bueno	PA Caladinho	UA Pimenta Bueno		18	Complem. acesso /estr. vicinal	15,0	373.912,20	3	2.867,40	1.264 km	3.792 km	2.551,07	5.801,13	379.713,33	1,55%
11	São Franc.do Guaporé	PA Cautarinho	UA Jop		83	Construção estrada vicinal	20,0	532.416,24	5	4.779,00	1.290 km	6.450 km	4.339,24	9.769,13	542.185,37	1,83%
12		PA Gogó da Onça	UA Jop		60	Construção estrada vicinal	15,0	798.624,36	3	2.867,40	1.276 km	3.828 km	2.575,29	5.828,98	804.453,34	0,73%
13		PA Porto Murtinho	UA Jop		95	Complem. estrada vicinal	30,0	859.572,00	6	5.734,80	1.340 km	8.040 km	5.408,91	11.955,05	871.527,05	1,39%
14		PA Sagrada Familia	UA Jop		109	Complem. de estrada	18,0	448.694,64	5	4.779,00	1.270 km	6.350 km	4.270,62	9.690,21	516.132,67	1,91%
						Recup. estrada vicinal	2,9	57.747,82								
15	Seringueira	PA Bom Principio II	UA Jop		182	Construção estrada vicinal	3,0	86.728,32	6	5.734,80	1.276 km	7.656 km	5.150,57	11.657,96	735.603,56	1,61%
16						Recup. estradas vicinais	32,0	637.217,28								

	MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	UNIDADE AVANÇADA	TERRITÓRIO	Famílias Beneficiadas (und)	Meta		Execução de Obra	Quant. Viagem (Deslocamento)	DIÁRIAS	CONSUMO			Subtotal de Despesas Correntes	Total Previsto do empreendimento	Custo do Acompanhamento / investimento
						Tipo de obra	Exten. (km)	44.90.**51**		33.90.**14**	Dist. incluindo ida e volta, a ser percorrida por deslocamento, partindo PVH	33 90 **30** Dist. A ser percorrida, incluindo ida e volta, a ser percorrida no acompanhamento da obra, partindo	Valor			
17	Thobroma	PA Vale Encantado	UA Ariquemes	Central	97	Construção estrada vicinal	11,0	407.065,12	3	2.867,40	582 km	1.746 km	1.174,62	4.218,21	411.283,33	1,04%
18	Ariquemes	PA Madre Cristina	UA Ariquemes	Vale do Jamari	31	Compl. estr. vicinal	3,8	366.840,36	2	1.911,60	441 km	882 km	593,37	2.593,98	391.032,18	0,67%
					4	Construção estrada vicinal	0,5	21.597,84								
19	Campo N. de Rondônia	PA Altamira	UA Ariquemes	Vale do Jamari	25	Construção estrada vicinal	3,6	231.381,57	2	1.911,60	635 km	1.270 km	855,74	2.895,70	234.277,27	1,25%
20		PA Campo Novo	UA Ariquemes	Vale do Jamari	18	Compl. estr. acesso / vicinal	4,9	265.404,56	2	1.911,60	361 km	722 km	484,38	2.468,64	438.061,10	0,57%
					12	Construção estrada vicinal	2,9	170.187,90								
21		PA Norte Sul	UA Ariquemes	Vale do Jamari	125	Compl. estr. vicinal	22,2	1.386.106,51	3	2.867,40	770 km	2.310 km	1.554,05	4.654,56	1.390.761,07	0,34%
22		PA Norte Sul I	UA Ariquemes	Vale do Jamari	46	Compl. estr. vicinal	5,2	319.766,62	2	1.911,60	740 km	1.480 km	997,02	3.058,17	322.824,79	0,96%
23		PA S. José dos Buritis	UA Ariquemes	Vale do Jamari	9	Construção estrada vicinal	2,9	91.938,24	2	1.911,60	725 km	1.450 km	976,83	3.034,95	1.261.833,24	0,24%
					34	Recup. estrada vicinal	10,6	329.798,52								
24		PA Santa Elisa	UA Ariquemes	Vale do Jamari	60	Compl. estr. acesso / vicinal	13,8	928.999,77	2	1.911,60	634 km	1.268 km	851,70	2.891,06	931.890,83	0,31%
25	Candeias do Jamari	PA Flor do Amazonas I	Sede	Madeira-Mamoré	96	Construção estrada vicinal	25,5	1.276.699,16	8	7.646,40	185 km	1.480 km	997,02	8.792,97	1.730.754,76	0,51%
					68	Recup. estrada vicinal	15,0	445.262,63								
26		PA Flor do Amazonas II	Sede	Madeira-Mamoré	79	Recup. estrada vicinal	16,0	474.946,81	4	3.823,20	136 km	544 km	367,32	4.245,62	479.192,43	0,89%
27		PA Flor do Amazonas III	Sede	Madeira-Mamoré	61	Recup. estrada vicinal	13,0	385.894,28	4	3.823,20	140 km	560 km	375,39	4.254,90	390.149,18	1,10%
28		PA Flor do Amazonas IV	Sede	Madeira-Mamoré	100	Construção uma Ponte (100,0m)		629.425,13	5	4.779,00	41 km	351 km	238,15	9.831,87	731.616,87	1,36%
						Complem. Via de acesso	2,2	92.359,87								
						Complem. estrada vicinal	43,0	1.484.686,80	12	11.469,60	150 km	1.800 km	1.210,95	12.862,19	2.260.607,22	0,47%
						Construção estrada vicinal	14,5	608.735,52								
						Recup. Estradas vicinais	6,2	154.322,71								
29		PAF Jequitibá	Sede	Madeira-Mamoré	90	Construção estrada vicinal	24,0	1.583.582,40	12	11.469,60	240 km	2.880 km	1.937,52	13.697,75	3.495.053,09	0,39%
					247	Recup. estrada vicinal	66,3	1.897.772,94								
30	Cujubim	PA Augostinho Beker	UA Ariquemes	Vale do Jamari	265	Recup. estrada vicinal	40,0	962.428,80	8	7.646,40	486 km	3.888 km	2.615,65	10.654,40	973.083,20	1,11%
31	Mirante da Serra	PA Pedre Ezequiel	UA JOP	Central	200	Recup. estrada vicinal	24,0	606.330,14	6	5.734,80	804 km	4.824 km	3.245,35	9.466,95	615.797,09	1,56%
31	Nova Brasilândia	PA Paulo Freire	UA JOP	Central	47	Construção estrada vicinal	6,8	438.781,50	2	1.911,60	470 km	940 km	633,73	2.640,39	441.421,89	0,60%

	MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	UNIDADE AVANÇADA	TERRITÓRIO	Famílias Beneficiadas (und)	Meta		Execução de Obra	Quant. Viagem (Deslocamento)	DIÁRIAS	CONSUMO			Subtotal de Despesas Correntes	Total Previsto do empreendimento	Custo do Acompanhamento / investimento
						Tipo de obra	Exten. (km)	44.90.**51**		33.90.**14**	Dist. incluindo ida e volta, a ser percorrida por deslocamento, partindo PVH	33.90.**30** Dist. A ser percorrida, incluindo ida e volta, a ser percorrida no acompanhamento da obra, partindo	Valor			
32	Nova Mamoré	PA Igarapé Arara	UA Guajara-Mirim	Madeira-Mamoré	322	Compl e constr estr vicinais	53,6	2.336.057,53	11	10.513,80	583 km	6.413 km	4.315,02	15.476,07	2.351.533,60	0,66%
33		PA Igarpé Azul	Sede	Madeira-Mamoré	103	Construção estrada vicinal	26,0	927.791,28	6	5.734,80	792 km	4.752 km	3.196,91	9.411,25	937.202,53	1,01%
34		PA Marechal Rondon	Sede	Madeira-Mamoré	107	Construção estrada vicinal	30,0	1.070.528,40	6	5.734,80	768 km	4.608 km	3.100,03	9.299,83	1.079.828,23	0,87%
35		PA Riberão	Sede	Madeira-Mamoré	183	Complem. estrada vicinal	44,0	1.291.356,00	10	9.558,00	600 km	6.000 km	4.036,50	14.199,98	1.733.767,34	0,83%
					60	Construção estrada vicinal	12,0	428.211,36								
36	Porto Velho	PA Pau D'arco	Sede	Madeira-Mamoré	179	Complem estrada vicinal	47,0	1.346.662,80	12	11.469,60	510 km	6.120 km	4.117,23	16.204,41	1.901.699,84	1,20%
					44	Construção estrada vicinal	15,1	538.832,63								
37		PA Nilson Campos	Sede	Madeira-Mamoré	110	Compl e constr estr vicinais	25,0	881.531,14	4	3.823,20	120 km	480 km	322,92	4.194,56	885.725,70	0,48%
38		PA União da Vitória	Sede	Madeira-Mamoré	65	Construção estrada vicinal	12,0	422.535,48	3	2.867,40	115 km	345 km	234,12	3.136,64	425.672,12	0,74%
37	Porto Velho / Nova Mamoré	PA Igarapé Taquara	Sede	Madeira-Mamoré	185	Complem estrada vicinal	52,0	1.489.924,80	15	14.337,00	531 km	7.965 km	5.360,47	20.501,54	2.482.883,40	1,38%
					23	Construção estrada vicinal	11,3	474.393,89								
					37	Recup. estrada vicinal	17,4	498.063,17								
38	Rio Crespo	PA Lamarquinha	UA Ariquemes	Vale do Jamari	15	Compl. estr. acesso / vicinal	10,2	519.351,15	2	1.911,60	696 km	1.392 km	936,47	2.988,54	522.339,69	0,58%
39	Theobroma	PA Lamarca	UA Ariquemes	Vale do Jamari	33	Compl. estr. Acesso / vicinal	8,9	323.828,32	2	1.911,60	718 km	1.436 km	964,72	3.021,03	326.849,35	0,93%
40	Urupá	PA Martim Pescador	UA JOP	Central	60	Compl. estr. vicinal	16,3	781.891,05	9	8.602,20	879 km	7.911 km	5.324,14	14.724,96	1.569.472,56	0,95%
					180	Recup. estrada vicinal	45,0	772.856,55							772.856,55	0,00%
41	Rio Crespo	PA Maria Mendes	UA Ariquemes	Vale do Jamari	19	Complem e Recup. vicinais	11,6	448.385,16	2	1.911,60	483 km	966 km	649,88	2.658,96	451.044,12	0,59%
					3.439		**1.166,2**	**39.879.470,23**	**235**	**224.613,00**	**33.097**	**170.417**	**114.656,80**	**361.247,33**	**41.850.635,64**	
													Previsão do custo de acompanhamento / investimento			**1,08%**

ANEXO II - Despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação realizada no exercício 2012.

(UASG 373082 - Sede Porto Velho)
Tabela xx. Modalidade Pregão Eletrônico

Valores em R$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
1	Pregão Eletrônico nº. 01/2012: Prestação de serviço de digitalização de processos com fornecimento de uma ferramenta de consulta via web ao INCRA no Estado de Rondônia.	54300.000065/2012-41	1.582.890,06	287.798,18	1.295.091,88
2	Pregão Eletrônico nº. 02/2012: Prestação de serviço de internet Banda Larga sem fio ao INCRA no Estado de Rondônia.	54300.000155/2012-32	Licitação deserta Revogado	Revogado	Revogado
3	Pregão Eletrônico (SRP) nº. 03/2012: Prestação de serviço de internet Banda Larga sem fio ao INCRA no Estado de Rondônia.	54300.000155/2012-32	Licitação deserta Revogado	Revogado	Revogado
4	Pregão Eletrônico nº. 04/2012: Prestação de serviço e fornecimento de equipamentos de internet móvel via satélite utilizando quaisquer tecnologias (BGAN, KU, etc.).	54300.000920/2012-14	99.763,92	99.720,00	43,92
5	Pregão Eletrônico nº. 05/2012: Prestação de serviço de transporte coletivo, em veículos automotores (locação de ônibus).	54300.001099/2012-53	Revogado	Revogado	Revogado
6	Pregão Eletrônico (SRP) nº. 06/2012: Aquisição de material de expediente, para suprir o estoque regular do Almoxarifado da SR-17 e Unidades Avançadas.	54300.00 1216/2012-89	230.365,70	158.283,40	72.082,30
7	Pregão Eletrônico nº. 07/2012 prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive com fornecimento de peças e acessórios, em aparelhos de ar condicionados e outros.	54300.00 1250/2012-53	73.200,00	62.400,00	10.800,00
8	Pregão Eletrônico (SRP) nº. 08/2012: Aquisição de cartucho, para suprir o estoque regular do Almoxarifado da SR-17 e Unidades Avançadas.	54300.001222/2012-36	2.633.657,00	646.697,76	1.986.959,24
9	Pregão Eletrônico (SRP) nº. 09/2012: Prestação de serviço de internet Banda Larga sem fio ao INCRA no Estado de Rondônia.	54300.001627/2012-74	Licitação deserta Revogado	Revogado	Revogado
10	Pregão Eletrônico (SRP) nº 10/2012: aquisição de combustível para as Unidades Avançadas.	54300.001626/2012-20	1.766.650,00	1.658.770,00	107.880,00
11	Pregão Eletrônico (SRP) nº 11/2012: Prestação de serviços de confecção de chaves e carimbos.	54300.001615/2012-40	51.682,60	51.574,00	108,60

Item	Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
12	Pregão Eletrônico nº 12/2012: prestação de serviços de instalação, montagem e fornecimento dos materiais de divisórias em PVC, bancadas em PVC, prateleiras em PVC, forros em PVC, piso paviflex e piso plurigoma, para atender a SR-17/RO e Unidades Avançadas.	54300.001720/2012-89	4.408.603,33	2.933.812,00	1.474.791,33
13	Pregão Eletrônico nº 13/2012: Aquisição de Equipamentos e acessórios de informática (TI).	54300.001669/2012-13	3.280.708,95	2.883.845,86	396.863,09
14	Pregão Eletrônico nº 14/2012: Aquisição de pneus para suprir o estoque regular do Almoxarifado da SR-17 e Unidades Avançadas.	54300.001797/2012-59	374.950,00	250.922,42	124.027,58
15	Pregão Eletrônico (SRP) nº. 15/2012: Aquisição de material de consumo (Café; açúcar; água mineral e gás em botijão de 13kg).	54300.001783/2012-35	85.385,00	46.287,00	39.098,00
16	Pregão Eletrônico (SRP) nº 16/2012: Aquisição de mat. Permanente, tanques refrigeradores de leite.	54300.001773/2012-08	1.078.857,50	394.000,00	684.857,50
Total Geral na Modalidade Pregão			**15.666.714,06**	**9.474.110,62**	**6.192.603,44**

Fonte: Divisão de Administração.

Tabela xx. Modalidade Tomada de Preços

Valores em R$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
1	Tomada de Preços nº 01/2012: Contratação de empresa de especializada no ramo da construção civil para execução da obra de construção do muro da Sede da Superintendência Regional SR-17/ RO.	54.300.000954/2012-17	160.187,78	150.989,61	9.198,17
Total Geral na Modalidade Tomada de Preços			**160.187,78**	**150.989,61**	**9.198,17**

Fonte: Divisão de Administração.

Tabela xx. Modalidade Concorrência

Valores em R$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
1	Concorrência nº 01/2012: Execução de obras de recuperação, complementação e construção de estradas vicinais no interior e em acesso a projetos de assentamentos.	54.300.001425/2011-41	4.815.490,32	3.685.984,62	1.129.505,70
Total Geral na Modalidade Concorrência			**4.815.490,32**	**3.685.984,62**	**1.129.505,70**

Fonte: Divisão de Administração.

Tabela xx. Modalidade Chamada Pública

Valores em R$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia
1	Chamada Pública nº 01/2012: Contratação de entidade(s) executora(s) de assistência técnica e extensão rural para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e Planos de Recuperação do Assentamento - PRA (na forma da Lei nº 12.188/10, Dl nº7.215/10 e Portaria/MDA nº 35/10, bem como no artigo 24, inciso XXX, da Lei nº 8666/93 e alterações).	54300.001677/2011-71	7.496.179,37	6.784.499,66	711.679,71
Total Geral na Modalidade Chamada Pública			**7.496.179,37**	**6.784.499,66**	**711.679,71**

Fonte: Divisão de Administração.

Tabela xx. Demonstrativo de Inexigibilidades

Valores em R$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Empresa	Data	Valor
1	Inexigibilidade nº 01: Serviços de publicação Legal, Diário Oficial da União visando atender as necessidades da SR-17/RO e Unidades jurisdicionadas.	54300.00025/2012-08	Imprensa Nacional	02/02/2012	80.000,00
2	Inexigibilidade nº 02: Serviços com pagamento de águas e esgotos na sede da SR-17/RO e Unidades Avançadas.	54300.00028/2012-33	Companhia de Águas e Esgotos - CAERD	07/02/2012	Revogado
3	Inexigibilidade nº 03: Fornecimento de energia elétrica, visando atender a SR-17 e Unidades Avançadas.	54300.00027/2012-99	CERON - Centrais Elétricas/RO	03/02/2012	480.000,00
4	Inexigibilidade nº 04: Pagamento de taxa de serviço de emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório das viaturas da SR-17/RO.	54300.00026/2012-44	Departamento Estadual de Trânsito	03/02/2012	20.000,00
5	Inexigibilidade nº 05: Fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário para atender a sede da Superintendência Regional e Unidades Avançadas sob sua jurisdição.	54300.00028/2012-33	Companhia de Águas e Esgotos - CAERD	08/02/2012	72.000,00
6	Inexigibilidade nº 06: Prestação de serviços com pagamento de Revisão e fornecimento de peças na manutenção periódica em viaturas da marca MITSUBISHI.	54300.00789/2012-95	L.F. Imports Ltda.	18/04/2012	37.000,00
7	Inexigibilidade nº 07: Pagamento de inscrição do curso reforma da Previdência, realizado em Brasília/DF.	54300.00996/2012-40	Inova Consultoria Cursos e Eventos Ltda.	23/05/2012	3.600,00
8	Inexigibilidade nº 08: Pagamento de taxas das licenças Prévia (LP) e de Instalação e Operação (LIO), exigidas pela Resolução nº 387 do CONAMA.	54300.00891/2012-91	Fundo Especial de Proteção Ambiental	28/05/2012	80.699,39

Item	Objeto	Processo	Empresa	Data	Valor
9	Inexigibilidade nº 09: Pagamento de taxas para obtenção de ART's, referente aos laudos de vistoria elaborados pela SR-17/RO.	54300.0888/2012-77	Conselho Regional de Engenharia	28/05/2012	5.600,00
10	Inexigibilidade nº 10: Pagamento de inscrição, com vista à participação no Curso a Gestão de Recursos Humanos e folha de pagamento.	54300.01240/2012-18	SUPERCIA Capacitação e Marketing Ltda.	14/08/2012	1.361,00
Total Geral de Inexigibilidades					**780.260,39**

Fonte: Divisão de Administração.

Tabela xx. Demonstrativo de Dispensas de Licitação

Valores em R$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Empresa	Data	Valor
1	Dispensa nº 01: Serviço de instalação de painel luminoso na Sede da SR-17/RO.	54300.000148/2012-31	G & H Comunicação Visual Ltda. - ME	02/03/2012	2.400,00
2	Dispensa nº 02: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e Planos de Recuperação do Assentamento - PRA. (nos termos do artigo 24, inciso XXX, da Lei nº 8.666/93) **Chamada pública nº 01/2011.**	54300.001677/2011-71	EMATER	14/05/2012	6.784.499,66
3	Dispensa nº 03: Aquisição de impresso Hiti e kit de impressão para atender o PNDTR.	54300.001035/2012-52	Ferrari & Ferrari Com. E Rep. Ltda.	14/06/2012	7.020,00
4	Dispensa nº 04: Aquisição de cavalete Flip-Chart.	54300.001119/2012-96	Márcia Brasil, Com. Pap. Informática Ltda.	20/06/2012	198,00
5	Dispensa nº 05: Serviços para confecção de adesivos para atender o setor de Protocolo da Sede da SR-17/RO.	54300.001070/2012-71	Gráfica - Confecção Documentos Gráficos	20/06/2012	6.700,00
6	Dispensa nº 06: Prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio instalados na sede desta SR e extintores da frota de veículos da - SR-17.	54300.001112/2012-21	ZANELLA Com. e Manutenção de Extintores Ltda.	20/06/2012	1.774,00
7	Dispensa nº 07: Serviços de confecção de uniforme padronizados institucional.	54300.000948/2012-51	OLMIR Ervino Kucharsk & Cia. Ltda.	27/06/2012	7.800,00
8	Dispensa nº 08: Prestação de serviços de instalação de televisores e outros.	54300.001220/2012-28	Lemos Eventos	23/08/2012	2.013,00
9	Dispensa nº 09: Serviços para restaurar o painel luminoso da Sede da SR-17/RO.	54300.001287/2012-81	Polares Luminosos Ltda. - ME	30/08/2012	2.845,80
10	Dispensa nº 10: Serviços de reparação com reposição de peças hidrantes nos banheiros da Sede da SR-17/RO.	54300.001212/2012-09	MAX Hidronorte Com. Rep. Ltda.	14/08/2012	3.007,00

Item	Objeto	Processo	Empresa	Data	Valor
11	Dispensa nº 11: Serviços de instalação de diversas centrais de ar condicionados na Sede da SR-17/RO.	54300.001632/2012-87	TEKIOS Engenharia Ltda.	10/10/2012	4.210,00
12	Dispensa nº 12: Serviços de reparo nas centrais telefônicas da Sede da SR-17/RO.	54300.001661/2012-49	Telecomunicações e Eletrônico Melo Ltda.	24/10/2012	Revogado
13	Dispensa nº 12: Serviços de reparo nas centrais telefônicas da Sede da SR-17/RO e Unidade Avençada de Ji-Paraná.	54300.001661/2012-49	Telecomunicações e Eletrônico Melo Ltda.	24/10/2012	2.300,00
14	Dispensa nº 13: Prestação Serviços de confecção de marcos de concretos.	54300.001957/2012-60	J. D. de Souza-ME	29/11/2012	3.000,00
Total Geral de Dispensas de Licitação					**6.827.767,46**

Fonte: Divisão de Administração.

Tabela xx. Demonstrativo de Aquisições por Meio de Registro de Preços

Valores em R$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Empresa	Data	Valor
1	Pregão nº 56/2011 - UASG 160249 Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN/RJ: Aquisição de 10 cartuchos ref. CE505A, 10 cartucho de toner ref. CC364A, 10 cartucho ref. CE278A, 60 Cartuchos ref. CE320A, 50 cartuchos de toner ref, CE321A, 50 cartuchos de Toner ref. CE322A e 50 cartuchos de toner ref. CE324A para impressoras HP.	54300.000978/2012-68	Port. Dist. de Informática Pap. Ltda. CNPJ: 08.228.010/0001-90	25/05/2012	39.210,20
2	Pregão nº 02/20122 - UASG 158248 Instituto Federal de Educação: Aquisição de: 01 mesa de centro 600x600x350mm, 01 mesa para reunião retangular, 01 mesa circular, 01 mesa presidente, 01 mesa auxiliar presidente, 01 gaveteiro volante, 01 armário credenza presidente, 02 sofá compatível 1 lugar, 02 sofá de 02 lugares , 02 sofá de 03 lugares, 30 poltronas diretor fixa com braços, 60 poltronas giratória espaldar médio, 20 poltronas giratório espaldar alto e 48 poltronas interlocutor para chefia.	43300.000979/2012-11	Use Móveis para Escritório Ltda. CNPJ: 01.927.184/0001-00	14/05/2012	145.739,00
3	Pregão nº 44/2011 - UASG 070019 Tribunal Regional do Paraná: Aquisição de 02 Televisores LCD 32”.	43300.000979/2012-11	VCS - Com. de Mat. para Escritório Ltda. CNPJ: 05.207.424/0001-45	14/05/2012	2.119,96
4	Pregão nº 04/2011 - UASG 160350 17ª Brigada de Selva/RO: Aquisição de02 forno microondas 28 litros e 02 Condicionadores de ar split parede 36.000BTUs.	54300.000979/2012-11	Comercial S & G Ltda. - ME CNPJ: 03.748.762/000169	14/05/2012	6.386,00
5	Pregão nº 04/2011 - UASG 160350 17ª Brigada de Selva/RO: Aquisição de 03 televisores LCD 46”.	54300.000979/2012-11	Dirceu Longo & CIA Ltda. CNPJ: 92.823.764/0001-03	14/05/2012	8.582,00

Item	Objeto	Processo	Empresa	Data	Valor
6	Pregão nº 12/2911 - UASG 154044 Universidade Federal/ACRE: Aquisição de 05 condicionadores de ar split parede, 30.000 BTUs.	54300.000979/2012-11	LUGIMAR Com. e Serviços Ltda. CNPJ: 09.635.823/000168	26/07/2012	9.425,00
7	Pregão nº 23/2012 - UASG 158248 Instituto Federal de Educação: Aquisição de 05 (cinco) Fragmentadores de papel.	54300.001986/2012-11	VIPBRASIL Com. Imp. e Exp. Ltda. CNPJ: 11.909.510/0001-00	23/11/2012	3.215,00
8	Pregão nº 310/2012 - UASG 153164 Universidade Federal de Santa Maria: Aquisição de 02 (duas) centrais telefônicas.	54300.002009/2012-41	DIGISTAR Telecomunicações S/A CNPJ: 03.004.730/0001-59	27/11/2012	2.396,00
9	Pregão nº 15/2012 - UASG 160349 17ª Brigada de Selva/RO: Aquisição de 340 (trezentos e quarenta) reatores eletrônico de 2 x 40.	54300.002226/2012-86	PROSEL Com. Indústria Ltda. - ME CNPJ: 58.833.195/0001-30	05/12/2012	2.811,80
10	Pregão nº 05/2011 - UASG 160349 17ª Brigada de Selva/RO: Aquisição de 150 (cento e cinqüenta) copos de vidro de 360 ml e 06 (seis) bandejas em aço inoxidável.	54300.002227/2012-86	Casa e Bar Brasil Com. Ltda. CNPJ: 09.204.326/0001-05	07/12/2012	655,50
11	Pregão nº 02/2011 - UASG 158410 Instituto Federal de Educação: Aquisição de 06 (seis) bandejas em aço inoxidável.	54300.002227/2012-86	Casa e Bar Brasil Com. Ltda. CNPJ: 09.204.326/0001-05	07/12/2012	315,00
12	Pregão nº 06/2012 - UASG 160169 52º Batalhão: Aquisição de cafeteira industrial capacidade de 8 (oito) litros.	54300.002228/2012-75	Grupo Asa Empresarial Ltda. CNPJ: 08.017.578/0001-62	07/12/2012	672,00
13	Pregão nº 13/2012 - UASG 788820 Centro de Int. da Marinha/AM: Aquisição de cafeteira industrial capacidade de 20 (vinte) litros.	54300.002228/2012-75	VITANET - Comercia Ltda. CNPJ: 12.185.204//0001-23	07/12/2012	1.432,23
14	Pregão nº 05/2012 - UASG 158248 Instituto Federal de Educação: Aquisição de: 108 poltronas giratória espaldar médio, 22 poltronas fixa com braço, 08 gaveteiros volante, 03 sofá de 02 lugares , 03 sofá de 03 lugares, 14 longarinas com 03 lugares, 56 Apoio braços em polipropileno, 04 armário baixo c/2 portas, 30 poltronas fixa com braços, 08 mesa principal executiva, 08 mesas auxiliar executiva, 08 armário executivo baixo c/04 portas, 03 mesa de centro 600x600x380mm, 03 mesa para reunião retangular, 08 mesa circular, 20 mesa curva medindo 1200 x 740mm, 10 mesa linear med. 800 x 600 xx740mm.	54300.001958/2012-12	Use Móveis para Escritório Ltda. CNPJ: 01.927.184/0001-00	26/11/2012	277.084,60

Item	Objeto	Processo	Empresa	Data	Valor
15	Pregão nº 20/2012 - UASG 253003 Agencia Nacional de Saúde: Aquisição de 01 (uma) poltrona giratória com apóio braços (com superfície em tela.	54300.001958/2012-12	FLEXFORM Indústria Metalúrgica Ltda. CNPJ: 49.058.654/0001-65	26/11/2012	4.110,56
16	Pregão nº 12/2012 - UASG 154044 Universidade Federal/ACRE: Aquisição de 03 condicionadores de ar split parede, 12.000 BTU'S, 09 condicionadores de ar split parede, 18.000 BTU'S, 06 condicionadores de ar split parede, 22.000 BTU'S, 24 condicionadores de ar split parede, 24.000 BTU'S, 01 condicionadores de ar split parede, 36.000 BTU'S e 06 condicionadores de ar split parede, 48.000BTU'S.	54300.001958/2012-12	LUGIMAR Com. E Serviços Ltda. CNPJ: 09.635.823/000168	07/12/2012	100.523,00
17	Pregão nº 06/2012 - UASG 160169 52º Batalhão de Infantaria de Selva: Aquisição de 04(quatro) televisores de 32".	54300.001958/2012-12	CHAVES Com. e Licitações Ltda. CNPJ: 11.333.352/0001-85	07/12/2012	20.990,70
18	Pregão nº 06/2012 - UASG 160191 Centro de Prepar. de Oficiais/PE: Aquisição de 04 (quatro) fogão a gás elétrico c/4 bocas, material aço inoxidável.	54300.001958/2012-12	CHAVES Com. e Licitações Ltda. CNPJ: 11.333.352/0001-85	07/12/2012	1.658,40
19	Pregão nº 06/2011 - UASG 510181 - Superintendência Regional Sul do INSS: Aquisição de 30 (trinta) frigobar capacidade de 120 (cento e vinte) litros, branco.	54300.001958/2012-12	MICROSENS Ltda. CNPJ: 78.126.950/0003-16	07/12/2012	4.772,00
Total Geral das Aquisições por Meio de Registro de Preços					**632.098,95**

Fonte: Divisão de Administração.

Despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação realizada no exercício 2012
(UASG 373012 - Jaru Ouro Preto)
Tabela xx. Demonstrativo de Dispensa de Licitação

Valores em R$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Empresa	Valor
1	Dispensa nº 00001/2012: Serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionados SPLITS e de paredes na Sede da Unidade Avançada Jaru Ouro Preto - UA/JOP.	54302.000.017/2012-33	NEW-AR Comércio e Serviços Ltda. - ME CNPJ: 03.178.780/0001-52	3.810,00
2	Dispensa nº 00003/2012: Serviços de recargas de extintores de Incêndios, conforme tombamento nº.s 87.421, 87.422, 87.423, 87.424, 87.760, 87.761, 87.763, 87.822 e 87.823. E extintores de incêndios para viaturas da Unidade Avançada Jaru Ouro Preto - UA/JOP.	54302.000.020/2012-46	S. MARCIA veja CNPJ: 06.977.194/0001-66	1.080,00
3	Dispensa nº 00004/2012: Serviços de mão de obra para remoção e instalação de 400m de forro de PVC nas salas da UA/JOP - Bloco “B” - Sede Adm./INCRA, imóvel Tombamento 5007-5.	54302.000.023/2012-91	A. P. Costa - ME CNPJ: 03.867.548/0001-21	4.000,00
Total Geral das Dispensas de Licitação				**8.890,00**

Fonte: Divisão de Administração.